

Relatório Anual 2011

Volume 47



Relatório Anual 2011

Volume 47



ISSN 0104-3307
CGC 00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 47	Relatório Anual	2011	P. 1-224
------------------------------------	----------	-------	-----------------	------	----------

Relatório Anual do Banco Central do Brasil

Publicação anual do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes gráficos e quadros estatísticos são de responsabilidade dos componentes nomeados a seguir.

A Economia Brasileira – Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (**e-mail:** coace.depec@bcb.gov.br)

Moeda e Crédito – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**e-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br)

Mercados Financeiro e de Capitais – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**e-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br)

Finanças Públicas – Divisão de Finanças Públicas (Difin) (**e-mail:** difin.depec@bcb.gov.br)

Relações Econômico-Financeiras com o Exterior – Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap)

(**e-mail:** dibap.depec@bcb.gov.br)

A Economia Internacional – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec)

(**e-mail:** copec.depec@bcb.gov.br)

Organismos Financeiros Internacionais – Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

(**e-mail:** derin@bcb.gov.br)

Informações sobre o Relatório Anual 2011

E-mail: depec@bcb.gov.br

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório Anual 2011, v. 47.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil

Secre/Comun/Cogiv

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar

Caixa Postal 8.670

70074-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565

Fax: (61) 3414-1898

E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

... dados desconhecidos.

- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.

0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.

* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-1975) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/1975) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último; se estiver especificado no texto, indica o ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil

Secre/Comun/Diate

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

DDG: 08009792345

Fax: (61) 3414-2553

Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

E-mail: cap.secre@bcb.gov.br



Sumário

Introdução	11
I- A Economia Brasileira.....	13
Nível de atividade	13
Produto Interno Bruto	13
Índice de atividade do Banco Central	17
Investimentos	18
Indicadores da produção industrial	20
Serviços.....	23
Indicadores de comércio	24
Indicadores de produção agropecuária.....	26
Pecuária.....	28
Política agrícola	28
Produtividade	29
Energia	30
Indicadores de emprego	31
Indicadores de salários e rendimentos	32
Indicadores de preços.....	33
Índices gerais de preços	34
Índices de preços ao consumidor	35
Preços monitorados.....	37
Núcleos	38
II- Moeda e Crédito.....	39
Política monetária	39
Agregados monetários	39
Operações de crédito do sistema financeiro.....	44
Sistema Financeiro Nacional	50
III- Mercado Financeiro e de Capitais.....	53
Taxas de juros reais e expectativas de mercado	53

Mercado de capitais	54
Aplicações financeiras	56
IV- Finanças Públicas.....	59
Políticas orçamentária, fiscal e tributária	59
Outras medidas de política econômica	60
Necessidades de financiamento do setor público.....	61
Dívida mobiliária federal	65
Dívida Líquida do Setor Público	69
Arrecadação de impostos e contribuições federais	73
Previdência Social.....	74
Finanças estaduais e municipais	76
V- Relações Econômico-Financeiras com o Exterior.....	77
Política de comércio exterior	77
Política cambial.....	82
Movimento de câmbio	85
Balanço de pagamentos	86
Balança comercial.....	88
Intercâmbio comercial	109
Serviços.....	111
Rendas.....	113
Transferências unilaterais correntes.....	118
Conta financeira	118
Reservas internacionais.....	127
Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional.....	128
Dívida externa.....	130
Indicadores de endividamento	135
Captações externas.....	138
Títulos da dívida externa brasileira.....	139
Posição internacional de investimento.....	140
As fontes de financiamento do FMI e seu relacionamento com o Brasil	141
VI- A Economia Internacional.....	143
Atividade econômica	143
Política monetária e inflação.....	149
Mercado financeiro internacional	153
<i>Commodities</i>	157

VII- Organismos Financeiros Internacionais	159
Fundo Monetário Internacional	159
Grupo dos 20 – G-20	161
Banco de Compensações Internacionais	163
Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos	165
 VIII-Principais Medidas de Política Econômica.....	 167
Emenda Constitucional	167
Lei Complementar	167
Leis.....	167
Medidas Provisórias.....	169
Decretos Legislativos.....	172
Decretos	172
Resoluções do Conselho Monetário Nacional	178
Resoluções da Câmara de Comércio Exterior	188
Circulares do Banco Central do Brasil	198
Circulares da Secretaria de Comércio Exterior.....	202
Portarias da Secretaria da Receita Federal do Brasil	203
Portarias da Secretaria de Comércio Exterior.....	203
Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional	204
Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil	208
Atos Declaratórios Interpretativos da Secretaria da Receita Federal.....	208
Comunicados do Banco Central do Brasil.....	209
Cartas-Circulares do Banco Central do Brasil	209
 Apêndice	 211

Quadros estatísticos

Capítulo	I	
1.1	PIB a preços de mercado	14
1.2	PIB – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto	15
1.3	Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa.....	15
1.4	PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal.....	16
1.5	PIB – Valor corrente, por componente	17
1.6	Formação Bruta de Capital (FBC)	18
1.7	Produção de bens de capital selecionados.....	19
1.8	Desembolsos do Sistema BNDES.....	20
1.9	Produção industrial.....	21
1.10	Utilização da capacidade instalada na indústria	22
1.11	Produção agrícola – Principais culturas	27
1.12	Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas	27
1.13	Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante	30
1.14	Consumo de energia elétrica	31
1.15	Emprego formal – Admissões líquidas.....	32
1.16	Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2011	33
1.17	Participação de itens do IPCA em 2011	35
1.18	Participação dos grupos no IPCA em 2011	36
1.19	Principais itens do grupo monitorados na composição do IPCA em 2011	36
1.20	Preços monitorados em 2011 – Itens selecionados	37
1.21	Preços ao consumidor e seus núcleos em 2011	38
Capítulo	II	
2.1	Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios.....	42
2.2	Haveres financeiros	44
2.3	Evolução do crédito.....	45
2.4	Crédito com recursos livres.....	46
2.5	Crédito com recursos direcionados	49
2.6	Desembolsos do BNDES	50
Capítulo	III	
3.1	Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2011	58
Capítulo	IV	
4.1	Necessidades de financiamento do setor público	62
4.2	Resultado primário do Governo Central	63
4.3	Receita bruta do Tesouro Nacional	64
4.4	Despesa do Tesouro Nacional	64
4.5	Usos e fontes – Setor público consolidado.....	65
4.6	Títulos públicos federais – Posição de carteira	66

4.7	Títulos públicos federais – Participação percentual por indexador.....	67
4.8	Evolução da Dívida Líquida do Setor Público	69/70
4.9	Dívida Líquida do Setor Público	71
4.10	Dívida líquida e bruta do Governo Geral	72
4.11	Arrecadação bruta de receitas federais	73
4.12	Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores	74
4.13	Resultado da Previdência Social	74
4.14	Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	75
4.15	Transferências da União para os estados e municípios	76
Capítulo	V	
5.1	Movimento de câmbio contratado	85
5.2	Balanço de pagamentos	87
5.3	Balança comercial – FOB	88
5.4	Índices de preço e <i>quantum</i> de exportação.....	90
5.5	Índices de preço e <i>quantum</i> de importação	92
5.6	Exportação por fator agregado – FOB	94
5.7	Exportação – FOB – Principais produtos básicos	95
5.8	Exportação por fator agregado e região – FOB.....	96
5.9	Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados.....	97
5.10	Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados	98
5.11	Exportação por principais produtos e países de destino – FOB.....	99
5.12	Exportação por intensidade tecnológica – FOB.....	101
5.13	Importação – FOB.....	101
5.14	Importações – FOB – Principais produtos	104
5.15	Importação por categoria de uso e região – FOB.....	105
5.16	Importação por principais produtos e países de origem – FOB	107
5.17	Importação por intensidade tecnológica – FOB.....	108
5.18	Balança comercial por países e blocos – FOB	110
5.19	Serviços	111
5.20	Viagens internacionais.....	112
5.21	Transportes	113
5.22	Serviços empresariais, profissionais e técnicos.....	114
5.23	Rendas	115
5.24	Transferências unilaterais correntes	116
5.25	Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo	117
5.26	Taxas de rolagem de médio e longo prazos do setor privado.....	119
5.27	Investimentos estrangeiros diretos	120
5.28	Ingressos em investimento estrangeiro direto – Participação no capital	121
5.29	Ingressos em investimento estrangeiro direto – Participação no capital	122
5.30	Investimentos estrangeiros em carteira	123
5.31	Outros investimentos estrangeiros	125

5.32	Investimentos brasileiros diretos.....	125
5.33	Investimentos brasileiros em carteira.....	126
5.34	Outros investimentos brasileiros.....	126
5.35	Demonstrativo de variação das reservas internacionais.....	128
5.36	Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa.....	129
5.37	Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa	129
5.38	Endividamento externo bruto.....	130
5.39	Dívida externa registrada	131/132
5.40	Dívida pública externa registrada.....	133
5.41	Dívida externa registrada – Por devedor	133/134
5.42	Dívida externa registrada – Por credor.....	134/136
5.43	Prazo médio de amortização	136
5.44	Indicadores de sustentabilidade externa.....	137
5.45	Emissões da República.....	138
5.46	Posição de investimento internacional	140/141
5.47	Posição financeira do Brasil no FMI.....	142

Capítulo	VI	
6.1	Maiores economias.....	146

Gráficos

Capítulo	I	
1.1	Formação Bruta de Capital Fixo	19
1.2	Produção industrial.....	20
1.3	Produção industrial.....	21
1.4	Produção industrial – Por categoria de uso	22
1.5	Utilização da capacidade instalada na indústria.....	23
1.6	Índice de Volume de Vendas no Comércio – Ampliado.....	24
1.7	Índice de Confiança do Consumidor	26
1.8	Produção animal.....	28
1.9	Taxa média de desemprego aberto	31
1.10	Nível de emprego formal.....	32
1.11	Rendimento médio habitual real	33
1.12	Índices de preços ao consumidor	34

Capítulo	II	
2.1	Meios de pagamentos (M1) – Velocidade-renda.....	40
2.2	Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2011, dessazonalizado	40
2.3	Depósitos à vista a preço de dezembro de 2011, dessazonalizados	40
2.4	Base monetária e meios de pagamento	41
2.5	Haveres financeiros – Em percentual do PIB.....	43
2.6	Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro	45

2.7	Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres.....	47
2.8	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física	47
2.9	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica.....	47
2.10	<i>Spread</i> bancário das operações de crédito com recursos livres.....	48
2.11	Inadimplência das operações de crédito com recursos livres.....	48
Capítulo	III	
3.1	Taxa <i>over</i> /Selic	53
3.2	Taxa <i>over</i> /Selic x dólar x <i>swap</i> 360 dias	53
3.3	Curva de juros – <i>Swap</i> DI x pré	54
3.4	Taxa <i>over</i> /Selic acumulada em 12 meses	54
3.5	Mercado primário – Ofertas registradas na CVM.....	55
3.6	Ibovespa	55
3.7	Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq – 2011	55
3.8	Volume médio diário negociado na Bovespa – 2011	56
3.9	Valor de mercado – 2011 – Companhias abertas listadas na Bovespa	56
3.10	Aplicações financeiras – Saldos – 2011	57
3.11	Rendimento dos principais ativos financeiros em 2011	57
Capítulo	IV	
4.1	Necessidades de financiamento do setor público	63
4.2	Títulos públicos federais	67
4.3	Evolução da estrutura da dívida mobiliária.....	67
4.4	Posição líquida de financiamento dos títulos públicos federais	68
4.5	Operações compromissadas do Banco Central	68
4.6	Previdência Social	75
Capítulo	V	
5.1	Saldo em transações correntes e necessidade de financiamento externo	88
5.2	Exportação e importação – FOB	89
5.3	Índice de termos de troca	89
5.4	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das exportações brasileiras	91
5.5	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das importações brasileiras	93
5.6	Exportação por fator agregado – FOB	94
5.7	Importação de matérias-primas x produção industrial	102
5.8	Importação por categoria de uso final – FOB	102
5.9	Importação por categoria de uso final – FOB	106
5.10	Reservas internacionais	127
5.11	Prazo médio da dívida externa registrada	135
5.12	Composição da dívida externa registrada.....	135
5.13	Indicadores de sustentabilidade externa.....	138
5.14	Cotações de títulos brasileiros no exterior	139

Capítulo	VI	
6.1	Taxas de juros oficiais	149
6.2	EUA: inflação	149
6.3	Área do Euro: inflação	150
6.4	Reino Unido: inflação	151
6.5	Japão: inflação	152
6.6	China: inflação	152
6.7	Bolsas – Reino Unido, Alemanha, Japão e EUA	154
6.8	<i>Chicago board option exchange volatility index (VIX)</i>	154
6.9	Bolsas de valores – Mercados emergentes	154
6.10	CDS Soberanos 5 anos	155
6.11	<i>Emerging Markets Bond Index Plus (Embi +)</i>	155
6.12	Retorno dos títulos do governo	156
6.13	Moeda de países desenvolvidos	156
6.14	Moeda de países emergentes	157
6.15	Índice IC-Br	157
6.16	Petróleo <i>Brent</i> – Mercado à vista	158



Introdução

A atividade econômica global, após registrar recuperação acentuada no início de 2011, refletiu o ambiente de elevação nos preços das *commodities*, iniciado no ano anterior; intensificação da crise fiscal em países periféricos da Área do Euro; tensões geopolíticas no norte da África e no Oriente Médio; e impactos econômicos do forte terremoto no nordeste do Japão. Nesse cenário, observou-se desaceleração importante na atividade das principais economias maduras, exceto na Área do Euro. A inflação, refletindo, de forma geral, os choques de oferta das *commodities* observados a partir do segundo semestre de 2010, seguiu registrando viés de alta nas principais economias desenvolvidas e emergentes. Nessas, aprofundaram-se os ciclos de restrição monetária e fiscal.

O agravamento da crise fiscal na Europa e de tensões da mesma natureza nos Estados Unidos da América (EUA), as perspectivas de moderação na atividade nessas economias, e seus possíveis desdobramentos sobre as principais economias maduras e emergentes, impactaram negativamente as expectativas de empresários e consumidores no segundo trimestre do ano. Nesse ambiente, em que importantes economias europeias registraram desaceleração da atividade, e a economia japonesa voltou a contrair-se, o aumento da percepção de risco se traduziu em acentuada volatilidade nos mercados financeiros.

O recuo nas previsões de crescimento das maiores economias se intensificou na segunda metade de 2011. Nesse cenário, embora nos EUA o consumo voltasse a dar sustentação à atividade, no Japão as ações de reconstrução e a recuperação das linhas de produção pós-catástrofe favorecessem o ritmo da atividade, e na China o crescimento fosse impactado marginalmente, a economia da Área do Euro registrou desaceleração importante, processo que, em ambiente de alta volatilidade nos mercados financeiros, manteve o viés desinflacionário para a economia mundial.

Em linha com a evolução do ambiente internacional, a economia brasileira não repetiu o crescimento vigoroso registrado no ano anterior. A moderação da atividade econômica no decorrer de 2011 mostrou-se compatível, ainda, com as ações de política implementadas desde o final de 2010, com o objetivo de ajustar as condições de liquidez interna e o descompasso entre oferta e demanda agregadas. Nesse contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão anual de 2,7% em 2011.

Ressalte-se que, em ambiente de retração econômica global, a expansão da economia brasileira seguiu sustentada pela demanda doméstica, com ênfase no dinamismo do consumo, que registrou o oitavo crescimento anual consecutivo, evidenciando, sobretudo, o impacto das condições favoráveis do mercado de trabalho e da manutenção dos programas governamentais de cunho social sobre a renda das famílias.

Nesse ambiente, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) realizou oito reuniões ordinárias no ano, conforme calendário pré-estabelecido. Nas cinco primeiras reuniões, avaliando que os riscos para a consolidação de um cenário inflacionário benigno derivavam, no âmbito externo, de elevações nos preços das *commodities* e, internamente, do descompasso entre os crescimentos da absorção doméstica e da capacidade de expansão da oferta, o Copom promoveu cinco elevações consecutivas, totalizando 175 p.b. na taxa básica de juros, fixada em 12,50% a.a. em julho.

Nas reuniões realizadas em agosto, outubro e em novembro, o Copom avaliou que o impacto sobre a inflação dos choques de oferta registrados na primeira metade do ano e que os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda passavam a ocorrer em intensidade decrescente. Nesse ambiente, em que ocorriam recuos no nível de utilização da capacidade instalada e substancial deterioração do cenário internacional, o Copom ponderou que o cenário prospectivo para a inflação passava a acumular sinais favoráveis e procedeu a três cortes consecutivos, totalizando 150 p.b. na taxa Selic, fixada em 11,0% a.a. na reunião de novembro.

No âmbito do setor externo, a percepção quanto à solidez das contas externas brasileiras neutralizou, em grande parte, o impacto da volatilidade dos mercados financeiros internacionais. Esse sentimento, em cenário de continuidade da consistência da política macroeconômica baseada nos pilares metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, traduziu-se em importantes elevações nas notas de crédito soberano do Brasil pelas agências de classificação de risco *Fitch*, em abril, *Moody's*, em junho, e *Standard and Poor's*, em novembro.

Nesse contexto, a posição externa brasileira mostrou-se confortável em 2011 sob vários aspectos: o *deficit* em transações correntes, medido como proporção do PIB, reduziu-se em relação ao ano anterior; a corrente de comércio de bens e serviços se expandiu; o passivo externo líquido, expresso pela Posição Internacional de Investimento (PII), decresceu em termos absolutos; e a cobertura do estoque das reservas internacionais sobre o principal de dívida vencendo em horizonte de doze meses avançou significativamente.

A apreensão quanto à evolução da dívida soberana de importantes países europeus não prejudicou os volumes captados pelo setor privado brasileiro, posicionando o Brasil, de acordo com estimativas prévias publicadas pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) no relatório *Global Investment Trends Monitor*, como quinto maior receptor de fluxos líquidos, atrás dos EUA, Reino Unido, China e Hong Kong.



A Economia Brasileira

Nível de atividade

A economia brasileira moderou a expansão em 2011, após crescimento vigoroso no ano anterior. Essa evolução mostrou-se compatível com as ações de política implementadas desde o final de 2010 e com o cenário de deterioração do ambiente econômico internacional, em especial a partir do segundo semestre do ano. Nesse contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão anual de 2,7% em 2011, ante 7,5% em 2010.

É relevante enfatizar que, em ambiente de retração da demanda externa, a expansão econômica foi sustentada pela demanda doméstica, com ênfase no dinamismo do consumo das famílias, que, refletindo, principalmente, as condições favoráveis do mercado de trabalho e a manutenção dos programas governamentais de distribuição de renda, registrou o oitavo crescimento anual consecutivo.

Produto Interno Bruto

O PIB cresceu 2,7% em 2011, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em valores correntes, o PIB a preços de mercado atingiu R\$4.143 bilhões no ano.

A análise pela ótica da demanda revela que a evolução anual do PIB decorreu de contribuições de 3,4 p.p. do componente doméstico e de -0,7 p.p. do setor externo. Os investimentos, evidenciando a evolução favorável da construção civil e a absorção de bens de capital, cresceram 4,7%, seguindo-se as expansões do consumo das famílias, 4,1%, e do consumo do governo, 1,9%. A contribuição negativa do setor externo refletiu elevações de 9,7% nas importações e de 4,5% nas exportações.

No âmbito da oferta, ocorreram elevações de 3,9% na agropecuária, de 2,7% nos serviços e de 1,6% na indústria. O resultado do setor agropecuário traduziu a expansão anual de 7% da safra de grãos e as variações respectivas de -2,8%, 6,6% e 9,4% nos abates de bovinos, aves e suínos. A evolução do setor de serviços foi impulsionada,

principalmente, pelas atividades serviços de informação, 4,9%; intermediação financeira, seguros, previdência e serviços relacionados, 3,9%; comércio, 3,4%; e transportes, armazenagem e correios, 2,8%, as duas últimas refletindo, essencialmente, as trajetórias dos setores agropecuário e industrial. O desempenho da indústria foi sustentado, em especial, pelos segmentos produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 3,8%;

Quadro 1.1 – PIB a preços de mercado

Ano	A preços de 2011 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 2011 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$)
1980	1 882 456	9,2	92,1	237 772	118 563	15 877	7,0	2 005
1981	1 802 452	-4,3	100,5	258 553	121 213	14 870	-6,3	2 133
1982	1 817 412	0,8	101,0	271 252	123 885	14 670	-1,3	2 190
1983	1 764 162	-2,9	131,5	189 459	126 573	13 938	-5,0	1 497
1984	1 859 427	5,4	201,7	189 744	129 273	14 384	3,2	1 468
1985	2 005 373	7,8	248,5	211 092	131 978	15 195	5,6	1 599
1986	2 155 576	7,5	149,2	257 812	134 653	16 008	5,4	1 915
1987	2 231 668	3,5	206,2	282 357	137 268	16 258	1,6	2 057
1988	2 230 329	-0,1	628,0	305 707	139 819	15 952	-1,9	2 186
1989	2 300 807	3,2	1 304,4	415 916	142 307	16 168	1,4	2 923
1990	2 200 722	-4,3	2 737,0	469 318	146 593	15 013	-7,1	3 202
1991	2 223 389	1,0	416,7	405 679	149 094	14 913	-0,7	2 721
1992	2 211 303	-0,5	969,0	387 295	151 547	14 592	-2,2	2 556
1993	2 320 205	4,9	1 996,1	429 685	153 986	15 068	3,3	2 790
1994	2 456 003	5,9	2 240,2	543 087	156 431	15 700	4,2	3 472
1995	2 559 740	4,2	93,9	770 350	158 875	16 112	2,6	4 849
1996	2 614 787	2,2	17,1	840 268	161 323	16 208	0,6	5 209
1997	2 703 044	3,4	7,6	871 274	163 780	16 504	1,8	5 320
1998	2 703 999	0,0	4,2	843 985	166 252	16 264	-1,5	5 077
1999	2 710 870	0,3	8,5	586 777	168 754	16 064	-1,2	3 477
2000	2 827 605	4,3	6,2	644 984	171 280	16 509	2,8	3 766
2001	2 864 735	1,3	9,0	553 771	173 808	16 482	-0,2	3 186
2002	2 940 882	2,7	10,6	504 359	176 304	16 681	1,2	2 861
2003	2 974 603	1,1	13,7	553 603	178 741	16 642	-0,2	3 097
2004	3 144 521	5,7	8,0	663 783	181 106	17 363	4,3	3 665
2005	3 243 877	3,2	7,2	882 439	183 383	17 689	1,9	4 812
2006	3 372 239	4,0	6,1	1 088 767	185 564	18 173	2,7	5 867
2007	3 577 656	6,1	5,9	1 366 544	187 642	19 066	4,9	7 283
2008	3 762 678	5,2	8,3	1 650 897	189 613	19 844	4,1	8 707
2009	3 750 271	-0,3	7,2	1 625 636	191 481	19 586	-1,3	8 490
2010	4 032 805	7,5	8,2	2 143 921	193 253	20 868	6,5	11 094
2011	4 143 013	2,7	7,0	2 475 066	194 947	21 252	1,8	12 696

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

construção civil, 3,6%; e indústria extrativa mineral, 3,2%, contrastando com o menor dinamismo da indústria de transformação, que cresceu 0,1% no ano.

Quadro 1.2 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto

Discriminação	2009	2010	2011
PIB	-0,3	7,5	2,7
Setor agropecuário	-3,1	6,3	3,9
Setor industrial	-5,6	10,4	1,6
Extrativa mineral	-3,2	13,6	3,2
Transformação	-8,7	10,1	0,1
Construção	-0,7	11,6	3,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,9	8,1	3,8
Setor serviços	2,1	5,5	2,7
Comércio	-1,0	10,9	3,4
Transporte, armazenagem e correio	-3,6	9,2	2,8
Serviços de informação	0,8	3,7	4,9
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	7,8	10,0	3,9
Outros serviços	3,2	3,7	2,3
Atividades imobiliárias e aluguel	2,6	1,7	1,4
Administração, saúde e educação públicas	3,0	2,3	2,3

Fonte: IBGE

A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, revela que o PIB cresceu moderadamente nos dois primeiros trimestres de 2011, apresentou ligeira retração no período seguinte, quando a atividade econômica foi impactada pela deterioração do cenário internacional, e voltou a crescer no último trimestre do ano.

O PIB cresceu 0,6% no primeiro trimestre do ano, em relação ao quarto trimestre de 2010. A análise sob a ótica da oferta revela que o desempenho trimestral do PIB decorreu de elevações respectivas de 4,4%, 1,7% e 0,4% no setor primário, na indústria

Quadro 1.3 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa

Discriminação	2009	2010	2011
PIB	-0,3	7,5	2,7
Consumo das famílias	4,4	6,9	4,1
Consumo do governo	3,1	4,2	1,9
Formação Bruta de Capital Fixo	-6,7	21,3	4,7
Exportações	-9,1	11,5	4,5
Importações	-7,6	35,8	9,7

Fonte: IBGE

e nos serviços. Ressalte-se que a agropecuária havia experimentado resultado negativo no segundo semestre de 2010, enquanto os serviços registravam trajetória crescente desde o início de 2009.

Pela ótica da demanda, os crescimentos da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do consumo das famílias atingiram 1,2% e 0,5% no primeiro trimestre, respectivamente, enquanto o consumo do governo recuou 0,1%. Adicionalmente, ocorreram retrações respectivas de 2,6% e 1,3% nas exportações e nas importações.

**Quadro 1.4 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior
com ajuste sazonal**

Percentual					
Discriminação		2011			
		I	II	III	IV
PIB a preço de mercado		0,6	0,5	-0,1	0,3
Ótica do produto					
Agropecuária		4,4	-1,1	2,5	0,9
Indústria		1,7	-0,3	-1,1	-0,5
Serviços		0,4	0,6	-0,2	0,6
Ótica da despesa					
Consumo das famílias		0,5	0,5	-0,1	1,1
Consumo do governo		-0,1	2,0	-0,8	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo		1,2	1,1	-0,4	0,2
Exportações		-2,6	2,5	1,9	1,9
Importações		-1,3	5,4	-0,5	2,6

Fonte: IBGE

O PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2011, em relação ao período anterior. A análise sob a ótica da produção revela variações trimestrais respectivas de -1,1%, -0,3% e 0,6% nos segmentos agropecuária, indústria e serviço. Ressalte-se o dinamismo do setor de serviços, que registrou o décimo aumento trimestral consecutivo na margem, enquanto a produção industrial experimentou arrefecimento no período.

Sob a ótica da demanda, em que o componente interno sustentou a evolução do PIB, ressaltou-se o crescimento de 2,0% do consumo do governo, seguindo-se as expansões trimestrais respectivas de 1,1% e 0,5% na FBCF e no consumo das famílias. O setor externo contribuiu de forma negativa para a evolução do PIB no trimestre, registrando-se elevações de 5,4% nas importações e de 2,5% nas exportações.

No terceiro trimestre de 2011, o PIB registrou retração de 0,1% em relação ao período anterior. A análise sob a ótica da produção revela crescimento trimestral de 2,5% na

agropecuária, contrastando com os recuos no setor de serviços, 0,2%, e na indústria, 1,1%, este o pior resultado trimestral do setor desde a crise internacional de 2008/2009.

Em relação aos componentes domésticos da demanda, ocorreram retrações no consumo das famílias, 0,1%; na FBCF, 0,4%; e no consumo do governo, 0,8%, enquanto no âmbito do setor externo as exportações cresceram 1,9%, e as importações recuaram 0,5%.

O PIB registrou expansão de 0,3% no último trimestre do ano em relação ao trimestre imediatamente anterior. A análise sob a ótica da produção evidencia o crescimento trimestral de 0,9% na agropecuária e de 0,6% no setor de serviços, contrastando com o recuo de 0,5% na indústria, terceiro resultado negativo do setor em sequência, nessa base de comparação.

Em relação à demanda, o componente doméstico registrou elevações no consumo das famílias, 1,1%; no consumo do governo, 0,4%; e na FBCF, 0,2%, enquanto no âmbito do setor externo ocorreram aumentos de 1,9% nas exportações e de 2,6% nas importações.

Quadro 1.5 – PIB – Valor corrente, por componente

Em R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011
Produto Interno Bruto a preços de mercado	3 032 203	3 239 404	3 770 085	4 143 013
Ótica do produto				
Setor agropecuário	152 612	157 232	171 177	192 653
Setor industrial	719 987	749 699	905 852	972 156
Setor serviços	1 707 850	1 887 448	2 150 151	2 366 062
Ótica da despesa				
Consumo final	2 398 945	2 666 752	3 045 956	3 356 136
Consumo das famílias	1 786 840	1 979 751	2 248 624	2 499 489
Consumo da administração pública	612 105	687 001	797 332	856 647
Formação Bruta de Capital	627 497	577 846	763 012	817 261
Formação Bruta de Capital Fixo	579 531	585 317	733 712	798 720
Variação de estoques	47 966	-7 471	29 300	18 540
Exportação de bens e serviços	414 295	355 653	409 868	492 570
Importação de bens e serviços (-)	408 534	360 847	448 752	522 953

Fonte: IBGE

Índice de atividade do Banco Central

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) aumentou 2,7% em 2011, após elevação de 7,6% no ano anterior. A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, revela que o indicador registrou crescimento de 1,4% no

trimestre encerrado em março, em relação ao finalizado em dezembro de 2010, seguindo-se retrações de 0,2% e 0,3% nos dois períodos seguintes e aumento de 0,1% no último trimestre do ano.

Investimentos

Os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 4,7% em 2011, de acordo com o IBGE, indicando expansão da capacidade produtiva da economia pelo segundo ano consecutivo

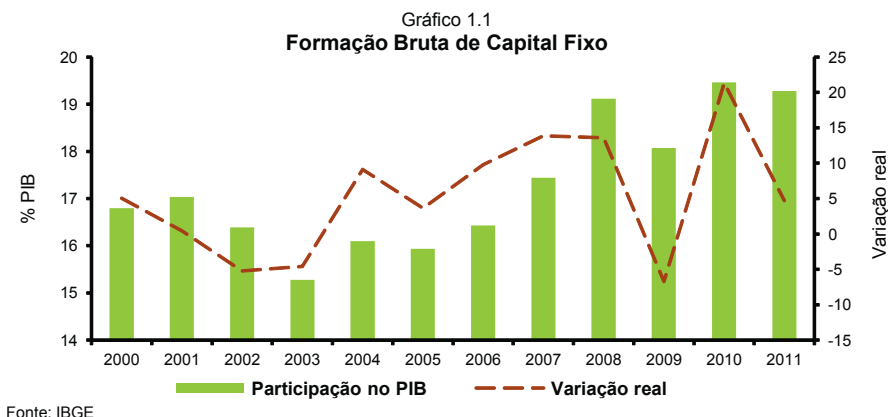
Quadro 1.6 – Formação Bruta de Capital (FBC)

Percentual						
Ano	Participação na FBC				A preços correntes	
	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)			Variação de estoques	FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção	Máquinas e	Outros			
	civil	equipamentos				
1995	44,5	48,9	8,3	-1,6	18,3	18,0
1996	48,2	43,5	7,3	1,0	16,9	17,0
1997	49,5	43,1	7,0	0,3	17,4	17,4
1998	51,9	40,8	6,9	0,3	17,0	17,0
1999	50,6	37,2	7,8	4,4	15,7	16,4
2000	45,7	39,3	7,1	7,9	16,8	18,3
2001	43,9	43,3	7,3	5,5	17,0	18,0
2002	47,8	44,8	8,5	-1,2	16,4	16,2
2003	42,8	45,3	8,7	3,1	15,3	15,8
2004	41,1	45,0	7,9	6,0	16,1	17,1
2005	41,6	49,0	7,7	1,6	15,9	16,2
2006	39,6	50,6	7,8	1,9	16,4	16,8
2007	36,5	51,5	7,2	4,8	17,4	18,3
2008	33,5	52,4	6,5	7,6	19,1	20,7
2009	42,8	50,8	7,7	-1,3	18,1	17,8
2010	39,1	50,5	6,6	3,8	19,5	20,2
2011	40,4	51,2	6,1	2,3	19,3	19,7

Fonte: IBGE

A absorção de bens de capital aumentou 5,8% no ano, resultado de aumentos respectivos de 3,3%, 2,5% e 12,9% na produção, na exportação e na importação desses bens. Vale ressaltar que a expansão anual da indústria de bens de capital refletiu, em grande parte, o desempenho dos segmentos equipamento de transportes, 12,4%; peças agrícolas, 10,6%; bens industriais não seriados, 10,3%; e bens destinados à construção 5,6%.

A produção de insumos típicos da construção civil registrou crescimento de 4,1% em 2011. O resultado, embora expressivo, representou moderação importante em relação ao aumento anual de 11,9% registrado no ano anterior, evolução consistente com a continuidade da expansão, ainda que em menor intensidade, do mercado de trabalho e do crédito habitacional.



Quadro 1.7 – Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Variação percentual		
	2009	2010	2011
Bens de capital	-17,4	20,9	3,3
Industrial	-28,1	22,1	4,0
Seriados	-31,6	27,3	2,8
Não seriados	-6,6	-0,5	10,3
Agrícolas	-28,5	31,7	-4,4
Peças agrícolas	-38,4	13,9	10,6
Construção	-48,5	95,8	5,6
Energia elétrica	-32,5	-3,8	-11,1
Transportes	-8,8	26,0	12,4
Misto	-14,7	13,4	-4,4

Fonte: IBGE

Os desembolsos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpa) – totalizaram R\$138,9 bilhões em 2011, retraindo-se 17,5% em relação ao ano anterior, quando o crescimento havia atingido 23,5%. A análise por setores revela que os recursos destinados à indústria extrativa, embora aumentassem 136,5% no ano, corresponderam a 2,6% do total. Os desembolsos destinados à indústria de transformação, que representaram 29% do total, recuaram 47,9%, enquanto os direcionados aos segmentos comércio e serviços e à agropecuária, que representaram, na ordem, 61,4% e 7% do total, registraram variações anuais

respectivas de 7,2% e -3,6%. Desconsiderado o desembolso de R\$24,8 bilhões relacionado à operação de capitalização da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), realizado em setembro de 2010, os desembolsos totais e os destinados à indústria de transformação registram recuos respectivos de 3,3% e 23,3%, no ano.

Quadro 1.8 – Desembolsos do Sistema BNDES^{1/}

Em R\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011
Total	136 356	168 423	138 873
Por setor			
Indústria de transformação	60 302	77 255	40 270
Comércio e serviços	65 979	79 528	85 265
Agropecuária	6 856	10 126	9 759
Indústria extrativa	3 219	1 514	3 579

Fonte: BNDES

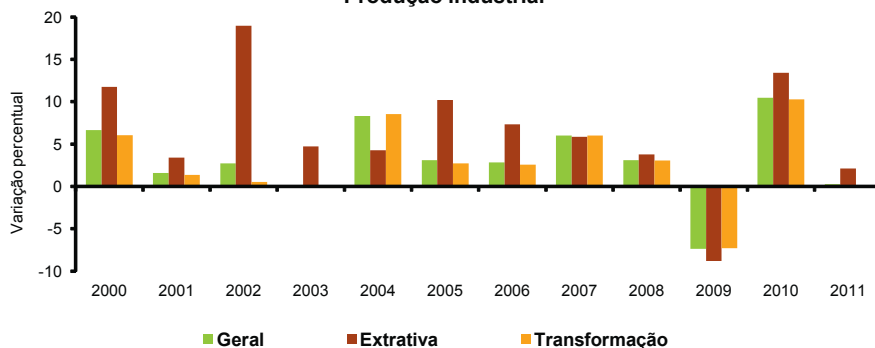
^{1/} Compreende o BNDES, a Finame e o BNDESpar.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como indexador de financiamentos contratados junto ao sistema BNDES, permaneceu em 6% a.a. ao longo do ano.

Indicadores da produção industrial

A produção física da indústria registrou crescimento anual de 0,4% em 2011, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, após expansão de 10,5% em 2010 e declínio de 7,4% em 2009. O desempenho da indústria resultou dos aumentos de 2,1% da indústria extrativa e de 0,2% da indústria de transformação. Ressalte-se que a análise na margem evidencia que o setor industrial, após registrar expansão de 1,1% no primeiro trimestre do ano, experimentou recuos respectivos de 0,7%, 0,8% e 1,4% nos demais trimestres de 2011.

Gráfico 1.2
Produção industrial



Fonte: IBGE



O exame da evolução anual da produção industrial por categorias de uso revela o melhor desempenho da indústria de bens de capital, que cresceu 3,3% em 2011, com ênfase no desempenho das atividades veículos automotores, 15,4%; material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, 6,9%; e outros equipamentos de transporte, 5,6%.

Quadro 1.9 – Produção industrial

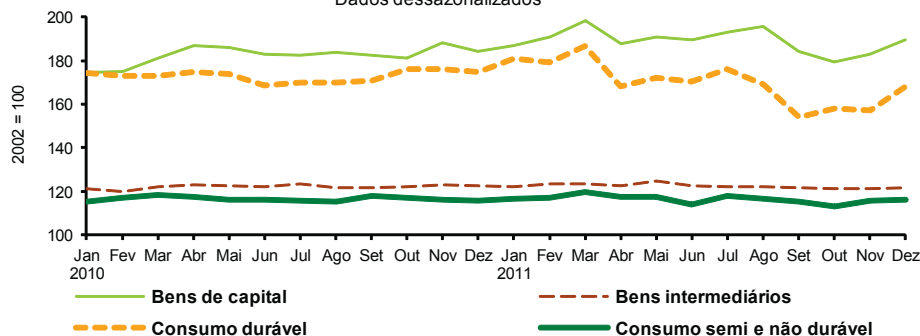
Discriminação	Variação percentual		
	2009	2010	2011
Total	-7,4	10,5	0,4
Por categorias de uso			
Bens de capital	-17,4	20,9	3,3
Bens intermediários	-8,8	11,4	0,3
Bens de consumo	-2,7	6,4	-0,5
Duráveis	-6,4	10,3	-2,0
Semi e não duráveis	-1,5	5,3	0,0

Fonte: IBGE

A produção de bens intermediários cresceu 0,3% no ano, destacando-se os aumentos respectivos de 5,5%, 4% e 3,2% nas atividades veículos automotores para esse fim, produtos de metal e minerais não metálicos, contrastando com os recuos nas indústrias têxtil, 13,4%, e de alimentos, 3,2%.

A indústria de bens de consumo semi e não duráveis registrou retração de 0,2%, ressaltando-se os decréscimos nas atividades têxtil, 20%, e calçados e couro, 12,2%, e as expansões de 3,3% na atividade farmacêutica e 1,8% em refino de petróleo e produção de álcool. A produção de bens de consumo duráveis, impactada pelo decréscimo de 7,8% na indústria de veículos automotores, recuou 2% no ano.

Gráfico 1.4
Produção industrial – Por categoria de uso
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

A análise por principais atividades evidencia que 14 dos 27 segmentos pesquisados pelo IBGE apresentaram crescimento da produção no ano, destacando-se os relativos a fumo, 13,4%; equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros, 11,2%; e a outros equipamentos de transporte, 7,9%. Em sentido inverso, as atividades têxtil, calçados e couro e máquinas para escritório e equipamentos de informática registraram recuo anual de 14,8%, 10,4% e 4,9%, respectivamente. A produção de alimentos, atividade de maior peso na indústria geral, decresceu 0,2% em 2011.

A produção industrial apresentou crescimento em nove das treze unidades federativas pesquisadas pelo IBGE, sobressaindo os registrados no Paraná, 7%; no Espírito Santo, 6,8%; e em Goiás, 6,7%. Em oposição, ocorreram recuos nas indústrias do Ceará, 11,7%; de Santa Catarina, 4,8%; e da Bahia, 4,4%. A indústria de São Paulo, estado com maior participação na indústria nacional, cresceu 0,6% em 2011.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria apresentou trajetória declinante em 2011, atingindo 83,4% em dezembro, ante 84,9% em igual período de 2010. Consideradas as médias anuais, o Nuci recuou 0,8 p.p. em 2011, atingindo 84%. O pessoal ocupado assalariado na indústria registrou crescimento anual de 1% em 2011.

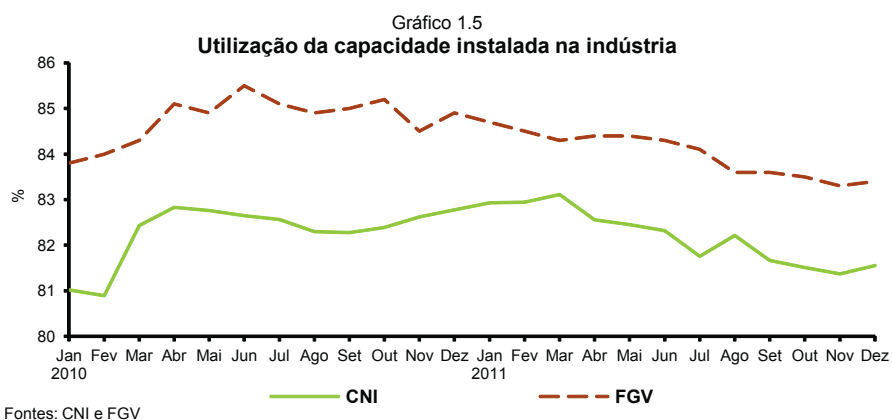
Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada na indústria^{1/}

Percentual

Discriminação	2009	2010	2011
Indústria de transformação	80,2	84,8	84,0
Bens de consumo finais	82,5	85,4	83,2
Bens de capital	75,5	83,4	84,4
Materiais de construção	85,3	90,1	89,1
Bens de consumo intermediários	80,8	85,8	85,5

Fonte: FGV

1/ Média do ano.



O Índice de Confiança da Indústria (ICI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atingiu 101,8 pontos ao final de 2011, patamar 12,7 pontos inferior ao registrado em dezembro de 2010, dados dessazonalizados. O componente que avalia a situação atual atingiu 102,4 pontos, e o relativo às expectativas, 101,1 pontos, experimentando recuos respectivos de 13,8 pontos e 11,7 pontos em relação a dezembro de 2010.

Cabe ressaltar que o fraco desempenho da indústria em 2011 refletiu, por um lado, a maior competitividade externa, favorecida, em parte, pela valorização da moeda doméstica, e, por outro lado, as elevações dos custos de mão de obra. Nesse sentido, ressaltou-se que o *quantum* das importações de bens intermediários e de bens de consumo duráveis cresceram 6,5% e 27,1%, respectivamente, em 2011, e o salário médio na indústria aumentou 4,3% em termos reais, refletindo o maior dinamismo do mercado de trabalho. Com o intuito de estimular a atividade fabril, o governo federal implementou, em agosto, conjunto de medidas denominado Plano Brasil Maior, com objetivo de favorecer o aumento dos investimentos e do esforço tecnológico¹.

Serviços

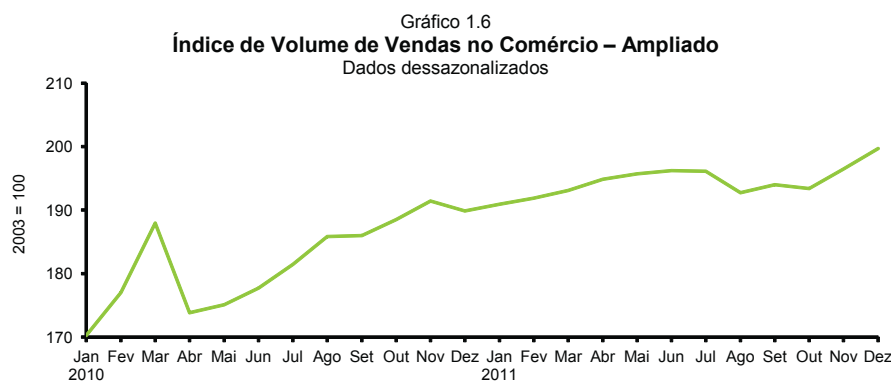
O crescimento do setor de serviços, ainda que com menor dinamismo em relação a 2010, constituiu-se no principal determinante da expansão econômica em 2011. O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da FGV, que reflete a confiança do empresariado do setor, registrou o patamar médio de 131,2 pontos em 2011, acima da linha de indiferença de 100 pontos, sinalizando expectativas favoráveis em relação à confiança das empresas do setor. Ainda assim, o indicador recuou 1% no ano após registrar elevação anual de 16,2% em 2010. O resultado decorreu de retração de 1,2% no Índice da Situação Atual (ISA-S) e de 0,9% no Índice de Expectativas (IE-S).

1/ Maior detalhamento do Plano Brasil Maior encontra-se na página 60, do Capítulo IV deste relatório.

O Índice Gerente de Compras (PMI-Serviços), relacionado ao quesito atividade de negócios, atingiu média de 53 pontos em 2011, ante 52,6 pontos em 2010, sugerindo a continuidade do dinamismo no setor.

Indicadores de comércio

Os indicadores da atividade varejista em 2011, refletindo a persistência das condições favoráveis nos mercados de trabalho e de crédito, evidenciaram a manutenção, embora em ritmo mais moderado, do dinamismo registrado pelo setor nos últimos anos. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, o Índice de Volume de Vendas no Comércio Ampliado aumentou 6,6% em 2011, após crescimento de 12,2% em 2010, 6,8% em 2009 e 9,9% em 2008. O conceito restrito, que exclui os segmentos automobilístico e de material de construção, apresentou aumento de 6,7%, 10,9%, 5,9% e 9,1%, respectivamente, nos anos mencionados. Destacou-se, em 2011, o aumento nas vendas de equipamentos e material para informática e comunicação, 19,6%; móveis e eletrodomésticos, 16,6%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 9,7%; e material de construção, 9,1%.



Fonte: IBGE

A análise regional revela que o comércio ampliado registrou aumento anual de 7,8% na região Sul, seguindo-se o aumento no Sudeste, 7,2%; no Centro-Oeste, 6,5%; no Nordeste, 6,4%; e no Norte, 6,1%. Consideradas as unidades da Federação, destacaram-se as expansões nas vendas em Tocantins, 22,2%; Espírito Santo, 15%; Paraíba, 10%; Maranhão, 9,6%; Roraima, 9,5%; e Mato Grosso, 9,2%, e o recuo de 4,6% observado no Amapá.

A receita nominal de vendas do comércio ampliado aumentou 9,4% em 2011, resultado de elevações de 6,6% no volume de vendas e de 2,6% nos preços. Excetuando-se as

elevações respectivas de 3,4% e 4,6% nos segmentos equipamento e material para escritório, informática e comunicação, e veículos, motos, partes e peças, as expansões da receita nominal superaram a inflação anual de 6,5%, registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, no período, em todos os segmentos pesquisados. Destacaram-se, no ano, o aumento da receita nominal nos segmentos artigo farmacêutico, médico, ortopédico e de perfumaria, 14,1%; móveis e eletrodomésticos, 13,1%; material de construção, 12,9%; tecidos, vestuário e calçados, 11,8%; e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 11,4%.

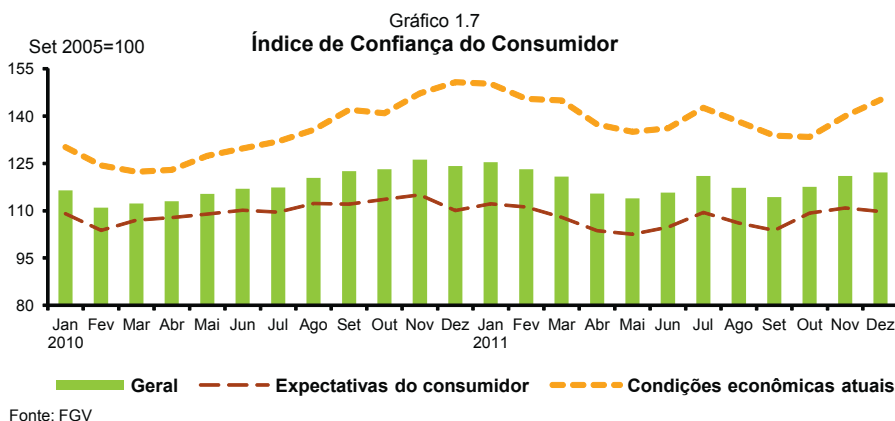
As vendas do setor automobilístico, refletindo as medidas macroprudenciais adotadas em dezembro de 2010, apresentaram desempenho inferior aos observados nos anos anteriores. Nesse sentido, as vendas de automóveis e comerciais leves registraram aumento anual de 2,9% em 2011, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), menor taxa desde 2004. Na mesma linha, as vendas de autoveículos nacionais no mercado interno, divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), recuaram 2,8% em 2011. Ressalte-se a ampliação da participação de veículos importados nas vendas do mercado doméstico, de 21,7%, em dezembro de 2010, para 27%, em dezembro de 2011.

As vendas reais do setor supermercadista, segmento com peso aproximado de 32% na PMC, registraram elevação anual de 3,7% em 2011, de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), ratificando a continuidade da tendência de crescimento iniciada em 2007, mas em ritmo mais moderado que o observado nos três anos anteriores. O arrefecimento refletiu, em parte, a elevação nos preços dos produtos alimentares, em decorrência do choque de *commodities* agrícolas no segundo semestre de 2010.

Os indicadores de inadimplência no comércio registraram, em 2011, patamares superiores aos observados em 2010. A inadimplência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), medida pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) atingiu, em média 5,7% em 2011, ante 5,2% no ano anterior, considerando o número de inscrições líquido no cadastro do SPC, relativizado pelo volume de consultas ao sistema.

O Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela *Ipsos Public Affairs* para a ACSP, registrou crescimento anual de 2,5% em 2011, ante 15,6% no ano anterior. Regionalmente, observou-se elevação da confiança do consumidor nas regiões Sul, 10,3%, Sudeste, 3,3%, e Norte/Centro-Oeste, 0,6%, e retração de 3,3% na região Nordeste.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da FGV, cresceu 0,6% no ano, resultado de elevação de 4,8% no Índice da Situação Atual (ISA) e recuo de 2,1% no Índice de Expectativas (IE).



Indicadores de produção agropecuária

A safra de cereais, leguminosas e oleaginosas registrou aumento anual de 7% em 2011, atingindo o recorde de 159,9 milhões de toneladas de grãos, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE. Essa trajetória, refletindo crescimento de 4,6% na área colhida e de 2,3% no rendimento médio, foi favorecida, em parte, pelos aumentos anuais respectivos de 18,9% e 9,4% nas culturas de arroz e soja. Em âmbito regional, destacaram-se as participações respectivas de 19,7%, 19,5% e 18,5% dos estados do Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, na produção total de grãos.

A produção de soja totalizou 74,9 milhões de toneladas em 2011. A expansão anual de 9,4%, resultante de aumentos de 3,3% na área colhida e de 5,9% na produtividade média, refletiu os recordes históricos de produtividade registrados nos principais centros produtores, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. As exportações do grão cresceram 13,5% no ano, após elevação de 1,8% em 2010.

A safra de arroz totalizou 13,4 milhões de toneladas, ressaltando-se que o aumento anual de 18,9%, decorrente de elevações de 17,2% na produtividade média e de 1,4% na área colhida, refletiu, essencialmente, as condições climáticas favoráveis no Rio Grande do Sul, principal estado produtor.

A produção de milho atingiu 56,3 milhões de toneladas. O aumento anual de 0,4%, em cenário de variações respectivas de 3,4% e -2,9% na área colhida e na produtividade média, decorreu de crescimento de 3,2% na primeira safra, favorecido pela ocorrência de condições climáticas adequadas, e contração de 3,7% na segunda safra, impactada por adversidades climáticas no Paraná.

Quadro 1.11 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	2010	2011
Grãos	149,6	160,1
Caroço de algodão	1,8	3,1
Arroz (em casca)	11,3	13,4
Feijão	3,2	3,5
Milho	56,1	56,3
Soja	68,5	74,9
Trigo	6,0	5,7
Outros	2,7	3,2
Variação da safra de grãos (%)	11,6	7,0
Outras culturas		
Banana	7,0	6,7
Batata-inglesa	3,6	3,9
Cacau (amêndoas)	0,2	0,2
Café (beneficiado)	2,9	2,7
Cana-de-açúcar	719,2	715,1
Fumo (em folhas)	0,8	1,0
Laranja	19,1	19,8
Mandioca	24,4	25,3
Tomate	3,7	4,1

Fonte: IBGE

A cultura de feijão totalizou 3,5 milhões de toneladas, elevando-se 9,3% no ano, com ênfase no desempenho da primeira safra. O crescimento anual resultou de elevação de 6,4% na área colhida e de 2,8% na produtividade média.

A safra de caroço de algodão herbáceo atingiu 3,1 milhões de toneladas em 2011. O aumento anual de 72,7% refletiu, fundamentalmente, o crescimento de 70,2% na área colhida.

Quadro 1.12 – Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas

Variação percentual

Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Grãos	11,6	7,0	-1,5	4,6	13,4	2,3
Algodão (caroço)	0,0	72,7	1,9	70,2	-1,8	1,4
Arroz (em casca)	-10,3	18,9	-6,2	1,4	-4,4	17,2
Feijão	-9,1	9,3	-16,6	6,4	9,0	2,8
Milho	9,4	0,4	-7,1	3,4	17,8	-2,9
Soja	20,3	9,4	7,1	3,3	12,4	5,9
Trigo	21,6	-5,6	-10,5	-1,9	35,9	-3,9

Fonte: IBGE

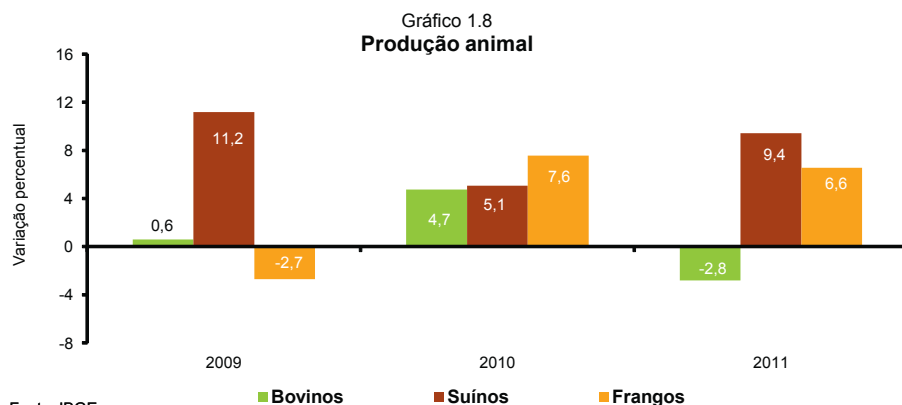
A produção de trigo recuou 5,6% no ano, totalizando 5,7 milhões de toneladas. Verificou-se decréscimo de 3,9% no rendimento médio, impactado por geadas e estiagem ocorridas na região Sul, e de 1,9% na área colhida.

A safra de cana-de-açúcar somou 715,1 milhões de toneladas. A retração anual de 0,6% refletiu as variações respectivas de -5,3% e 5% na produtividade média e na área colhida.

A produção de café, em ciclo bianual de baixa produtividade, atingiu 2,7 milhões de toneladas. O recuo anual de 7,5% decorreu de contrações de 2,3% na área colhida e de 5,3% na produtividade média.

Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, a produção de carnes de aves, bovina e de suínos totalizou, na ordem, 11,4 milhões, 6,8 milhões e 3,4 milhões de toneladas em 2011, registrando variação anual de 6,6%, -2,8% e 9,4%, respectivamente. O *quantum* das exportações dos itens mencionados assinalaram variações anuais respectivas de 3,2%, -13,8% e -5,9%.



Política agrícola

O plano agrícola e pecuário 2011/2012, divulgado em junho pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disponibilizou R\$122,2 bilhões, total 7,2% superior ao do plano anterior. Foram destinados R\$107,2 bilhões à agricultura empresarial e R\$15 bilhões à agricultura familiar.

No âmbito da agricultura empresarial, R\$80,2 bilhões foram destinados para custeio e comercialização, representando aumento anual de 6,1%, dos quais R\$64,1 bilhões a taxas de juros controlados (6,75% a.a.) e R\$16,1 bilhões a taxas de juros livres. Os recursos direcionados a investimento somaram R\$20,5 bilhões, crescimento anual de 13,9%, dos quais R\$10,5 bilhões disponibilizados pelo BNDES e pelo Banco do Brasil.

O Programa de Incentivo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora) foram incorporados ao Programa de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC). As destinações de recursos para o Programa de Baixo Carbono e para Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro) atingiram R\$3,15 bilhões e R\$850 milhões, respectivamente.

Produtividade

A produtividade do trabalho industrial, definida como a razão entre o índice de produção física do setor e o indicador do número de horas pagas ao pessoal ocupado assalariado na produção fabril, ambos divulgados pelo IBGE, registrou estabilidade em 2011, ante variação de 6,1% em 2010 e de -2,2% em 2009. Ocorreu variação nula na produtividade da indústria de transformação e de 1,3% na indústria extrativa. Dentre os setores pesquisados, ressaltam-se os acréscimos nas atividades fumo, 20,2%; papel e gráfica, 10%; e madeira, 10,1%, que contrastaram com a retração assinalada nas atividades têxtil, 13,5%; máquinas e aparelhos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações, 6,1%; e calçados e couro, 4,7%.

A produtividade do trabalho industrial recuou em seis das dez unidades federativas pesquisadas pelo IBGE, destacando-se a retração observada no Ceará, 9,4%; na Bahia, 5,9%; e em Pernambuco, 5,6%, em oposição ao aumento registrado no Espírito Santo, 6,4%; no Paraná, 6,2%; e em São Paulo, 2,1%.

A produtividade média do setor agrícola, estimada pela razão entre a produção de grãos e a área colhida, aumentou 2,3% no ano, evolução compatível com os crescimentos anuais respectivos de 5,6% e 29,8% registrados na produção nacional e nas importações de fertilizantes agrícolas. As vendas de máquinas agrícolas no mercado interno recuaram 5,1% no ano, de acordo com a Anfavea, resultado de retrações respectivas de 27,7% e 6,8% nas vendas de cultivadores motorizados e de tratores de rodas, e de aumento de 18% nas relativas a colheitadeiras.

Energia

A produção de petróleo, incluindo líquidos de gás natural (LGN), cresceu 2,6% no ano, ante 5,3% em 2010, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção média atingiu 2,193 milhões de barris/dia (mbd), ante 2,137 mbd no ano anterior, registrando-se o maior patamar em dezembro, 2,301 mbd, e o menor em agosto, 2,140 mbd. A produção de gás natural aumentou 4,9% em 2011, atingindo média de 0,415 mbd.

O total de óleo processado nas refinarias aumentou 4,3% em 2011, atingindo 1,831 mbd. As importações de petróleo cresceram 2% no ano, somando 0,355 mbd, e as exportações recuaram 4,2%, situando-se em 0,605 mbd.

O consumo de derivados de petróleo cresceu 6,9% no mercado interno em 2011, com ênfase no aumento nos itens gasolina automotiva, 18,8%; querosene de aviação, 10,8%; óleo diesel, 5,2%; e gasolina de aviação, 0,7%, contrastando com o recuo no consumo de óleo combustível, 25,1%, e de querosene iluminante, 7,1%. O consumo de álcool recuou 13,6% no ano, resultado de redução de 28,7% nas vendas de álcool hidratado e de aumento de 18,5% nas relativas a álcool anidro.

Quadro 1.13 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	2009	2010	2011
Petróleo	1 481	1 651	1 764
Óleos combustíveis	86	84	63
Gasolina	328	392	466
Óleo diesel	763	848	892
Gás liquefeito	209	216	222
Demais derivados	95	109	121
Álcool carburante	393	381	329
Anidro	109	122	144
Hidratado	284	259	185

Fonte: ANP

O consumo nacional de energia elétrica aumentou 3,3% em 2011, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Ocorreram aumentos nos segmentos comercial, 6,3%; residencial, 4,5%; outros, que inclui iluminação pública, serviços e poderes públicos e o setor rural, 2,7%; e industrial, 2,2%.

O consumo de energia elétrica registrou crescimento anual em todas as cinco regiões geográficas do país, expandindo-se 8,6% no Centro-Oeste, 5,7% no Norte, 3,8% no Sul, 2,7% no Sudeste e 0,9% no Nordeste.

Quadro 1.14 – Consumo de energia elétrica^{1/}

GWh

Discriminação	2009	2010	2011
Total	388 676	416 456	430 188
Por setores			
Comercial	65 325	69 141	73 502
Residencial	100 751	107 235	112 089
Industrial	166 163	180 779	184 685
Outros	56 440	59 299	60 912

Fonte: EPE

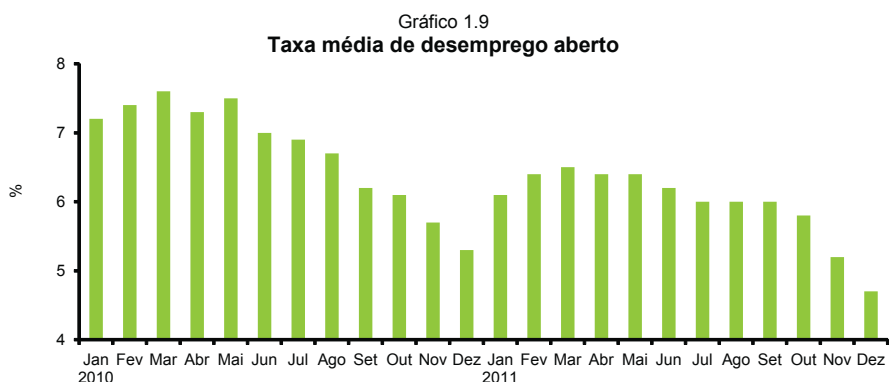
1/ Não inclui autoprodutores.

Indicadores de emprego

O mercado de trabalho manteve evolução favorável em 2011. A média anual da taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas do país, atingiu 6,0% no ano, a menor da série iniciada em 2002, recuando 0,7 p.p. em relação a 2010. Essa evolução decorreu de aumentos anuais de 2,1% no pessoal ocupado e de 1,2% na População Economicamente Ativa (PEA).

A formalização do emprego se intensificou em 2011, registrando-se aumento de 6,2% no número de empregados com carteira de trabalho assinada e recuo de 5,3% e 0,6% nos contingentes de trabalhadores sem carteira e dos que trabalham por conta própria.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1,6 milhão de empregos formais em 2011, terceiro melhor resultado desde o início da série, em 1985, mas 26,7% inferior ao



Fonte: IBGE

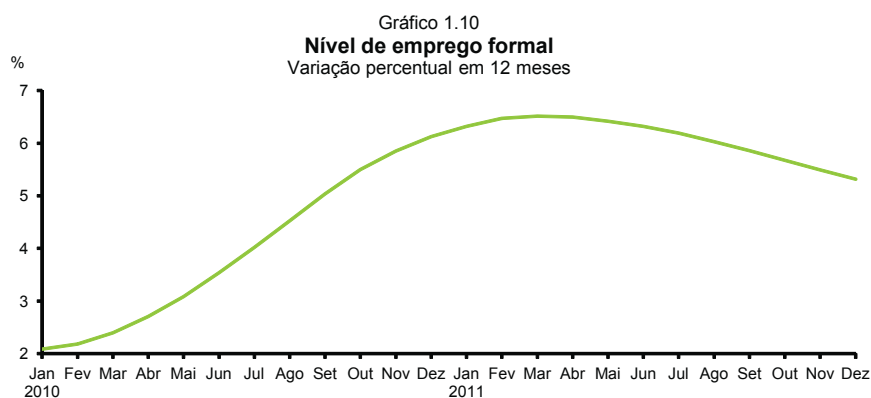
observado em 2010. Destacaram-se, no ano, as contratações líquidas registradas nos setor de serviços, 786 mil; no comércio, 369 mil; e na indústria de transformação, 175 mil.

Quadro 1.15 – Emprego formal – Admissões líquidas

Em mil			
Discriminação	2009	2010	2011
Total	995,1	2 136,9	1 566,0
Por setores			
Indústria de transformação	10,9	485,0	174,7
Comércio	297,2	519,6	368,6
Serviços	500,2	864,3	786,3
Construção civil	177,2	254,2	149,0
Agropecuária	-15,4	-25,9	50,5
Serviços industriais de utilidade pública	5,0	17,9	7,7
Outros ^{1/}	20,1	22,0	29,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.



Fonte: MTE

Indicadores de salários e rendimentos

O rendimento médio habitual do trabalho principal nas regiões abrangidas pela PME aumentou 2,7% em 2011, registrando-se variações respectivas de 1,4% e 6,1% nos segmentos de empregados do setor privado com e sem carteira de trabalho assinada. Nos setores de atividade, os maiores ganhos ocorreram na indústria de transformação, 5,1%; na construção civil, 5%; e no comércio, 1,7%, contrastando com o recuo de 1,8% no setor de serviços. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitual pelo número de ocupados, cresceu 4,8% no ano.

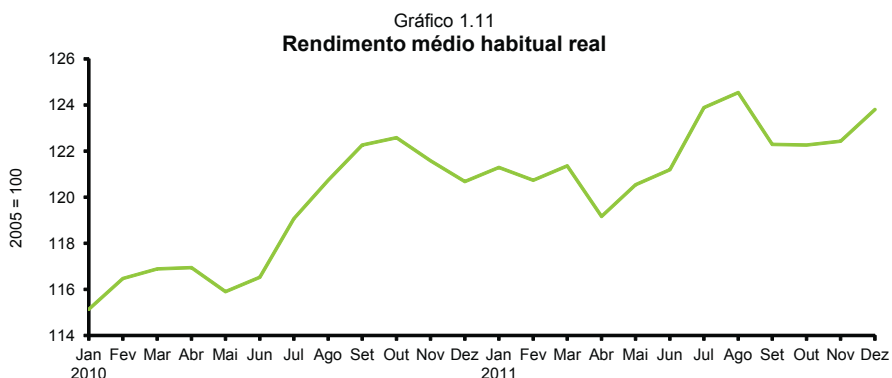
Quadro 1.16 – Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2011

Variação percentual

Discriminação	Nominal	Real ^{1/}
Total	9,4	2,7
Posição na ocupação no setor privado		
Com carteira	8,0	1,4
Sem carteira	12,9	6,1
Conta própria	10,8	4,0
Por setor (empregado)		
Setor privado	9,3	2,6
Setor público	8,7	2,1

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.



Fonte: IBGE

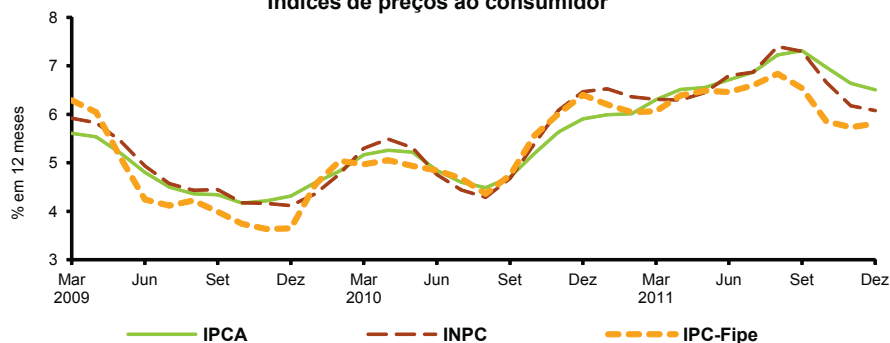
Indicadores de preços

A aceleração registrada nos índices de preços ao consumidor em 2011 refletiu, em especial, o comportamento dos preços monitorados, com ênfase no aumento dos itens gasolina, ônibus urbano, passagem aérea e taxa de água e esgoto. Os preços livres, evidenciando a desaceleração nos grupos alimentação e artigos de residência, registraram menor elevação em 2011. A variação do IPCA, calculado pelo IBGE, atingiu 6,50%, situando-se no intervalo estipulado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação.

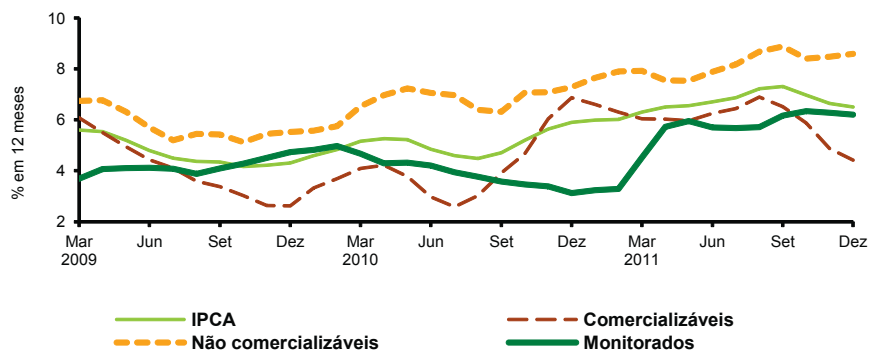
Índices gerais de preços

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela FGV, que agrega o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com peso de 60%, 30% e 10%, respectivamente, registrou variação de 5,00% em 2011, ante 11,30% no ano anterior.

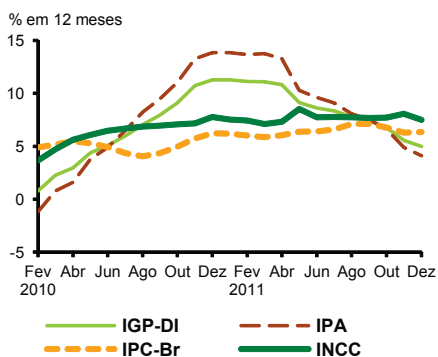
Gráfico 1.12
Índices de preços ao consumidor



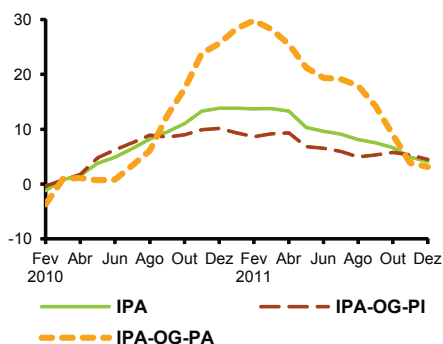
IPCA



IGP-DI e seus componentes



IPA segundo a origem



Fontes: IBGE, Fipe e FGV

O IPA aumentou 4,12% no ano, ante 13,85% em 2010, resultado de variações anuais respectivas de 4,46% e 3,15% nos preços dos produtos industriais e dos produtos agrícolas, que haviam aumentado, na ordem, 10,13% e 25,61%, em 2010. O IPC cresceu 6,36%, e o INCC, 7,49%, ante 6,24% e 7,77%, respectivamente, em 2010.

Índices de preços ao consumidor

A variação do IPCA, que considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos, atingiu 6,50% em 2011, ante 5,91% no ano anterior e 4,31% em 2009. O resultado decorreu de aumento de 6,20% nos preços dos bens e serviços monitorados² e de 6,63% nos preços livres, ante 3,13% e 7,09%, respectivamente, no ano anterior.

Aceleração, de 3,13% para 6,20%, nos preços monitorados, evidenciou, em especial, os aumentos anuais nos preços dos itens ônibus urbano, gasolina, remédios, passagem aérea, e plano de saúde, enquanto a menor elevação nos preços livres, de 7,09% para 6,63%, esteve associada, principalmente, à moderação na variação dos preços dos alimentos, em especial dos itens bovinos, feijão, acúcares, aves e alimentos *in natura*.

Quadro 1.17 – Participação de itens no IPCA em 2011

Variação percentual

Itens	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2010	Variação acumulada em 2011	Contribuição acumulada em 2011	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,00	5,91	6,50	6,50	100,00
Alimentação fora do domicílio	8,23	9,82	10,47	0,86	13,25
Empregado doméstico	3,61	11,81	11,38	0,41	6,32
Cursos	5,07	6,64	8,09	0,41	6,30
Aluguel	2,88	7,43	11,00	0,32	4,86
Recreação	3,43	5,31	5,89	0,20	3,11
Leite e derivados	2,03	11,42	8,06	0,16	2,52
Bovinos	2,48	29,66	3,62	0,09	1,38
Açúcares (refinado e cristal)	0,59	23,38	1,06	0,01	0,10
Feijões	0,33	51,55	-5,57	-0,02	...
Automóvel usado	1,10	-2,01	-3,71	-0,04	...
TV, som e informática	0,47	-12,25	-11,26	-0,05	...
Alimentos <i>in natura</i>	1,68	0,32	-3,75	-0,06	...
Automóvel novo	2,23	-1,04	-2,87	-0,06	...

Fonte: IBGE

1/ Média de 2011.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

2/ Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre os produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

Quadro 1.18 – Participação dos grupos no IPCA em 2011

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2010	Variação acumulada em 2011	Contribuição acumulada em 2011	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,00	5,91	6,50	6,50	100,00
Alimentação e bebidas	23,36	10,39	7,18	1,68	25,81
Habitação	13,18	4,98	6,75	0,89	13,67
Artigos de residência	4,00	3,51	0,00	0,00	0,00
Vestuário	6,83	7,51	8,27	0,57	8,69
Transportes	18,81	2,41	6,05	1,14	17,50
Saúde e cuidados pessoais	10,73	5,06	6,32	0,68	10,43
Despesas pessoais	10,44	7,37	8,61	0,90	13,82
Educação	7,28	6,21	8,06	0,59	9,02
Comunicação	5,37	0,86	1,52	0,08	1,25

Fonte: IBGE

1/ Média de 2011.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, cresceu 6,08%, ante 6,47% em 2010. O IPC³, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), variou 5,81% em 2011, ante 6,40% no ano anterior.

Quadro 1.19 – Principais itens do grupo monitorados na composição do IPCA em 2011

Variação percentual

Discriminação	IPCA			
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2010	Variação acumulada em 2011	Contribuição acumulada em 2011
Índice (A)	100,00	5,91	6,50	6,50
Preços livres	71,04	7,09	6,63	4,70
Preços monitorados	28,96	3,13	6,20	1,80
Itens monitorados – Selecionados				
Ônibus urbano	3,89	7,53	8,45	0,33
Plano de saúde	3,48	6,87	7,54	0,26
Energia elétrica	3,13	3,05	3,97	0,12
Remédios	2,77	3,36	4,39	0,12
Gasolina	4,02	1,67	6,93	0,28
Ônibus intermunicipal	1,19	4,78	5,90	0,07
Taxa de água e esgoto	1,61	3,38	8,29	0,13
Passagem aérea	0,40	3,15	52,91	0,21

Fonte: IBGE

1/ Média de 2011.

3/ Para famílias com rendimento entre 1 e 20 salários mínimos na cidade de São Paulo.

Preços monitorados

Os preços monitorados aumentaram 6,20% em 2011, respondendo por 1,80 p.p. da variação total do IPCA no ano. As maiores variações ocorreram nos itens passagem aérea, 52,91%; jogos de azar, 10,66%; gás encanado, 9,45%; metrô, 8,76%; ônibus urbano, 8,45%; remédios, 8,30%; taxa de água e esgoto, 8%; plano de saúde, 7,54%; gasolina, 6,93%; ônibus intermunicipal, 5,90% e energia elétrica, 3,97%.

A variação no item planos de saúde, regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exerceu impacto de 0,26 p.p. sobre a variação anual do IPCA, atingindo 6,84% em Porto Alegre e 7,71% em Belo Horizonte. As tarifas de ônibus urbano determinaram contribuição de 0,33 p.p., com os maiores reajustes ocorrendo em Curitiba, 12,80%; Goiânia, Fortaleza e São Paulo, 11,11%; Porto Alegre, 10,21%; Salvador, 8,70%. A variação da taxa de água e esgoto exerceu impacto de 0,13 p.p., registrando-se elevações mais acentuadas em Curitiba, 15,97%, e em Salvador, 13,91%.

A média dos reajustes das tarifas de energia elétrica, determinando contribuição de 0,12 p.p. para a variação anual do IPCA, resultou de variações distintas nas onze regiões abrangidas pelo IPCA, variando de -1,63%, em Goiânia, a 9,80%, em Salvador. Os aumentos nos preços da gasolina, que variaram de -0,42%, em Fortaleza, a 14,41%, em Belo Horizonte, da passagem aérea e dos remédios exerceram impacto de 0,28 p.p., 0,21 p.p. e 0,12 p.p., respectivamente, para a variação anual do IPCA em 2011.

Quadro 1.20 – Preços monitorados em 2011 – Itens selecionados

Variação percentual anual

Discriminação	Ônibus	Água e esgoto	Energia elétrica	Gasolina
Brasil	8,44	8,30	3,97	6,92
Belém	8,11	0,00	-1,03	1,12
Belo Horizonte	6,52	10,43	4,78	14,41
Brasília	0,00	7,16	6,07	2,47
Curitiba	12,81	15,97	3,52	6,58
Fortaleza	11,11	-2,37	0,21	-0,42
Goiânia	11,11	5,93	-1,63	7,19
Porto Alegre	10,20	8,28	7,37	7,86
Recife	8,14	6,48	7,87	0,02
Rio de Janeiro	4,17	8,80	6,36	6,55
Salvador	8,70	13,91	9,80	0,45
São Paulo	11,11	6,79	1,60	8,37

Fontes: IBGE

Núcleos

Repetindo o comportamento do índice cheio, os cinco índices de núcleos de inflação do IPCA calculados pelo Banco Central apresentaram aceleração em 2011, ressaltando-se que apenas uma medida registrou variação anual inferior à do IPCA.

O núcleo por médias aparadas com suavização cresceu 6,67% em 2011, ante 5,63% no ano anterior, enquanto o núcleo por médias aparadas sem suavização variou 5,67%, ante 4,88% em 2010. O núcleo de dupla ponderação⁴ apresentou variações respectivas de 6,95% e 5,62% nos anos considerados, e a variação do núcleo por exclusão, que exclui as variações dos preços de dez itens⁵ do subgrupo alimentação no domicílio e dos itens combustíveis domésticos e veículos, atingiu 6,68% ante 5,45% em 2010. O núcleo que exclui os preços da alimentação no domicílio e os monitorados variou 6,96% em 2011, ante 6,12% no ano anterior.

A variação do núcleo do IPC, calculado pela FGV pelo método de médias aparadas com suavização, passou de 5,18%, em 2010, para 5,51%, em 2011, situando-se em patamar inferior à elevação de 6,36% do IPC.

Quadro 1.21 – Preços ao consumidor e seus núcleos em 2011

Variação percentual

Discriminação	2010	2011		
		1º sem	2º sem	No ano
IPCA (cheio)	5,91	3,87	2,54	6,50
Exclusão	5,45	4,11	2,48	6,68
Exclusão sem alimentos no domicílio e monitorados	6,12	4,16	2,69	6,96
Médias aparadas com suavização	5,63	3,25	3,30	6,67
Médias aparadas sem suavização	4,88	3,16	2,43	5,67
Dupla ponderação	5,62	3,95	2,88	6,95
IPC-Br	6,24	3,80	2,47	6,36
Núcleo IPC-Br	5,18	2,62	2,82	5,51

Fontes: IBGE e FGV

4/ Esse núcleo é calculado com reponderação dos pesos originais – baseados na importância de cada item para a cesta do IPCA – pelo respectivo grau de volatilidade relativa, resultando em menor representatividade para o comportamento dos componentes mais voláteis.

5/ Os dez itens são: tubérculos, raízes e legumes; cereais, leguminosas e oleaginosas; hortaliças e verduras; frutas; carnes; pescados; açúcares e derivados; leites e derivados; aves e ovos; e óleos e gorduras.



Moeda e Crédito

Política monetária

O IPCA aumentou 6,50% em 2011, variação consistente com o intervalo de 2,50% a 6,50% estabelecido pelo CMN, para o ano, no âmbito do regime de metas inflacionárias. Ressalte-se que esse foi o oitavo ano consecutivo em que a inflação se situou no intervalo estipulado pelo CMN.

O Comitê de Política Monetária (Copom) realizou oito reuniões ordinárias no ano, conforme calendário pré-estabelecido. Nas cinco primeiras reuniões, avaliando que os riscos para consolidação de um cenário inflacionário benigno derivavam, no âmbito externo, de elevação nos preços das *commodities* e, internamente, do descompasso entre o crescimento da absorção doméstica e o da capacidade de expansão da oferta, o Copom promoveu cinco elevações consecutivas, totalizando 175 p.b., na taxa básica de juros, fixada em 12,50% a.a., em julho.

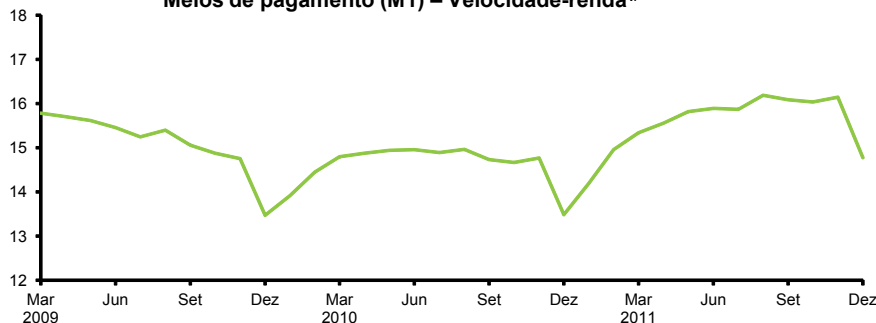
Nas reuniões realizadas em agosto, outubro e novembro, o Copom avaliou que o impacto sobre a inflação dos choques de oferta registrados na primeira metade do ano e que os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda passavam a ocorrer em intensidade decrescente. Nesse ambiente, em que se verificavam recuos no nível de utilização da capacidade instalada e substancial deterioração da conjuntura internacional, o Copom ponderou que o cenário prospectivo para a inflação passava a acumular sinais favoráveis e procedeu três cortes consecutivos, totalizando 150 p.b., na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), fixada em 11,0% a.a, na reunião de novembro.

Agregados monetários

A evolução dos agregados monetários restritos em 2011 refletiu, em especial, o ambiente de moderação na atividade econômica, enquanto a trajetória dos indicadores mais amplos esteve associada, fundamentalmente, ao expressivo ingresso de recursos externos registrado no ano.

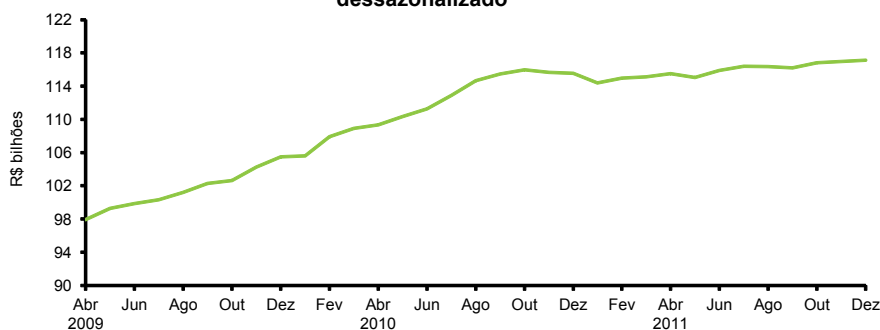
O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) atingiu R\$280,5 bilhões em dezembro. O aumento de 0,3% registrado em relação a igual período de 2010 resultou de variações respectivas de 7,9% e -5,4% nos saldos médios do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista, respectivamente. Considerando dados deflacionados pelo IPCA, o M1 recuou 5,8% no ano. A velocidade-renda do M1, razão entre o PIB a valores correntes e o saldo médio do agregado, aumentou cerca de 10% no período.

Gráfico 2.1
Meios de pagamento (M1) – Velocidade-renda^{1/}



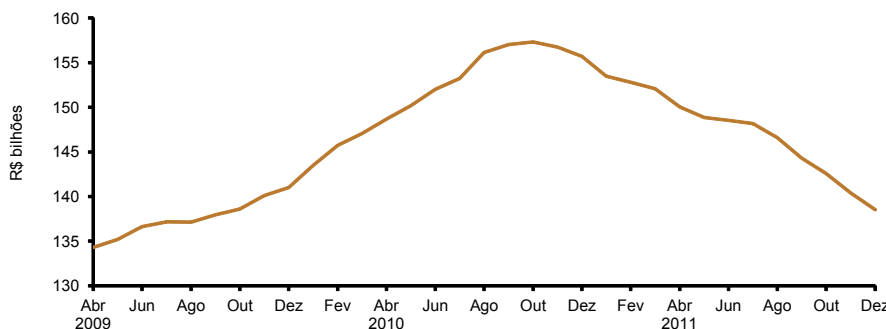
1/ Definida como a razão entre o PIB acumulado de doze meses a valores correntes e o saldo médio do agregado monetário.

Gráfico 2.2
Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2011, dessazonalizado^{1/}



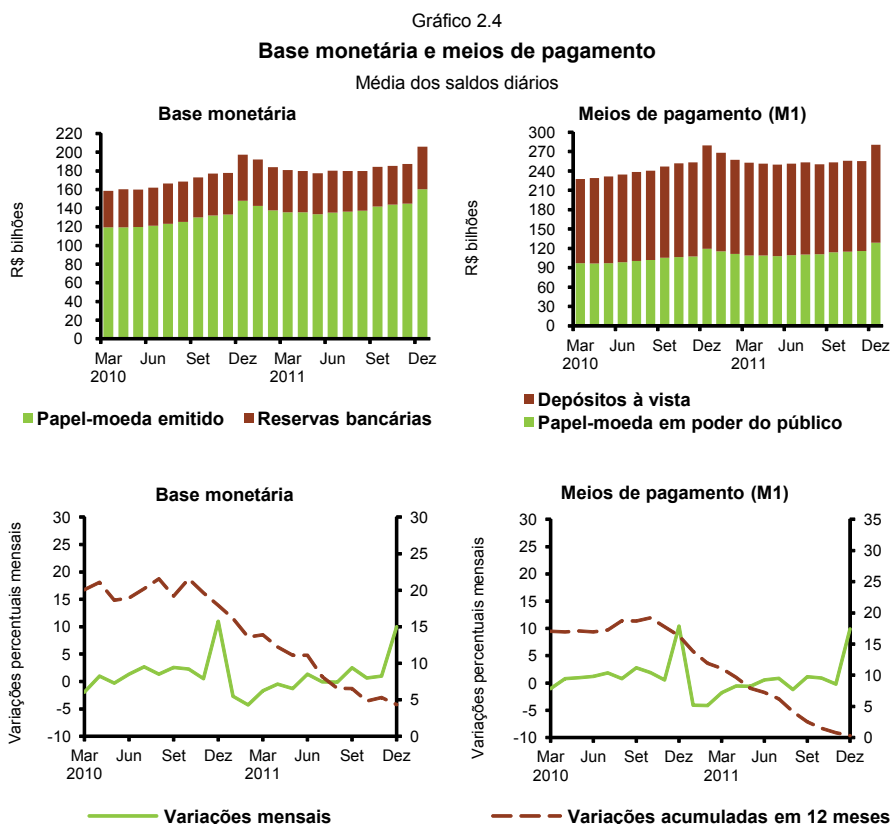
1/ Deflacionado pelo IPCA.

Gráfico 2.3
Depósitos à vista a preço de dezembro de 2011, dessazonalizados^{1/}



1/ Deflacionado pelo IPCA.

O saldo médio diário da base monetária somou R\$206 bilhões em dezembro, ressaltando-se que o aumento anual de 4,4% assinalado no indicador evidenciou as variações respectivas de 8,2% e -7,1% nos saldos médios do papel-moeda emitido e das reservas bancárias.



Considerados saldos de final de período, a base monetária restrita totalizou R\$214,2 bilhões em 2011, elevando-se R\$7,4 bilhões no ano. Os principais fatores de expansão monetária foram os resgates líquidos de R\$70,2 bilhões de títulos do Tesouro Nacional e as compras líquidas de R\$85,2 bilhões realizadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio. Em oposição, ressaltam-se os impactos contracionistas decorrentes dos fluxos de recolhimentos compulsórios, R\$21,8 bilhões, e da movimentação da conta única do Tesouro Nacional, R\$125,6 bilhões.

A base monetária ampliada, composta pela base restrita, depósitos compulsórios em espécie e títulos públicos federais fora do Banco Central registrados no Selic, totalizou R\$2,7 trilhões ao final de dezembro. O aumento anual de 12% refletiu, em grande parte, a valorização a preço de mercado da dívida mobiliária federal em poder do mercado.

Objetivando simplificar e uniformizar os parâmetros de cálculo da base de incidência de recolhimentos compulsórios sobre recursos a prazo, posição vendida de câmbio e

Quadro 2.1 – Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

Período	Rec. a vista ^{1/}	Dep. a prazo ^{1/}	Dep. de poupança ^{1/} rural Demais modalidades	Oper. de crédito	Recursos de Soc. de Arrend. Merc.	Pos. vendida de câmbio	FIF c. prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao Plano Real	50	-	15	15	-	-	-	-	-
1994 Jun	100 ^{2/}	-	20	20	-	-	-	-	-
Jul	" ^{2/}	20	"	"	-	-	-	-	-
Ago	" ^{2/}	"	30	30	-	-	-	-	-
Out	" ^{2/}	30	"	"	15	-	-	-	-
Dez	90 ^{2/}	27	"	"	"	-	-	-	-
1995 Abr	" ^{2/}	30	"	"	"	-	-	-	-
Mai	" ^{2/}	"	"	"	12	-	-	-	-
Jun	" ^{2/}	"	"	"	10	-	-	-	-
Jul	83	"	"	"	"	-	35	10	5
Ago	"	20	15	15	8	-	40	5	0
Set	"	"	"	"	5	-	"	"	"
Nov	"	"	"	"	0	-	"	"	"
1996 Ago	82	"	"	"	"	-	42	"	"
Set	81	"	"	"	"	-	44	"	"
Out	80	"	"	"	"	-	46	"	"
Nov	79	"	"	"	"	-	48	"	"
Dez	78	"	"	"	"	-	50	"	"
1997 Jan	75	"	"	"	"	-	"	"	"
1999 Mar	"	30	"	"	"	-	"	"	"
Mai	"	25	"	"	"	-	"	"	"
Jul	"	20	"	"	"	-	"	"	"
Ago	"	"	"	"	"	-	0	0	"
Set	"	10	"	"	"	-	"	"	"
Out	65	0	"	"	"	-	"	"	"
2000 Mar	55	"	"	"	"	-	"	"	"
Jun	45	"	"	"	"	-	"	"	"
2001 Set	"	10	"	"	"	-	"	"	"
2002 Jun	"	15	"	"	"	-	"	"	"
Jul	"	"	20	20	"	-	"	"	"
2003 Fev	60	"	"	"	"	-	"	"	"
Ago	45	"	"	"	"	-	"	"	"
2008 Mai	"	"	"	"	"	5 ^{3/}	-	"	"
Jul	"	"	"	"	"	10 ^{3/}	-	"	"
Set	"	"	"	"	"	15 ^{3/}	-	"	"
Out	42	"	"	"	"	"	-	"	"
Nov	"	"	15	"	"	"	-	"	"
2009 Jan	"	"	"	"	"	0 ^{4/}	-	"	"
Set	"	13,5	"	"	"	"	-	"	"
2010 Mar	"	15	"	"	"	"	-	"	"
Jun	43	"	16	"	"	"	-	"	"
Dez	"	20	"	"	"	"	-	"	"
2011 Abr	"	"	"	"	"	60 ^{5/}	"	"	"
Jun	"	"	17	"	"	"	"	"	"
Jul	"	"	"	"	"	60 ^{6/}	"	"	"

1/ Em agosto de 2002, começou a vigorar recolhimento adicional sobre os recursos a vista (3%), depósitos a prazo (3%) e depósitos de poupança (5%). Em outubro de 2002, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre os recursos a vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança passaram para 8%, 8% e 10%, respectivamente. Em outubro de 2008, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre recursos a vista e depósitos a prazo passaram para 5%.

Em janeiro de 2009, a alíquota adicional sobre os recursos a prazo passou para 4%. Em março de 2010, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre recursos a vista e depósitos a prazo elevaram-se para 8%. E, em dezembro de 2010, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre recursos a vista e depósitos a prazo subiram para 12%.

2/ No período de junho de 1994 a junho de 1995, as alíquotas referem-se à soma das seguintes parcelas: I - exigibilidades apuradas para os períodos-base, com início em 23 e 27 de junho de 1994; II - acréscimo, acaso verificado, considerando a média de cada uma das parcelas que compõem os Valores Sujeitos a Recolhimento (VSR) do período de cálculo sob apuração em relação às respectivas médias dos períodos-base. A partir de julho de 1995, a incidência do compulsório refere-se exclusivamente à média aritmética dos saldos diários de cada período de cálculo.

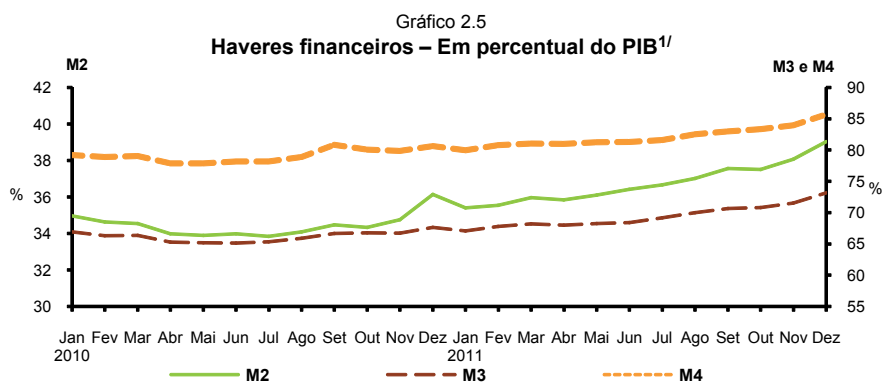
3/ Inclui 100% da variação, se positiva, da base de cálculo definida em 31 de janeiro de 2008.

4/ Os Depósitos Interbancários (DI) captados de sociedades de arrendamento mercantil foram incluídos na base de cálculo da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.

5/ Sobre a soma das posições vendidas (saldo diário) menos as posições compradas deduzidas do menor valor entre US\$3 bilhões e o nível I do Patrimônio de Referência.

6/ Sobre a soma das posições vendidas (média móvel de cinco dias consecutivos) menos as posições compradas deduzidas do menor valor entre US\$1 bilhões e o nível I do Patrimônio de Referência.

exigibilidade adicional sobre depósitos, o Banco Central, por intermédio da Circular nº 3.528, de 23 de março de 2011, passou a considerar a última posição disponível do Nível I do Patrimônio de Referência (PR-I)⁶ como parâmetro para determinação da dedução dos valores a serem recolhidos. Pela norma anterior, era utilizada a média de doze meses do PR-I. Os limites de dedução para as modalidades de recursos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos foram uniformizados em R\$3 bilhões para instituições com patrimônio de referência inferior a R\$2 bilhões; em R\$2 bilhões para as detentoras de patrimônio entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões; e em R\$1 bilhão para aquelas com patrimônio entre R\$5 bilhões e R\$7 bilhões. As instituições com PR-I a partir de R\$7 bilhões não fazem jus a nenhuma dedução.



O conceito M2 dos meios de pagamento cresceu 18,7% no ano, impulsionado por expansões de 30,6% no saldo dos títulos privados, que registraram captações líquidas de R\$30 bilhões na modalidade em depósitos a prazo, e de 10,9% no saldo dos depósitos de poupança, que apresentaram captações líquidas de R\$14,2 bilhões.

O agregado M3 cresceu 18,8% no ano, totalizando R\$3 trilhões, registrando-se aumento de 18,8% no saldo das quotas de fundos de investimento, que acumularam captações líquidas de R\$64,7 bilhões, no período, ante R\$89,4 bilhões em 2010. O M4, que agrega ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou expansão anual de 16,8%, atingindo R\$3,6 trilhões em dezembro.

As projeções estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas em 2011.

6/ PR é a medida de capital regulamentar utilizada como base de cálculo para verificar se o patrimônio mínimo exigido está sendo observado, de acordo com a Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007.

Quadro 2.2 – Haveres financeiros

Saldos em final de período		R\$ bilhões			
Período		M1	M2	M3	M4
2010	Jan	227,5	1 146,4	2 195,0	2 596,4
	Fev	225,1	1 150,0	2 202,4	2 619,9
	Mar	229,3	1 162,6	2 233,6	2 661,1
	Abr	228,7	1 158,5	2 227,2	2 655,5
	Mai	231,2	1 172,3	2 253,8	2 693,1
	Jun	234,7	1 191,2	2 283,6	2 739,8
	Jul	235,8	1 202,0	2 321,9	2 776,4
	Ago	242,7	1 226,5	2 370,4	2 838,4
	Set	248,7	1 255,6	2 427,7	2 943,0
	Out	249,7	1 268,3	2 467,6	2 958,0
	Nov	259,2	1 300,3	2 496,3	2 988,0
	Dez	281,9	1 362,4	2 549,7	3 040,5
2011	Jan	257,4	1 348,0	2 554,4	3 044,8
	Fev	254,5	1 367,5	2 607,9	3 108,0
	Mar	251,8	1 393,9	2 643,3	3 141,2
	Abr	248,3	1 401,8	2 660,1	3 166,8
	Mai	249,6	1 427,2	2 698,5	3 211,6
	Jun	253,8	1 454,0	2 732,7	3 246,2
	Jul	252,6	1 474,6	2 783,4	3 281,3
	Ago	248,4	1 500,8	2 837,6	3 345,9
	Set	255,0	1 531,1	2 880,2	3 381,7
	Out	252,8	1 538,0	2 903,5	3 417,9
	Nov	261,2	1 569,0	2 948,9	3 460,8
	Dez	284,7	1 616,8	3 029,6	3 549,5

Operações de crédito do sistema financeiro

As operações de crédito do sistema financeiro registraram crescimento moderado em 2011, evolução consistente com o arrefecimento observado na atividade econômica no decorrer do ano. Contribuíram, ainda, para a trajetória mencionada, os impactos das medidas macroprudenciais implementadas ao final de 2010, objetivando manter o desenvolvimento sustentável do mercado de crédito, e a postura mais conservadora do Copom em suas cinco primeiras reuniões anuais. Nesse contexto, ressalte-se a desaceleração nas contratações na modalidade aquisição de veículos.

As operações de crédito com recursos direcionados registraram maior dinamismo em 2011, evolução associada, em especial, à continuada expansão dos financiamentos habitacionais. As operações realizadas pelo BNDES, refletindo a moderação da demanda

Quadro 2.3 – Evolução do crédito

Discriminação	R\$ bilhões				
	2009	2010	2011	Variação %	
				2010	2011
Total	1 414,3	1 705,9	2 030,1	20,6	19,0
Recursos livres	954,5	1 116,1	1 304,8	16,9	16,9
Direcionados	459,8	589,8	725,2	28,3	23,0
Participação %:					
Total/PIB	43,7	45,2	49,0		
Recursos livres/PIB	29,5	29,6	31,5		
Recursos direcionados/PIB	14,2	15,6	17,5		

de recursos para investimentos, assinalaram menor ritmo de crescimento no ano.

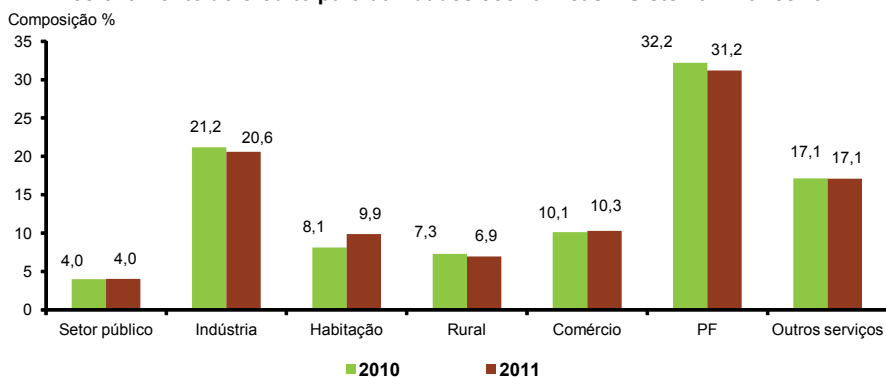
O volume total de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, somou R\$2.030 bilhões em dezembro, expandindo-se 19% em doze meses, ante 20,6% em 2010 e 15,2% em 2009. A relação crédito/PIB atingiu 49%, ante 45,2% e 43,7% nos finais dos períodos mencionados.

A representatividade dos bancos públicos aumentou 1,7 p.p. no ano, para 43,5% do total da carteira do sistema financeiro, impulsionada, sobretudo, pelo crescimento acentuado do crédito habitacional. Em oposição, as participações das instituições financeiras privadas nacionais e estrangeiras recuaram 1,6 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente, correspondendo, na ordem, a 39,2% e a 17,3% do crédito total.

O crédito ao setor privado totalizou R\$1.948 bilhões em dezembro, aumentando 18,9% em relação a igual período de 2010. Em termos setoriais, os empréstimos à indústria atingiram R\$418,1 bilhões, expansão de 15,8%, destacando-se contratações dos segmentos agronegócios, energia e construção. Os recursos destinados ao setor de serviços, evidenciando a demanda dos segmentos transportes, siderurgia e metalurgia e atividades de consultoria, elevaram-se 18,7% no período, para R\$347,2 bilhões. O crédito ao comércio cresceu 20,7%, somando R\$208,4 bilhões, com relevância para

Gráfico 2.6

Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro



as contratações dos segmentos automotivo, lojas de departamento e agronegócios.

As operações de crédito habitacional, efetivadas tanto com recursos livres como direcionados, destinadas à aquisição e construção de moradias, totalizaram R\$200,5 bilhões, elevando-se 44,5% no ano, após expansão de 51,1% em 2010. A relação crédito habitacional/PIB aumentou 1,1 p.p. no período, para 4,8%. Os desembolsos concedidos com recursos da caderneta de poupança somaram R\$46,5 bilhões, acréscimo anual de 39,3%, correspondendo a 281 mil moradias financiadas.

O saldo das operações de crédito rural totalizou R\$141,1 bilhões em dezembro. O aumento anual de 13,9% refletiu as expansões respectivas de 13,7% e 5,5% registradas nos segmentos custeio e comercialização, e a relativa estabilidade no saldo das operações para investimentos agrícolas.

Os financiamentos ao setor público atingiram R\$81,7 bilhões ao final de 2011. A elevação de 20,4% registrada no ano decorreu de aumento de 21,3% na esfera dos estados e municípios, com ênfase nos desembolsos destinados a infraestrutura urbana e energia elétrica, e de 19,7% na esfera federal, ressaltando-se o dinamismo dos segmentos de petróleo e gás.

As operações com recursos livres somaram R\$1.305 bilhões em dezembro, elevando-se 16,9% em doze meses e passando a corresponder a 64,3% do crédito total do sistema financeiro, ante 65,4% no final de 2010. As operações contratadas no segmento de pessoas físicas, evidenciando o impacto das medidas macroprudenciais adotadas ao final de 2010, experimentaram moderação no período, elevando-se 16,3%, ante 19,2% em 2010. Vale ressaltar o arrefecimento nas modalidades financiamentos de veículos e do crédito consignado, que cresceram, na ordem, 23,5% e 15,1%, ante 49,1% e 28,1%,

Tabela 2.4 – Crédito com recursos livres

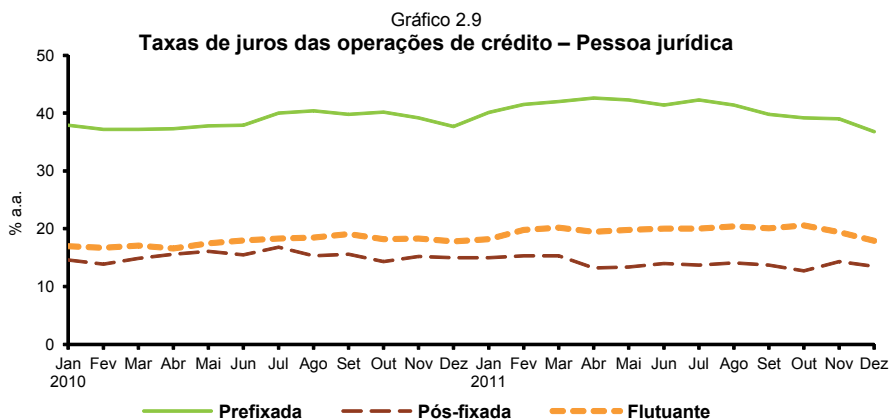
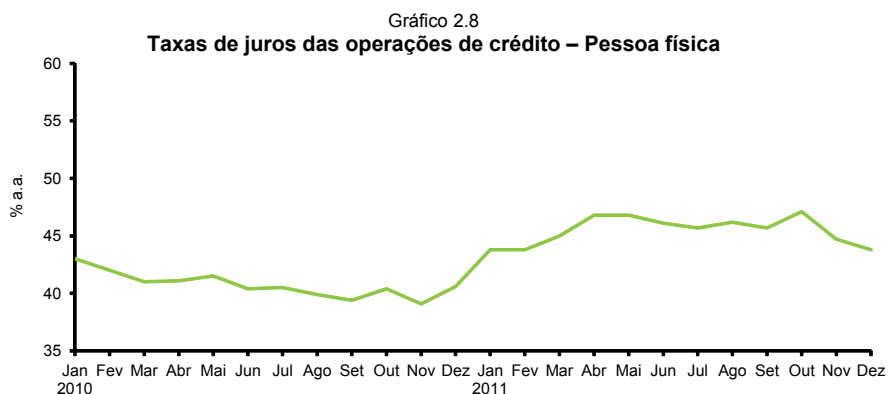
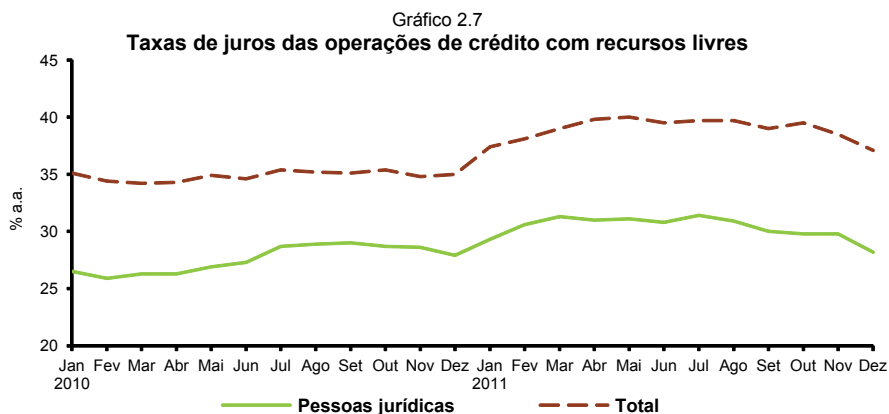
Discriminação	R\$ bilhões				
	2009	2010	2011	Variação %	
	Dez	Dez	Dez	2010	2011
Total	954,5	1116,1	1304,8	16,9	16,9
Pessoa jurídica	484,7	556,1	653,5	14,7	17,5
Referencial ^{1/}	397,8	462,7	554,8	16,3	19,9
Recursos domésticos	342,9	413,9	493,2	20,7	19,2
Recursos externos	54,9	48,9	61,6	-11,0	26,0
Leasing ^{2/}	49,1	41,3	33,6	-15,9	-18,8
Rural ^{2/}	4,0	3,1	3,7	-24,0	19,0
Outros ^{2/}	33,7	49,0	61,6	45,3	25,7
Pessoa física	469,9	560,0	651,3	19,2	16,3
Referencial ^{1/}	323,8	417,3	505,7	28,9	21,2
Cooperativas	21,1	25,3	32,1	19,7	27,1
Leasing	63,2	45,6	27,7	-27,8	-39,3
Outros	61,8	71,8	85,8	16,2	19,5

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular nº 2.957, de 30 de dezembro de 1999.

2/ Operações lastreadas em recursos domésticos.

respectivamente, em 2010.

O saldo das contratações realizadas no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$653,5 bilhões ao final de 2011, aumentando 17,5% em doze meses. Ressalte-se, no período, o menor dinamismo das modalidades capital de giro e conta garantida, que cresceram, na ordem, 17,9% e 11,9%, ante 22,9% e 18,8%, respectivamente, em 2010. Os financiamentos referenciados em moeda estrangeira, com ênfase para as operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), somaram R\$61,6 bilhões, aumentando 26% em doze



meses, ante retração de 11% em 2010. Essa reversão refletiu, em especial, o efeito da depreciação cambial no período.

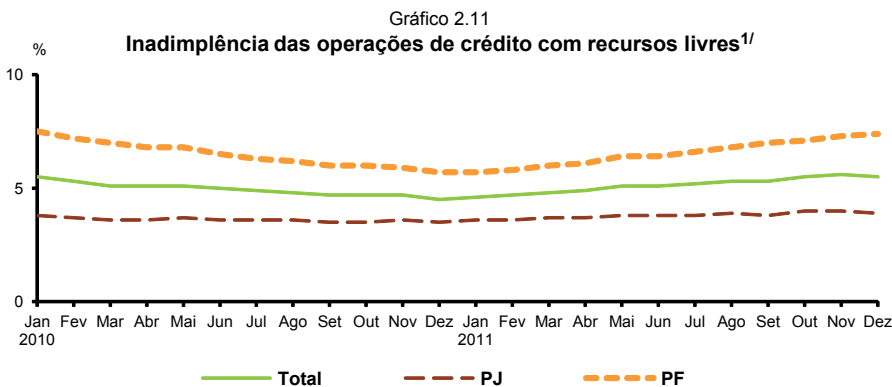
A taxa média de juros do crédito referencial, após registrar trajetória crescente até maio e reversão no segundo semestre do ano, aumentou 2,1 p.p. em 2011, atingindo 37,1% em dezembro. A taxa relativa ao segmento de pessoas físicas aumentou 3,2 p.p., para 43,8%, ressaltando-se as elevações respectivas de 17,4 p.p. e 4,1 p.p. nas modalidades cheque especial e crédito pessoal, enquanto a taxa referente ao segmento de pessoas jurídicas cresceu 0,3 p.p., para 28,2%, com ênfase nas variações nas modalidades conta garantida, 14,8 p.p.; capital de giro, -2,9 p.p.; e aquisição de bens, -3,5 p.p.

O *spread* bancário relativo às operações de crédito referencial atingiu 26,9 p.p. em



dezembro. O aumento anual de 3,4 p.p. decorreu de expansões respectivas de 5,2 p.p. e 0,9 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que registraram *spreads* de 33,7 p.p. e 17,9 p.p., respectivamente.

O prazo médio do crédito referencial atingiu 497 dias ao final de dezembro, elevando-se 21 dias no ano. O prazo médio da carteira de pessoas físicas aumentou 38 dias, para 600 dias, ressaltando-se as variações respectivas de 438 dias e -34 dias nas modalidades crédito imobiliário e aquisição de veículos. O prazo médio da carteira de pessoas



^{1/} Percentual da carteira com atraso superior a 90 dias.

jurídicas aumentou três dias, para 402 dias.

A taxa de inadimplência do crédito referencial, correspondente a atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5,5% em dezembro de 2011. O aumento anual de 1 p.p. refletiu as expansões respectivas de 1,7 p.p. e 0,4 p.p. observadas nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que registraram, na ordem, taxas de inadimplência de 7,4% e 3,9%. Ressalte-se que o aumento registrado no âmbito das pessoas físicas esteve associado, principalmente, às elevações da inadimplência nas modalidades aquisição de veículos, 2,5 p.p., e crédito pessoal, 1,3 p.p.

O saldo das operações de crédito com recursos direcionados totalizou R\$725,2 bilhões em dezembro, expandindo-se 23% em 2011. O estoque de financiamentos do BNDES, consideradas operações diretas e repasses a instituições financeiras, cresceu 17,3%, ante 26,4% em 2010, somando R\$419,8 bilhões. As carteiras de crédito habitacional

Quadro 2.5 – Crédito com recursos direcionados

Discriminação	R\$ bilhões				
	2009	2010	2011	Variação %	
				2010	2011
Total	459,8	589,8	725,2	28,3	23,0
BNDES	283,0	357,8	419,8	26,4	17,3
Direto	158,1	178,0	214,4	12,6	20,4
Repasses	124,9	179,8	205,4	43,9	14,3
Rural	78,7	86,8	102,8	10,3	18,4
Bancos e agências	74,6	81,9	96,9	9,8	18,3
Cooperativas	4,1	4,9	5,9	19,1	20,4
Habitação	87,4	131,4	186,6	50,4	42,0
Outros	10,7	13,8	16,1	29,1	16,7

e rural totalizaram, na ordem, R\$186,6 bilhões e R\$102,8 bilhões, elevando-se 42% e 18,4%, respectivamente, no ano, em comparação com aumentos correspondentes de 50,4% e 18,4% no ano anterior.

Os desembolsos realizados pelo BNDES somaram R\$138,9 bilhões em 2011, reduzindo-se 17,5% em relação a 2010, período em que foi contabilizada a compra de ações referente à capitalização da Petrobras. No mesmo sentido, as concessões à indústria recuaram 44,3%, contrastando com os aumentos nos recursos destinados ao segmento comércio e serviços, 7,2%, com participação expressiva dos setores de eletricidade e gás e telecomunicações, e nos financiamentos às micro, pequenas e médias empresas, 9%.

O volume de provisões constituídas pelo sistema financeiro atingiu R\$115,1 bilhões em dezembro de 2011, elevando-se 21,6% no ano e passando a representar 5,7% do saldo total da carteira de crédito, ante 5,5% em 2010. A evolução das provisões acompanhou a trajetória de crescimento da inadimplência relativa ao total do crédito do sistema financeiro, que atingiu 3,6% em dezembro.

Quadro 2.6 – Desembolsos do BNDES

Discriminação	2010	2011	R\$ milhões
			Variação
			(%)
Total	168 422,7	138 873,4	-17,5
Indústria	78 768,5	43 849,4	-44,3
Produtos alimentícios	12 292,7	5 261,6	-57,2
Química	5 100,8	2 683,0	-47,4
Metalurgia básica	3 809,0	2 551,1	-33,0
Veículos e outros equipamentos de transporte ^{1/}	10 201,2	8 202,8	-19,6
Coque, petróleo e álcool	28 712,3	4 466,5	-84,4
Comércio/Serviços	79 527,9	85 265,0	7,2
Transporte terrestre	28 473,5	28 623,8	0,5
Construção	6 650,2	7 195,2	8,2
Telecomunicações	2 103,9	3 107,8	47,7
Eletricidade e gás	13 878,5	16 286,1	17,3
Agropecuária	10 126,3	9 759,0	-3,6

Fonte: BNDES

^{1/} Inclui indústria de aviação.

Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) manteve, em 2011, condições adequadas de liquidez, rentabilidade e capital para cobertura do risco inerente a suas operações, a despeito do cenário de maior volatilidade registrado nos mercados financeiros internacionais no decorrer do ano. Essa sustentabilidade refletiu a manutenção de níveis adequados de alavancagem e qualidade de ativos, bem como o aperfeiçoamento da regulamentação prudencial.

Durante o primeiro semestre do ano o Banco Central divulgou orientações preliminares e cronograma para implementação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital e liquidez de instituições financeiras. Tais recomendações, inseridas no arcabouço conhecido como Basileia III, são resultantes de discussões conduzidas no âmbito do Comitê de Basileia, do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e do G20, a partir da crise financeira de 2008.

Em complementação às medidas de caráter prudencial, com o propósito de promover melhor gerenciamento das posições de câmbio das instituições financeiras, o Banco Central instituiu, no início de 2011, depósito compulsório sobre posições vendidas, a ser recolhido em reais e em espécie, sem remuneração. Inicialmente, o recolhimento foi definido em 60% do valor da posição de câmbio vendida excedente ao menor dos seguintes valores: US\$3 bilhões ou o PR-I. A exigência foi redimensionada no início

de julho, passando a ser requerido o recolhimento sobre posições excedentes a US\$1 bilhão ou ao PR-I.

No âmbito da regulamentação prudencial, a Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011, definiu a obrigatoriedade de implementação, até 30 de junho de 2013, da estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras.

As restrições à contratação de operações de crédito a pessoas físicas com prazos longos, adotadas em dezembro de 2010, foram alteradas pela Circular nº 3.563, de 11 de novembro de 2011, que promoveu redução na ponderação de risco aplicada às operações de crédito pessoal, financiamento e arrendamento mercantil de veículos com prazo acima de vinte e quatro meses e inferior a sessenta meses. A mesma medida elevou a exigência de capital relativa aos financiamentos com prazos superiores a sessenta meses.

Taxas de juros reais e expectativas de mercado

A taxa Selic efetiva acumulada em 2011 atingiu 11,6%, e a taxa Selic real, considerado o IPCA como deflator, 4,8%. A taxa de juros real *ex-ante*, calculada a partir da taxa Selic e da expectativa de variação anual do IPCA, com base em pesquisa junto a analistas do setor privado, recuou de 6,2%, ao final de 2010, para 4,2% a.a., no final de 2011.

Gráfico 3.1
Taxa over/Selic

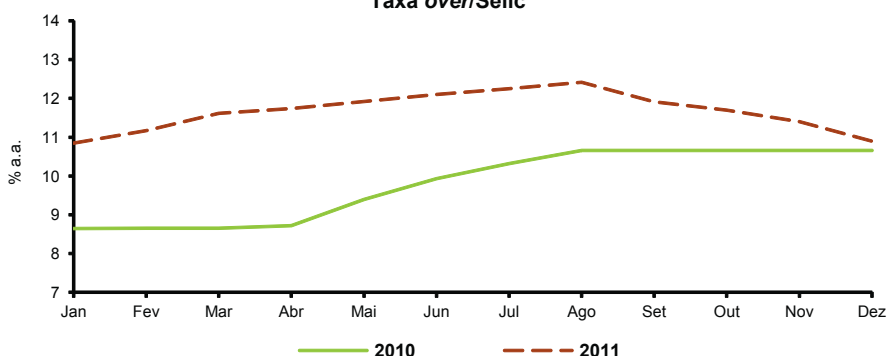
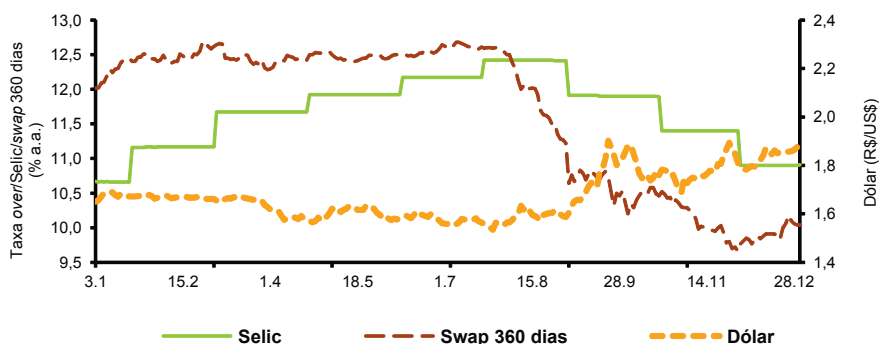


Gráfico 3.2
Taxa over/Selic x dólar x swap 360 dias



No mercado de derivativos, as taxas dos contratos de *swap* DI x pré de 360 dias repetiram, no primeiro semestre de 2011, a trajetória crescente observada no ano anterior, atingindo

12,65% a.a. em junho. Ao longo do segundo semestre, evidenciando a redução de 125 p.b. na taxa Selic, os contratados passaram a registrar taxas mais reduzidas, encerrado o ano negociados a 10,04% a.a., patamar 199 p.b. inferior ao fechamento de 2010.

Gráfico 3.3
Curva de juros – Swap DI x pré

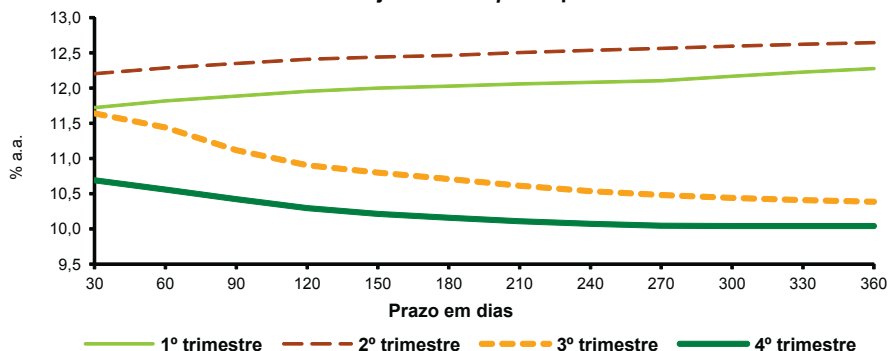
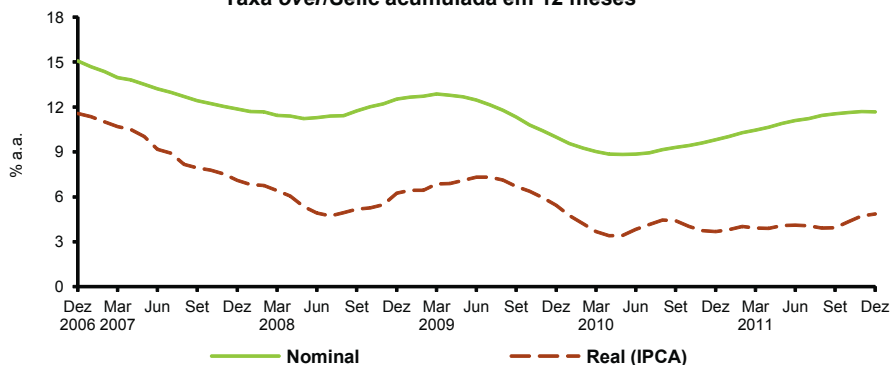


Gráfico 3.4
Taxa over/Selic acumulada em 12 meses



Mercado de capitais

As ofertas primárias de ações, debêntures e notas promissórias registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) somaram R\$16,7 bilhões em 2011. A retração anual de 90% refletiu tanto a elevada base de comparação em 2010, decorrente da oferta pública de R\$120,2 bilhões em ações pela Petrobras naquele ano, quanto a ausência de ofertas a partir de setembro de 2011, condicionada pelas incertezas no cenário internacional. Nesse contexto, as emissões primárias de ações somaram R\$13,5 bilhões, e as ofertas públicas de debêntures, R\$3,2 bilhões, ante R\$145,2 bilhões e R\$15,6 bilhões, respectivamente, em 2010.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) recuou 18,1% em 2011, atingindo 56.754 pontos no último fechamento do ano, após registrar o patamar mais reduzido,

48.668 pontos, em 8 de agosto. Avaliado em dólares, o Ibovespa desvalorizou 27,3% no ano, comparativamente a variações respectivas de -1,8% e 5,5% nos índices Nasdaq e Dow Jones.

Gráfico 3.5
Mercado primário – Ofertas registradas na CVM

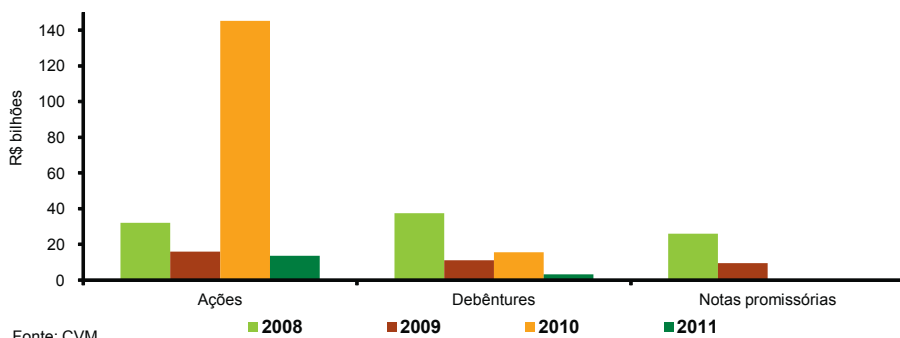
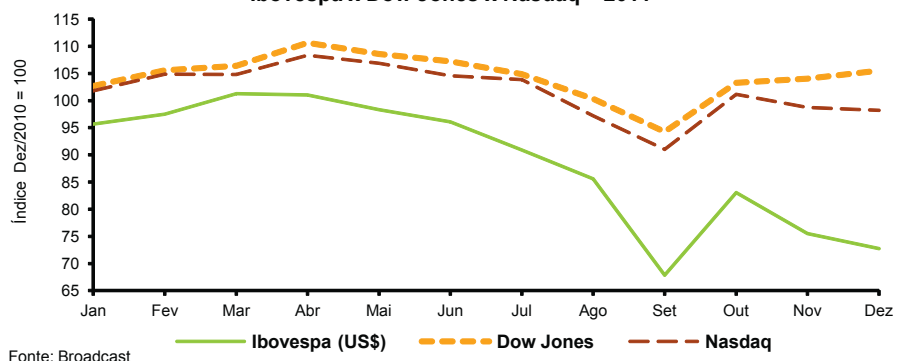


Gráfico 3.6
Ibovespa



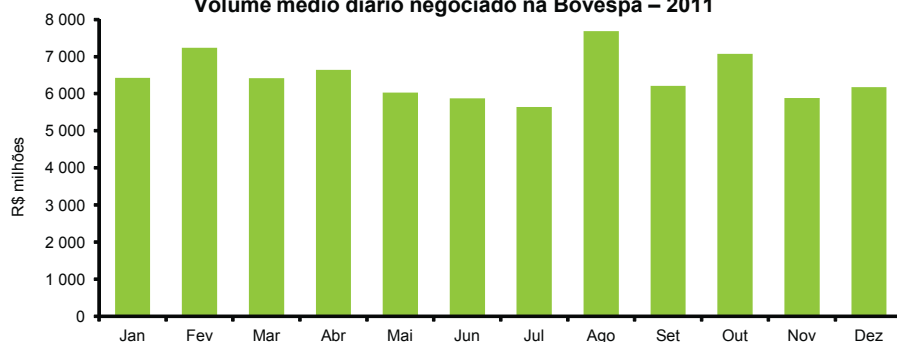
Gráfico 3.7
Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq – 2011



O valor de mercado das empresas listadas na Bovespa decresceu 10,7% em 2011, situando-se em R\$2,3 trilhões em dezembro, ante R\$2,6 trilhões em igual período do

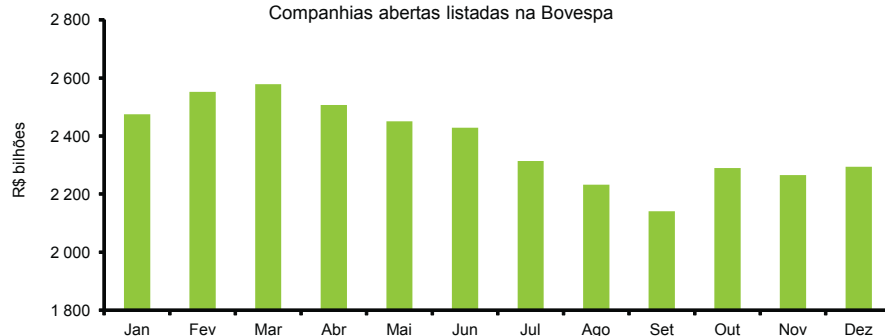
ano anterior. O volume médio diário negociado correspondeu a R\$6,4 bilhões, 0,4% superior ao registrado em 2010.

Gráfico 3.8
Volume médio diário negociado na Bovespa – 2011



Fonte: Bovespa

Gráfico 3.9
Valor de mercado – 2011
Companhias abertas listadas na Bovespa



Fonte: Bovespa

Aplicações financeiras

O saldo consolidado dos fundos de investimento, dos depósitos a prazo e das cadernetas de poupança atingiu R\$2,6 trilhões em dezembro de 2011, elevando-se 15,5% no ano. O saldo das quotas de fundos de investimento, considerados os fundos de renda fixa, multimercado, referenciados, de curto prazo e cambiais, cresceu 16,7% no ano, totalizando R\$1,5 trilhão, com captação líquida de R\$64,7 bilhões. A participação dos títulos públicos na carteira consolidada dos fundos atingiu 46,7% em dezembro de 2011, ante 46,9% ao final de 2010.

Os fundos de ações acumularam rentabilidade média negativa de 7,2% no ano e registraram retração de 5,7% em seu patrimônio líquido consolidado, que atingiu R\$184,2 bilhões em dezembro de 2011. Os fundos extramercado, responsáveis pela aplicação de recursos

de propriedade da administração federal indireta, somaram R\$44,1 bilhões, elevando-se 12,3% no ano e registrando captação líquida de R\$288 milhões.

Gráfico 3.10

Aplicações financeiras – Saldos – 2011

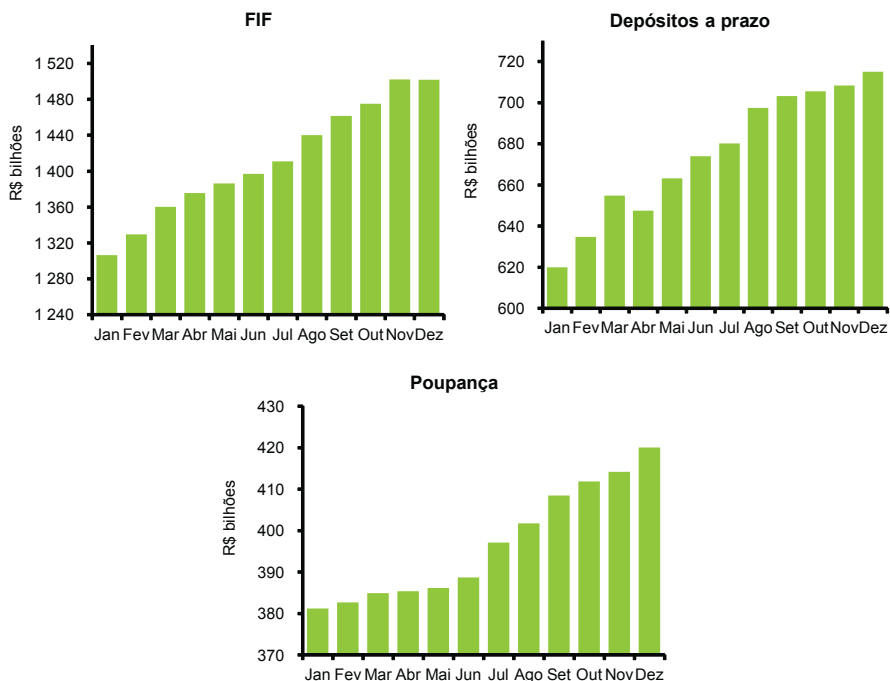
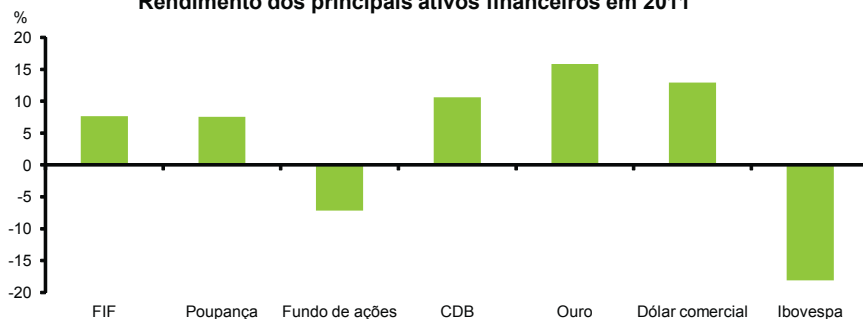


Gráfico 3.11

Rendimento dos principais ativos financeiros em 2011



Fontes: Banco Central do Brasil e Broadcast

O saldo das cadernetas de poupança atingiu R\$420 bilhões ao final de 2011, aumentando 10,9% no ano e assinalando captação líquida de R\$14,2 bilhões. A rentabilidade das contas com vencimento no primeiro dia do mês atingiu 7,5% a.a. no ano, 64 p.b. superior à observada em 2010. O saldo dos depósitos a prazo totalizou R\$715,1 bilhões, registrando

elevação anual de 15,9% e captações líquidas de R\$30 bilhões. A rentabilidade bruta média desses depósitos atingiu 10,6%, correspondendo a aproximadamente 91% da taxa Selic efetiva no ano.

Quadro 3.1 – Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2011

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2011
FIF	0,67	0,94	1,11	0,59	0,58	0,32	0,72	1,26	0,68	0,25	0,07	0,21	7,65
Poupança	0,57	0,55	0,62	0,54	0,66	0,61	0,62	0,71	0,60	0,56	0,61	0,63	7,54
Fundo de Ações	-1,28	0,74	-0,49	-1,54	-1,58	-1,50	-2,24	-3,28	-2,80	4,98	-0,75	2,63	-7,17
CDB	0,81	0,78	0,85	0,78	0,94	0,89	0,88	0,97	0,85	0,81	0,77	0,82	10,63
Ouro	-9,39	5,52	0,00	1,40	-0,88	2,16	9,32	7,93	3,07	-4,49	8,77	-6,59	15,85
Dólar comercial	0,72	-0,73	-1,96	-3,40	0,42	-1,19	-0,31	1,99	16,83	-8,95	7,25	3,58	12,90
Ibovespa	-3,94	1,22	1,79	-3,58	-2,29	-3,43	-5,74	-3,96	-7,38	11,49	-2,51	-0,21	-18,11

Fontes: Banco Central do Brasil, CVM, Bovespa e BM&F

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010) fixou a meta de *superavit* primário para o setor público consolidado em R\$125,5 bilhões, dos quais R\$81,8 bilhões na esfera do Governo Central, R\$7,6 bilhões na esfera das empresas estatais federais e R\$36,1 bilhões na esfera dos governos regionais. Com a edição da Lei nº 12.377, de 30 de dezembro de 2010, que excluiu o Grupo Eletrobras da apuração do *deficit* primário, a meta consolidada foi reduzida para R\$117,9 bilhões, mantendo-se inalteradas as metas para o Governo Central e para os governos regionais.

Em setembro de 2011 foi divulgado o quarto relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do Governo Central, sinalizando elevação de R\$25 bilhões na estimativa das receitas primárias em relação à previsão realizada em julho. Nesse cenário, o Decreto nº 7.575, de 29 de setembro de 2011, elevou as metas de *superavit* primário do Governo Central e do setor público consolidado para R\$91,8 bilhões e R\$127,9 bilhões, respectivamente.

Visando propiciar mais benefícios e oportunidades aos pequenos empreendedores brasileiros, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, que alterou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional). Entre as alterações, assinalem-se:

- a) o reajuste de 50% nos limites de receita bruta anual para efeito de enquadramento dessas empresas no regime tributário diferenciado, denominado Simples Nacional. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2012, passou a ser considerada Microempresa a pessoa jurídica que auferir, no ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360 mil; e Empresa de Pequeno Porte, aquela que auferir receita bruta superior a R\$360 mil e igual ou inferior a R\$3,6 bilhões;
- b) a elevação, de R\$36 mil para R\$60 mil, do valor da receita bruta para efeito de enquadramento do trabalhador informal como Microempreendedor Individual (MEI). Além disso, com a edição da Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011, a contribuição previdenciária a cargo da categoria foi reduzida de 11% para 5% do valor do salário mínimo;

- c) a permissão para que as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte realizem exportações sem risco de serem excluídas do regime diferenciado, desde que os valores exportados não ultrapassem os limites da receita bruta previstos para se beneficiar do Simples Nacional. Na prática, essas empresas poderão duplicar o limite de enquadramento, desde que metade do faturamento seja proveniente das vendas externas; e
- d) a simplificação no recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas, que passará a ser efetuado mediante preenchimento da Declaração Única de Informações Sociais do empreendedor individual.

Objetivando preservar a flexibilidade na definição de prioridades na gestão orçamentária, o Poder Executivo encaminhou proposta de emenda constitucional pleiteando a prorrogação do mecanismo que, desde 1994, permite a desvinculação parcial de receitas da União. A aprovação da Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011, prorrogou, até 31 de dezembro de 2015, a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ressalte-se que R\$62,4 bilhões das despesas orçamentárias de 2012, com destinação preestabelecida, foram convertidos em recursos de livre alocação.

Outras medidas de política econômica

O governo anunciou, em agosto, conjunto de medidas, denominado Plano Brasil Maior (PBM), com o objetivo de favorecer a aceleração do crescimento do investimento produtivo e do esforço tecnológico, a inovação das empresas nacionais e o aumento da competitividade dos bens e serviços nacionais. No âmbito das medidas, foi instituído o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), com o objetivo de reintegrar valores referentes a custos tributários residuais. O regime confere, à pessoa jurídica que efetue exportação de bens manufaturados, a possibilidade de apurar o valor para fins de ressarcimento, parcial ou integralmente, do resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. Sob a ótica da política fiscal, a implementação do Plano implicará renúncia de receita estimada em R\$24,5 bilhões nos exercícios de 2011 e 2012. Dentre as medidas com potencial para reduzir a arrecadação, efetivadas mediante a edição de medidas provisórias e decretos presidenciais, destacam-se:

- a) desoneração, até dezembro de 2012, do IPI incidente sobre materiais de construção, bens de capital e caminhões e veículos comerciais leves;
- b) redução para zero da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento das industriais de confecções, calçados, móveis e *software*;
- c) devolução de créditos presumidos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) acumulados na cadeia produtiva do setor manufatureiro. O crédito corresponde a 3% do valor exportado pelo segmento, e a medida terá validade até dezembro de 2012; e

- d) redução gradual do prazo de devolução dos créditos do PIS/Cofins – de doze meses para apropriação imediata – incidentes sobre bens de capital.

Objetivando aprimorar o programa Minha Casa, Minha Vida, o governo estabeleceu, por meio da Medida Provisória nº 514, de 1º de dezembro de 2010, a meta de financiamento de dois milhões de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, no período de 2011 a 2014, com investimentos estimados em R\$125,7 bilhões. Desse total, R\$72,6 bilhões serão destinados à concessão de subvenções econômicas e R\$53,1 bilhões a financiamentos.

Ressalte-se, também, o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, que envolve conjunto de ações que agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica e inclusão produtiva. No contexto das ações, foram ampliados os benefícios amparados pelo Programa Bolsa Família, a partir de 1º de abril, que envolve o reajuste médio de 19,4% nos valores pagos e a elevação no número de beneficiários por família. Com as alterações, o valor do menor benefício concedido pelo Programa passou de R\$22,00 para R\$32,00; e o maior, de R\$200,00 para R\$306,00.

A Medida Provisória nº 516, de 30 de dezembro de 2010, fixou o valor do salário mínimo em R\$540,00, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011, valor alterado posteriormente, pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, para R\$545,00, com vigência a partir de 1º de março. A mesma lei dispôs sobre regras de atualização do salário mínimo no período 2012-2015, sendo estipulado que a correção anual respeitará a variação do INPC acumulada nos doze meses anteriores ao mês de reajuste, acrescida do percentual correspondente à taxa de crescimento do PIB no período t-2.

Os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram reajustados em 6,41%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011. Os maiores salários de benefício e de contribuição aumentaram para R\$3.689,66.

Necessidades de financiamento do setor público

O *superavit* primário do setor público consolidado atingiu R\$128,7 bilhões em 2011, total R\$0,8 bilhão superior à meta estabelecida para o exercício e equivalente a 3,11% do PIB. Ocorreram resultados favoráveis em todas as esferas do setor público, atingindo R\$93 bilhões no Governo Central, R\$33 bilhões nos governos regionais e R\$2,7 bilhões nas empresas estatais.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	74 460	2,8	61 927	2,0
Governo Central ^{2/}	59 607	2,2	24 891	0,8
Governos estaduais	10 335	0,4	29 715	1,0
Governos municipais	2 369	0,1	5 494	0,2
Empresas estatais	2150	0,1	1 827	0,1
Primário	-88 078	-3,3	-103 584	-3,4
Governo Central ^{2/}	-59 439	-2,2	-71 308	-2,4
Governos estaduais	-25 998	-1,0	-25 931	-0,9
Governos municipais	-3 936	-0,1	-4 644	-0,2
Empresas estatais	1295	0,0	-1 701	-0,1
Juros nominais	162 538	6,1	165 511	5,5
Governo Central ^{2/}	119 046	4,5	96 199	3,2
Governos estaduais	36 333	1,4	55 646	1,8
Governos municipais	6 305	0,2	10 138	0,3
Empresas estatais	855	0,0	3 528	0,1

(continua)

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

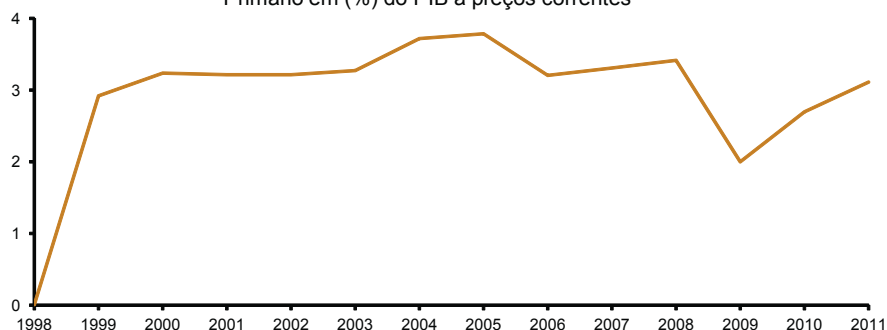
Discriminação	2009		2010		2011	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Governo Central ^{2/}	107 363	3,3	45 785	1,2	87 518	2,1
Governos estaduais	-3 317	-0,1	40 442	1,1	14 008	0,3
Governos municipais	1 236	0,0	7 309	0,2	5 960	0,1
Empresas estatais	960	0,0	137	0,0	478	0,0
Primário	-64 769	-2,0	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Governo Central ^{2/}	-42 443	-1,3	-78 723	-2,1	-93 035	-2,3
Governos estaduais	-17 957	-0,6	-16 961	-0,4	-29 649	-0,7
Governos municipais	-3 045	-0,1	-3 674	-0,1	-3 314	-0,1
Empresas estatais	-1 323	-0,0	-2 338	-0,1	-2 712	-0,1
Juros nominais	171 011	5,3	195 369	5,2	236 673	5,7
Governo Central ^{2/}	149 806	4,6	124 509	3,3	180 553	4,4
Governos estaduais	14 639	0,5	57 403	1,5	43 657	1,1
Governos municipais	4 281	0,1	10 983	0,3	9 273	0,2
Empresas estatais	2284	0,1	2474,7	0,1	3190,1	0,1

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

As receitas brutas do Tesouro Nacional (TN) representaram 18,3% do PIB em 2011, ante 19,1% no ano anterior. Essa retração refletiu, em especial, o impacto de R\$74,8 bilhões sobre o resultado de 2010, decorrente da cessão onerosa à Petrobras para exploração de petróleo, sem contrapartida em 2011.

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
 Primário em (%) do PIB a preços correntes



As despesas do TN corresponderam a 10,6% do PIB, ante 11,7% do PIB em 2010, quando as despesas associadas à capitalização da Petrobras representaram 1,14% do PIB. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram 4,33% do PIB, reduzindo-se em 0,09 p.p. do PIB no ano.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	543 505	618 873	716 658	13,9	15,8
Tesouro Nacional	418 416	477 142	551 343	14,0	15,6
Previdência Social	123 520	140 412	163 355	13,7	16,3
Banco Central	1 569	1 319	1 959	-15,9	48,5
Despesa total	494 757	561 221	630 976	13,4	12,4
Tesouro Nacional	327 432	373 964	428 983	14,2	14,7
Transferências a estados e municípios	92 780	105 605	133 076	13,8	26,0
Pessoal e encargos sociais	105 496	116 372	130 829	10,3	12,4
Outras despesas correntes e de capital	128 460	151 467	164 036	17,9	8,3
Fundo de Amparo ao Trabalhador	15 442	18 647	21 026	20,8	12,8
Subsídios e subvenções econômicas	9 581	10 021	5 980	4,6	-40,3
Loas/RMV	11 639	14 191	16 036	21,9	13,0
Investimentos	17 481	22 107	28 269	26,5	27,9
Outras despesas de custeio	74 316	86 501	92 724	16,4	7,2
Transferências do Tesouro ao Banco Central	695	521	1 043	-25,1	100,2
Previdência Social	165 585	185 293	199 562	11,9	7,7
Banco Central	1 740	1 964	2 431	12,8	23,8
Fundo Soberano do Brasil ^{1/}	-	-	14 244	-	-
Resultado do Governo Central ^{2/}	48 748	57 652	71 438	18,3	23,9
Tesouro Nacional	90 985	103 178	108 117	13,4	4,8
Previdência Social	-42 065	-44 882	-36 207	6,7	-19,3
Banco Central	-171	-645	-472	276,5	-26,8
Resultado primário/PIB – %	2,1	2,2	2,4	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Constitui *deficit* do Tesouro Nacional.

2/ (+) = *superavit*; (-) = *deficit*.

Quadro 4.3 – Receita bruta do Tesouro Nacional

R\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	569 846	719 531	757 429	26,3	5,3
Impostos e contribuições	470 684	546 285	641 552	16,1	17,4
Demais receitas	99 162	173 246	115 877	74,7	-33,1
Compensações financeiras ^{1/}	19 412	24 421	29 586	25,8	21,1
Diretamente arrecadadas	23 534	27 363	32 943	16,3	20,4
Dividendos da União	26 683	22 414	19 962	-16,0	-10,9
Concessões	3 091	1 158	3 938	-62,5	240,1
Cessão onerosa para exploração de petróleo	-	74 808	-	-	-
Outras	26 442	23 082	29 448	-12,7	27,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Receitas sobre a produção de petróleo e gás natural.

Os desembolsos para cobertura de gastos amparados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – pagamento do abono salarial e do seguro desemprego aos trabalhadores da iniciativa privada – somaram R\$34,7 bilhões, e os destinados a benefícios assistenciais (Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia – Loas/RMV), R\$24,9 bilhões, registrando aumentos anuais respectivos de 14% e 12%. Essa evolução evidenciou o impacto do reajuste do salário mínimo, a partir de janeiro de 2011 e, no âmbito dos benefícios assistenciais, o crescimento de 6,7% na quantidade de benefícios pagos.

Quadro 4.4 – Despesas do Tesouro Nacional

R\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Despesas total	344 436	442 244	439 196	28,4	-0,7
Pessoal e encargos sociais	151 653	166 487	179 277	9,8	7,7
Custeio e capital	191 604	274 515	257 783	43,3	-6,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador	27 433	30 311	34 660	10,5	14,3
Subsídios e subvenções econômicas	5 190	7 846	10 522	51,2	34,1
Benefícios assistenciais (Loas/RMV)	18 946	22 234	24 905	17,4	12,0
Capitalização da Petrobras	-	42 928	-	-	-
Outras despesas de custeio e capital	140 035	171 196	187 696	22,3	9,6
Outras despesas de custeio	105 898	124 090	140 196	17,2	13,0
Investimento	34 137	47 106	47 500	38,0	0,8
Transferências do Tesouro ao Bacen	1 179	1 242	2 136	5,3	72,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

Os gastos com investimentos totalizaram R\$47,5 bilhões em 2011 (1,15% do PIB), registrando recuo anual de 0,09 p.p. do PIB.

Os juros nominais apropriados totalizaram R\$236,7 bilhões (5,71% do PIB). O aumento anual de 0,53 p.p. do PIB refletiu, em especial, os impactos da maior variação do IPCA e do patamar mais elevado da taxa Selic acumulada no ano, indicadores que incidem sobre parcela expressiva dos títulos federais. O *deficit* nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiu R\$108 bilhões em 2011 (2,61% do PIB), elevando-se 0,12 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. O financiamento desse *deficit* ocorreu mediante expansões da dívida mobiliária e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas, em parte, por reduções no financiamento externo líquido e na dívida bancária líquida.

Quadro 4.5 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2009		2010		2011	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Primário	-64 769	-2,0	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Juros internos	171 177	5,3	194 475	5,2	237 707	5,7
Juros reais	181 577	5,6	23 976	0,6	157 344	3,8
Atualização monetária	-10 400	-0,3	170 499	4,5	80 363	1,9
Juros externos	-167	-0,0	894	0,0	-1 034	-0,0
Fontes	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Financiamento interno	161 541	5,0	178 530	4,7	214 421	5,2
Dívida mobiliária	265 483	8,2	35 185	0,9	223 783	5,4
Dívida bancária	-123 218	-3,8	100 867	2,7	-20 982	-0,5
Renegociações	-	-	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-	-	-
Demais	19 276	0,6	42 478	1,1	11 619	0,3
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-	-	-
Financiamento externo	-55 299	-1,7	-84 857	-2,3	-106 458	-2,6
PIB em 12 meses ^{1/}	3 239 404		3 770 085		4 143 013	

1/ PIB a preços correntes.

Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.783,1 bilhões, 43% do PIB, em 2011, ante R\$1603,9 bilhões, 42,5% do PIB, em 2010. A elevação anual decorreu de resgates líquidos de R\$25,6 bilhões, incorporação de juros de R\$203,6 bilhões e aumento de R\$1,1 bilhão decorrente da depreciação do real ante o dólar.

Quadro 4.6 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões						
Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Responsabilidade do TN	1 390 694	1 583 871	1 759 134	2 036 231	2 307 143	2 534 898
Carteira do Banco Central	297 198	359 001	494 311	637 815	703 203	751 837
LTN	164 989	158 748	131 149	132 191	112 341	148 877
LFT	72 737	78 955	187 346	242 856	271 074	226 960
NTN	59 472	121 298	175 817	262 768	319 788	376 000
Créditos securitizados	0	0	0	0	0	0
Fora do Banco Central	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061
LTN	346 984	325 149	239 143	247 270	354 731	402 376
LFT	412 034	409 024	453 131	500 224	521 705	548 664
BTN	39	27	30	18	13	10
NTN	296 598	451 132	538 380	621 479	701 128	805 849
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/ CFT-E	14 532	13 903	14 306	12 851	13 141	12 435
Créditos securitizados	17 793	20 777	15 089	12 058	9 096	9 719
Dívida agrícola	1 302	0	0	0	0	0
TDA	4 213	4 859	4 743	4 516	4 125	4 008
CDP	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	0	0	0	0	0	0
LBC	-	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-	-
NBCE	-	-	-	-	-	-
NBCF	-	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061
Em % do PIB	46,1	46,0	41,7	43,2	42,5	47,3

Os títulos de responsabilidade do TN totalizaram R\$2.534,9 bilhões em dezembro de 2011, dos quais R\$751,8 bilhões em poder do Banco Central e R\$1.783,1 bilhões em poder do mercado.

As participações, no total da dívida mobiliária, dos títulos prefixados e daqueles atrelados a índices de preços aumentaram, na ordem, de 37,9% e 28,1%, em 2010, para 38,3% e 29,6%, respectivamente, em 2011, enquanto a relativa aos títulos vinculados à taxa Selic recuou de 32,5% para 30,8%. As parcelas relacionadas aos títulos vinculados à taxa de câmbio e à Taxa Referencial (TR) mantiveram-se estáveis em 0,6% e 0,8%, no período.

As operações primárias do TN com títulos públicos federais registraram resgates líquidos de R\$75,2 bilhões, resultado de liquidações de R\$494 bilhões e colocações de R\$418,8 bilhões. As operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, somaram R\$53,2 bilhões, com resgates antecipados de R\$3,2 bilhões.

Gráfico 4.2
Títulos públicos federais
Participação por indexador

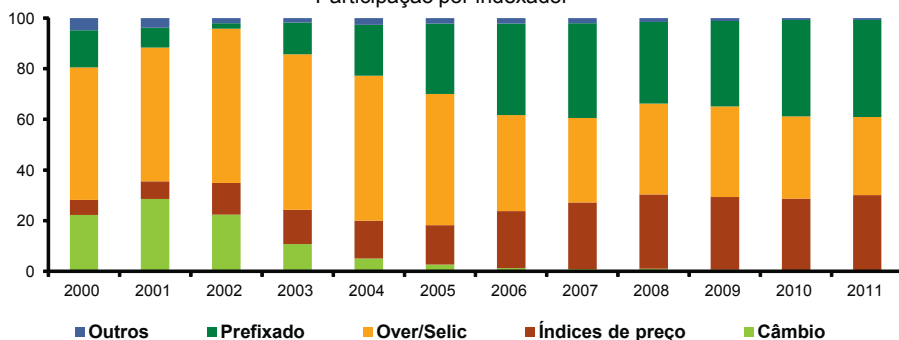
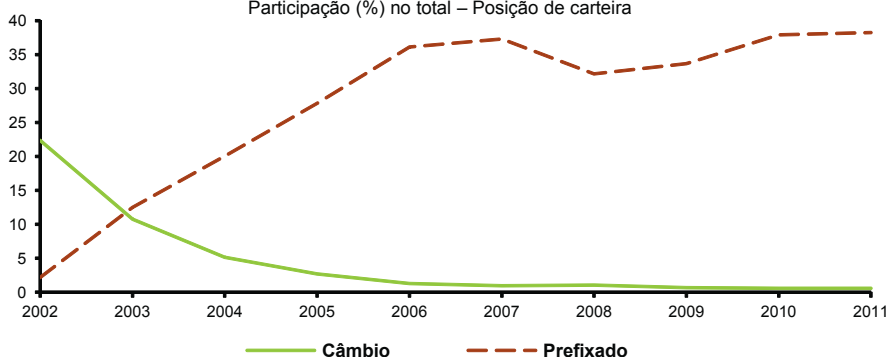


Gráfico 4.3
Evolução da estrutura da dívida mobiliária
Participação (%) no total – Posição de carteira



Quadro 4.7 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total – R\$ milhões	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061
Câmbio	2,7	1,3	0,9	1,1	0,7	0,6	0,6
TR	2,1	2,2	2,1	1,6	1,2	0,8	0,8
IGP-M	7,0	6,4	5,8	5,1	4,6	4,5	4,0
Over/Selic	51,8	37,8	33,4	35,8	35,8	32,5	30,8
Prefixado	27,9	36,1	37,3	32,2	33,7	37,9	38,3
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	1,1	0,9	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	7,4	15,3	19,8	23,6	23,6	23,3	25,4
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As operações compromissadas registraram saldo médio diário de R\$340,8 bilhões em dezembro, expansão de 4,6% em relação a igual período de 2010. Evidenciando

aumento de prazo médio, a representatividade das operações de duas semanas a três meses aumentou de 40%, em 2010, para 44%, em 2011, e a relativa às operações com prazo superior a seis meses, de 40% para 51%, contrastando com o recuo, de 20% para 5%, na representatividade das operações de curtíssimo prazo. No ano, as operações compromissadas registraram vendas líquidas de títulos de R\$15,8 bilhões e incorporação de juros de R\$46,7 bilhões.

Gráfico 4.4
Posição líquida de financiamento dos títulos públicos federais – Média diária

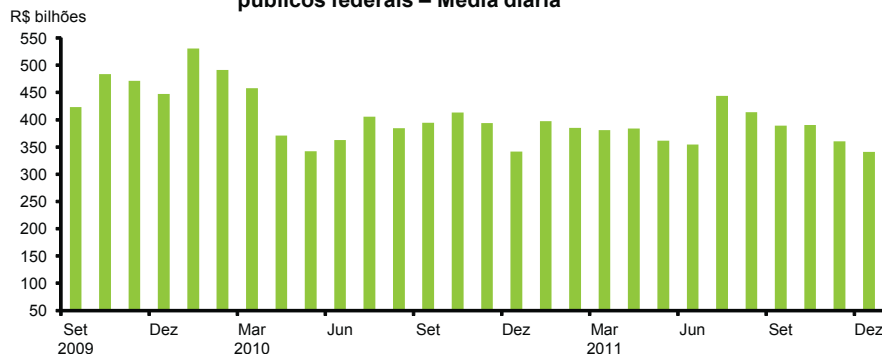
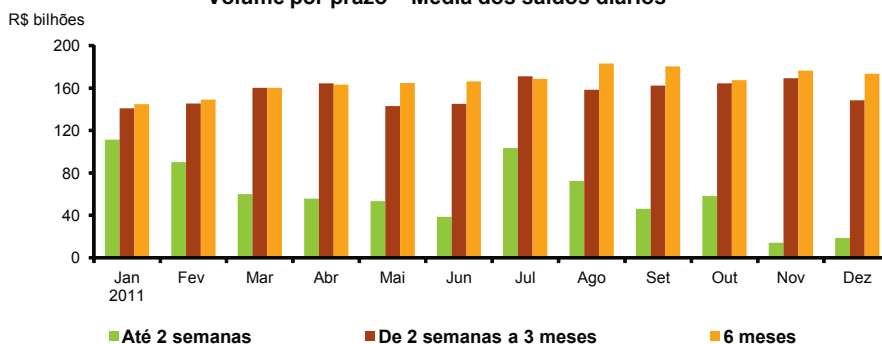


Gráfico 4.5
Operações compromissadas do Banco Central – Volume por prazo – Média dos saldos diários



A exposição total líquida nas operações reversas de *swap* cambial atingiu R\$3 bilhões em dezembro de 2011. O resultado dessas operações no ano, compreendido como a diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom, foi favorável ao Banco Central em R\$706 milhões, no conceito caixa, valor contemplado na apuração das necessidades de financiamento do setor público.

O Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública federal de 2011 definiu os seguintes limites mínimos e máximos a serem atingidos até o final do ano para as participações dos indexadores no total da dívida pública: títulos prefixados, 36% e 40%; títulos indexados a índices de preços, 26% e 29%; títulos atrelados à taxa *over*/Selic, 28% e 33%; títulos vinculados ao câmbio, 4% e 6%. Em dezembro, esses percentuais atingiram, na ordem, 38,3%, 29,6%, 30,8% e 0,6%.

O cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, referente a dezembro de 2011, evidenciou que 19,4% da dívida mobiliária registrava vencimento em 2012; 22,5%, em 2013; e 58,1%, a partir de janeiro de 2014. O percentual de vencimentos em doze meses situou-se 1,6 p.p. abaixo do limite mínimo de 21% estabelecido pelo PAF 2011. O prazo médio de vencimento da dívida em dezembro atingiu 41,8 meses, situando-se no intervalo de 42 a 44,4 meses estabelecido no PAF 2011.

Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$1.508,4 bilhões em 2011, representando 36,5% do PIB, ante 39,1% do PIB em 2010. Essa redução refletiu as contribuições do crescimento anual do PIB, -3,5 p.p.; do *superavit* primário acumulado no ano, -3,1 p.p. do PIB; da depreciação cambial de 12,6% acumulada no ano, -1,6 p.p.; e do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, -0,2 p.p. Esses movimentos foram parcialmente neutralizados pelo impacto de 5,7 p.p. do PIB associado à apropriação dos juros nominais. Destacaram-se, na evolução da composição da DLSP em 2010, o crescimento da parcela credora vinculada ao câmbio, decorrente do aumento das reservas internacionais e da depreciação cambial, e da parcela vinculada à taxa Selic.

Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2008		2009	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 168 238	38,5	1 362 711	32,9
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	-43 524	-11,8	194 472	2,2
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano): ^{1/}	-43 524	-1,4	194 472	4,7
Necessidade de financiamento do setor público	61 927	2,0	106 242	2,6
Primário	-103 584	-3,4	-64 769	-1,6
Juros nominais	165 511	5,5	171 011	4,1
Ajuste cambial ^{2/}	-78 426	-2,6	80 886	2,0
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	3 180	0,1	-3 414	-0,1
Dívida externa	-81 606	-2,7	84 300	2,0
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	-26 394	-0,9	10 907	0,3
Reconhecimento de dívidas	135	0,0	-345	-0,0
Privatizações	-767	-0,0	-3217	-0,1
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-10,3		-2,5
PIB em R\$ milhões	3 032 203		3 239 404	

(continua)

A Dívida Bruta do Governo Geral (governo federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R\$2.243,6 bilhões (54,3% do PIB) em 2011. A elevação anual de 0,9 p.p. do PIB decorreu, sobretudo, da incorporação de juros nominais e da depreciação cambial registradas no período.

Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2010		2011	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 475 820	39,1	1 508 547	36,4
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	113 109	-1,6	32 727	-2,7
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano) ^{1/}	113 109	3,0	32 727	0,8
Necessidade de financiamento do setor público	93 673	2,5	107 963	2,6
Primário	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Juros nominais	195 369	5,2	236 673	5,7
Ajuste cambial ^{2/}	17 677	0,5	-66 626	-1,6
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	1 513	0,0	-3 405	-0,1
Dívida externa	16 163	0,4	-63 221	-1,5
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	1 533	0,0	-9 097	-0,2
Reconhecimento de dívidas	2969	0,1	487	0,0
Privatizações	-2742	-0,1	0	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-4,6		-3,5
PIB em R\$ milhões	3 770 085		4 143 013	

^{1/} Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:

$$(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB } 12 \text{ Meses Valorizado}) * 100$$
. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

^{2/} Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

^{3/} Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

^{4/} Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:

$$\text{Dt-1} / (\text{PIB Mês Atual} / \text{PIB Mês Base}) - \text{Dt-1}$$
.

Quadro 4.9 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2009		2010		2011	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	1130 595	34,9	1224 268	32,5	1332 231	32,2
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	116 583	3,6	118 096	3,1	114 691	2,8
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	1 247 178	38,5	1 342 365	35,6	1 446 922	34,9
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	79 727	2,5	97 424	2,6	25 106	0,6
Ajuste patrimonial (C)	108 539	3,4	111 508	3,0	111 995	2,7
Ajuste de privatização (B)	-72 734	-2,2	-75 476	-2,0	-75 476	-1,8
Dívida líquida total (A)	1 362 711	42,1	1 475 820	39,1	1 508 547	36,4
Governo federal	971 724	30,0	1044 518	27,7	1061 809	25,6
Banco Central do Brasil	-39 189	-1,2	-43 401	-1,2	-52 617	-1,3
Governos estaduais	350 339	10,8	387 503	10,3	404 621	9,8
Governos municipais	56 066	1,7	63 264	1,7	69 724	1,7
Empresas estatais	23 771	0,7	23 937	0,6	25 010	0,6
Dívida interna líquida	1 655 242	51,1	1 835 512	48,7	2 047 015	49,4
Governo federal	876 731	27,1	957 322	25,4	982 292	23,7
Banco Central do Brasil	368 999	11,4	430 187	11,4	599 046	14,5
Governos estaduais	335 899	10,4	368 599	9,8	380 897	9,2
Governos municipais	54 059	1,7	60 274	1,6	65 123	1,6
Empresas estatais	19 554	0,6	19 131	0,5	19 656	0,5
Dívida externa líquida	-292 532	-9,0	-359 692	-9,5	-538 468	-13,0
Governo federal	94 993	2,9	87 196	2,3	79 516	1,9
Banco Central do Brasil	-408 188	-12,6	-473 588	-12,6	-651 663	-15,7
Governos estaduais	14 440	0,4	18 904	0,5	23 724	0,6
Governos municipais	2 007	0,1	2 989	0,1	4 601	0,1
Empresas estatais	4 217	0,1	4 806	0,1	5 353	0,1
PIB em R\$ milhões	3 239 404		3 770 085		4 143 013	

Quadro 4.10 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral^{1/}

Discriminação	2009		2010		2011	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida Líquida do Setor Público						
(A= B+K+L)	1 362 711	42,1	1 475 820	39,1	1 508 547	36,4
Dívida líquida do Governo Geral						
(B=C+F+I+J)	1 378 129	42,5	1 495 285	39,7	1 536 154	37,1
Dívida bruta do Governo Geral						
(C=D+E)	1 973 424	60,9	2 011 522	53,4	2 243 604	54,2
Dívida interna (D)	1 861 984	57,5	1 904 779	50,5	2 137 910	51,6
Dívida externa (E)	111 440	3,4	109 397	2,9	108 385	2,6
Governo Federal	94 993	2,9	87 503	2,3	80 059	1,9
Governos estaduais	14 440	0,4	18 904	0,5	23 724	0,6
Governos municipais	2 007	0,1	2 989	0,1	4 601	0,1
Créditos do Governo Geral (F=G+H)	-830 612	-25,6	-979 408	-26,0	-1 128 444	-27,2
Créditos internos (G)	-830 612	-25,6	-979 100	-26,0	-1 127 901	-27,2
Disponibilidades do Governo						
Geral	-445 177	-13,7	-451 320	-12,0	-529 644	-12,8
Aplic.da Previdência Social	-58	-0,0	-1579	-0,0	-642	-0,0
Arrecadação a recolher	-1 767	-0,1	-2 035	-0,1	-1 940	-0,0
Depósitos a vista (inclui ag. descentralizada)	-7 746	-0,2	-7 517	-0,2	-8 349	-0,2
Disponib. do Governo Federal no Bace	-406 354	-12,5	-404 516	-10,7	-475 622	-11,5
Aplicações na rede bancária (estadual)	-29 252	-0,9	-35 673	-0,9	-43 091	-1,0
Créditos concedidos a inst. financeiras						
Oficiais	-144 787	-4,5	-256 602	-6,8	-319 147	-7,7
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-15 550	-0,5	-19 879	-0,5	-16 922	-0,4
Créditos junto ao BNDES	-129 237	-4,0	-236 723	-6,3	-302 225	-7,3
Aplicações de fundos e programas	-73 851	-2,3	-95 910	-2,5	-99 658	-2,4
Créditos junto às estatais	-16 518	-0,5	-15 274	-0,4	-11 824	-0,3
Demais créditos do governo						
Federal	-10 249	-0,3	-13 634	-0,4	-10 119	-0,2
Recursos do FAT na rede bancária	-140 030	-4,3	-146 360	-3,9	-157 509	-3,8
Créditos externos (H)	0	0,0	-307	-0,0	-543	-0,0
Governo Federal	0	0,0	-307	-0,0	-543	-0,0
Governos estaduais	-	-	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen (I)	183 105	5,7	414 537	11,0	409 959	9,9
Equalização cambial (J)	52 212	1,6	48 634	1,3	11 035	0,3
Dívida líquida do Banco Central (K)	-39 189	-1,2	-43 401	-1,2	-52 617	-1,3
Dívida líquida das empresas estatais (L)	23 771	0,7	23 937	0,6	25 010	0,6
PIB em R\$ milhões	3 239 404		3 770 085		4 143 013	

^{1/} Inclui as dívidas do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Banco Central.

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições federais, incluindo-se as contribuições do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), somou R\$969,9 bilhões em 2011, total 17,4% superior ao registrado no ano anterior.

Esse desempenho, em ambiente de crescimento da massa salarial, refletiu, em especial, o impacto dos recolhimentos de R\$15,9 bilhões, a título de parcelamento de débitos em atraso; do crescimento real de 32,8% na arrecadação do Imposto de Renda sobre Rendimentos de Capital, que passou de R\$24,2 bilhões para R\$34,3 bilhões; do pagamento de R\$5,8 bilhões da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; e da elevação de 25,45% no valor em dólar das exportações.

Quadro 4.11 – Arrecadação bruta de receitas federais

Discriminação	R\$ milhões				
	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	191 597	208 201	249 818	8,7	20,0
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	30 752	39 991	46 918	30,0	17,3
Imposto sobre a Importação (II)	16 092	21 119	26 734	31,2	26,6
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	19 243	26 601	31 807	38,2	19,6
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	117 886	139 690	158 079	18,5	13,2
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	44 237	45 928	58 127	3,8	26,6
Contribuição para o PIS/Pasep	31 755	40 548	41 844	27,7	3,2
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	286	119	145	-58,4	22,0
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	4 827	7 738	8 924	60,3	15,3
Outros tributos	40 877	42 164	75 924	3,1	80,1
Subtotal	497 552	572 099	698 319	15,0	22,1
Receita previdenciária	200 737	233 609	271 588	16,4	16,3
Total	698 289	805 708	969 907	15,4	20,4

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Adicionalmente, ressaltem-se os impactos da elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito com as pessoas físicas, R\$3,2 bilhões; e da atualização dos preços de referência da tabela de bebidas, R\$0,9 bilhão, neutralizados, em parte, pelas retrações associadas à atualização da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, R\$1,6 bilhão; e à redução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e diesel, R\$0,4 bilhão.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	191 597	208 201	249 818	8,7	20,0
Pessoas físicas	14 840	17 252	21 973	16,3	27,4
Pessoas jurídicas	84 518	89 102	104 054	5,4	16,8
Entidades financeiras	13 610	13 118	15 073	-3,6	14,9
Demais empresas	70 908	75 984	88 982	7,2	17,1
Retido na fonte	92 239	101 847	123 791	10,4	21,5
Rendimentos do trabalho	52 179	59 823	68 825	14,6	15,0
Rendimentos do capital	22 926	24 185	34 254	5,5	41,6
Remessas para o exterior	10 657	11 297	13 402	6,0	18,6
Outros rendimentos	6 477	6 542	7 310	1,0	11,7
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	30 753	39 991	46 918	30,0	17,3
Fumo	3 312	3 705	3 744	11,9	1,0
Bebidas	2 291	2 419	2 829	5,6	16,9
Automóveis	2 054	5 672	6 980	176,1	23,1
Vinculado à importação	14 685	16 874	19 631	14,9	16,3
Outros	8 411	11 321	13 735	34,6	21,3

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Previdência Social

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$245,9 bilhões em 2011, elevando-se 16% no ano, enquanto o pagamento de benefícios previdenciários cresceu 10,4%, para R\$281,4 bilhões. Como resultado, o *deficit* da Previdência Social recuou de R\$42,9 bilhões (1,14% do PIB) para R\$35,5 bilhões (0,86% do PIB), no período.

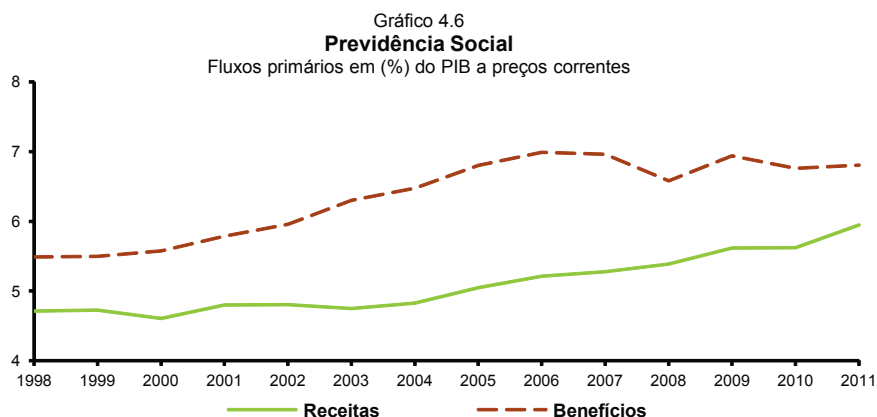
Quadro 4.13 – Resultado da Previdência Social

R\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Arrecadação líquida	182 008	211 968	245 892	16,5	16,0
Arrecadação bruta	201 172	234 252	272 458	16,4	16,3
Contribuição previdenciária	183 110	212 558	245 647	16,1	15,6
Outras receitas	18 062	21 694	26 811	20,1	23,6
Restituição (-)	555	740	1052	33,3	42,2
Transferências a terceiros (-)	18 609	21 544	25 514	15,8	18,4
Benefícios previdenciários	224 876	254 859	281 438	13,3	10,4
Resultado primário	-42 868	-42 891	-35 546	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

O desempenho da arrecadação líquida, que compreende as contribuições dos empregadores e dos trabalhadores da iniciativa privada que compõem o RGPS, deduzidas as contribuições de terceiros (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae, Sest, Senar), foi favorecido, em especial, pelo dinamismo do mercado de trabalho. O aumento dos benefícios previdenciários, que compreendem as aposentadorias, pensões, demais auxílios, precatórios e sentenças judiciais de quitação de passivos decorrentes de revisão nos valores dos benefícios concedidos, decorreu tanto da revisão do valor dos benefícios quanto da elevação da quantidade de concessões.



Quadro 4.14 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R\$ milhões					
Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	78 507	92 317	102 139	17,6	10,6
Rio de Janeiro	19 100	23 002	25 155	20,4	9,4
Minas Gerais	22 349	27 188	29 219	21,7	7,5
Rio Grande do Sul	15 087	17 893	19 473	18,6	8,8
Paraná	12 336	13 870	15 789	12,4	13,8
Bahia	10 143	12 143	13 119	19,7	8,0
Santa Catarina	8 528	10 366	12 514	21,6	20,7
Goiás	6 717	8 170	9 875	21,6	20,9
Pernambuco	6 866	8 411	9 926	22,5	18,0
Espírito Santo	6 670	6 965	8 466	4,4	21,5
Demais estados	42 975	50 405	55 853	17,3	10,8
Total	229 278	270 730	301 527	18,1	11,4

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

Finanças estaduais e municipais

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R\$301,5 bilhões em 2011, registrando aumento real anual de 4,4%. A arrecadação do tributo atingiu R\$102,1 bilhões no estado de São Paulo, correspondendo a 33,9% do total no ano, seguindo-se as arrecadações em Minas Gerais, R\$29,2 bilhões; Rio de Janeiro, R\$25,2 bilhões; e Rio Grande do Sul, R\$19,5 bilhões. Essas quatro unidades federativas, em conjunto, responderam por 58,4% da arrecadação anual do ICMS.

As transferências de recursos da União para os governos estaduais e municipais somaram R\$172,5 bilhões, total 22,6% superior ao do ano anterior. Essa evolução decorreu, principalmente, de três fatores:

- i) crescimento de R\$24,5 bilhões (23,1%) nas transferências constitucionais (Fundos de Participação dos Estados e Municípios e Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados), reflexo da maior arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- ii) aumento de R\$4 bilhões (74,3%) nas transferências amparadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com a finalidade de complementar os gastos efetuados pelos estados e municípios com o ensino fundamental e formação dos profissionais da educação; e
- iii) elevação de R\$3,1 bilhões nas receitas provenientes de *royalties*.

Quadro 4.15 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Fundos de Participação e IPI-exportação	97 561	105 745	130 172	8,4	23,1
Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)	1 950	1 950	1 950	0,0	0,0
Transferências da Cide	962	1 776	2 110	84,6	18,8
Demais	27 211	31 207	38 252	14,7	22,6
Auxílio financeiro aos estados e municípios	3 818	3 266	1 950	-14,5	-40,3
ITR/IOF	237	366	397	54,4	8,5
<i>Royalties</i> (Lei nº 9.478/1997)	12 199	15 481	18 595	26,9	20,1
Salário-educação	5 755	6 554	7 771	13,9	18,6
Fundeb	5 070	5 353	9 329	5,6	74,3
Outras	132	187	210	41,7	12,3
Total	127 684	140 678	172 484	10,2	22,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional



Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Política de comércio exterior

A política de comércio exterior em 2011 foi orientada por dois eixos de atuação: o reforço dos instrumentos de defesa comercial e o estímulo à inovação e à produção nacional, com o objetivo de elevar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, iniciativa materializada no PBM.

O PBM foi instituído pelo Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011, em continuidade à política governamental de incentivo e fortalecimento à indústria nacional, implementada em maio de 2008, com a denominação Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O PBM objetiva aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais e concentra sua atuação nas áreas de comércio exterior, defesa da indústria e do mercado interno e investimento e inovação. As medidas relacionadas ao comércio exterior foram orientadas para os seguintes objetivos:

- i) desoneração das exportações;
- ii) defesa comercial;
- iii) financiamento e garantia para as exportações; e
- iv) promoção comercial.

No âmbito dessas medidas, foi instituído, pela Medida Provisória (MP) nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, o Reintegra, com o objetivo de reintegrar valores referentes a custos tributários residuais. A pessoa jurídica produtora que efetuar exportação de bens manufaturados no país poderá apurar valor para fins de ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. O valor será calculado mediante a aplicação de percentual estabelecido pelo Poder Executivo sobre a receita decorrente da exportação de bens, podendo variar entre zero e 3% e ser diferenciado por setor econômico e tipo de atividade exercida.

O Reintegra foi regulamentado pelo Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011. Como regra, poderão ser beneficiados os produtos cujos custos dos insumos importados não forem superiores a 40% do preço de exportação, ressalvando-se que, para bens de alta tecnologia (produtos farmacêuticos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos e eletrônicos e partes;

aeronaves e partes; instrumentos, aparelhos e partes; e aparelhos de relojoaria e partes), o limite atinge 65%. Os produtos importados e reexportados por empresas brasileiras não carregam os resíduos tributários objetos do regime, e os insumos importados dos países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que cumprirem os requisitos de origem do bloco econômico serão considerados como nacionais para aplicação do Reintegra. A regulamentação também prevê a constituição de um grupo técnico, formado pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que terá a tarefa de examinar eventuais propostas de alterações do percentual de reintegração, do percentual máximo de insumos importados e da lista de produtos elegíveis ao regime. O regime tem validade definida até 31 de dezembro de 2012.

Outra iniciativa do PBM, instituída pela MP nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011, foi a redução, de 20% para zero, até dezembro de 2012, da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento das indústrias de confecções, calçados, móveis e *software* e a criação de uma contribuição que incidirá sobre o faturamento dessas empresas. Foram fixadas duas alíquotas: 2,5%, para as indústrias de *software* e 1,5%, para os demais segmentos. A perda de receita do RGPS decorrente dessas alterações será coberta com aporte de recursos do TN. A mesma norma determinou a redução gradual, de doze meses, em julho de 2011, para apropriação imediata, em julho de 2012, do prazo para devolução dos créditos do PIS/Cofins incidentes sobre bens de capital.

Ainda no âmbito do PBM, foram anunciadas as seguintes medidas de defesa comercial: redução, de 15 para 10 meses, do prazo máximo das investigações *antidumping*, salvaguardas e medidas compensatórias, e de 240 para 120 dias, para aplicação de direito provisório. Adicionalmente, foi definido o objetivo de aumento do combate à circunvenção (triangulação a partir da qual o produto é vendido por um país, tendo sido originalmente produzido em outro), à falsa declaração de origem, aos preços subfaturados, às importações ilegais e à violação de propriedade industrial.

A defesa comercial constitui-se em um dos principais eixos de atuação da política de comércio exterior ao longo do ano, tendo sido anunciadas várias iniciativas de aperfeiçoamento nessa área. A constituição do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX) se deu por meio da Portaria Interministerial nº 149, de 16 de junho de 2011, editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pelo MDIC. O GI-CEX possibilitou identificar melhor os instrumentos administrativos de cada órgão, garantindo maior eficiência no combate às práticas desleais e ilegais no comércio exterior. A inclusão do produto em licenciamento não automático, a partir do momento da abertura de investigação de *antidumping*, é também nova medida de aperfeiçoamento do sistema de defesa comercial, com o objetivo de monitorar o fluxo de entrada das mercadorias e evitar que os importadores antecipem as compras. Outra iniciativa de cooperação entre os dois órgãos foi implementada pela Portaria RFB nº 3.011, de 30 de junho de 2011, que autorizou o repasse de

dados da Receita Federal para a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), para que seja feita a análise sobre as petições de abertura de investigação para extensão das medidas de *antidumping*.

Além disso, passou a ser adotada, preferencialmente, a margem cheia no cálculo das medidas de *antidumping*, em detrimento da orientação de adotar a regra do menor direito, orientação do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) desde 2007. Até então, o Brasil optava pela imposição de sobretaxa suficiente para compensar o dano e passará a adotar a margem cheia prevista no processo, o que deverá aumentar as sobretaxas aplicadas.

A cobrança retroativa de direitos *antidumping* e compensatórios foi disciplinada pela Resolução Camex nº 64, de 14 de setembro de 2011. A medida autorizou a taxação de produtos importados até noventa dias antes da data de aplicação das medidas *antidumping* provisórias. A cobrança objetiva evitar a formação de estoque no período imediatamente posterior ao início das investigações de práticas comerciais desleais. O direito *antidumping* retroativo é previsto pela Organização Mundial de Comércio (OMC) e pela legislação brasileira.

Ao final de 2011, contabilizavam-se 84 medidas de direitos *antidumping*, uma de compromisso de preço, outra de salvaguarda, relacionadas a 52 produtos de 25 países ou blocos, com destaque para as relacionadas à China, aos Estados Unidos da América (EUA) e à Índia. Vale ressaltar que a Portaria Secex nº 39, de 11 de novembro de 2011, aperfeiçoou os critérios para abertura de investigação sobre o cumprimento das regras de origem fixadas na legislação brasileira, e que ocorreu, no ano, a abertura das primeiras investigações de circunvenção.

O governo decidiu, em maio, pela aplicação de licenciamento não automático nas importações de veículos novos. No âmbito do PBM, a Medida Provisória nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011, instituiu novo regime para o setor automotivo com incentivo tributário como contrapartida de investimento, agregação de valor, emprego e inovação tecnológica. A regulamentação ocorreu pelo Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011. Foram isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos que apresentassem conteúdo regional mínimo de 65% em pelo menos 6 de 11 etapas produtivas no país e investimento de 0,5% da receita bruta total de venda de bens e serviços em pesquisa e inovação tecnológica, com vigência até 31 de dezembro de 2012. O IPI incidente sobre veículos importados de países do Mercosul e do México não sofreu alteração, desde que os fabricantes detivessem também fábrica instalada no Brasil. Posteriormente, o governo brasileiro estendeu, no marco do Acordo Automotivo Brasil-Uruguai, os benefícios da redução do IPI às importações de automóveis originários do país vizinho. Em razão da Decisão do Supremo Tribunal Federal que afirma a necessidade de 90 dias para a vigência da norma, foi publicado o Decreto nº 7.604, de 10 de novembro de 2011, que alterou o início de vigência do aumento de IPI para 16 de dezembro de 2011.

No âmbito do Mercosul, o governo brasileiro propôs o aperfeiçoamento da estrutura tarifária do Imposto de Importação, incluindo a criação de mecanismo para permitir o aumento desse imposto. Na Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul em Montevideu, em 20 de dezembro de 2011, foi implementado, pela Decisão nº 39/2011, mecanismo que permite aos países membros do bloco econômico aumentarem, temporariamente, as alíquotas do Imposto de Importação. Esse mecanismo é um instrumento paralelo à Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC), com a diferença que, nessa lista, permite-se elevar ou reduzir as alíquotas. Cada país poderá incluir cem novos códigos tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), diferentes dos já incluídos na Lista de Exceção, para elevar as alíquotas previstas na TEC do Mercosul para produtos importados de países extrabloco.

No âmbito da promoção comercial, entrou em vigência, com a publicação do Decreto nº 7.545, de 2 de agosto de 2011, o Ata-Carnet, convenção que facilita a circulação de bens em regime de admissão temporária, sem incidência de impostos. Adicionalmente, foi reforçada a estratégia de promoção comercial por produtos e serviços prioritários em mercados selecionados.

Em relação a financiamento e garantia para as exportações, foi definida a criação do Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), de natureza privada, gerido pelo Banco do Brasil, para empresas com faturamento de até R\$60 milhões. A União foi autorizada, pela Medida Provisória nº 541, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, a participar com R\$1 bilhão de aporte inicial. Outras empresas poderão participar do fundo, que será também alimentado com os retornos do Programa de Financiamento das Exportações (Proex), na modalidade financiamento – Proex-Financiamento.

Foi adotada, ainda, a informatização, pelo BNDES e pelo Banco do Brasil, do processo de emissão da apólice do Seguro de Crédito à Exportação/Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Nas operações do Proex-Equalização, a definição dos *spreads* de referência passará a ser aprovada automaticamente nas exportações de bens e serviços. O FGE contará com limite rotativo de até US\$50 milhões para exportação de produtos manufaturados.

Em relação às medidas de financiamento das exportações, foi ampliada, pela Portaria Secex nº 42, de 7 de dezembro de 2011, a utilização do Proex para as operações efetuadas por meio de Declaração Simplificada de Exportação (DSE), limitadas a US\$50 mil. Para acessar esse financiamento, é necessário fazer o Registro de Crédito (RC) no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), sendo dispensado o Registro de Exportação (RE). Caso o financiamento seja aprovado pelo Banco do Brasil, bastará aos exportadores apresentarem a cópia da DSE e os documentos relacionados ao embarque das mercadorias, para que o empréstimo seja liberado.

As operações do Proex somaram US\$4,1 bilhões em 2011, dos quais US\$635 milhões referentes à modalidade financiamento e US\$3,5 bilhões à equalização das taxas de juros. Os recursos alocados na modalidade financiamento aumentaram 24,3% em relação ao ano anterior, enquanto o número de operações decresceu de 1.478 para 1.354, e o total de exportadores participantes do programa recuou de 371 para 312.

Os principais setores econômicos que utilizaram o Proex-Financiamento em 2011 foram o agronegócio, 58% do total, seguindo-se os setores têxtil, couros e calçados, 24%; e máquinas e equipamentos, 9%. Os principais países de destino das exportações cursadas na modalidade foram Cuba, 45% do total; China, 10%; e França, 7%.

Os recursos alocados na modalidade equalização registraram estabilidade no ano, enquanto as emissões de títulos que lastreiam as operações de equalização da taxa de juros somaram US\$185 milhões, elevando-se 56,6% em relação a 2010. Foram realizadas, no ano, 2.531 operações por 34 exportadores, ante 2.657 operações por 31 empresas no ano anterior.

A análise setorial evidencia que 70% das exportações envolvendo a modalidade equalização concentraram-se em máquinas e equipamentos, seguindo-se a participação de 22% da indústria de equipamentos de transporte. As principais regiões de destino das exportações cursadas pelo Proex-Equalização foram países do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), 31%; países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), 20%; e países membros do Mercosul, 15%. Os principais países de destino foram EUA, 22% do total; Argentina, 13%; Chile, 8%; Peru, 8%; e México, 7%.

A prorrogação do prazo para contratação de financiamentos no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), com orçamento de R\$75 bilhões, constituiu importante medida para alavancar o investimento produtivo e a inovação. Em março, o BNDES PSI foi prorrogado até 31 de dezembro de 2011 e, em setembro, até o final de 2012, adequando-se às estratégias do PBM. O CMN, pela Resolução nº 4.009, de 14 de setembro de 2011, aprovou algumas modificações no PSI, destacando-se a realocação de limites de financiamentos do BNDES para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com aumento dos recursos de R\$1 bilhão para R\$3 bilhões; a inclusão, como beneficiárias, de sociedades nacionais ou estrangeiras com sede no Brasil, além de empresários, associações e fundações que pretendam desenvolver projetos de inovação tecnológica em caráter sistemático.

Em 1º de junho, foi anunciada parceria entre o Banco do Brasil e o BNDES para financiamento das exportações brasileiras de bens de capital na América Latina, com base na modalidade BNDES Exim automático. Com prazos de pagamento de até cinco anos, a nova linha contribuirá para ampliar a competitividade das empresas brasileiras no exterior, principalmente no segmento de bens de capital. Todas as agências do Banco do Brasil, no Brasil e no exterior, foram habilitadas a atender às empresas interessadas nessa linha de crédito, que foi fixada em até US\$200 milhões.

Os desembolsos vinculados às operações de comércio exterior do BNDES totalizaram US\$6,7 bilhões em 2011, dos quais US\$5 bilhões foram direcionados às exportações de bens e US\$1,7 bilhão, às exportações de serviços. No âmbito das 580 operações de desembolsos à indústria, destacaram-se as exportações do setor de veículo, reboque e carroceria, US\$1,4 bilhão; de outros equipamentos de transporte, US\$1,2 bilhão; de máquinas e equipamentos, US\$724 milhões; e de máquinas e aparelhos elétricos, US\$487 milhões. Os quatro setores concentraram 77,1% dos desembolsos da indústria de transformação.

Em relação aos regimes especiais de importação, a Portaria Secex nº 8, de 15 de fevereiro de 2011, regulamentou o novo regime de *Drawback* Integrado Isenção. O regime permite a reposição de estoques dos insumos importados e adquiridos no mercado interno, que são utilizados na industrialização de produto final já exportado. A empresa pode escolher entre utilizar a isenção para a quantidade importada ou para a adquirida no mercado interno, escolha que representa inovação do regime e objetiva tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

Outro item relevante foi a assinatura, em 24 de outubro de 2011, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) destinada a prorrogar, por mais cinquenta anos, a vigência da Zona Franca de Manaus e a extensão dos benefícios para a região metropolitana. Além disso, pela Portaria Interministerial nº 432, de 28 de junho de 2011, editada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo MDIC foi habilitada a primeira empresa a produzir *tablets* no país com os incentivos fiscais da Lei de Informática.

Política cambial

A Circular nº 3.520, de 6 de janeiro de 2011, determinou que as instituições financeiras recolhessem ao Banco Central, sob a forma de depósito compulsório, 60% do valor da posição de câmbio vendida que exceder o menor dos seguintes valores: US\$3 bilhões, ou o Patrimônio de Referência (PR). O prazo para que as instituições financeiras se adequassem a esse depósito compulsório, recolhido em espécie e sem remuneração, somou noventa dias. A medida, de caráter prudencial, procurou reduzir a exposição cambial dos bancos em moeda estrangeira.

O Banco Central retomou, em 14 de janeiro, as operações de *swap* cambial reverso, nas quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxas de juros domésticas. Ressalte-se que, em junho de 2009, o Banco Central havia encerrado todas as suas posições em aberto em contratos de *swap* cambial. Ao final de dezembro de 2011, essas operações resultaram em exposição líquida de US\$3 bilhões.

Por meio da Carta-Circular nº 3.484, de 25 de janeiro de 2011, foram instituídos os leilões de moeda estrangeira com liquidação a termo, isto é, com prazos definidos para pagamento no futuro. Esses leilões, realizados de fevereiro a abril e em setembro, totalizaram US\$2,2 bilhões no ano. Com a medida, o Banco Central passou a dispor dos seguintes instrumentos para atuar no mercado doméstico de câmbio: intervenções diretas no mercado à vista (*spot*); leilões de *swap* cambial e *swap* cambial reverso; e leilões a termo.

A manutenção dos fluxos de capitais estrangeiros direcionados ao mercado brasileiro possibilitou à autoridade monetária manter a política de compra de divisas no mercado à vista, totalizando aquisições de US\$47,9 bilhões de janeiro a setembro, que, somadas a US\$2,2 bilhões relativos a operações a termo, totalizaram compras de US\$50,1 bilhões no ano.

A alíquota do IOF incidente nas operações de câmbio destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos na qualidade de emissores de cartão de crédito, decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários, foi elevada para 6,38%, pelo Decreto nº 7.454, de 25 de março de 2011. A medida entrou em vigência na data de sua publicação, produzindo efeitos nas operações de câmbio liquidadas após o trigésimo dia subsequente à data da publicação.

A alíquota de IOF incidente nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 29 de março de 2011, para ingresso de recursos no país, referentes a empréstimo externo, contratado de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, com prazo médio mínimo de até 360 dias, foi elevada para 6%, pelo Decreto nº 7.456, de 28 de março de 2011. Esse prazo foi elevado para até 720 dias, para as liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 7 de abril de 2011, pelo Decreto nº 7.457, de 6 de abril de 2011. O objetivo da norma foi reduzir as dívidas de curto prazo, que oferecem maiores riscos em cenário de crise.

Para conferir o mesmo tratamento dispensado às operações de conversão e de transferência entre modalidade de capital estrangeiro registrado no Banco Central do Brasil, o CMN, pela Resolução nº 3.967, de 4 de abril de 2011, determinou a obrigatoriedade da realização de operação simultânea de câmbio nas renovações, repactuações e assunções de obrigação relativas a operações de empréstimos externos, contratadas de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional. O Banco Central promoveu essas alterações normativas pela Circular nº 3.531, de 13 de abril de 2011.

Outra medida de caráter macroprudencial voltada para reduzir a exposição dos bancos em moeda estrangeira foi anunciada pela Circular nº 3.548, de 8 de julho de 2011. O Banco Central redefiniu e consolidou as regras de recolhimento compulsório sobre posição vendida de câmbio. Pela norma, as instituições financeiras devem recolher ao

Banco Central, sob a forma de depósito compulsório, 60% sobre o valor da posição de câmbio vendida que exceder o menor dos seguintes valores: US\$1 bilhão, ou o PR. Esse depósito compulsório deve ser recolhido em espécie e não possui remuneração.

A Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011, convertida na Lei nº 12.543, de 8 de dezembro de 2011, autorizou o CMN a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos. Segundo a Lei, as operações relativas a títulos ou valores mobiliários, envolvendo contratos de derivativos, passam a estar sujeitas à alíquota máxima de IOF de 25%. Em complemento, o Decreto nº 7.536, de 26 de julho de 2011, fixou a alíquota do IOF nos contratos de derivativos em 1%, sobre o valor nocional ajustado, na aquisição, na venda ou no vencimento de contratos de derivativos financeiros, cujo valor de liquidação seja afetado pela variação da taxa de câmbio e que resultem em aumento da exposição líquida vendida em relação à apurada ao final do dia útil anterior. Pela Instrução Normativa nº 1.207, de 3 de novembro de 2011, a Receita Federal regulamentou a cobrança do IOF, mas seu recolhimento para os fatos geradores ocorridos de 15 de setembro a 31 de dezembro de 2011 foi adiado, pela Portaria nº 560, de 23 de dezembro de 2011, para 31 de janeiro de 2012. Além disso, o mesmo Decreto determinou que, na operação de empréstimo contratada pelo prazo médio mínimo superior a 720 dias e liquidada antecipadamente, total ou parcialmente, descumprindo o prazo médio mínimo exigido, o contribuinte ficará sujeito ao pagamento do imposto calculado à alíquota de 6%, acrescido de juros moratórios e multa.

A alíquota do IOF incidente sobre os investimentos externos em ações foi reduzida de 2% para zero, conforme o Decreto nº 7.632, de 1º de dezembro de 2011. A redução atingiu a oferta primária (Oferta Pública Inicial – IPO) e o mercado secundário e incluiu o cancelamento e a emissão primária de recibos de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior (*Depositary Receipts* – DRs). Também foi reduzida, de 6% para zero, a alíquota do IOF sobre aplicações de não residentes em títulos de prazo médio superior a quatro anos, emitidos por empresas não financeiras e associados a projetos de investimento.

No âmbito da política de fortalecimento da atuação das empresas brasileiras no mercado internacional, o CMN, pela Resolução nº 4.033, de 30 de novembro de 2011, permitiu, aos bancos autorizados a operar no mercado de câmbio, com PR mínimo de R\$5 bilhões, utilizar recursos captados no mercado externo para conceder crédito no exterior. Esse crédito poderá ser concedido apenas a empresas brasileiras, subsidiárias de empresas brasileiras e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil. Além disso, os bancos foram autorizados a adquirir, no mercado primário, títulos de emissão ou de responsabilidade das referidas empresas.

Na esfera das medidas de simplificação das operações de câmbio, o CMN, pela Resolução nº 3.997, de 28 de julho de 2011, regulamentou o recebimento, pelos exportadores

nacionais, de recursos resultantes de vendas de bens e serviços ao exterior no ambiente de comércio eletrônico. A medida eliminou assimetria prejudicial às empresas brasileiras, permitindo aos exportadores nacionais competir, no ambiente de comércio eletrônico, em condições similares com seus concorrentes estrangeiros.

Movimento de câmbio

O mercado de câmbio contratado registrou *superavit* de US\$65,3 bilhões em 2011, ante US\$24,4 bilhões do ano anterior. O *superavit* comercial cambial atingiu

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

Período	Comercial						Financeiro			Saldo
	Exportações				Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	
	Total	ACC	PA	Demais						
						(A)			(B)	(C) =(A)+(B)
2009	144 666	31 374	35 851	77 441	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732
2010 Jan	10 723	3 332	1 481	5 910	10 863	-140	23 083	21 868	1 215	1 075
Fev	10 085	2 684	2 541	4 860	12 371	-2 285	23 765	21 879	1 886	-399
Mar	16 221	3 202	3 658	9 361	13 826	2 394	27 829	28 109	-280	2 114
Abr	12 750	3 035	2 684	7 031	13 389	-639	27 897	25 010	2 887	2 248
Mai	16 301	3 355	4 070	8 876	13 631	2 671	30 494	30 560	-66	2 605
Jun	13 961	3 025	3 892	7 043	14 749	-788	24 959	28 450	-3 491	-4 279
Jul	13 984	2 774	4 335	6 875	14 762	-777	28 655	27 166	1 490	712
Ago	14 984	3 250	3 162	8 572	16 868	-1 884	27 502	26 299	1 203	-680
Set	14 741	2 622	3 984	8 136	17 730	-2 989	49 171	32 456	16 716	13 726
Out	17 195	3 408	3 500	10 288	15 418	1 777	34 550	29 409	5 141	6 917
Nov	17 338	3 603	3 424	10 311	16 836	502	27 332	25 609	1 722	2 225
Dez	18 306	3 328	4 438	10 540	17 797	509	53 118	55 536	-2 418	-1 910
Ano	176 590	37 618	41 169	97 802	178 240	-1 650	378 355	352 351	26 004	24 354
2011 Jan	15 072	3 492	1 807	9 774	13 995	1 077	42 675	28 240	14 435	15 513
Fev	14 670	3 362	2 592	8 716	15 169	-498	32 125	24 208	7 918	7 419
Mar	20 800	4 278	5 292	11 230	17 137	3 663	37 969	28 972	8 997	12 660
Abr	18 811	5 309	4 622	8 880	15 501	3 310	34 902	36 671	-1 769	1 541
Mai	24 313	4 895	6 883	12 535	17 050	7 263	29 860	31 867	-2 007	5 256
Jun	19 432	4 501	3 665	11 266	18 054	1 378	33 382	37 316	-3 934	-2 556
Jul	23 668	4 715	4 341	14 612	17 415	6 253	39 316	29 745	9 571	15 825
Ago	25 855	5 555	4 428	15 872	19 188	6 667	28 381	30 893	-2 512	4 155
Set	26 228	5 275	4 847	16 106	17 469	8 758	26 030	26 304	-274	8 484
Out	21 552	3 362	5 797	12 393	19 684	1 868	27 266	29 268	-2 002	-134
Nov	20 177	3 386	2 999	13 792	17 649	2 528	21 599	25 069	-3 470	-942
Dez	20 606	3 624	3 189	13 792	18 924	1 681	40 492	44 117	-3 625	-1 943
Ano	251 185	51 754	50 463	148 968	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279

US\$44 bilhões, ante *deficit* de US\$1,7 bilhão em 2010, reflexo de elevações respectivas de 42,2% e 16,3% nas contratações de exportações e de importações. O segmento financeiro registrou ingressos líquidos de US\$21,3 bilhões, ante US\$26 bilhões no ano anterior, resultado de aumentos respectivos de 4,1% e 5,8% nas contratações de compras e de vendas de moeda estrangeira.

As compras do Banco Central no mercado *spot* de câmbio totalizaram US\$47,9 bilhões, e as associadas às operações de contratos a termo no mercado doméstico de câmbio, US\$2,2 bilhões. A posição de câmbio dos bancos, que reflete as operações com clientes no mercado primário de câmbio e as intervenções do Banco Central, passou de vendida em US\$16,8 bilhões, ao final de 2010, para US\$1,6 bilhão, em final de dezembro de 2011.

O real registrou depreciação de 12,6% ante o dólar dos EUA em 2011. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo – Disponibilidade Interna (IPA-DI) e pelo IPCA, registraram retração de 10,6% e 5,2%, respectivamente, entre o final de 2011 e o do ano anterior.

Balanço de pagamentos

A posição externa brasileira mostrou-se confortável em 2011 sob vários pontos: o *deficit* em transações correntes, medido como proporção do PIB, reduziu-se em relação ao ano anterior; a corrente de comércio de bens e serviços se expandiu; o passivo externo líquido, expresso pela Posição Internacional de Investimento (PII), decresceu em termos absolutos; e a cobertura do estoque das reservas internacionais sobre o principal de dívida vincendo, em horizonte de doze meses, avançou. Assim, no âmbito do setor externo, a percepção quanto à solidez das contas externas brasileiras neutralizou, em grande parte, o impacto da volatilidade dos mercados financeiros internacionais.

A adoção de política macroeconômica consistente, baseada em três pilares, metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, prosseguiu em 2011. Adicionalmente, a moderna regulação do Sistema Financeiro Nacional tem sido essencial para a estabilidade financeira. Ao longo do ano, a despeito das incertezas no cenário internacional, as agências de classificação de risco elevaram as notas de crédito soberano do Brasil, na seguinte ordem: *Fitch*, em abril, *Moody's*, em junho, e *Standard and Poor's*, em novembro. Favorecido, entre outros fatores, pela posição externa fortalecida, o custo do financiamento soberano no mercado internacional foi o menor dos últimos quarenta anos, em contraste com o ambiente de crise da dívida soberana na Zona do Euro. No último trimestre, as colocações de bônus realizadas pelo Tesouro brasileiro registraram recordes positivos em termos de custo absoluto de captação e *spread* sobre títulos americanos de referência.

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

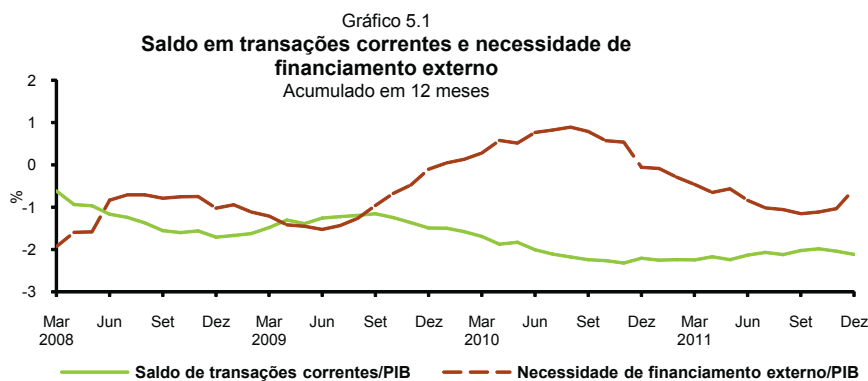
US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	7 880	12 267	20 147	12 960	16 846	29 807
Exportações	89 187	112 728	201 915	118 304	137 736	256 040
Importações	81 308	100 461	181 768	105 343	120 890	226 233
Serviços	-13 531	-17 304	-30 835	-17 993	-19 959	-37 952
Receitas	14 765	16 834	31 599	18 179	20 030	38 209
Despesas	28 296	34 138	62 434	36 172	39 989	76 161
Rendas	-19 731	-19 755	-39 486	-22 577	-24 742	-47 319
Receitas	3 124	4 282	7 405	5 758	4 994	10 753
Despesas	22 855	24 037	46 892	28 335	29 736	58 072
Transferências unilat. correntes	1 563	1 339	2 902	1 576	1 408	2 984
Receitas	2 395	2 379	4 775	2 481	2 435	4 915
Despesas	833	1 040	1 873	905	1 027	1 931
Transações correntes	-23 820	-23 453	-47 273	-26 034	-26 446	-52 480
Conta capital e financeira	42 989	56 923	99 912	69 341	43 048	112 389
Conta capital	494	625	1 119	666	907	1 573
Conta financeira	42 495	56 299	98 793	68 675	42 141	110 816
Investimento direto (líquido)	3 215	33 704	36 919	34 986	32 703	67 689
No exterior	-8 881	-2 706	-11 588	2 484	-1455	1 029
Participação no capital	-12 110	-14 673	-26 782	-14 597	-4 936	-19 533
Empréstimos intercompanhias	3 229	11 966	15 195	17 081	3 481	20 562
No país	12 096	36 410	48 506	32 502	34 158	66 660
Participação no capital	12 256	27 860	40 117	25 827	28 955	54 782
Empréstimos intercompanhias	-160	8 550	8 390	6 675	5 203	11 878
Investimentos em carteira	22 790	40 221	63 011	25 146	10 165	35 311
Ativos	-375	-4 408	-4 784	12 711	4 147	16 858
Ações	896	5 315	6 211	6 841	1 961	8 801
Títulos de renda fixa	-1 271	-9 724	-10 995	5871	2 186	8 057
Passivos	23 166	44 629	67 795	12 435	6 018	18 453
Ações	9 733	27 937	37 671	3 865	3 309	7 174
Títulos de renda fixa	13 432	16 692	30 124	8 570	2 709	11 278
Derivativos	-17	-95	-112	-9	12	3
Ativos	74	59	133	170	82	252
Passivos	-91	-154	-245	-179	-70	-249
Outros investimentos ^{1/}	16 507	-17 531	-1 024	8 552	- 739	7 813
Ativos	-12 045	-30 522	-42 567	-20 564	-18 420	-38 984
Passivos	28 552	12 991	41 543	29 116	17 681	46 796
Erros e omissões	-2 502	-1036	-3 538	-397	-875	-1 272
Resultado do balanço	16 666	32 434	49 101	42 910	15 727	58 637
Memo:						
Transações correntes/PIB			-2,20			-2,12

1/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos

A apreensão quanto à dívida soberana de importantes países europeus não prejudicou os volumes captados pelo setor privado brasileiro, posicionando o Brasil, de acordo com estimativas prévias publicadas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) no relatório *Global Investment Trends Monitor*, como quinto maior receptor de fluxos líquidos, atrás dos EUA, Reino Unido, China e Hong Kong.

O *deficit* em transações correntes atingiu US\$52,5 bilhões em 2011, ante US\$47,3 bilhões no ano anterior. Ocorreram elevações respectivas de US\$7,8 bilhões e US\$7,1 bilhões nas despesas líquidas com rendas e na conta de serviços, o que representou, na ordem, aumentos anuais de 19,8% e 23,1%, cujo impacto foi neutralizado, em parte, pelo aumento de 47,9% no *superavit* da balança comercial. O reconhecimento do Brasil como ambiente seguro para investimentos, expresso em expectativas de risco, favoreceu o ingresso líquido de US\$112,4 bilhões na conta capital e financeira em 2011. O *superavit* do balanço de pagamentos totalizou US\$58,6 bilhões.



Obs.: Necessidade de financiamento externo = *deficit* de trans. correntes - invest. estrangeiro direto líq.

Balança comercial

A balança comercial registrou *superavit* de US\$29,8 bilhões em 2011, décimo primeiro resultado positivo em sequência. A expansão anual de 47,9% refletiu elevação de 26,8% nas exportações e de 24,5% nas importações, que somaram US\$256 bilhões e US\$226,2 bilhões, respectivamente. A corrente de comércio cresceu 25,7% em 2011, ante aumento de 36,7% em 2010.

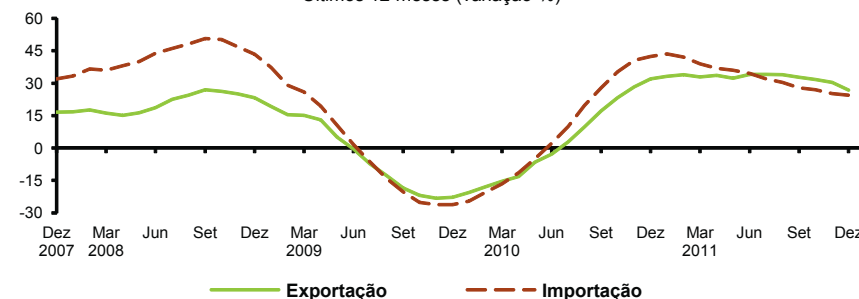
Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2010	201 915	181 768	20 147	383 684
2011	256 040	226 233	29 807	482 273
Variação %	26,8	24,5	47,9	25,7

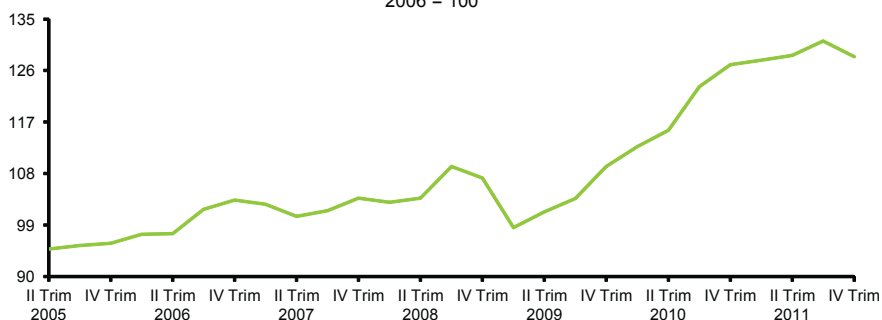
Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.2
Exportação e importação – FOB
Últimos 12 meses (variação %) ^{1/}



Fonte: MDIC/Secex
1/ Sobre igual período do ano anterior.

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca
2006 = 100



Fonte: Funcex

Os termos de troca mantiveram a tendência de expansão iniciada em 2009 e, após registrar recorde no terceiro trimestre de 2011, recuaram no período subsequente. Consideradas as médias anuais, os preços de exportação aumentaram 23,2%, e os preços de importação, 14,3%, enquanto a comparação entre os indicadores de dezembro de 2011 e do ano anterior revela expansões de 8,6% e 12,5%, respectivamente.

O crescimento anual das exportações, decorrente de elevações de 23,2% nos preços e de 2,9% no *quantum*, traduziu as expansões registradas nas vendas em todas as categorias de fator agregado. As vendas de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados experimentaram elevações anuais de 36,1%, 27,7% e 16%, respectivamente.

A continuidade no aumento dos preços internacionais de importantes *commodities* da pauta exportadora brasileira estimulou a elevação dos preços nas categorias de produtos básicos, 31,3%, e semimanufaturados, 20,9%, enquanto os preços dos bens manufaturados cresceram 14,1%. As quantidades exportadas expandiram, na ordem, 3,6%, 5,6% e 1,7%.

Quadro 5.4 – Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2010		2011	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	20,5	9,5	23,2	2,9
Básicos	30,4	11,4	31,3	3,6
Semimanufaturados	29,0	6,6	20,9	5,6
Manufaturados	8,5	8,9	14,1	1,7

Fonte: Funcex

Em relação aos principais produtos básicos de exportação, destacaram-se os aumentos anuais nos preços dos itens trigo em grãos, 73,7%; café cru, 54,4%; milho em grãos, 39,8%; petróleo, 39,5%; e minério de ferro, 35,9%. As quantidades exportadas da categoria refletiram, em especial, as expansões nos embarques de arroz em grãos, 213,8%; trigo em grãos, 77,5%; algodão em bruto, 48%; miudezas de animais, 13,5%; e soja, 13,5%, contrastando com as retrações nas vendas dos itens bovino vivo e carne de bovino.

No âmbito dos principais bens semimanufaturados exportados, assinalam-se as expansões nos preços dos itens açúcar de cana em bruto, 307,9%; óleo de soja, 42,5%; mates de níquel, 36,1%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 31,1%; e borracha sintética e artificial, 29,5%. Relativamente ao *quantum* exportado na categoria, destacaram-se as elevações relativas a ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, 40,6%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 36,4%; catodos de cobre, 23%; zinco em bruto, 15,2%; e catodos de níquel, 14,4%; em oposição aos recuos nos embarques de ligas de alumínio, madeiras em estilhas ou partículas e ceras vegetais.

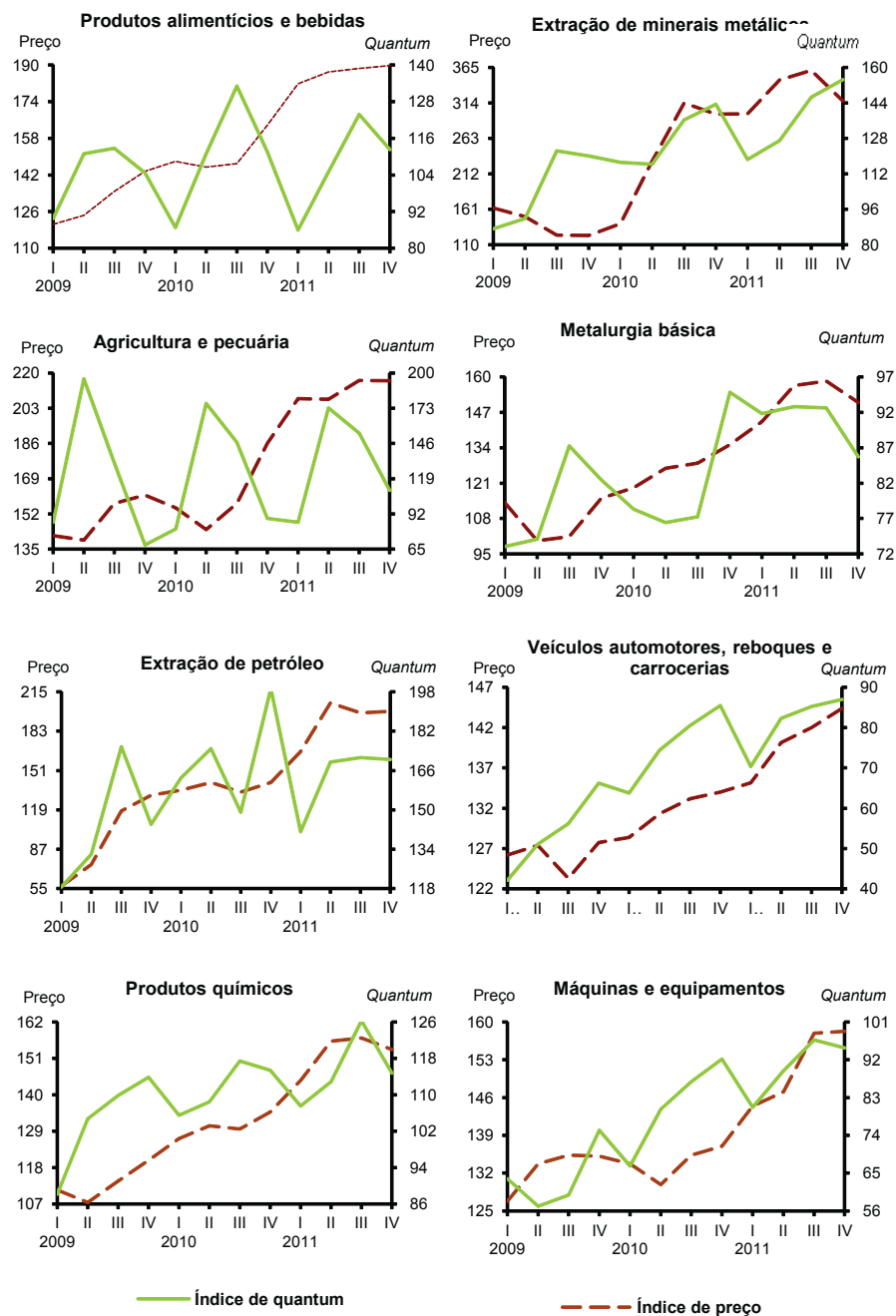
Relativamente às vendas externas de produtos manufaturados, cujos preços, em geral, são menos voláteis, ressaltem-se as elevações anuais observadas nos itens álcool etílico, 42,4%; óleos combustíveis, 38,1%; suco de laranja congelado, 37,1%; hidrocarbonetos e seus derivados, 36%; e açúcar refinado, 33,2%. Em relação às quantidades exportadas na categoria, destacaram-se os aumentos relacionados a máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, 29,9%; tratores, 20,9%; etileno, propileno e estireno, 17,9%; motores para veículos automóveis, 17,9%; e veículos de carga, 16,6%. Em oposição, ocorreram recuos superiores a 15% nas quantidades exportadas de açúcar refinado, calçados e suas partes e hidrocarbonetos e seus derivados.

As exportações dos oito principais setores somaram, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), 80,2% das vendas externas do país em 2011. Ocorreram, no ano, expansões de preços em todos os segmentos citados, com destaque para as relativas a extração de petróleo, 39,7%; minerais metálicos, 34,6%; e agricultura e pecuária, 31,9%. Entre as elevações nas quantidades exportadas, ressaltem-se as referentes a metalurgia básica e a máquinas e equipamentos, ambas de 11%; e veículos automotores, reboques e carrocerias, 6,8%.

Gráfico 5.4

Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras

2006 = 100



Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2010		2011	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	3,9	37,0	14,3	8,9
Bens de capital	-3,7	43,3	4,6	11,6
Bens intermediários	2,1	37,3	14,7	5,8
Bens de consumo duráveis	3,6	52,9	6,9	21,7
Bens de consumo não duráveis	10,5	17,9	8,4	14,5
Combustíveis e lubrificantes	22,2	21,6	36,7	3,9

Fonte: MDIC (elaboração Bacen)

A evolução anual das importações refletiu os aumentos observados nos preços, 14,3%, e nas quantidades, 8,9%. Foram registradas expansões nas aquisições em todas as categorias de uso, com destaque para a elevação de 42,8% em combustíveis e lubrificantes, seguindo-se os aumentos nas compras de bens de consumo duráveis, 29,7%; bens não duráveis, 24,4%; matérias-primas e produtos intermediários, 21,5%; e bens de capital, 16,8%.

O crescimento anual nas importações de matérias-primas e produtos intermediários decorreu de aumentos de 14,7% nos preços e de 5,8% no *quantum*. Destacaram-se as elevações nos preços dos itens adubos ou fertilizantes, 33,6%; naftas, 33,5%; e inseticidas, formicidas e herbicidas, 32,5%, e nos volumes de adubos ou fertilizantes, 74,8%; partes e peças de aviões, 26,6%; cloretos de potássio, 25,4%; e rolamentos e engrenagens, 23,3%.

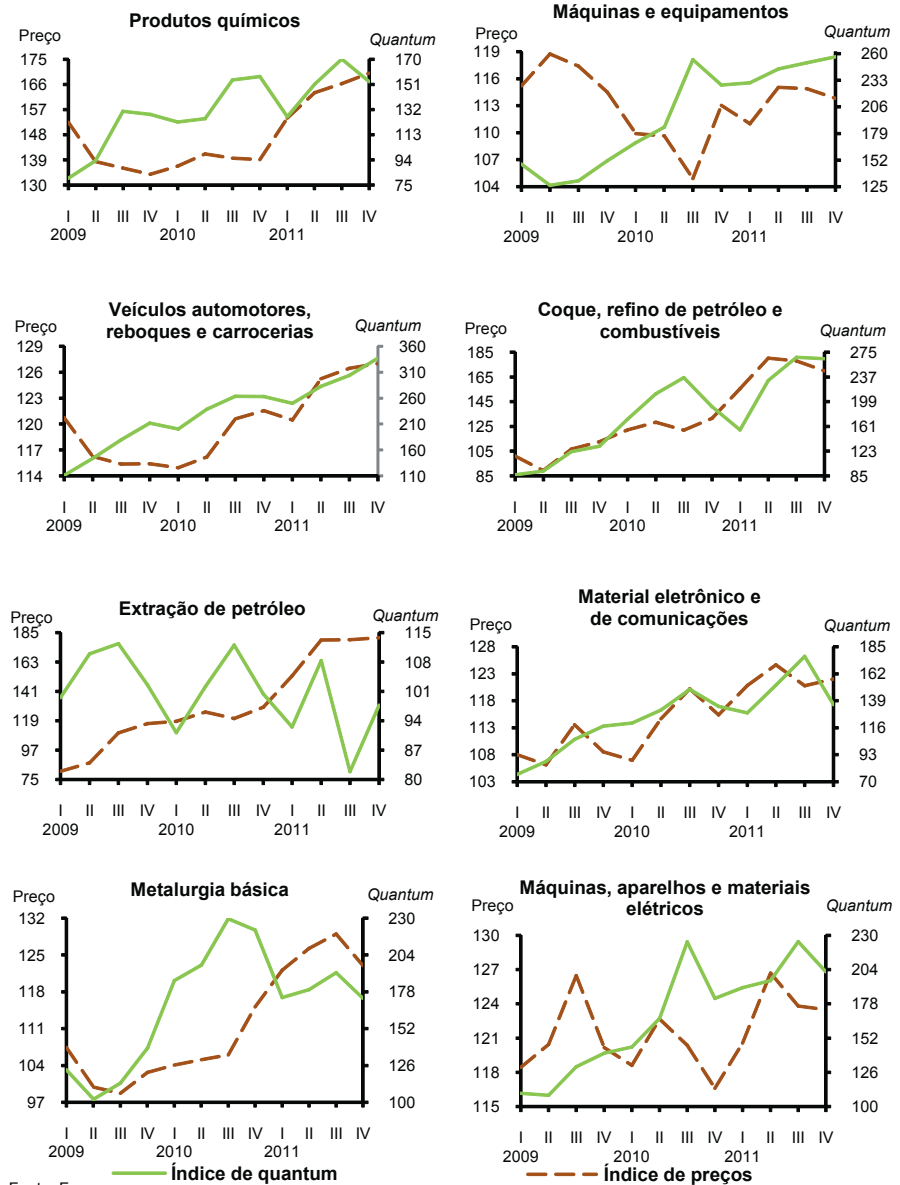
No âmbito da categoria de bens de capital, ocorreram expansões de 11,6% no *quantum* e de 4,6% nos preços. Ressaltaram-se as elevações nas quantidades adquiridas de aparelhos transmissores e receptores de telefonia celular, 74,7%; aparelhos transmissores ou receptores, 44,8%; máquinas e aparelhos de elevação de carga, 43,5%; e instrumentos e aparelhos médicos, 35,9%. O aumento de preços da categoria refletiu, em especial, as expansões nos itens de aviões, 82,1%; máquinas e aparelhos para moldar borracha ou plástico, 21%; centrifugadores e aparelhos para filtrar, 14,9%; e máquinas para processamento de dados, 12,6%.

As importações de bens de consumo duráveis registraram aumentos de 21,7% no *quantum* e de 6,9% nos preços. A quantidade adquirida de motocicletas cresceu 60,9%, seguindo-se os aumentos nos itens malas, malas e baús, 45,6%; e brinquedos, jogos e artigos de diversão, 36,3%. Enquanto os preços dos itens aparelhos transmissores ou receptores, partes e acessórios de motocicletas e bicicletas e artigos de plásticos para embalagens registraram elevações de 114,2%, 31,9% e 18,3%, respectivamente.

Gráfico 5.5

Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras

2006 = 100

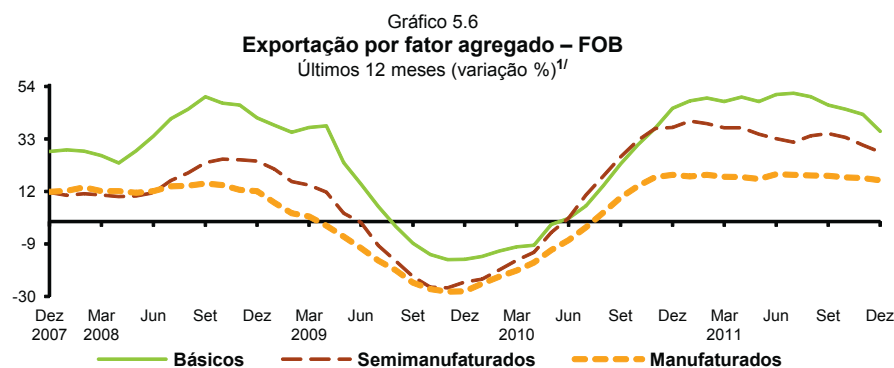


Quadro 5.6 – Exportação por fator agregado – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Total	160 649	197 942	152 995	201 915	256 040
Produtos básicos	51 596	73 028	61 957	90 005	122 457
Produtos industrializados					
Semimanufaturados	21 800	27 073	20 499	28 207	36 026
Manufaturados	83 943	92 683	67 349	79 563	92 291
Operações especiais	3 311	5 159	3 189	4 140	5 265

Fonte: MDIC/Secex



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

A evolução anual das compras de bens de consumo não duráveis resultou de crescimentos de 14,5% no *quantum* e de 8,4% nos preços, destacando-se as elevações nas quantidades adquiridas de filés de peixe congelado, 111,2%; leite e creme de leite concentrado, 65%; e calçados e suas partes, 21,4%; e nos preços dos itens carne de bovino congelado, 23,6%; medicamentos, 21,7%; e leite e creme de leite concentrado, 17,6%.

As aquisições externas dos oito principais setores importadores responderam por 72,8% do total importado em 2011. Destacaram-se os aumentos no *quantum* importado de veículos automotores, reboques e carrocerias, 21,5%; máquinas e equipamentos, 17,3%; e coque, refino de petróleo e combustíveis, 13,3%; e os recuos nos associados a metalurgia básica, 13,9%, e extração de petróleo, 6,2%. Os oito setores considerados apresentaram expansão nos preços, com ênfase nas relativas a extração de petróleo, 40,3%; coque, refino de petróleo e combustíveis, 35,6%; e produtos químicos, 17,4%.

As exportações totais registraram crescimento anual de 26,8% em 2011, reflexo de expansões nas vendas de produtos básicos, 36,1%; bens semimanufaturados, 27,7%; e de bens manufaturados, 16%.

Os embarques de produtos básicos somaram US\$122,5 bilhões, representando 47,8% das exportações anuais. As vendas médias diárias dos três principais produtos da

Quadro 5.7 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2011 sobre 2010 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Minérios de ferro e seus concentrados	44,6	35,9	6,4	34,1
Óleos brutos de petróleo	33,8	39,5	-4,1	17,6
Soja mesmo triturada	47,9	30,3	13,5	13,3
Café cru em grãos	54,4	54,4	0,0	6,5
Carne e miúdos de frango	22,0	18,3	3,2	5,8
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	20,7	15,0	5,0	4,7
Carne de bovino	8,0	25,2	-13,8	3,4
Fumo em folhas e desperdícios	6,3	-1,7	8,2	2,4
Milho em grãos	22,6	39,8	-12,3	2,2
Algodão em bruto	93,5	30,8	48,0	1,3
Minérios de cobre e seus concentrados	27,1	26,3	0,6	1,3
Carne de suíno	4,9	11,5	-5,9	1,1
Trigo em grãos	208,4	73,7	77,5	0,6
Carnes salgadas, incluídas as de frango	16,7	14,0	2,4	0,5
Arroz em grãos, inclusive quebrado	276,5	20,0	213,8	0,5
Bovino vivo	-32,5	12,3	-39,8	0,4
Tripas e buchos de animais	18,1	11,8	5,7	0,3
Miudezas de animais, comestíveis	37,4	21,0	13,5	0,3
Minérios de alumínio e seus concentrados	18,0	16,4	1,4	0,3
Minérios de manganês e seus concentrados	-14,3	-4,7	-10,1	0,2
Demais produtos básicos	19,3	-	-	3,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

categoria – soja, minério de ferro e petróleo – responderam por 65,1% das exportações do segmento, com expansões anuais de 47,9%, 44,6% e 33,8%, respectivamente. Os principais países de destino das exportações de produtos básicos foram China, 31% do total; EUA, 7%; e Japão, 6%.

A Ásia foi o principal destino das exportações de produtos básicos, US\$57,9 bilhões, equivalentes a 47,3% das vendas da categoria e a 75,5% das exportações direcionadas à região, com aumento anual de 43%. As vendas externas direcionadas à União Europeia (UE), segundo maior destino de produtos básicos, totalizaram US\$27,4 bilhões, expandindo-se 28,5% no ano, correspondente a 22,4% dos embarques da categoria e a 51,8% das exportações brasileiras ao bloco.

As vendas de produtos básicos à América Latina e ao Caribe somaram US\$11,2 bilhões, das quais 18,9% destinados aos países do Mercosul, equivalendo a 9,2% das exportações da categoria e a 19,6% dos embarques destinados à região, com elevação anual de 31,7%. As exportações de produtos básicos aos EUA somaram US\$8,7 bilhões, aumentando 45,6% no ano, o que representou 7,1% dos embarques da categoria e

Quadro 5.8 – Exportação por fator agregado e região – FOB

US\$ milhões

Produto	2010		2011		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2010	Participação %	
				Na categoria	No bloco
Total	201 915	256 040	26,8	100,0	-
Básicos	90 005	122 457	36,1	47,8	-
Semimanufaturados	28 207	36 026	27,7	14,1	-
Manufaturados	79 563	92 291	16,0	36,0	-
Operações especiais	4 140	5 265	27,2	2,1	-
América Latina e Caribe	48 008	57 156	19,1	22,3	100,0
Básicos	8 514	11 211	31,7	9,2	19,6
Semimanufaturados	1 774	2 193	23,6	6,1	3,8
Manufaturados	37 655	43 658	15,9	47,3	76,4
Operações especiais	66	93	41,7	1,8	0,2
Mercosul	22 602	27 853	23,2	10,9	100,0
Básicos	1 440	2 117	47,0	1,7	7,6
Semimanufaturados	559	643	15,0	1,8	2,3
Manufaturados	20 563	25 036	21,8	27,1	89,9
Operações especiais	39	56	45,5	1,1	0,2
EUA ^{1/}	19 462	25 942	33,3	10,1	100,0
Básicos	5 997	8 734	45,6	7,1	33,7
Semimanufaturados	3 188	5 259	65,0	14,6	20,3
Manufaturados	10 125	11 810	16,6	12,8	45,5
Operações especiais	153	139	-8,7	2,6	0,5
União Europeia	43 135	52 946	22,7	20,7	100,0
Básicos	21 342	27 432	28,5	22,4	51,8
Semimanufaturados	6 114	8 243	34,8	22,9	15,6
Manufaturados	15 411	17 165	11,4	18,6	32,4
Operações especiais	267	106	-60,2	2,0	0,2
Ásia	56 273	76 697	36,3	30,0	100,0
Básicos	40 531	57 940	43,0	47,3	75,5
Semimanufaturados	9 944	10 981	10,4	30,5	14,3
Manufaturados	5 744	7 702	34,1	8,3	10,0
Operações especiais	54	74	37,3	1,4	0,1
Demais	35 037	43 299	23,6	16,9	100,0
Básicos	13 622	17 141	25,8	14,0	39,6
Semimanufaturados	7 187	9 351	30,1	26,0	21,6
Manufaturados	10 628	11 955	12,5	13,0	27,6
Operações especiais	3 601	4 852	34,8	92,2	11,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui Porto Rico.

33,7% do total direcionado ao país. As vendas de produtos básicos aos demais países somaram US\$17,1 bilhões, expansão anual de 25,8%, respondendo por 14% do total exportado da categoria e por 39,6% do total das vendas a esses países.

Os embarques de bens semimanufaturados totalizaram US\$36 bilhões em 2011, equivalendo a 14,1% das vendas totais, com ênfase nos relativos a açúcar em bruto, 32,1% do total; celulose, 13,8%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 12,9%; ferroligas, 6,9%;

ouro em formas semimanufaturadas, 6,2%; e couros e peles, 5,7%, que responderam, em conjunto, por 77,6% das vendas da categoria. Os EUA foram o principal país de destino dessas exportações, 15% do total, seguindo-se China, 13%; e Holanda, 6%.

A análise por região revela que os embarques à Ásia, principal destino dos produtos semimanufaturados, totalizaram US\$11 bilhões, elevando-se 10,4% no ano, respondendo por 30,5% das vendas da categoria e por 14,3% do total exportado à região. As exportações de produtos semimanufaturados direcionados à UE somaram US\$8,2 bilhões, aumentando 34,8% no ano, o que representou 22,9% das vendas da categoria e 15,6% do total exportado ao bloco. As vendas desses produtos direcionadas aos EUA expandiram 65% no ano, para US\$5,3 bilhões, equivalentes a 14,6% das exportações da categoria e a 20,3% do total destinado ao país.

As vendas de bens semimanufaturados direcionadas à América Latina e ao Caribe, das quais 29,3% países do Mercosul, totalizaram US\$2,2 bilhões, elevando-se 23,6% no ano, o que representou 6,1% do total da categoria e 3,8% do total exportado a esses países. Os embarques de produtos semimanufaturados destinados aos demais países da área atingiram US\$9,4 bilhões, com aumento anual de 30,1%, equivalendo a 26% das vendas da categoria e a 21,6% do total direcionado ao grupo.

Quadro 5.9 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2011 sobre 2010 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Açúcar de cana em bruto	24,1	307,9	-3,8	32,1
Pastas químicas de madeira	4,9	3,9	1,0	13,8
Produtos semimanufaturados, de ferro/aço	78,9	31,1	36,4	12,9
Ferro ligas	22,4	14,0	7,3	6,9
Ouro em formas semimanuf., uso não monetário	25,4	28,9	-2,7	6,2
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	17,9	15,3	2,3	5,7
Óleo de soja em bruto	56,0	42,5	9,5	5,2
Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>	65,1	17,4	40,6	4,5
Alumínio em bruto	5,1	13,3	-7,3	3,2
Catodos de cobre	55,5	26,4	23,0	1,4
Borracha sintética e borracha artificial	41,3	29,5	9,1	1,2
Madeira serrada/fendida longitud. >6mm	-2,2	2,9	-5,0	1,1
Mates de níquel	27,9	36,1	-6,1	0,7
Catodos de níquel	7,3	-6,2	14,4	0,6
Zinco em bruto	28,1	11,3	15,2	0,5
Cacau em pó	41,3	26,0	12,1	0,4
Ceras vegetais	7,7	20,2	-10,4	0,3
Madeira em estilhas ou em partículas	-3,0	8,3	-10,4	0,3
Manteiga, gordura e óleo, de cacau	-32,6	-25,1	-10,1	0,3
Ligas de alumínio, em bruto	-44,3	20,3	-53,7	0,3
Demais produtos semimanufaturados	77,1	-	-	2,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2011 sobre 2010 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Automóveis de passageiros	-0,9	-3,0	2,1	4,7
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	16,4	10,3	5,5	4,3
Aviões	-1,2	0,5	-1,7	4,3
Óleos combustíveis (diesel, <i>fuel-oil</i> etc.)	46,4	38,1	6,0	4,1
Açúcar refinado	-1,8	33,2	-26,3	3,7
Polímeros de etileno, propileno e estireno	35,2	14,2	18,3	2,4
Óxidos e hidróxidos de alumínio	27,6	15,2	10,8	2,4
Máq. e apar. para terraplanagem, perfuração etc.	60,7	23,2	30,5	2,4
Veículos de carga	29,8	10,9	17,1	2,4
Produtos laminados planos de ferro/aço	10,9	19,5	-7,2	2,2
Partes de motores para veículos automóveis	29,0	13,6	13,5	2,1
Motores/geradores/transform. elétricos e partes	4,2	-2,6	6,9	1,8
Pneumáticos	22,3	21,3	0,8	1,8
Bombas, compressores, ventiladores etc.	12,4	15,6	-2,8	1,8
Álcool etílico	47,1	42,4	3,3	1,6
Suco de laranja não congelado	36,7	31,9	3,6	1,6
Tratores	36,7	12,6	21,4	1,6
Calçados, suas partes e componentes	-12,8	9,0	-20,0	1,4
Papel e cartão para fins gráficos	4,7	9,5	-4,4	1,4
Motores para veículos automóveis	23,1	4,0	18,3	1,3
Aparelhos transm. ou receptores e componentes	-19,3	-18,1	-1,4	1,3
Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados etc.	14,0	36,0	-16,2	1,3
Medicamentos para medicina humana e veterinária	17,0	25,0	-6,4	1,2
Chassis c/motor e carrocerias p/veíc. automóveis	18,2	12,9	4,6	1,2
Plataformas de perfuração/exploração, dragas etc	922,3	38,6	637,5	1,1
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	23,1	10,1	11,8	1,1
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	26,7	18,1	7,3	1,0
Suco de laranja congelado	29,5	37,1	-5,6	1,0
Compostos de funções nitrogenadas	18,6	17,9	0,6	0,9
Máquinas e apar. para uso agrícola (exceto tratores)	19,3	3,5	15,3	0,9
Demais produtos manufaturados	12,9	-	-	39,7

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.^{2/} Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.^{3/} Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

As exportações de produtos manufaturados somaram US\$92,3 bilhões, respondendo por 36% das exportações brasileiras em 2011 e concentrando-se em automóveis de passageiros, 4,7% do total; autopeças, 4,3%; aviões, 4,3%; óleos combustíveis, 4,1%; e açúcar refinado, 3,7%. As vendas de bens manufaturados se destinaram principalmente a Argentina, 22% do total da categoria; EUA, 13%; e Holanda, 5%.

Os embarques da categoria para a América Latina e o Caribe somaram US\$43,7 bilhões, aumentando 15,9% no ano, respondendo por 47,3% das vendas da categoria e por 76,4%

Quadro 5.11 – Exportação por principais produtos e países de destino – FOB

US\$ bilhões

Produto	2010	2011		
	Valor	Valor	Var. % sobre 2010	Participação percentual dos principais mercados de destino
Total	201,9	256,0	26,8	China (17%), EUA (10%), Argentina (9%)
Básicos	90,0	122,5	36,1	China (31%), EUA (7%), Japão (6%)
Minérios de ferro	28,9	41,8	44,6	China (47%), Japão (11%), Holanda (5%)
Petróleo	16,3	21,6	32,6	EUA (27%), China (23%), Stª Lúcia (14%)
Soja	11,0	16,3	47,9	China (67%), Espanha (7%), Holanda (4%)
Café	5,2	8,0	54,4	EUA (22%), Alemanha (21%), Itália (10%)
Carne de frango	5,8	7,1	22,0	Japão (19%), Arábia Saudita (17%)
Farelo de soja	4,7	5,7	20,7	Holanda (29%), França (14%)
Carne de bovino	3,9	4,2	8,0	Rússia (24%), Irã (17%), Egito (10%)
Fumo em folhas	2,7	2,9	6,4	China (13%), Bélgica (12%), EUA (10%)
Milho	2,2	2,7	22,6	Irã (19%), Taiwan (12%), Japão (8%)
Algodão	0,8	1,6	93,5	China (36%), Coreia do Sul (13%)
Minérios de cobre	1,2	1,6	27,1	Índia (30%), Alemanha, (22%)
Carne de suíno	1,2	1,3	4,9	Rússia (30%), Hong Kong (18%)
Trigo em grãos	0,2	0,7	208,4	Argélia (30%), Egito (8%), Tunísia (8%)
Carnes salgadas	0,6	0,7	16,7	Holanda (62%), Reino Unido (19%)
Demais	5,2	6,4	22,5	-
Semimanufaturados	28,2	36,0	27,7	EUA (15%), China (13%), Holanda (6%)
Açúcar de cana	9,3	11,5	24,1	Rússia (16%), China (10%), Egito (8%)
Celulose	4,8	5,0	4,9	China (26%), Holanda (21%), EUA (19%)
Semimanuf. ferro/aço	2,6	4,6	78,9	EUA (37%), Alemanha, (14%)
Ferro ligas	2,0	2,5	22,4	Holanda (26%), China (17%), Japão (14%)
Ouro não monetário	1,8	2,2	25,4	R. Unido (56%), Suíça (31%), EUA (8%)
Couros e peles	1,7	2,0	17,9	Itália (22%), China (20%), EUA (11%)
Óleo de soja em bruto	1,2	1,9	56,0	China (41%), Argélia (9%), Índia (9%)
Ferro fundido e <i>spiegel</i>	1,0	1,6	65,1	EUA (66%), China (9%), Taiwan (8%)
Alumínio em bruto	1,1	1,2	5,1	Japão (45%), Suíça (35%), Holanda (7%)
Cátodos de cobre	0,3	0,5	55,5	China (35%), Itália (32%), Holanda (25%)
Borracha	0,3	0,4	41,3	EUA (28%), Arg. (12%) Venezuela (12%)
Madeira serrada	0,4	0,4	-2,3	EUA (22%), França (11%), China (10%)
Mates de níquel	0,2	0,2	27,9	Finlândia (92%), Holanda (8%)
Cátodos de níquel	0,2	0,2	7,3	Japão (37%), EUA (32%), Cor. do Sul (11%)
Demais	1,3	1,6	27,5	-
Manufaturados	79,6	92,3	16,0	Arg. (22%), EUA (13%), Holanda (5%)
Automóveis	4,4	4,4	-0,9	Arg. (83%), México (9%), Alemanha (2%)
Autopeças	3,4	4,0	16,4	Arg. (56%), EUA (10%), México (7%)
Aviões	4,0	3,9	-1,6	EUA (17%), China (16%), Arg. (10%)
Óleos combustíveis	2,6	3,8	46,4	Holanda (23%), Ant. Holandesas (22%)
Açúcar refinado	3,5	3,4	-1,8	E. Árabes Unidos (14%), Gana (8%)
Polímeros	1,7	2,2	35,2	Arg. (24%), China (14%), Bélgica (13%)
Óxidos/hidróx. de alumínio	1,7	2,2	27,6	Canadá (33%), Noruega (24%)
Máquinas p/ terraplanagem	1,4	2,2	60,8	EUA (21%), Arg. (10%), Peru (7%)
Veículos de carga	1,7	2,2	29,8	Arg. (57%), Chile (10%), Peru (8%)
Laminados planos	1,8	2,0	10,9	Arg. (21%), Chile (9%), Colômbia (7%)
Partes de motores p/ auto.	1,5	1,9	29,1	EUA (33%), Alemanha, (17%), Arg. (9%)
Motores e geradores elétr.	1,6	1,7	4,2	EUA (27%), Alemanha, (11%), Arg. (8%)
Pneumáticos	1,4	1,7	22,3	EUA (25%), Arg. (24%), México (7%)
Bombas e compressores	1,5	1,7	12,5	EUA (21%), Arg. (15%), Alemanha (13%)
Demais	47,5	55,0	15,9	-

dos embarques para a região. As exportações de produtos manufaturados direcionados à UE atingiram US\$17,2 bilhões, expansão anual de 11,4%, o que representou 18,6% das vendas da categoria e 32,4% dos embarques para o bloco.

As exportações de bens manufaturados direcionados aos EUA registraram aumento anual de 16,6%, para US\$11,8 bilhões, equivalente a 12,8% do total da categoria e a 45,5% das vendas ao país. Os embarques para a Ásia somaram US\$7,7 bilhões, com participação de 8,3% nas exportações da categoria e de 10% nas vendas brasileiras à região, registrando crescimento anual de 34,1%. As vendas de produtos manufaturados aos demais países somaram US\$12 bilhões, expansão anual de 12,5%, o que representou 13% das vendas da categoria e 27,6% dos embarques a esses países.

As operações especiais—incluídos os consumo de bordo e reexportações—atingiram US\$5,3 bilhões em 2011, elevando-se 27,2% no ano, respondendo por 2,1% do total exportado.

As exportações de produtos industriais totalizaram US\$153,2 bilhões em 2011, registrando aumento anual de 19,3%. Essas vendas responderam por 59,8% das exportações brasileiras, distribuindo-se em indústrias de baixa tecnologia, 24,1% do total exportado; média-alta tecnologia, 16,7%; média-baixa tecnologia, 15,3%; e alta tecnologia, 3,7%.

As vendas de produtos industrializados de baixa tecnologia somaram US\$61,8 bilhões, expansão anual de 15,8%. Os embarques concentraram-se no setor de alimentos, bebidas e tabaco, destacando-se açúcar de cana em bruto, 18,7% do total; carne de frango, 11,4%; farelo de soja, 9,2%; celulose, 8,1%; e carne de bovino, 6,8%. A Holanda foi o principal destino desses embarques, 7,9% do total; seguindo-se China, 7,3%; EUA, 7,3%; e Rússia, 5,7%; e Japão, 3,7%.

As exportações de produtos industrializados de média-alta tecnologia aumentaram 17,9% no ano, para US\$42,8 bilhões, com ênfase nas relativas a automóveis, 10,2% do total; autopeças, 9,3%; polímeros de etileno, propileno e estireno, 5,2%; máquinas e aparelhos para terraplanagem, 5,1%; motores, geradores e transformadores elétricos, 4%; e bombas, compressores, ventiladores, 3,9%. Os principais países de destino foram Argentina, 31,8% do total; EUA, 12,2%; México, 5,4%; Alemanha, 4,1%; Chile, 4%; e Paraguai, 3,6%.

As exportações de produtos industrializados de média-baixa tecnologia atingiram US\$39,1 bilhões, elevando-se 32,9% no ano, concentrando-se em óleos e combustíveis para provisionamento de navios e aeronaves (consumo de bordo), 12,4% do total; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 11,9%; óleos combustíveis, 9,7%; ferroligas, 6,4%; ouro em formas semimanufaturadas, 5,8%; e óxidos e hidróxidos de alumínio, 5,6. Os principais destinos foram EUA, 14,9% do total; Argentina, 9,6%; Países Baixos, 8,4%; Cingapura, 5,6%; e Reino Unido, 3,5%.

Quadro 5.12 – Exportação por intensidade tecnológica – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2010	2011		
		Valor	Var.% ^{1/}	Part.%
Total	201 915	256 040	26,8	100,0
Produtos industriais	128 355	153 171	19,3	59,8
Alta tecnologia	9 316	9 538	2,4	3,7
Aeronáutica e aeroespacial	4 686	4 662	-0,5	1,8
Farmacêutica	1 828	2 192	19,9	0,9
Outros	2 802	2 684	-4,2	1,0
Média-alta tecnologia	36 299	42 784	17,9	16,7
Veículos automotores, reboques e semireboques	13 972	16 169	15,7	6,3
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	9 026	11 349	25,7	4,4
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	9 439	11 339	20,1	4,4
Outros	3 862	3 927	1,7	1,5
Indústria de média-baixa tecnologia	29 417	39 094	32,9	15,3
Produtos metálicos	17 852	23 385	31,0	9,1
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	6 733	9 369	39,2	3,7
Outros	4 833	6 339	31,2	2,5
Indústria de baixa tecnologia	53 323	61 756	15,8	24,1
Alimentos, bebidas e tabaco	38 318	46 089	20,3	18,0
Madeira e seus produtos, papel e celulose	8 738	9 138	4,6	3,6
Têxteis, couro e calçados	4 782	4 943	3,4	1,9
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1 485	1 587	6,8	0,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual pela média diária.

Nota: 2010, 251 dias úteis; 2011, 251 dias úteis.

Quadro 5.13 – Importação – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Total	120 617	172 985	127 722	181 768	226 233
Bens de capital	25 125	35 933	29 698	41 008	47 900
Matérias-primas e produtos intermediários	59 381	83 056	59 754	83 992	102 075
Bens de consumo	16 027	22 527	21 524	31 428	40 084
Duráveis	8 251	12 710	11 614	18 580	24 095
Não duráveis	7 776	9 817	9 910	12 848	15 989
Combustíveis e lubrificantes	20 085	31 469	16 746	25 341	36 174

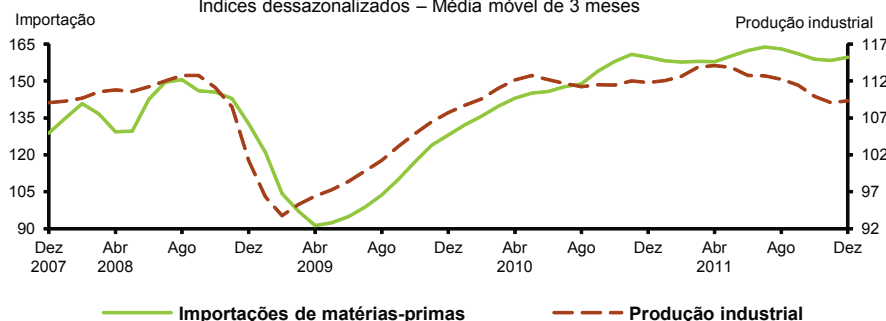
Fonte: MDIC/Secex

As vendas de produtos de alta tecnologia somaram US\$9,5 bilhões, expansão anual de 2,4%, ressaltando-se as referentes a aviões, 41,2% do total; aparelhos transmissores ou receptores, 12,6%; medicamentos, 11,9%; compostos de funções nitrogenadas, 6,3%; e instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 5,3%. Os EUA voltaram a ser o principal destino desses produtos, 16,7% do total, seguindo-se Argentina, 12,8%; China, 8,1%; Alemanha, 5,1%; México, 4,2%; e França, 2,8%.

As importações registraram crescimento anual de 24,5% em 2011, com ênfase no aumento de 42,7% nas relativas a combustíveis e lubrificantes. As aquisições de bens de consumo duráveis elevaram-se 29,7%, seguindo-se bens de consumo não duráveis, 24,5%; matérias-primas e produtos intermediários, 21,5%; e bens de capital, 16,8%.

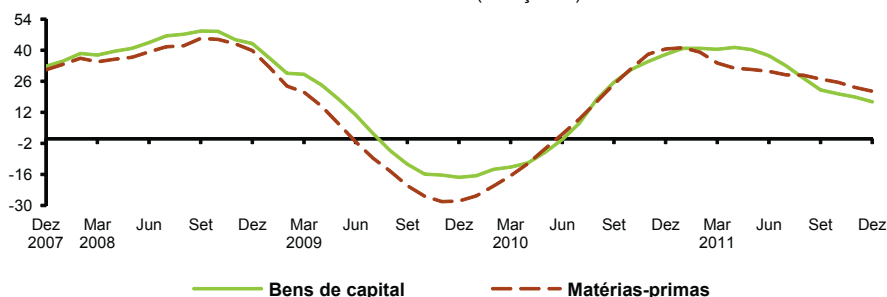
As importações de matérias-primas e produtos intermediários somaram US\$102,1 bilhões em 2011, correspondendo a 45,1% das aquisições brasileiras no período. As compras de produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais, acessórios de equipamento de transporte e partes e peças de produtos intermediários responderam, em conjunto, por 72,7% do total da categoria. A evolução do valor importado dos principais produtos dessa pauta resultou de aumentos no *quantum* e preços, excetuando-se o recuo nos preços em partes e peças de produtos intermediários e no *quantum* de produtos minerais.

Gráfico 5.7
Importação de matérias-primas x produção industrial
Índices dessazonalizados – Média móvel de 3 meses



Fonte: IBGE e Funcex

Gráfico 5.8
Importação por categoria de uso final – FOB
Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários provenientes da Ásia, da UE e da América Latina e Caribe atingiram US\$28,8 bilhões, US\$22,2 bilhões e US\$18,8 bilhões, respectivamente, correspondendo, em conjunto, a 68,4% das importações da categoria. As compras originárias dos demais países aumentaram 40,6% no ano, ressaltando-se o crescimento de 70,2% nas associadas a outras matérias-primas para agricultura.

Os EUA, a China e a Argentina foram os três principais mercados de origem, respondendo, em conjunto, por 35% das aquisições da categoria. Essas compras se concentraram em produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais, acessórios de equipamento de transporte e partes e peças de produtos intermediários, que totalizaram US\$74,3 bilhões, representando 72,7% das aquisições da categoria. Os países do Mercosul destacaram-se como fornecedores de produtos alimentícios, com ênfase nas importações provenientes da Argentina.

As aquisições de bens de capital totalizaram US\$47,9 bilhões, correspondendo a 21,2% das importações em 2011. As compras de maquinaria industrial, máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, partes e peças para bens de capital para indústria e equipamento móvel de transporte totalizaram, em conjunto, US\$36,1 bilhões, equivalentes a 75,4% das aquisições da categoria de uso. A evolução do valor importado dos principais subgrupos de bens de capital resultou de aumentos no *quantum* e nos preços, excetuando-se os recuos nos preços dos itens equipamento móvel de transporte e acessórios de maquinaria industrial, e no *quantum* do item demais bens de capital.

As compras de bens de capital originárias da Ásia, da UE e dos EUA corresponderam a 87,4% das importações da categoria, enquanto as provenientes da UE, importante fornecedora de instrumentos e aparelhos de medida e verificação, registraram crescimento anual de 21%.

A China, os EUA e a Alemanha foram os três principais países de origem das importações de bens de capital, 52% do total. As aquisições de maquinaria industrial, máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, partes e peças para bens de capital para indústria e equipamento móvel de transporte atingiram US\$36,1 bilhões, equivalentes a 75,4% das aquisições dessa categoria de uso. Destaque para a crescente importância da China como principal fornecedor individual desses produtos ao mercado brasileiro, à exceção do subgrupo equipamentos móveis, cujos principais países de origem foram a Argentina e os EUA.

As importações de combustíveis e lubrificantes somaram US\$36,2 bilhões, registrando aumento anual de 42,7% – maior elevação entre as categorias de uso – e passando a representar 16% das importações do país. Os principais países fornecedores desses produtos foram Nigéria, EUA e Índia, que representaram, na ordem, 24%, 18% e 10% do total da categoria.

Quadro 5.14 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2011 sobre 2010 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação ^{3/}
Bens de capital	16,8			100,0
Maquinaria industrial	21,4	14,1	6,5	34,2
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	4,8	1,9	2,9	16,1
Partes e peças para bens de capital para indústria	27,6	4,0	22,6	14,1
Equipamento móvel de transporte	7,8	-6,0	14,7	10,9
Acessórios de maquinaria industrial	6,5	-1,5	8,2	7,0
Demais bens de capital	23,3	75,9	-29,9	17,7
Matérias-primas e produtos intermediários	21,5			100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	17,8	8,3	8,8	26,5
Produtos minerais	14,1	19,5	-4,5	20,0
Acessórios de equipamento de transporte	20,2	1,9	18,0	13,6
Produtos intermediários – Partes e peças	12,1	-1,5	13,8	12,6
Outras matérias-primas para agricultura	70,2	29,8	31,1	11,2
Demais matérias-primas e produtos intermediários	22,8	16,2	5,7	16,1
Bens de consumo não duráveis	24,5			100,0
Produtos farmacêuticos	15,6	17,4	-1,5	31,9
Produtos alimentícios	25,2	14,7	9,2	30,5
Vestuário e outras confecções têxteis	53,7	22,6	25,3	12,3
Produtos de tocador	28,0	10,2	16,1	6,3
Bebidas e tabacos	21,0	4,6	15,7	3,9
Demais bens de consumo não duráveis	23,0	11,7	10,1	15,0
Bens de consumo duráveis	29,7			100,0
Automóveis de passageiros	39,6	6,8	30,7	52,9
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	17,1	11,4	5,1	19,4
Objetos de adorno ou de uso pessoal	25,5	10,7	13,4	15,7
Partes e peças para bens de consumo duráveis	18,5	-10,2	31,9	4,6
Móveis e outros equipamentos para casa	12,0	5,8	5,9	4,3
Demais bens de consumo duráveis	28,5	2,2	25,6	3,1
Combustíveis e lubrificantes	42,7			100,0
Combustíveis	43,4	36,6	5,0	97,3
Lubrificantes e eletricidade	21,2	29,7	-6,5	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

Quadro 5.15 – Importações por categoria de uso e região – FOB

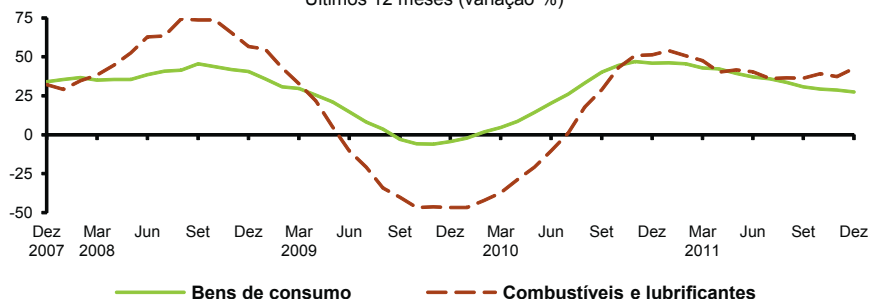
US\$ milhões

Produto	2010		2011		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2010	Participação %	
				Na categoria	No bloco
Total	181 768	226 233	24,5	100,0	-
Bens de capital	41 008	47 900	16,8	21,2	-
Bens de consumo duráveis	18 580	24 095	29,7	10,7	-
Bens de consumo não duráveis	12 848	15 989	24,5	7,1	-
Combustíveis e lubrificantes	25 341	36 174	42,7	16,0	-
Matérias-primas e produtos intermediários	83 992	102 075	21,5	45,1	-
América Latina e Caribe	30 919	37 810	22,3	16,7	100,0
Bens de capital	2 959	3 339	12,8	7,0	8,8
Bens de consumo duráveis	5 575	6 983	25,2	29,0	18,5
Bens de consumo não duráveis	3 062	3 834	25,2	24,0	10,1
Combustíveis e lubrificantes	3 515	4 846	37,9	13,4	12,8
Matérias-primas e produtos intermediários	15 808	18 807	19,0	18,4	49,7
Mercosul	16 620	19 375	16,6	8,6	100,0
Bens de capital	2 137	2 451	14,7	5,1	12,7
Bens de consumo duráveis	4 115	4 717	14,6	19,6	24,3
Bens de consumo não duráveis	2 174	2 720	25,1	17,0	14,0
Combustíveis e lubrificantes	343	495	44,5	1,4	2,6
Matérias-primas e produtos intermediários	7 851	8 992	14,5	8,8	46,4
EUA ^{1/}	27 256	34 225	25,6	15,1	100,0
Bens de capital	6 978	8 339	19,5	17,4	24,4
Bens de consumo duráveis	954	1 138	19,3	4,7	3,3
Bens de consumo não duráveis	1 490	1 764	18,4	11,0	5,2
Combustíveis e lubrificantes	4 133	6 225	50,6	17,2	18,2
Matérias-primas e produtos intermediários	13 701	16 760	22,3	16,4	49,0
União Europeia	39 127	46 416	18,6	20,5	100,0
Bens de capital	12 067	14 596	21,0	30,5	31,4
Bens de consumo duráveis	2 548	3 392	33,2	14,1	7,3
Bens de consumo não duráveis	3 702	4 588	23,9	28,7	9,9
Combustíveis e lubrificantes	1 497	1 673	11,8	4,6	3,6
Matérias-primas e produtos intermediários	19 314	22 166	14,8	21,7	47,8
Ásia	56 150	70 076	24,8	31,0	100,0
Bens de capital	16 068	18 844	17,3	39,3	26,9
Bens de consumo duráveis	9 184	12 075	31,5	50,1	17,2
Bens de consumo não duráveis	3 318	4 489	35,3	28,1	6,4
Combustíveis e lubrificantes	3 444	5 824	69,1	16,1	8,3
Matérias-primas e produtos intermediários	24 137	28 844	19,5	28,3	41,2
Demais	28 316	37 706	33,2	16,7	100,0
Bens de capital	2 936	2 781	-5,3	5,8	7,4
Bens de consumo duráveis	320	507	58,7	2,1	1,3
Bens de consumo não duráveis	1 276	1 314	3,0	8,2	3,5
Combustíveis e lubrificantes	12 752	17 606	38,1	48,7	46,7
Matérias-primas e produtos intermediários	11 032	15 498	40,5	15,2	41,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

Gráfico 5.9
Importação por categoria de uso final – FOB
Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex
¹/ Sobre igual período do ano anterior.

As compras de bens de consumo duráveis cresceram 29,7% em 2011, atingindo US\$24,1 bilhões, correspondentes a 10,7% das importações do país. A Ásia e a América Latina e Caribe foram as principais regiões fornecedoras, respondendo, na ordem, por 50,1% e 29% das aquisições da categoria. As importações provenientes da China, da Argentina e da Coreia do Sul representaram 47% do total dessas compras, que se concentraram em automóveis de passageiros, 53% do total.

As aquisições de bens de consumo não duráveis totalizaram US\$16 bilhões, aumentando 24,5% no ano. A UE e a Ásia foram os principais blocos fornecedores, com participação de 28,7% e 28,1% no total importado na categoria. Individualmente, a Argentina se destacou como principal país fornecedor, 20% do total; seguindo-se a China, 16%; e os EUA, 8%. Os produtos farmacêuticos e alimentícios representaram, na ordem, 31,9% e 30,5% das compras da categoria.

A análise das importações por intensidade tecnológica revela que as compras de produtos industriais aumentaram 23,4% em 2011, atingindo US\$196,4 bilhões e respondendo por 86,8% das importações totais. As compras de produtos de média-alta tecnologia representaram 41,8% do total das importações brasileiras, seguindo-se as relativas a bens de média-baixa tecnologia, 19,3% do total; alta tecnologia, 17,7%; e baixa tecnologia, 8%.

As aquisições de produtos industriais de média-alta tecnologia aumentaram 25,7%, totalizando US\$94,6 bilhões e concentrando-se em automóveis, 12,6% do total; autopeças, 6,7%; cloreto de potássio, 3,7%; motores, geradores e transformadores elétricos, 3,3%; e rolamentos e engrenagens, 2,7%. As compras desse segmento provieram, em grande parte, dos EUA, 15,7% do total, seguindo-se China, 12,8%; Alemanha, 10,5%; Argentina, 10%; e Japão, 5,6%.

As importações dos produtos de média-baixa tecnologia elevaram-se 27,9% em 2011, atingindo US\$43,7 bilhões. As compras se concentraram em óleos combustíveis, 18,1%

Quadro 5.16 – Importação por principais produtos e países de origem – FOB

US\$ bilhões

Produto	2010	2011		
	Valor	Valor	Var. % sobre 2010	Principais mercados de origem (%)
Total	181,8	226,2	24,5	EUA (15%), China (14%), Argentina (7%)
Bens de capital	41,0	47,9	16,8	China (23%), EUA (17%), Alemanha (12%)
Maquinaria industrial	13,5	16,4	21,4	China (19%), Alemanha (16%), EUA (15%)
Máq. e aparelhos de escritório	7,4	7,7	4,8	China (28%), EUA (24%), Alemanha (11%)
Partes/pçs. p/bk de indústria	5,3	6,8	27,6	China (30%), EUA (14%), Alemanha (10%)
Equip. móvel de transporte	4,9	5,2	7,8	Arg. (36%), EUA (24%), Alemanha (8%)
Acessórios de maq. industrial	3,1	3,3	6,5	China (19%), EUA (17%), Alemanha (12%)
Ferramentas	0,9	1,3	43,8	China (34%), EUA (18%), Alemanha (17%)
Equip. fixo de transporte	0,6	0,4	-36,6	Japão (20%), EUA (19%), China (18%)
Partes/pçs. p/bk de agricultura	0,2	0,3	31,3	EUA (49%), Alemanha (7%), Bélgica (7%)
Máquinas e ferramentas	0,1	0,2	50,7	EUA (40%), Canadá (9%), Holanda (7%)
Outros bens p/agricultura	0,0	0,1	24,2	EUA (58%), Canadá (15%), China (7%)
Material de transporte e tração	0,0	0,0	0,0	França (94%), EUA (6%)
Demais	5,0	6,3	25,6	China (37%), EUA (11%), Alemanha (7%)
Bens de consumo não duráveis	12,8	16,0	24,5	Arg. (20%), China (16%), EUA (8%)
Produtos farmacêuticos	4,4	5,1	15,6	EUA (20%), Alemanha (20%), Suíça (13%)
Produtos alimentícios	3,9	4,9	25,2	Arg. (60%), Uruguai (14%), Paraguai (6%)
Vestuário e têxteis	1,3	2,0	53,7	China (60%), Bangladesh (6%), Índia (6%)
Produtos de tocador	0,8	1,0	28,0	EUA (23%), Arg. (22%), França (13%)
Bebidas e tabacos	0,5	0,6	21,0	R. Unido (18%), Chile (14%), Arg. (12%)
Demais	1,9	2,4	23,0	China (37%), Vietnã (8%), Taiwan (7%)
Bens de consumo duráveis	18,6	24,1	29,7	China (19%), Arg. (16%), Cor. do Sul (12%)
Automóveis de passageiros	9,1	12,7	39,6	Arg. (34%), Cor. do Sul (19%), México (16%)
Máq. e apar. de uso doméstico	4,0	4,7	17,1	China (52%), Cor. do Sul (24%), Taiwan (6%)
Objetos de adorno e uso pessoal	3,0	3,8	25,5	China (32%), EUA (15%), Alemanha (7%)
Partes/pçs. p/bens de cons. dur.	0,9	1,1	18,5	China (46%), EUA (8%), Hong Kong (7%)
Móveis e equip. para casa	0,9	1,0	12,0	China (57%), EUA (13%), Alemanha (4%)
Utensílios domésticos	0,4	0,5	33,8	China (59%), EUA (8%), Índia (5%)
Demais	0,2	0,2	16,6	China (47%), Alemanha (29%)
Combustíveis e lubrificantes	25,3	36,2	42,7	Nigéria (24%), EUA (18%), Índia (10%)
Combustíveis	24,5	35,2	43,4	Nigéria (23%), EUA (16%), Índia (10%)
Lubrificantes	0,8	0,9	22,0	EUA (47%), França (11%), Itália (9%)
Eletricidade	0,0	0,0	-0,1	Venezuela (100%)
Matéria-prima e prod. intermediários	84,0	102,1	21,5	EUA (15%), China (12%), Arg. (8%)
Prod. químicos e farmacêuticos	23,0	27,0	17,8	EUA (27%), China (11%), Alemanha (10%)
Produtos minerais	17,9	20,5	14,1	Chile (15%), Argélia (12%), China (10%)
Acessório p/equip. de transporte	11,6	13,9	20,2	EUA (19%), Arg. (9%), Japão (9%)
Prod. intermediários-partes/pçs.	11,4	12,8	12,1	China (25%), EUA (12%), Cor. do Sul (8%)
Outra matéria-prima p/agricultura	6,7	11,4	70,2	Rússia (16%), Bielorrússia (12%), EUA (11%)
Prod. agropecuário não alimentício	6,4	7,8	22,1	China (23%), Indonésia (13%), EUA (13%)
Prod. alimentícios intermediário	3,3	3,8	15,6	Arg. (60%), Uruguai (14%), Paraguai (6%)
Materiais de construção	2,1	2,9	36,1	China (33%), EUA (9%), Alemanha (6%)
Partes/pçs. p/ equip. de transp.	1,0	1,2	20,9	EUA (73%), Alemanha (9%), França (4%)
Alimentos para animais	0,3	0,4	33,2	Paraguai (35%), China (17%), Arg. (11%)
Demais	0,2	0,2	9,0	EUA (19%), México (9%), Colômbia (8%)

Quadro 5.17 – Importação por intensidade tecnológica – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2010	2011		
		Valor	Var.% ^{1/}	Part.%
Total	181 768	226 233	24,5	100,0
Produtos industriais	159 133	196 408	23,4	86,8
Alta tecnologia	35 821	39 951	11,5	17,7
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	13 149	15 594	18,6	6,9
Farmacêutica	8 206	8 680	5,8	3,8
Outros	14 466	15 677	8,4	6,9
Média-alta tecnologia	75 293	94 633	25,7	41,8
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	25 558	33 682	31,8	14,9
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	21 762	26 224	20,5	11,6
Veíc. automot., reboques/semireboques	18 497	23 819	28,8	10,5
Outros	9 476	10 908	15,1	4,8
Indústria de média-baixa tecnologia	34 137	43 662	27,9	19,3
Prod.de petróleo refinado/outros combust.	13 675	20 477	49,7	9,1
Produtos metálicos	13 792	14 732	6,8	6,5
Outros	6 671	8 453	26,7	3,7
Indústria de baixa tecnologia	13 881	18 162	30,8	8,0
Alimentos, bebidas e tabaco	5 051	7 164	41,8	3,2
Têxteis, couro e calçados	4 986	6 397	28,3	2,8
Outros	3 844	4 601	19,7	2,0

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Variação percentual pela média diária.

Nota: 2010, 251 dias úteis; 2011, 251 dias úteis.

do total; naftas, 11%; produtos laminados planos de ferro ou aço, 5,6%; e cátodos de cobre, 4,7%. Os principais blocos de origem desses produtos foram EUA, 15,5% do total; China, 11,2%; Índia, 8,6%; Argélia, 6,6%; e Argentina, 6%.

As aquisições de produtos de alta tecnologia cresceram 11,5%, para US\$40 bilhões, com ênfase nas relativas a medicamentos, 14,7% do total; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, 10,7%; partes de aparelhos transmissores e receptores, 9,1%; e instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 7,1%. As importações do segmento originaram-se especialmente da China, 25,8% do total; EUA, 18,9%; Alemanha, 7,9%; Coreia do Sul, 7,3%; e Japão, 3,6%.

As compras de produtos de baixa tecnologia somaram US\$18,2 bilhões, aumentando 30,8% no ano, destacando-se as relativas a álcool etílico, 4,6% do total; brinquedos, jogos e artigos para diversão, 4%; tecidos de fibras têxteis, 3,8%; fios de fibras têxteis, 3,6%; papel e cartão, 3,6%; e móveis e suas partes, 3,1%. Os principais países fornecedores desses produtos foram China, 28,6% do total; Argentina, 12,2%; EUA, 10,2%; e Indonésia e Uruguai, 4,7% cada.

O saldo comercial no grupo de produtos industriais foi negativo em US\$43,2 bilhões, elevação anual de 40,5%. Ocorreram *deficit* respectivo de US\$51,8 bilhões, US\$30,4 bilhões e de US\$4,6 bilhões nos segmentos de média-alta tecnologia, alta tecnologia e de média-baixa tecnologia, e *superavit* de US\$43,6 bilhões no segmento de baixa intensidade tecnológica.

Intercâmbio comercial

A corrente de comércio registrou aumento anual de 25,7% em 2011, atingindo o recorde de US\$482,3 bilhões.

O intercâmbio comercial com os países asiáticos somou US\$146,8 bilhões. O crescimento anual de 30,6% refletiu elevações de 36,3% nas exportações e de 24,8% nas importações. O comércio bilateral com a China representou 52,5% do fluxo com a região, seguindo-se a participação do Japão, 11,8%, e da Coreia do Sul, 10,1%.

O fluxo de comércio com a UE atingiu US\$99,4 bilhões, elevando-se 20,8% no ano. As exportações para a UE somaram US\$52,9 bilhões, e as importações, US\$46,4 bilhões, registrando aumentos anuais respectivos de 22,7% e 18,6%. Os três principais parceiros na região foram Alemanha, 24,4% do fluxo com o bloco; Países Baixos, 16%; e Itália, 11,7%.

O intercâmbio comercial com os países da América Latina e do Caribe atingiu US\$94,9 bilhões. A expansão de 20,3% em relação ao ano anterior decorreu de expansão de 19,1% nas exportações e de 22,2% nas importações, que atingiram, na ordem, US\$57,2 bilhões e US\$37,8 bilhões. Os principais parceiros na região foram Argentina, 41,7% do total; Chile, 10,5%; e México, 9,6%.

O fluxo de comércio com os EUA somou US\$60,2 bilhões, elevando-se 28,8% no ano. As exportações totalizaram US\$25,9 bilhões, e as importações, US\$34,2 bilhões, registrando aumento anual respectivo de 33,3% e 25,6%.

Quadro 5.18 – Balança comercial por países e blocos – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	201 915	181 768	20 147	256 040	226 233	29 807
Aelc ^{1/}	2 464	3 585	-1 121	2 861	3 657	-796
América Latina e Caribe	48 008	30 919	17 089	57 156	37 787	19 368
Mercosul	22 602	16 620	5 981	27 853	19 376	8 477
Argentina	18 523	14 435	4 088	22 709	16 906	5 803
Paraguai	2 548	611	1 937	2 969	716	2 253
Uruguai	1 531	1 574	-43	2 175	1 754	421
Chile	4 258	4 182	76	5 418	4 550	868
México	3 715	3 859	-143	3 960	5 130	-1 170
Demais	17 433	6 259	11 174	19 925	8 732	11 194
Canadá	2 321	2 714	-393	3 130	3 556	-426
União Europeia	43 135	39 127	4 007	52 946	46 418	6 528
Alemanha	8 138	12 554	-4 415	9 039	15 213	-6 174
Bélgica/Luxemburgo	3 579	1 811	1 768	4 043	1 904	2 139
Espanha	3 867	2 773	1 094	4 675	3 299	1 376
França	3 576	4 801	-1 225	4 319	5 462	-1 143
Itália	4 235	4 838	-603	5 441	6 223	-782
Países Baixos	10 228	1 773	8 454	13 640	2 265	11 374
Reino Unido	4 628	3 155	1 473	5 202	3 376	1 827
Demais	4 883	7 422	-2 539	6 587	8 676	-2 089
Europa Oriental	4 788	3 023	1 764	5 174	5 175	-2
Ásia ^{2/}	56 273	56 150	122	76 697	70 078	6 619
Japão	7 141	6 986	155	9 473	7 872	1 601
China	30 786	25 595	5 190	44 315	32 790	11 525
Coreia, República da	3 760	8 422	-4 662	4 694	10 097	-5 403
Demais	14 586	15 147	-561	18 216	19 319	-1 104
EUA ^{3/}	19 462	27 256	-7 793	25 942	34 228	-8 286
Outros	25 464	18 993	6 471	32 134	25 333	6 801
Memo:						
Nafta	25 499	33 828	-8 329	33 032	42 914	-9 882
Opep	15 934	13 330	2 605	18 459	18 455	4

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Associação Europeia de Livre Comércio: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.^{2/} Exclui o Oriente Médio.^{3/} Inclui Porto Rico.

Serviços

A conta de serviços apresentou *deficit* de US\$38 bilhões, em 2011, ante US\$30,8 bilhões em 2010, aumento associado, em especial, ao desempenho das contas viagens internacionais; aluguel de equipamentos; transportes; computação e informação; e *royalties* e licenças.

As despesas líquidas de viagens internacionais totalizaram US\$14,7 bilhões, resultado de crescimentos respectivos de 29,5% e 15% nos gastos efetuados por brasileiros no exterior e por estrangeiros no país, que atingiram, na ordem, US\$21,3 bilhões e US\$6,6 bilhões. Os gastos efetuados com cartão de crédito por turistas brasileiros e

Quadro 5.19 – Serviços

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-13 531	-17 304	-30 835	-17 993	-19 959	-37 952
Receitas	14 765	16 834	31 599	18 179	20 030	38 209
Despesas	28 296	34 138	62 434	36 172	39 989	76 161
Transportes	-2 980	-3 427	-6 407	-3 558	-4 776	-8 334
Receitas	2 306	2 626	4 931	3 025	2 794	5 819
Despesas	5 286	6 053	11 339	6 583	7 570	14 153
Viagens	-4 213	-6 505	-10 718	-6 969	-7 741	-14 709
Receitas	2 834	2 867	5 702	3 273	3 282	6 555
Despesas	7 047	9 372	16 420	10 242	11 023	21 264
Seguros	-565	-547	-1 113	-654	-559	-1 212
Receitas	213	203	416	148	357	505
Despesas	778	751	1 529	802	915	1 717
Financeiros	135	259	394	284	575	858
Receitas	976	1 096	2 073	1 161	1 500	2 662
Despesas	841	837	1 679	878	926	1 804
Computação e informações	-1 628	-1 667	-3 296	-2 107	-1 692	-3 800
Receitas	126	84	210	106	130	236
Despesas	1 754	1 752	3 505	2 213	1 822	4 036
<i>Royalties</i> e licenças	-1 196	-1 257	-2 453	-1 252	-1 458	-2 710
Receitas	192	205	397	282	309	591
Despesas	1 388	1 462	2 850	1 534	1 767	3 301
Aluguel de equipamentos	-6 188	-7 563	-13 752	-7 833	-8 853	-16 686
Receitas	27	27	54	34	35	69
Despesas	6 216	7 590	13 806	7 867	8 888	16 755
Serviços governamentais	-824	-564	-1 388	-639	-772	-1 411
Receitas	618	909	1 527	872	902	1 774
Despesas	1 442	1 473	2 915	1 511	1 675	3 185
Outros serviços	3 929	3 969	7 898	4 735	5 319	10 054
Receitas	7 473	8 816	16 289	9 278	10 722	19 999
Despesas	3 544	4 848	8 391	4 543	5 403	9 946

por turistas estrangeiros somaram US\$12,7 bilhões e US\$4,9 bilhões, respectivamente, representando, na ordem, 59,6% e 75,4% do total. Ressalte-se que, em março de 2011, a alíquota do IOF incidente sobre gastos de brasileiros no exterior, por meio de cartão de crédito, foi elevada em 4 p.p., para 6,38%.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$16,7 bilhões em 2011, ante US\$13,8 bilhões no ano anterior, aumento associado à maior utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não residentes, com desdobramentos favoráveis sobre a capacidade produtiva da economia. Vale ressaltar que as despesas líquidas de aluguel de equipamentos se expandem a taxas anuais superiores a 18% desde 2006.

Quadro 5.20 – Viagens internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-4 213	-6 505	-10 718	-6 969	-7 741	-14 709
Receita	2 834	2 867	5 702	3 273	3 282	6 555
Despesa	7 047	9 372	16 420	10 242	11 023	21 264
Cartões de crédito	-2 280	-3 570	-5 850	-3 697	-4 030	-7 727
Receita	2 162	2 154	4 316	2 503	2 439	4 943
Despesa	4 442	5 724	10 166	6 200	6 469	12 670
Outros	-1 933	-2 935	-4 868	-3 272	-3 711	-6 982
Receita	672	713	1 386	770	843	1 612
Despesa	2 605	3 648	6 254	4 041	4 554	8 595

As despesas líquidas com transportes totalizaram US\$8,3 bilhões, registrando aumento anual de 30,1%, consistente com as trajetórias das viagens internacionais e da corrente de comércio. As despesas líquidas com passagens e com fretes aumentaram 32,9% e 29%, respectivamente, ressaltando-se que as receitas e despesas de fretes marítimos, constituídas por transporte de bens em sua quase totalidade, registraram, na ordem, aumento de 12,5% e 22,9%.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$3,8 bilhões, ante US\$3,3 bilhões em 2010. As despesas atingiram US\$4 bilhões, com destaque para os gastos de US\$3,9 bilhões relacionados a serviços de computação, e as receitas, US\$236 milhões, registrando aumento anual respectivo de 15,1% e 12,5%.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$2,7 bilhões em 2011, elevando-se 10,5% no ano.

Quadro 5.21 – Transportes

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-2 980	-3 427	-6 407	-3 558	-4 776	-8 334
Receitas	2 306	2 626	4 931	3 025	2 794	5 819
Despesas	5 286	6 053	11 339	6 583	7 570	14 153
Passagens	-1 159	-1 498	-2 657	-1 544	-1 988	-3 531
Receitas	149	112	261	194	81	275
Despesas	1 308	1 610	2 918	1 738	2 068	3 806
Fretes	-1 171	-1 454	-2 625	-1 552	-1 834	-3 386
Receitas	919	1 064	1 983	1 078	1 166	2 245
Despesas	2 090	2 518	4 608	2 631	3 000	5 631
Outros	-651	-475	-1 125	-462	-955	-1 417
Receitas	1 237	1 450	2 687	1 752	1 547	3 299
Despesas	1 888	1 924	3 812	2 215	2 501	4 716

As receitas líquidas com serviços financeiros, que incluem serviços bancários, comissões, garantias e corretagens, totalizaram US\$858 milhões em 2011, ante US\$394 milhões no ano anterior.

Os serviços de seguros somaram gastos líquidos de US\$1,2 bilhão, ante US\$1,1 bilhão, em 2010. As despesas atingiram US\$1,7 bilhão e as receitas, US\$505 milhões, registrando aumentos anuais respectivos de 12,3% e 21,3%.

Os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US\$10,7 bilhões em 2011, aumentando 27,2% no ano. Esta evolução refletiu, em especial, as receitas líquidas respectivas de US\$5,4 bilhões, US\$2,8 bilhões e US\$2,2 bilhões registradas nos segmentos serviços administrativos e aluguel de imóveis, serviços de arquitetura e engenharia, e honorários de profissionais liberais, que registraram, na ordem, variações anuais de 28,5%, 46,8% e -0,7%.

Rendas

O *deficit* da conta de rendas atingiu US\$47,3 bilhões em 2011, resultado 19,8% mais elevado do que o registrado no ano anterior.

A conta de juros apresentou remessas líquidas de US\$9,7 bilhões, reflexo de elevações de 39,2% nas receitas e de 15,7% nas despesas. A tendência de elevações significativas de receita tem acompanhado a trajetória de aumento de estoque das reservas internacionais, principal componente do ativo a gerar rendas.

Quadro 5.22 – Serviços empresariais, profissionais e técnicos

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	4 177	4 236	8 413	5 051	5 648	10 699
Receita	6 753	7 876	14 629	8 448	9 899	18 346
Encomendas postais	4	1	5	1	1	2
Honorário de profissional liberal	1 436	1 424	2 860	1 462	1 669	3 131
Serviços administrativos e aluguel imóveis	2 393	2 872	5 265	3 228	3 434	6 662
Participação em feiras e exposições	22	25	47	35	38	73
Passe de atleta profissional	108	124	232	96	142	239
Publicidade	176	158	334	235	286	521
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 547	3 192	5 738	3 311	3 962	7 273
Serviços de projeto técnico-econômico	68	81	149	79	366	445
Despesa	2 575	3 641	6 216	3 397	4 250	7 647
Encomendas postais	27	40	67	36	58	94
Honorário de profissional liberal	260	406	666	432	520	953
Serviços administrativos e aluguel imóveis	398	668	1 066	560	710	1 269
Participação em feiras e exposições	55	45	100	38	40	78
Passe de atleta profissional	6	27	33	32	21	53
Publicidade	182	239	420	280	397	678
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 647	2 213	3 860	2 013	2 503	4 516
Serviços de projeto técnico-econômico	0	3	3	6	1	7

As remessas líquidas de lucros e dividendos atingiram o recorde de US\$38,2 bilhões. O crescimento anual de 25,7% nas remessas de lucros e dividendos no ano é consistente com o ambiente de aumento do estoque de investimento estrangeiro direto no país e com a depreciação registrada pela taxa de câmbio média em 2011, que estimula o envio de lucros auferidos em moeda doméstica. Pelo sexto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, reflexo da predominância dos estoques de capital de risco – investimentos estrangeiros diretos e ações – sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo.

A conta de salários e ordenados proporcionou ingressos líquidos de US\$567 milhões em 2011, resultado 13,7% inferior ao assinalado no ano anterior. A renda trazida do exterior por trabalhadores residentes no país atingiu US\$665 milhões, elevando-se 17,7% no ano.

A remessa líquida de renda para o exterior sofreu significativa influência das remessas líquidas de rendas de investimento direto, conforme padrão observado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US\$29,6 bilhões, aumentando 16,2% no ano. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$27,4 bilhões, crescimento de 16,1%. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 17,7%, para US\$2,3 bilhões.

Quadro 5.23 – Rendas

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-19 731	-19 755	-39 486	-22 577	-24 742	-47 319
Receitas	3 124	4 282	7 405	5 758	4 994	10 753
Despesas	22 855	24 037	46 892	28 335	29 736	58 072
Salários e ordenados	266	232	498	272	294	567
Receitas	295	270	565	316	349	665
Despesas	29	38	66	43	55	98
Renda de investimentos	-19 997	-19 987	-39 985	-22 850	-25 036	-47 886
Receitas	2 829	4 012	6 841	5 443	4 646	10 088
Despesas	22 826	23 999	46 826	28 292	29 682	57 974
Renda de investimento direto	-12 011	-13 493	-25 504	-13 965	-15 666	-29 631
Receitas	385	695	1 080	873	1 212	2 085
Despesas	12 397	14 188	26 584	14 838	16 878	31 716
Lucros e dividendos	-11 206	-12 385	-23 591	-13 041	-14 338	-27 379
Receitas	296	592	888	690	1 113	1 804
Despesas	11 502	12 977	24 479	13 731	15 452	29 183
Juros de empréstimos intercompanhias	- 805	-1 108	-1 913	- 924	-1 328	-2 252
Receitas	90	103	193	183	99	282
Despesas	895	1 211	2 106	1 107	1 426	2 533
Renda de investimento em carteira	-5 723	-4 241	-9 964	-5 566	-6 598	-12 164
Receitas	2 045	2 883	4 928	4 039	3 007	7 046
Despesas	7 767	7 124	14 892	9 605	9 605	19 210
Lucros e dividendos	-3 761	-3 023	-6 784	-5 727	-5 060	-10 787
Receitas	0	0	1	0	0	1
Despesas	3 762	3 023	6 785	5 727	5 061	10 788
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-1 961	-1 219	-3 180	161	-1 538	-1 377
Receitas	2 044	2 883	4 927	4 039	3 007	7 046
Despesas	4 006	4 101	8 107	3 878	4 545	8 423
Renda de outros investimentos ^{1/}	-2 264	-2 253	-4 517	-3 319	-2 772	-6 091
Receitas	399	434	833	530	427	956
Despesas	2 662	2 687	5 350	3 849	3 198	7 047
Memo:						
Juros	-5 030	-4 580	-9 610	-4 082	-5 638	-9 719
Receitas	2 533	3 419	5 952	4 752	3 532	8 284
Despesas	7 563	7 999	15 562	8 834	9 169	18 003
Lucros e dividendos	-14 967	-15 408	-30 375	-18 768	-19 398	-38 166
Receitas	296	593	889	690	1 114	1 804
Despesas	15 263	16 000	31 263	19 458	20 512	39 971

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

As remessas líquidas de renda de investimento em carteira totalizaram US\$12,2 bilhões, aumentando 22,1% em relação a 2010. O resultado refletiu, principalmente, o comportamento das remessas líquidas de dividendos referentes a ações listadas em bolsas de valores no Brasil e a recibos negociados em bolsas de valores no exterior, que

totalizaram US\$10,8 bilhões, elevando-se 59% no período. A conta de juros de títulos de renda fixa apresentou despesas líquidas de US\$1,4 bilhão, ante US\$3,2 bilhões em 2010. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$6,1 bilhões, acréscimo de 34,8% na mesma base de comparação.

As remessas brutas de lucros e dividendos atingiram o recorde de US\$40 bilhões em 2011, ressaltando-se as elevações de 19,2% nas despesas brutas referentes a investimentos estrangeiros diretos e de 59% nas remessas brutas do investimento em carteira. As saídas brutas relativas a Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) atingiram US\$29,2 bilhões, ante US\$24,5 bilhões do ano anterior.

As empresas do setor industrial e de serviços foram responsáveis, na ordem, pelo envio de 55,2% e 42% das remessas brutas de lucros e dividendos referentes a IED, com destaque para os setores fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, 19,1% do total; serviços financeiros, 10,8%; telecomunicações, 8,4%; produtos químicos, 7,8%; bebidas, 6,7%; e eletricidade e gás, 6,7%. As remessas relacionadas aos seis setores mencionados somaram US\$17,4 bilhões, representando 59,5% das despesas brutas de lucros e dividendos de IED em 2011.

Quadro 5.24 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 563	1 339	2 902	1 576	1 408	2 984
Receitas	2 395	2 379	4 775	2 481	2 435	4 915
Despesas	833	1 040	1 873	905	1 027	1 931
Transferências correntes governamentais	-123	-62	-185	-149	-155	-305
Receitas	19	112	132	27	64	92
Despesas	142	175	317	177	220	397
Transferências correntes privadas	1 686	1 401	3 087	1 725	1 564	3 289
Receitas	2 376	2 267	4 643	2 453	2 370	4 824
Despesas	691	866	1 557	728	807	1 535
Manutenção de residentes	696	638	1 334	654	668	1 322
Receitas	1 087	1 102	2 189	1 058	1 076	2 134
Estados Unidos	320	314	634	293	310	603
Japão	203	206	409	194	211	406
Demais países	564	582	1 146	570	555	1 125
Despesas	391	464	855	404	408	811
Outras transferências	990	763	1 753	1 071	896	1 967
Receitas	1 289	1 165	2 454	1 395	1 295	2 690
Despesas	299	402	701	324	399	723

**Quadro 5.25 – Saldo de transações correntes e necessidade de
financiamento externo^{1/}**

US\$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
2005	Dez	530	13 985	1,58	1 406	15 066	1,71	-1 936	-29 051	-3,29
2006	Dez	438	13 643	1,25	2 457	18 822	1,73	-2 896	-32 465	-2,98
2007	Dez	-498	1 551	0,11	886	34 585	2,53	-388	-36 136	-2,64
2008	Dez	-3 119	-28 192	-1,71	8 115	45 058	2,73	-4 997	-16 866	-1,02
2009	Dez	-5 950	-24 302	-1,49	5 109	25 949	1,60	841	-1 646	-0,10
2010	Jan	-3 830	-25 367	-1,50	585	24 604	1,45	3 245	763	0,05
	Fev	-3 082	-27 836	-1,58	2 843	25 479	1,44	238	2 357	0,13
	Mar	-5 005	-31 282	-1,69	2 083	26 118	1,41	2 922	5 164	0,28
	Abr	-4 618	-36 005	-1,87	2 228	24 937	1,30	2 390	11 068	0,58
	Mai	-2 007	-36 242	-1,83	3 590	26 045	1,31	-1 582	10 198	0,51
	Jun	-5 278	-40 946	-2,01	766	25 379	1,24	4 512	15 566	0,76
	Jul	-4 589	-43 911	-2,11	2 635	26 727	1,28	1 954	17 184	0,83
	Ago	-2 985	-46 087	-2,18	2 422	27 246	1,29	563	18 841	0,89
	Set	-3 959	-47 594	-2,24	5 424	30 853	1,45	-1 466	16 740	0,79
	Out	-3 697	-48 274	-2,26	6 815	36 105	1,69	-3 118	12 168	0,57
	Nov	-4 728	-49 729	-2,32	3 740	38 241	1,78	988	11 487	0,54
	Dez	-3 495	-47 273	-2,20	15 374	48 506	2,26	-11 880	-1 233	-0,06
2011	Jan	-5 572	-49 015	-2,26	2 953	50 874	2,34	2 619	-1 859	-0,09
	Fev	-3 469	-49 402	-2,24	7 795	55 826	2,53	-4 326	-6 424	-0,29
	Mar	-5 737	-50 134	-2,25	6 787	60 530	2,71	-1 050	-10 395	-0,47
	Abr	-3 598	-49 114	-2,17	5 520	63 821	2,83	-1 921	-14 707	-0,65
	Mai	-4 180	-51 287	-2,24	3 973	64 204	2,80	208	-12 916	-0,56
	Jun	-3 477	-49 487	-2,13	5 475	68 912	2,97	-1 998	-19 426	-0,84
	Jul	-3 558	-48 457	-2,07	5 982	72 260	3,08	-2 424	-23 803	-1,02
	Ago	-4 849	-50 320	-2,12	5 596	75 434	3,18	-747	-25 114	-1,06
	Set	-2 234	-48 595	-2,03	6 305	76 315	3,18	-4 072	-27 720	-1,16
	Out	-3 157	-48 055	-1,98	5 574	75 075	3,09	-2 417	-27 020	-1,11
	Nov	-6 640	-49 967	-2,04	4 057	75 391	3,08	2 584	-25 424	-1,04
	Dez	-6 008	-52 480	-2,12	6 644	66 660	2,69	-636	-14 180	-0,57

1/ Necessidade de financiamento externo = *deficit* de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias).

Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais correntes mantiveram-se estáveis em 2011, registrando ingressos líquidos de US\$3 bilhões. Parcela relevante desse fluxo referiu-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo anual de 0,9%, somando US\$1,3 bilhão. A receita bruta de manutenção de residentes representou 44,3% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes, e os principais países de origem desses ingressos foram EUA, 28,3% do total, e Japão, 19%.

Conta financeira

A conta financeira registrou ingressos líquidos de US\$110,8 bilhões em 2011, ante US\$98,8 bilhões no ano anterior, com ênfase nos ingressos líquidos respectivos de US\$67,7 bilhões e US\$35,3 bilhões relativos a investimentos diretos e a investimentos em carteira. As condições favoráveis de financiamento das contas externas também se expressaram na taxa de rolagem, relação entre novos desembolsos e amortizações ocorridas, que atingiu o recorde de 460% no ano, ante 243% em 2010.

Os fluxos mundiais de IED somaram US\$1,5 trilhão em 2011, de acordo com estimativas preliminares da UNCTAD, elevando-se 17% no ano e situando-se em patamar superior ao registrado no triênio encerrado em 2007. Ainda sob os efeitos das incertezas que envolveram os mercados financeiros mundiais, em especial as relacionadas a dívidas soberanas de países europeus, os investimentos em novos projetos, *greenfield investments*, recuaram 3,3% no ano, enquanto as operações de fusões e aquisições cresceram 49,7%. Os fluxos direcionados aos países desenvolvidos, principais receptores de IED, representaram 50% do total, ante 56,7% em 2008, e os destinados aos países em desenvolvimento, 44%, aumentando 8 p.p. no período. Os fluxos à América Latina e Caribe somaram US\$216,4 bilhões, aumentando 34,6% no ano.

Os fluxos líquidos de IED para o Brasil atingiram o recorde de US\$66,7 bilhões em 2011, elevando-se 37,4% no ano, dos quais US\$54,8 bilhões foram destinados à participação no capital de empresas no país e US\$11,9 bilhões relativos a empréstimos intercompanhias. Os ingressos líquidos de IED representaram 2,69% do PIB, total US\$14,2 bilhões superior à necessidade de financiamento das transações correntes.

O estoque de IED foi estimado em US\$669,7 bilhões, ao término de 2011, ante US\$674,8 bilhões ao final de 2010. A variação de estoque, significativamente inferior ao fluxo de ingressos líquidos, reflete, em especial, a variação cambial.

Quadro 5.26 – Taxas de rolagem de médio e longo prazos do setor privado^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	220%	268%	243%	495%	421%	460%
Desembolsos	16 210	17 517	33 726	34 863	26 648	61 512
Amortizações	7 366	6 530	13 896	7 041	6 332	13 372
Setor privado	202%	234%	217%	731%	362%	512%
Desembolsos	14 131	15 051	29 181	31 354	22 577	53 931
Amortizações	6 998	6 445	13 443	4 291	6 242	10 533
Setor privado – Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	191%	265%	223%	837%	247%	508%
Desembolsos	9 995	10 408	20 403	17 081	6 382	23 463
Amortizações	5 230	3 921	9 151	2 040	2 579	4 619
Setor privado – Empréstimos diretos	234%	184%	205%	634%	442%	515%
Desembolsos	4 136	4 643	8 779	14 273	16 195	30 468
Amortizações	1 768	2 524	4 292	2 252	3 663	5 915
Setor público ^{2/}	565%	2 887%	1 002%	128%	4 517%	267%
Desembolsos	2 079	2 466	4 545	3 509	4 071	7 580
Amortizações	368	85	453	2 749	90	2 839
Setor público – Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	487%	-	1 280%	0%	-	1 086%
Desembolsos	1 000	1 627	2 627	0	1 995	1 995
Amortizações	205	0	205	184	0	184
Setor público – Empréstimos diretos	663%	983%	773%	137%	2 304%	210%
Desembolsos	1 079	839	1 918	3 509	2 077	5 586
Amortizações	163	85	248	2 566	90	2 656
Memo:						
Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	202%	307%	246%	768%	325%	530%
Desembolsos	10 995	12 034	23 029	17 081	8 377	25 458
Amortizações	5 435	3 921	9 356	2 223	2 579	4 802
Empréstimos diretos	270%	210%	236%	369%	487%	421%
Desembolsos	5 215	5 482	10 697	17 783	18 272	36 054
Amortizações	1 931	2 610	4 541	4 817	3 753	8 570

1/ O cálculo da taxa de rolagem corresponde à razão entre desembolsos e amortizações. Não inclui financiamentos.

2/ Exclui bônus da República. Inclui setor público financeiro e outros do setor público.

Os fluxos brutos de IED relacionados à modalidade participação no capital foram provenientes, em especial, dos Países Baixos, 25,3% do total, seguindo-se as participações dos EUA, 12,8%; Espanha, 12,4%; Japão, 10,8%; França, 4,4%; e Reino Unido, 4%.

Os ingressos brutos de IED destinados a aumento de participação no capital registraram evolução distinta quando segmentados por setores de atividades, ressaltando-se as elevações nos destinados aos setores serviços, 117,6%, e indústria, 26,2%, e o recuo de 36,7% nos direcionados a agricultura, pecuária e extrativa mineral.

Quadro 5.27 – Investimentos estrangeiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 096	36 410	48 506	32 502	34 158	66 660
Ingressos	26 063	52 580	78 644	49 480	52 239	101 719
Saídas	13 967	16 170	30 137	16 978	18 081	35 058
Participação no capital	12 256	27 860	40 117	25 827	28 955	54 782
Ingressos	18 151	34 432	52 583	32 170	37 360	69 530
Saídas	5 895	6 572	12 467	6 343	8 405	14 747
Empréstimos intercompanhias	-160	8 550	8 390	6 675	5 203	11 878
Ingressos	7 912	18 148	26 060	17 310	14 879	32 189
Saídas	8 072	9 598	17 670	10 635	9 676	20 311

Os fluxos de IED, modalidade participação no capital, absorvidos pelo setor de serviço totalizaram US\$32 bilhões, com destaque para os direcionados aos segmentos telecomunicações, comércio, eletricidade e gás e atividades financeiras. A participação do setor de serviços no total dos fluxos de IED-participação no capital atingiu 46% em 2011, ante 28% no ano anterior.

O setor industrial absorveu US\$26,8 bilhões dos fluxos de 2011 na modalidade mencionada, 38,6% do total, ante 40,5% em 2010, destacando-se as atividades metalurgia, fabricação de bebidas e produtos alimentícios.

Os fluxos destinados ao setor agricultura, pecuária e extrativa mineral somaram US\$10,3 bilhões, 14,8% do total, ante 30,9% em 2011, ressaltando-se as captações das atividades extração de petróleo e gás natural e extração de minerais metálicos.

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$18,5 bilhões em 2011, ante US\$67,8 bilhões no ano anterior, resultado de retração de 26,7% nos ingressos e de elevação de 2,4% nas remessas.

Os investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras registraram ingressos líquidos de US\$7,2 bilhões no ano, decréscimo de US\$30,5 bilhões em relação ao recorde de 2010, tendo ocorrido recuo anual de 25,3% nas receitas e elevação de 2,1% nas despesas, que somaram US\$85 bilhões e US\$77,8 bilhões, respectivamente.

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa registraram desembolsos líquidos de US\$11,3 bilhões em 2011, ante o recorde de US\$30,1 bilhões ocorrido em 2010. A redução refletiu, em parte, o impacto da introdução, no final de 2010, da alíquota de 6% de IOF sobre aplicações de renda fixa negociada no país, para investidores estrangeiros. As amortizações líquidas de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país somaram US\$61 milhões em 2011, ante desembolsos líquidos de US\$14,6 bilhões no ano anterior.

Quadro 5.28 — Ingressos em investimento estrangeiro direto – Participação no capital

Distribuição por país do investidor imediato

US\$ milhões						
Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	18 151	34 432	52 583	32 170	37 361	69 530
Países Baixos	1 819	4 883	6 702	9 637	7 945	17 582
Estados Unidos	2 547	3 597	6 144	4 992	3 918	8 910
Espanha	384	1 140	1 524	5 184	3 409	8 593
Japão	440	2 062	2 502	2 337	5 200	7 536
França	1 957	1 522	3 479	648	2 437	3 086
Reino Unido	344	686	1 030	1 499	1 251	2 749
Hong Kong	7	76	83	18	2 058	2 077
Luxemburgo	889	7 930	8 819	790	1 077	1 867
Canadá	136	615	751	813	975	1 789
Áustria	24	3 396	3 420	1 442	66	1 508
Suíça	4 916	1 529	6 445	487	707	1 194
Ilhas Virgens Britânicas	131	927	1 059	444	694	1 138
Alemanha	179	359	538	398	727	1 125
Austrália	215	341	556	357	722	1 079
Coréia do Sul	171	874	1 045	319	757	1 075
Noruega	802	737	1 540	234	840	1 073
Chile	278	663	941	239	591	830
Bermudas	723	131	854	117	682	800
Ilhas Cayman	158	248	406	349	263	612
Portugal	236	967	1 203	216	275	491
Suécia	210	177	387	96	371	467
Itália	119	181	300	149	309	457
Bélgica	41	33	75	150	270	420
Uruguai	180	95	275	121	180	301
México	93	51	143	227	70	297
Cingapura	19	19	38	27	225	252
Panamá	99	33	132	32	216	248
Irlanda	3	12	15	14	170	184
China	366	29	395	137	42	179
Dinamarca	232	64	295	98	53	151
Peru	24	65	89	77	64	141
Chipre	3	38	41	45	89	134
Angola	8	7	15	99	29	128
Maurício	70	266	336	8	111	120
Argentina	30	71	100	30	67	97
Bahamas	53	56	109	37	59	96
Ucrânia	0	1	1	0	81	81
Israel	2	60	63	37	32	69
Finlândia	1	42	42	55	2	56
Demais	243	446	689	210	326	536

Quadro 5.29 – Ingressos em investimento estrangeiro direto – Participação no capital

Distribuição por setor de atividade econômica

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	18 151	34 432	52 583	32 170	37 361	69 530
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2 392	13 869	16 261	4 243	6 054	10 297
Extração de petróleo e gás natural	1 070	8 835	9 905	1 947	4 029	5 976
Extração de minerais metálicos	944	3 860	4 804	1 527	862	2 389
Atividades de apoio à extração de minerais	86	754	840	455	508	964
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	66	288	354	246	295	541
Produção florestal	219	129	348	47	312	359
Demais	7	3	11	20	48	68
Indústria	9 773	11 499	21 273	9 694	17 143	26 837
Metalurgia	880	4 668	5 549	3 332	3 882	7 215
Bebidas	356	10	366	23	4 242	4 265
Produtos alimentícios	1 222	495	1 716	1 270	1 793	3 064
Produtos químicos	5 042	2 139	7 181	469	1 757	2 226
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	1 081	601	1 681	894	906	1 801
Produtos minerais não metálicos	41	1 156	1 197	1 374	177	1 551
Veículos automotores, reboques e carrocerias	164	369	533	441	954	1 395
Produtos de borracha e de material plástico	24	189	213	414	688	1 102
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos	329	437	766	417	558	975
Máquinas e equipamentos	111	238	348	222	394	616
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	34	46	80	199	408	607
Celulose, papel e produtos de papel	8	71	78	18	370	387
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	200	459	659	101	202	303
Outras indústrias	282	622	905	521	810	1 331
Serviços	5 818	8 885	14 702	18 006	13 981	31 988
Telecomunicações	595	65	659	5 973	697	6 670
Comércio, exceto veículos	885	1 735	2 619	2 221	3 480	5 701
Eleticidade, gás e outras utilidades	166	1 000	1 165	2 779	562	3 341
Serviços financeiros e atividades auxiliares	754	1 098	1 852	1 388	1 797	3 184
Seguros, resseguros, previdência e planos de saúde	159	70	229	715	1 688	2 403
Atividades imobiliárias	863	727	1 590	1 004	1 191	2 195
Construção de edifícios	322	341	664	588	576	1 164
Serviços financeiros – <i>holdings</i> não financeiras	253	604	857	331	520	851
Obras de infraestrutura	110	99	209	643	142	785
Serviços de tecnologia da informação	126	451	577	181	495	676
Transporte	517	218	735	177	355	532
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis	47	175	221	218	262	479
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	63	383	446	232	234	466
Atividades de sedes de empresas e de consultoria	71	118	189	216	246	462
Serviços de arquitetura e engenharia	121	143	263	131	325	456
Alimentação	96	23	119	30	412	442
Demais	670	1 636	2 306	1 181	999	2 179
Aquisição e venda de imóveis	168	179	347	226	182	409

Quadro 5.30 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	23 166	44 629	67 795	12 435	6 018	18 453
Receitas	75 536	99 573	175 109	73 349	55 022	128 371
Despesas	52 371	54 943	107 314	60 915	49 004	109 919
Investimentos em ações	9 733	27 937	37 671	3 865	3 309	7 174
Receitas	46 911	66 933	113 844	46 556	38 416	84 972
Despesas	37 177	38 996	76 173	42 691	35 107	77 798
Negociadas no país	6 178	18 264	24 442	3 046	3 199	6 245
Receitas	43 263	56 856	100 118	45 538	38 160	83 699
Despesas	37 085	38 591	75 676	42 492	34 962	77 454
Negociadas no exterior (DRs)	3 556	9 673	13 229	819	111	930
Receitas	3 648	10 078	13 725	1018	256	1274
Despesas	92	405	497	199	145	344
Títulos de renda fixa	13 432	16 692	30 124	8 570	2 709	11 278
Receitas	28 626	32 639	61 265	26 793	16 606	43 399
Despesas	15 193	15 947	31 141	18 223	13 897	32 121
Negociados no país	9 309	5 293	14 601	135	-196	-61
Médio e longo prazos	8 295	5 104	13 399	86	-265	-179
Receitas	12 873	11 475	24 348	5 633	6 159	11 792
Despesas	4 578	6 371	10 949	5 547	6 425	11 972
Curto prazo	1 014	189	1 202	49	70	119
Receitas	1 499	590	2 089	628	420	1 047
Despesas	485	402	887	578	350	929
Negociados no exterior	4 123	11 399	15 523	8 434	2 904	11 339
Bônus	-2 168	-1 396	-3 564	-3 381	-686	-4 067
Privados	-1	-1	-2	-2	-1 002	-1 004
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	1	1	2	2	1 002	1 004
Públicos	-2 167	-1 395	-3 561	-3 379	315	-3 063
Desembolsos	788	2 030	2 818	0	1 650	1 650
Amortizações	2 954	3 425	6 379	3 379	1 335	4 713
Valor de face	2 601	2 798	5 399	2 981	1 159	4 140
Descontos	353	627	981	398	175	573
Notes e commercial papers	5 561	8 115	13 676	14 860	6 800	21 659
Desembolsos	10 995	12 034	23 029	17 081	8 377	25 458
Amortizações	5 434	3 920	9 354	2 221	1 577	3 799
Títulos de curto prazo	730	4 681	5 411	-3 045	-3 209	-6 253
Desembolsos	2 471	6 509	8 980	3 452	0	3 452
Amortizações	1 741	1 828	3 569	6 496	3 209	9 705

As amortizações líquidas de bônus da República negociados no exterior somaram US\$4,1 bilhões em 2011, incluindo cronograma original de vencimentos e resgates antecipados de dívida, estes evidenciando a política de melhora do perfil temporal do endividamento e criação de condições para construção de uma curva de juros mais longa e completa. O ingresso bruto total somou US\$1,7 bilhão, decorrente das reaberturas dos bônus *Global 21*, US\$550 milhões, e do *Global 41*, US\$1,1 bilhão. O Tesouro Nacional, em sequência à política de melhoria do perfil do endividamento externo do setor público, resgatou antecipadamente US\$2,9 bilhões de bônus no período, dos quais US\$2,3 bilhões referentes a valor de face dos títulos, e US\$573 milhões, ao ágio dessas operações.

As *notes* e *commercial papers* acumularam ingressos líquidos de US\$21,7 bilhões em 2011, ante US\$13,7 bilhões no ano anterior, contribuindo para que a taxas de rolagem de títulos de médio e longo prazos aumentasse de 246%, em 2010, para 530%, em 2011. As captações de médio e longo prazos concentraram-se no primeiro trimestre de 2011, influenciadas pela introdução da alíquota de 6% de IOF, em abril, para captações de prazo inferior a 720 dias. As colocações de títulos de curto prazo somaram amortizações líquidas de US\$6,3 bilhões, ante ingressos líquidos de US\$5,4 bilhões em 2010, ressaltando-se que, a partir da introdução da nova alíquota de IOF, não ocorreram operações de captações brutas de curto prazo.

Os outros investimentos estrangeiros, que compreendem empréstimos diretos com bancos e junto a organismos internacionais, créditos comerciais e depósitos, registraram receitas líquidas de US\$46,8 bilhões em 2011, acréscimo de 12,7% em relação ao ano anterior. Os ingressos líquidos de créditos comerciais de curto prazo junto a fornecedores somaram US\$22,6 bilhões, e os relacionados a empréstimos de longo prazo dos demais setores, US\$31,7 bilhões, destacando-se os desembolsos líquidos de empréstimos diretos, US\$27,5 bilhões; de compradores, US\$5,2 bilhões; e de empréstimos de agências, US\$798 milhões. Os empréstimos junto a organismos internacionais apresentaram amortizações líquidas de US\$4,1 bilhões e os empréstimos de curto prazo, desembolsos líquidos de US\$2,3 bilhões no ano, ante US\$22,1 bilhões, em 2010, recuo associado, em especial, à adoção da alíquota de 6% de IOF sobre empréstimos externos de prazo inferior a 720 dias, em vigor desde abril de 2011. Os passivos junto a não residentes mantidos sob a forma de depósitos e moeda recuaram US\$6,3 bilhões, ante expansão líquida de US\$966 milhões em 2010.

Os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US\$1 bilhão em 2011, ante aplicações líquidas de US\$11,6 bilhões no ano anterior. A participação no capital de empreendimentos no exterior registrou aplicações líquidas de US\$19,5 bilhões, recuando 27,1% no ano. As amortizações líquidas relativas a empréstimos concedidos por empresas brasileiras a subsidiárias no exterior somaram US\$20,6 bilhões, elevando-se 35,3% no ano. O estoque dos investimentos brasileiros diretos no exterior totalizou US\$202,6 bilhões, conforme estimativa para dezembro de 2011.

Quadro 5.31 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	28 552	12 991	41 543	29 116	17 681	46 796
Crédito comercial (de fornecedores)	1 487	-2 200	-713	7 305	14 081	21 386
Longo prazo	-436	-99	-535	-946	-219	-1 166
Desembolsos	670	1 397	2 066	711	878	1 589
Amortizações	1 105	1 496	2 601	1 657	1 097	2 754
Curto prazo (líquido)	1 922	-2 101	-178	8 251	14 300	22 551
Empréstimos	26 716	14 572	41 288	23 922	7 819	31 741
Autoridade monetária	-4	0	-4	0	0	0
Demais setores	26 719	14 572	41 291	23 922	7 819	31 741
Longo prazo	10 556	8 624	19 179	12 632	16 827	29 459
Desembolsos	17 022	17 662	34 684	26 415	28 474	54 889
Organismos	2 519	5 744	8 263	1 059	2 706	3 765
Agências	4 631	939	5 570	1 333	1 486	2 819
Compradores	4 657	5 497	10 153	6 241	6 010	12 251
Empréstimos diretos	5 215	5 482	10 697	17 783	18 272	36 054
Amortizações	6 466	9 038	15 505	13 783	11 647	25 430
Organismos	1 432	2 422	3 854	4 245	3 591	7 836
Agências	1 007	699	1 707	1 241	780	2 021
Compradores	2 096	3 307	5 403	3 480	3 523	7 002
Empréstimos diretos	1 931	2 610	4 541	4 817	3 753	8 570
Curto prazo	16 164	5 948	22 112	11 290	-9 008	2 282
Moeda e depósitos	347	618	966	-2 115	-4 200	-6 315
Outros passivos	2	0	2	4	-19	-16
Longo prazo	0	0	0	0	0	0
Curto prazo	2	0	2	4	-19	-16

Quadro 5.32 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 881	-2 706	-11 588	2 484	-1 455	1 029
Retornos	8 913	14 467	23 379	20 364	7 416	27 780
Saídas	17 794	17 173	34 967	17 880	8 871	26 751
Participação no capital	-12 110	-14 673	-26 782	-14 597	-4 936	-19 533
Retornos	2 179	1 267	3 446	1 967	1 962	3 928
Saídas	14 288	15 940	30 228	16 564	6 898	23 462
Empréstimos intercompanhias	3 229	11 966	15 195	17 081	3 481	20 562
Ingressos	6 734	13 199	19 933	18 398	5 454	23 852
Saídas	3 505	1 233	4 738	1 317	1 973	3 289

Quadro 5.33 – Investimentos brasileiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-375	-4 408	-4 784	12 711	4 147	16 858
Receitas	3 214	7 705	10 919	20 179	8 704	28 883
Despesas	3 590	12 113	15 703	7 468	4 557	12 025
Investimentos em ações	896	5 315	6 211	6 841	1 961	8 801
Receitas	1 379	6 152	7 531	7 414	2 699	10 112
Despesas	483	837	1 320	573	738	1 311
Títulos de renda fixa	-1 271	-9 724	-10 995	5871	2186	8 057
Receitas	1 836	1 552	3 388	12 766	6 005	18 771
Despesas	3 107	11 276	14 383	6 895	3 819	10 714

Quadro 5.34 – Outros investimentos brasileiros

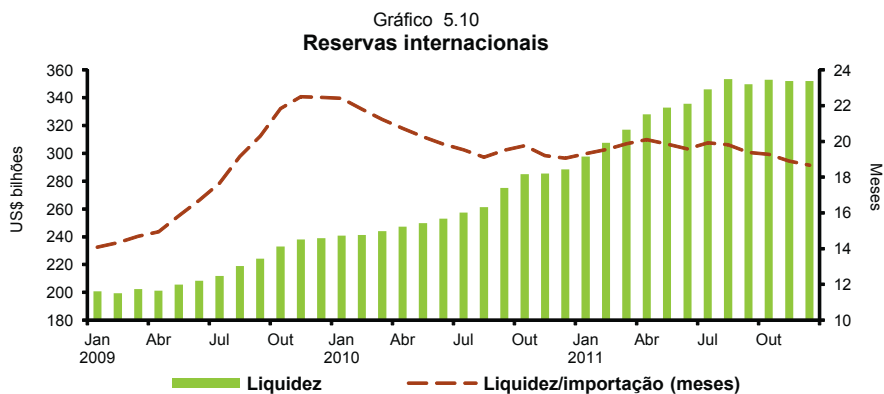
US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-12 045	-30 522	-42 567	-20 564	-18 420	-38 984
Empréstimos e financiamentos	-11 770	-24 799	-36 569	-20 344	-15 305	-35 649
Longo prazo	-23	-8	-30	-97	-81	-179
Amortizações	42	102	145	38	43	81
Desembolsos	65	110	175	136	124	259
Curto prazo (líq.)	-11 747	-24 792	-36 539	-20 247	-15 223	-35 471
Moeda e depósitos	-400	-4 446	-4 846	-306	-4 114	-4 420
Bancos	3 413	-1 303	2 110	1 783	-895	887
Demais setores	-3 814	-3 142	-6 956	-2 089	-3 219	-5 307
Outros ativos	125	-1 277	-1 152	86	999	1 086
Longo prazo	-134	-73	-207	-179	-116	-295
Amortizações	71	26	96	56	33	90
Desembolsos	205	98	303	235	150	385
Curto prazo (líquido)	259	-1 205	-945	265	1115	1380

Os investimentos brasileiros em carteira registraram retornos líquidos de US\$16,9 bilhões no ano, ante aplicações líquidas de US\$4,8 bilhões em 2010. Os outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$39 bilhões, ante US\$42,6 bilhões em 2010, compreendendo a concessão líquida de empréstimos e créditos comerciais de curto prazo, US\$35,5 bilhões; a constituição no exterior de ativos dos demais setores, US\$5,3 bilhões; e o retorno de depósitos de bancos brasileiros no exterior, US\$887 milhões. Os outros ativos totalizaram aplicações líquidas de US\$1,1 bilhão.

Reservas internacionais

O Banco Central comprou US\$50,1 bilhões no mercado doméstico de câmbio em 2011, dos quais US\$47,9 bilhões em operações à vista e US\$2,2 bilhões em operações a termo. Estas operações contribuíram para que as reservas internacionais aumentassem US\$63,4 bilhões no ano, totalizando US\$352 bilhões. As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$13,3 bilhões, com ênfase na receita de juros de US\$6,3 bilhões decorrente da remuneração das reservas internacionais e no ganho de US\$5,8 bilhões em preços de títulos.



Quadro 5.35 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	193 783	238 520	288 575
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	36 526	41 952	50 107
A termo	-	-	2 199
Pronto	24 038	41 417	47 908
Linhas com recompra	8 338	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	4 151	535	-
2. Operações externas do Banco Central	8 211	8 103	13 331
Desembolsos	1 800	1 205	500
Bônus	1 800	1 205	-
Organismos	-	-	500
Juros	4 755	4 070	6 342
Organismos	-2	-	-
Remuneração das reservas	4 757	4 070	6 342
Demais ^{1/}	1 656	2 828	6 489
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	44 736	50 055	63 437
III - Posição das reservas – conceito caixa	238 520	288 575	352 012
IV - Saldo de linhas com recompra	-	-	-
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	535	-	-
VI - Posição das reservas – conceito liquidez ^{2/}	239 054	288 575	352 012

1/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, alocações de DES e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional manteve, em 2011, a política, iniciada em 2003, de contratar a compra de divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações em mercado somaram US\$7,7 bilhões, dos quais US\$4,1 bilhões referentes a principal – destacaram-se os relativos aos bônus *Euro II*, US\$1,2 bilhão; *Global II*, US\$440 milhões; e *Global 18/A-Bond*, US\$242 milhões – e US\$3,6 bilhões referentes a juros.

O programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil temporal da dívida soberana no exterior e permitir a construção de uma curva de juros mais completa, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente da data de vencimento. Foram contratados US\$2,9 bilhões no mercado de câmbio doméstico, dos quais US\$2,3 bilhões referiram-se a amortizações, correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa, US\$60 milhões em juros decorridos e US\$573 milhões em despesas de ágio.

Quadro 5.36 – Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa^{1/}

US\$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2011						
Jan	1 749	1 119	2 868	2 868	-	2 868
Fev	246	282	528	528	-	528
Mar	332	105	437	437	-	437
Abr	189	159	348	348	-	348
Mai	181	133	314	314	-	314
Jun	284	98	382	382	-	382
Jul	374	988	1 362	1 362	-	1 362
Ago	707	202	909	909	-	909
Set	78	186	264	264	-	264
Out	-	155	155	155	-	155
Nov	-	128	128	128	-	128
Dez	-	37	37	37	-	37
Ano	4 140	3 594	7 734	7 734	-	7 734

^{1/} Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.**Quadro 5.37 – Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa**

Segundo a data de liquidação

US\$ milhões

Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2011				
Jan	467	15	139	622
Fev	246	4	46	295
Mar	317	6	61	384
Abr	189	3	42	234
Mai	181	5	40	226
Jun	284	10	69	363
Jul	263	8	77	348
Ago	267	9	83	359
Set	63	1	15	79
Out	-	-	-	-
Nov	-	-	-	-
Dez	-	-	-	-
Ano	2 276	60	573	2 909

Dívida externa

A dívida externa total atingiu US\$298 bilhões ao final de 2011, elevando-se US\$41,4 bilhões no ano. A dívida de longo prazo aumentou US\$58,6 bilhões, para US\$258 bilhões, e a de curto prazo recuou US\$17,2 bilhões, para US\$40,1 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhia cresceu US\$10,8 bilhões, para US\$106 bilhões, dos quais US\$104 bilhões de longo prazo.

Quadro 5.38 – Endividamento externo bruto

US\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
A. Dívida externa total (B+C) ^{1/}	193 219	198 340	198 192	256 804	298 204
B. Longo prazo	154 318	161 896	167 220	199 497	258 055
Títulos de dívida	93 618	85 134	86 564	95 095	111 105
Empréstimos	45 463	53 489	53 420	71 900	106 781
Crédito comercial	10 605	16 148	19 483	24 987	32 222
Outros passivos de dívida	4 632	7 124	7 753	7 515	7 947
C. Curto prazo	38 901	36 444	30 972	57 307	40 149
Títulos de dívida	4 130	3 468	2 949	7 700	468
Empréstimos	31 260	31 247	26 046	46 744	37 841
Moeda e depósitos	1 154	467	642	392	592
Crédito comercial	83	464	363	589	870
Outros passivos de dívida	2 275	799	971	1 881	378
D. Empréstimos intercompanhia	47 276	64 570	79 372	95 137	105 913
E. Dívida externa total, inclusive empréstimos intercompanhia (A+D)	240 495	262 910	277 563	351 941	404 117

^{1/} Exclui empréstimos intercompanhia.

A dívida externa de longo prazo era composta, em dezembro de 2011, por títulos de dívida, 43,1% do total; empréstimos, 41,4%; e créditos comerciais, 12,5%. Os estoques desses instrumentos elevaram-se ao longo do ano de 2011 em US\$16 bilhões, US\$34,9 bilhões e US\$7,2 bilhões, respectivamente. A retração da dívida de curto prazo decorreu, principalmente, das reduções respectivas de US\$8,9 bilhões e US\$7,2 bilhões nos estoques de empréstimos e de títulos de dívida.

A dívida externa registrada do setor privado, representando 62,8% da dívida externa registrada total, era composta, ao final de 2011 por US\$160 bilhões em operações de longo prazo e US\$4,7 bilhões de curto prazo, e a dívida externa registrada do setor público, 37,2% do total, por US\$97,6 bilhões de longo prazo e US\$54 milhões de curto prazo. A dívida de longo prazo do setor público não financeiro concentrava-se no Tesouro Nacional, 55,4% do total, dos quais US\$37,8 bilhões na modalidade bônus. A dívida do Banco Central, 5,7% do total, referia-se integralmente a alocações de Direitos Especiais de Saque (DES) junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), classificadas

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada

US\$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos ^{1/}	Bancos ^{2/}	Notes ^{3/}
A. Total	37 822	34 665	90 161	73 856
B. Longo prazo	37 822	34 659	86 143	73 387
Setor público	37 776	29 224	10 786	8 646
Setor público não financeiro	37 776	23 687	2 166	4 159
Tesouro Nacional	37 776	3 650	925	-
Banco Central do Brasil	-	4 433	-	-
Estatais	-	2 075	206	4 159
Estados e municípios	-	13 529	1 036	-
Setor financeiro	-	5 536	8 620	4 486
Setor privado	46	5 436	75 356	64 741
Não financeiro	46	2 851	46 443	22 179
Financeiro	-	2 584	28 914	42 562
C. Curto prazo	-	6	4 018	469
Empréstimos	-	-	2 963	-
Não financeiro	-	-	904	-
Financeiro	-	-	2 059	-
Financiamento de importações	-	6	1 055	469
Não financeiro	-	-	931	115
Financeiro	-	6	124	354
D. Empréstimos intercompanhia	46	-	-	4 217
E. Dívida externa total, inclusive empréstimos intercompanhia (A+D)	37 868	34 665	90 161	78 073

(continua)

como dívida junto a organismos internacionais. A dívida externa dos governos estaduais e municipais representava 19,5% do total, concentrando-se em créditos de organismos internacionais, enquanto a dívida das estatais referia-se, principalmente, a créditos de agências governamentais.

A dívida contratada com aval do setor público aumentou US\$2 bilhões em 2011, atingindo US\$29,1 bilhões, dos quais US\$27,4 bilhões concedidos pelo governo federal.

O esquema de amortização da dívida externa registrada de longo prazo, posição de dezembro de 2011, apresentava concentração de 59% do total de vencimentos nos próximos cinco anos, dos quais 85,9% de responsabilidade dos setores privado e público financeiro. O esquema de amortização da dívida externa registrada por credor revelava que os empréstimos em moeda e as operações de *buyers* correspondiam a 61,7% e 17,5% dos vencimentos de médio e longo prazo, respectivamente, no mesmo período.

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada (continuação)

US\$ milhões

Posição: 31.12.2011

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	15 663	2 970	7 617	262 754
B. Longo prazo	15 663	2 851	7 530	258 055
Setor público	11 076	67	1	97 575
Setor público não financeiro	9 444	67	1	77 300
Tesouro Nacional	389	50	-	42 789
Banco Central do Brasil	-	-	-	4 433
Estatais	8 571	18	1	15 030
Estados e municípios	484	-	-	15 048
Setor financeiro	1 632	-	-	20 275
Setor privado	4 587	2 784	7 529	160 480
Não financeiro	4 466	2 774	1 812	80 572
Financeiro	121	10	5 717	79 909
C. Curto prazo	0	119	87	4 698
Empréstimos	0	-	87	3 050
Não financeiro	0	-	14	918
Financeiro	-	-	73	2 132
Financiamento de importações	0	119	-	1 648
Não financeiro	0	119	-	1 165
Financeiro	-	0	-	483
D. Empréstimos intercompanhia	-	-	101 649	105 913
E. Dívida externa total, inclusive empréstimos intercompanhia (A+D)	15 663	2 970	109 267	368 667

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui créditos de compradores.

3/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

Quadro 5.40 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Governo federal (contratada diretamente)	58 991	54 373	54 779	51 888	42 789
Estados e municípios	7 055	8 199	9 593	13 239	15 048
Direta	41	27	5	3	2
Com aval	7 013	8 172	9 588	13 235	15 047
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	14 700	17 147	26 850	35 872	39 791
Direta	8 619	10 946	15 474	23 587	27 547
Com aval	6 081	6 201	11 376	12 285	12 244
Setor privado (com aval do setor público)	436	450	891	1 578	1 828
Total geral	81 182	80 169	92 113	102 577	99 456
Direta	67 652	65 346	70 258	75 478	70 338
Com aval	13 530	14 823	21 855	27 099	29 118
Pelo governo federal	13 454	14 688	21 234	25 684	27 409
Pelos estados e municípios	8	7	5	0	-
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	67	127	616	1 414	1 709

Quadro 5.41 – Dívida externa registrada – Por devedorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2012	2013	2014	2015	2016
A. Dívida total (B+C)	262 754	41 787	41 152	25 564	27 210	21 273
B. Dívida de médio e longo prazos	258 055	37 089	41 152	25 564	27 210	21 273
Setor público não financeiro	77 300	4 044	3 082	2 658	6 311	5 396
Governo Central	47 222	2 676	1 554	1 242	2 662	2 465
Demais	30 078	1 368	1 529	1 416	3 649	2 931
Setor público financeiro	20 275	903	2 633	731	1 042	1 812
Setor privado	160 480	32 141	35 437	22 175	19 858	14 065
C. Dívida de curto prazo	4 698	4 698	-	-	-	-
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	54	54	-	-	-	-
Setor privado	4 645	4 645	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	105 913	12 392	15 741	16 357	12 419	7 764
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	368 667	54 179	56 893	41 921	39 629	29 036

(continua)

Quadro 5.41 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2017	2018	2019	2020	2021	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	15 766	8 749	12 575	14 486	8 550	45 641
B. Dívida de médio e longo prazos	15 766	8 749	12 575	14 486	8 550	45 641
Setor público não financeiro	6 152	2 859	7 072	1 867	4 877	32 982
Governo Central	3 457	374	3 673	611	2 373	26 135
Demais	2 696	2 485	3 399	1 256	2 504	6 847
Setor público financeiro	2 093	1 609	1 564	3 410	1 096	3 382
Setor privado	7 521	4 281	3 939	9 210	2 577	9 277
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 530	10 250	5 545	6 384	3 365	10 167
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	21 296	18 999	18 120	20 870	11 915	55 808

^{1/} Inclui operações de regularização.

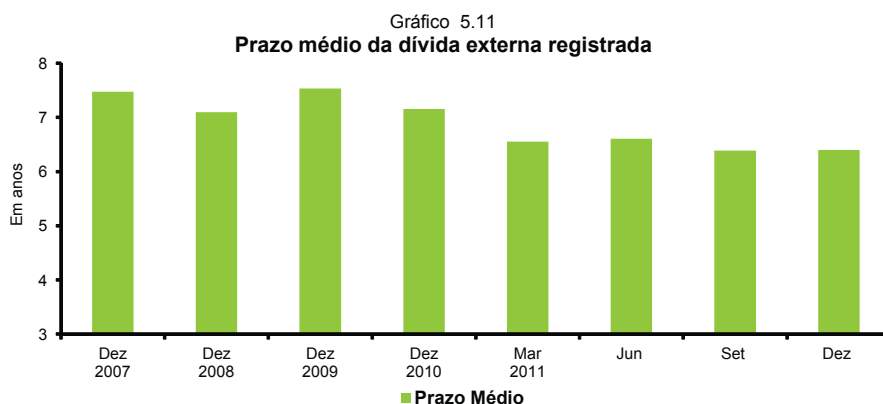
O prazo médio da dívida externa registrada atingiu 6,4 anos em dezembro de 2011, ante 7,2 anos em igual mês do ano anterior. O prazo mais reduzido ocorreu na modalidade empréstimos, 2,9 anos, e o mais dilatado, 13,4 anos, na modalidade bônus.

Quadro 5.42 – Dívida externa registrada – Por credorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

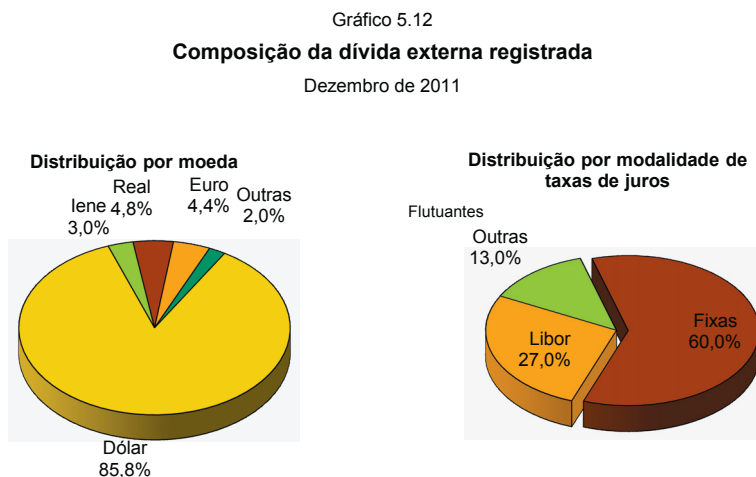
Discriminação	Estoque	2012	2013	2014	2015	2016
A. Dívida total (B+C)	262 754	41 787	41 152	25 564	27 210	21 273
B. Dívida de médio e longo prazos	258 055	37 089	41 152	25 564	27 210	21 273
Organismos internacionais	34 659	2 576	2 627	2 681	2 879	2 385
Agências governamentais	15 663	1 146	1 191	1 194	2 635	2 475
Compradores	32 132	7 530	6 887	5 327	4 286	2 684
Fornecedores	2 851	664	708	316	320	188
Empréstimos em moeda	134 928	23 161	28 767	15 395	15 044	11 554
Notes ^{2/}	73 387	5 906	7 272	6 173	12 513	7 665
Empréstimo diretos	61 541	17 255	21 495	9 222	2 531	3 889
Bônus	37 822	2 012	972	651	2 047	1 987
C. Dívida de curto prazo	4 698	4 698	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	105 913	12 392	15 741	16 357	12 419	7 764
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	368 667	54 179	56 893	41 921	39 629	29 036

(continua)



A participação do dólar norte-americano na dívida externa registrada cresceu 3,0 p.p. em 2011, para 85,8%, enquanto as relativas ao euro e ao iene assinalaram recuos respectivos de 0,5 p.p. e 1,5 p.p., situando-se, na ordem, em 4,4% e 3%. A participação da dívida denominada em real decresceu 0,7 p.p. no ano, atingindo 4,8%.

O estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes recuou de 40,8% do total, em dezembro de 2010, para 40%, em dezembro de 2011. A participação da Libor como indexador elevou-se de 58,7% para 67,6%, nesse segmento.



Indicadores de endividamento

Os indicadores de endividamento externo relativos às exportações registraram evolução favorável em 2011, enquanto os relacionados ao PIB, de modo geral, apresentaram estabilidade.

Quadro 5.42 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2017	2018	2019	2020	2021	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	15 766	8 749	12 575	14 486	8 550	45 641
B. Dívida de médio e longo prazos	15 766	8 749	12 575	14 486	8 550	45 641
Organismos internacionais	2 012	1 742	1 599	1 444	1 244	13 471
Agências governamentais	2 109	2 004	1 830	314	233	532
Compradores	1 515	1 358	1 052	583	248	663
Fornecedores	133	123	99	113	62	125
Empréstimos em moeda	6 908	3 451	4 605	11 659	4 601	9 782
Notes ^{2/}	5 659	2 967	3 946	9 485	3 771	8 031
Empréstimo diretos	1 249	484	659	2 174	830	1 751
Bônus	3 089	71	3 391	373	2 163	21 066
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 530	10 250	5 545	6 384	3 365	10 167
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	21 296	18 999	18 120	20 870	11 915	55 808

^{1/} Inclui operações de regularização.^{2/} Inclui *commercial papers* e *securities*.**Quadro 5.43 – Prazo médio de amortização**Dívida externa registrada^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2011	Prazo médio (anos)
A. Total	260 980	6,4
Organismos internacionais	34 651	9,4
Agências governamentais	15 639	5,3
Compradores	31 627	3,3
Fornecedores	2 751	3,5
Empréstimos em moeda + outros	61 385	2,9
Notes e <i>commercial papers</i>	72 683	6,2
Bônus	37 822	13,4
Bradies	62	1,5
Global/Euro	37 714	13,4
Outros	46	1,9
Curto Prazo	4 421	1,0
B. Empréstimos intercompanhias	103 201	5,1
C. Total + intercompanhia	364 181	6,0

^{1/} Exclui vencidos.

O serviço da dívida e as exportações aumentaram 13,5% e 26,8% no ano, respectivamente, resultando em recuo, de 23% para 20,5%, na relação entre as duas variáveis. As elevações respectivas de 15,8% e 16,1% observadas no PIB medido em dólares e na dívida externa

Quadro 5.44 – Indicadores de sustentabilidade externa^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Serviço da dívida	52 028	37 638	43 561	46 348	52 596
Amortizações ^{2/}	36 687	22 065	29 639	32 864	37 126
Juros brutos	15 342	15 573	13 922	13 484	15 470
Dívida de médio e longo prazos (A)	154 318	161 896	167 220	199 497	258 055
Dívida de curto prazo (B)	38 901	36 444	30 972	57 307	40 149
Dívida total (C)=(A+B)	193 219	198 340	198 192	256 804	298 204
Reservas internacionais (D)	180 334	206 806	239 054	288 575	352 012
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{3/}	2 894	2 657	2 435	2 227	2 194
Haveres de bancos comerciais (F)	21 938	16 560	18 474	16 630	16 866
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	-11 948	-27 683	-61 771	-50 628	-72 868
Exportações	160 649	197 942	152 995	201 915	256 040
PIB	1 366 544	1 650 897	1 625 636	2 143 921	2 482 070
Indicadores (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	32,4	19,0	28,5	23,0	20,5
Serviço da dívida/PIB	3,8	2,3	2,7	2,2	2,1
Dívida total/exportações	120,3	100,2	129,5	127,2	116,5
Dívida total/PIB	14,1	12,0	12,2	12,0	12,0
Dívida total líquida/exportações	-7,4	-14,0	-40,4	-25,1	-28,5
Dívida total líquida/PIB	-0,9	-1,7	-3,8	-2,4	-2,9

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

2/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

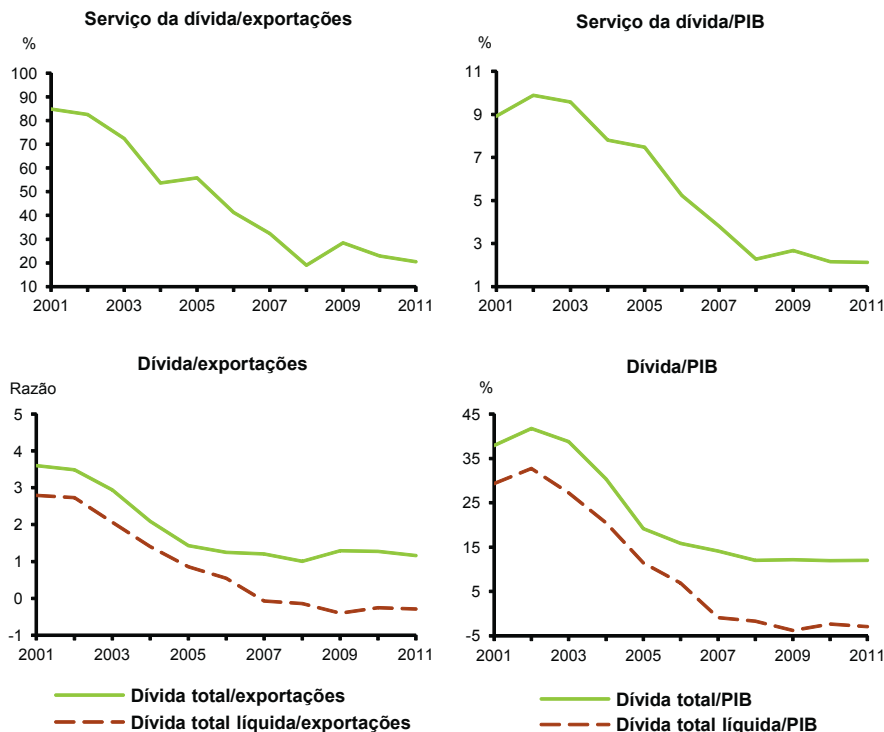
3/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

total traduziram-se em estabilidade, em 12%, da razão entre a dívida externa total e o PIB. Adicionalmente, as relações serviço da dívida/PIB e dívida externa total/exportações decresceram, na ordem, de 2,2% para 2,1%, e de 127,2% para 116,5%, no ano.

A dívida externa total líquida de ativos recuou US\$22,2 bilhões em 2011, permanecendo o país em situação credora em dezembro de 2011. Assim, a relação entre a dívida externa líquida e as exportações dos últimos doze meses passou de -25,1%, em dezembro de 2010, para -28,5%, em dezembro de 2011, e a razão entre a dívida externa líquida e o PIB, de -2,4% para -2,9%.

Gráfico 5.13

Indicadores de sustentabilidade externa



Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2011 somou US\$1,7 bilhão. Ocorreram duas operações de captação no mercado internacional no segundo semestre do ano: a reabertura do Global 21, título com prazo de dez anos, com prêmio de risco de 105 p.b., menor *spread* já pago em lançamentos soberanos; e a reabertura do Global 41, título de trinta anos, prêmio de risco de 160 p.b.

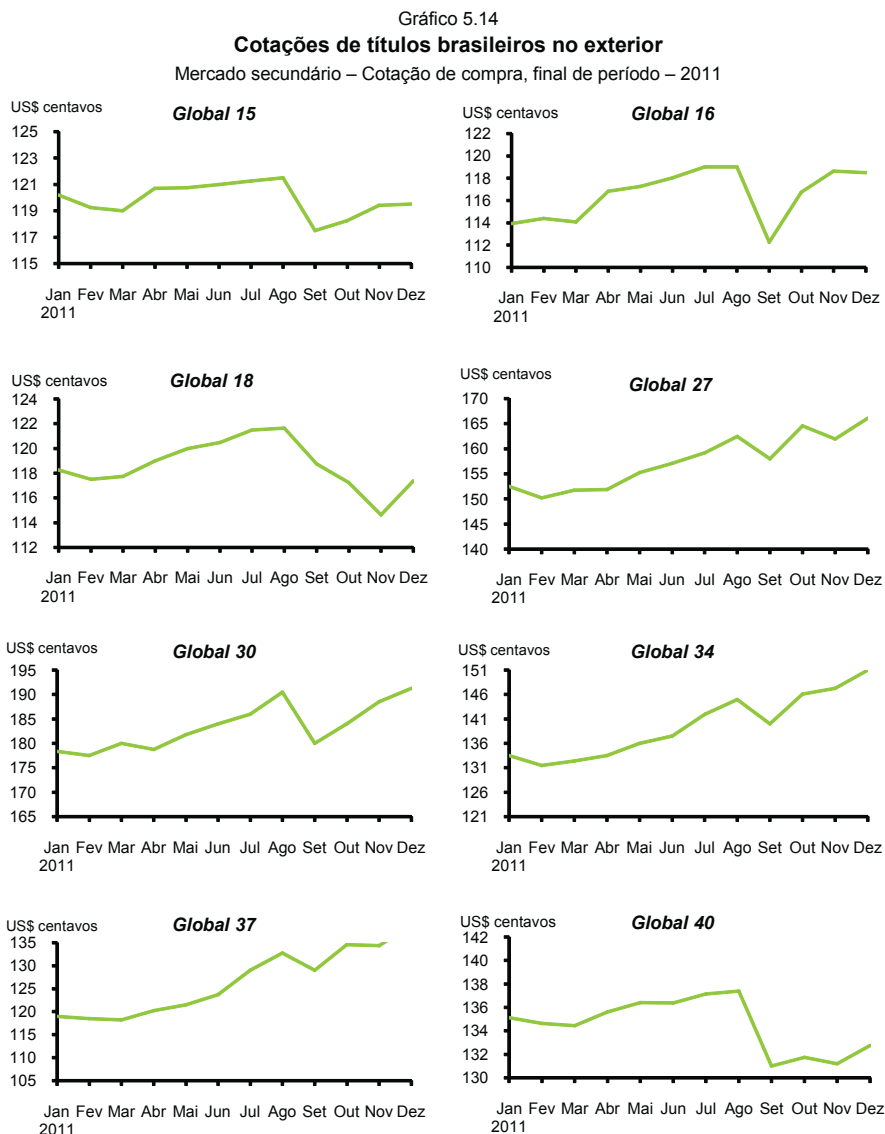
Quadro 5.45 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	<i>Spread</i> sobre <i>US Treasury</i> ^{1/} (p.b.)
Global 21 (Reabertura)	14.07.2011	22.01.2021	10	550	4,875	105
Global 41 (Reabertura)	10.11.2011	07.01.2041	30	1 100	5,625	160

^{1/} Sobre *US Treasury*, no lançamento.

Títulos da dívida externa brasileira

Os principais papéis da dívida externa brasileira registraram volatilidade em 2011, ocorrendo recuo nas cotações no terceiro trimestre do ano e recuperação no período subsequente.



A cesta de títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, com base em observações diárias, apresentou, em 2011, diferencial médio de 194 p.b. em relação à remuneração dos títulos do Tesouro americano, ante 203 p.b. em 2010. Ao final de 2011 a cesta de títulos apontava diferencial de prêmio de risco em 123 p.b., 34 p.b. acima do encerramento em 2010.

Posição internacional de investimento

O passivo externo líquido do país atingiu US\$735 bilhões ao final de 2011. A redução anual de US\$151 bilhões decorreu de elevação de US\$105 bilhões no ativo externo bruto e redução de US\$45,3 bilhões no passivo externo bruto.

No âmbito do ativo externo, destacaram-se os aumentos de US\$63,4 bilhões nas reservas internacionais e de US\$37,7 bilhões nos outros investimentos brasileiros, compostos principalmente por empréstimos e financiamentos concedidos ao exterior.

A evolução do passivo externo decorreu, dentre outros fatores, da redução de US\$86,7 bilhões nos estoques de investimentos estrangeiros em ações, no país e no exterior, refletindo, em especial, a redução de preço dos papéis. Adicionalmente, o estoque de empréstimos estrangeiros diretos de médio e longo prazos aumentou US\$39,6 bilhões no ano.

Quadro 5.46 – Posição de investimento internacional

US\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011 ^{1/}
Posição de investimento internacional (A-B)	-600 796	-885 811	-735 291
Ativo (A) ^{2/}	479 085	617 552	722 776
Investimento direto brasileiro no exterior	164 523	188 637	202 586
Participação no capital	132 413	169 066	192 933
Empréstimos intercompanhia	32 110	19 572	9 654
Investimentos em carteira	16 519	38 203	28 485
Investimentos em ações	8 641	14 731	16 903
Títulos de renda fixa	7 877	23 472	11 581
Bônus e notas	5 326	8 620	6 036
Títulos de curto prazo	2 551	14 853	5 545
Derivativos	426	797	668
Outros investimentos	59 098	101 340	139 025
Crédito comercial (de fornecedores)	16 005	53 111	88 557
Empréstimos	12 378	13 458	14 523
Moeda e depósitos	23 070	27 026	26 093
Outros ativos	7 645	7 745	9 853
Dos quais títulos colaterais (juros)			
e cotas em organismos internacionais	1 327	1 414	1 414
Ativos de reservas	238 520	288 575	352 012

(continua)

As fontes de financiamento do FMI e seu relacionamento com o Brasil

Em março de 2011, como resultado da efetivação da revisão geral de cotas negociada em 2008, a cota do Brasil no FMI elevou-se de DES3 bilhões para DES4,3 bilhões. A Posição de Reserva do país no FMI atingiu DES2 bilhões em dezembro de 2011, equivalentes a US\$3 bilhões, compostas por DES1,2 bilhão em *Reserve Tranche*, cota em moedas conversíveis, e DES750 milhões em Notas do tipo A resgatáveis sob

Quadro 5.46 – Posição de investimento internacional (continuação)

US\$ milhões			
Discriminação	2009	2010	2011 ^{1/}
Passivo (B)	1079 881	1503 363	1458 067
Investimento estrangeiro direto	400 808	674 764	669 670
Participação no capital ^{3/}	321 436	579 627	563 757
Empréstimos intercompanhia	79 372	95 137	105 913
Investimentos em carteira	561 848	663 801	590 512
Investimentos em ações	376 463	437 750	351 071
No país	205 159	254 194	217 987
No exterior	171 304	183 556	133 084
Títulos de renda fixa	185 385	226 051	239 441
No país	95 802	122 732	127 763
No exterior	89 583	103 319	111 678
Longo prazo	86 212	94 925	111 209
Curto prazo	3 372	8 393	469
Derivativos	3 413	3 781	4 678
Outros investimentos	113 813	161 017	193 208
Crédito comercial (de fornecedores)	3 306	3 133	2 970
Longo prazo	3 138	2 996	2 851
Curto prazo	167	138	119
Empréstimos	100 793	145 905	178 531
Autoridade monetária	3	-	-
Demais setores	100 790	145 905	178 531
Longo prazo	73 357	97 129	139 562
Organismos	28 202	35 166	30 227
Agências	6 826	15 528	15 663
Crédito de compradores	19 302	24 461	32 132
Empréstimos diretos	19 027	21 975	61 541
Curto prazo	27 433	48 776	38 969
Moeda e depósitos	5 205	7 532	7 274
Autoridade monetária	69	58	44
Bancos	5 135	7 474	7 230
Outros passivos	4 510	4 446	4 433

1/ Dados preliminares.

2/ Contempla dados recolhidos via pesquisa de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), até a posição de dezembro de 2011.

3/ Para a posição de 2011, resultados obtidos via Censo de Capitais Estrangeiros no país.

demanda, decorrentes do programa de financiamento do Fundo denominado *New Arrangements to Borrow*.

Não ocorreram novas alocações de DES em 2011, e os ativos de DES apresentaram redução de DES298 milhões (US\$458 milhões), para DES2,6 bilhões (US\$4 bilhões).

Quadro 5.47 – Posição financeira do Brasil no FMI

DES milhões

Data	Cota	Posição de reserva no Fundo			DES Ativos	Alocações de DES
		<i>Reserve tranche</i>	Notas tipo A	Total		
2011 Jan	3 036	782	660	1 442	2 889	2 887
Fev	3 036	782	660	1 442	2 890	2 887
Mar	4 251	1 086	750	1 836	2 587	2 887
Abr	4 251	1 086	750	1 836	2 587	2 887
Mai	4 251	1 086	750	1 836	2 588	2 887
Jun	4 251	1 086	750	1 836	2 588	2 887
Jul	4 251	1 086	750	1 836	2 588	2 887
Ago	4 251	1 086	750	1 836	2 590	2 887
Set	4 251	1 121	750	1 871	2 590	2 887
Out	4 251	1 121	750	1 871	2 590	2 887
Nov	4 251	1 121	750	1 871	2 591	2 887
Dez	4 251	1 200	750	1 950	2 591	2 887

A Economia Internacional

A economia mundial, após registrar recuperação acentuada no início do ano, refletiu o ambiente de elevação nos preços das *commodities*, intensificação da crise fiscal em países periféricos da Área do Euro e tensões geopolíticas no Norte da África e no Oriente Médio. Esse cenário, agravado pelos desdobramentos do terremoto no nordeste do Japão sobre a produção local, traduziu-se, exceto na Área do Euro, em desaceleração da atividade nas principais economias maduras. A inflação seguiu em trajetória de alta em importantes países desenvolvidos e emergentes, refletindo, de forma geral, os choques de oferta das *commodities* observados a partir do segundo semestre de 2010, ressaltando-se, no âmbito das economias emergentes, o aprofundamento dos ciclos de restrição monetária e fiscal.

O cenário de incerteza global acentuou-se no segundo trimestre do ano. O agravamento da crise fiscal na Europa e de tensões da mesma natureza nos EUA, as perspectivas de desaceleração econômica nessas duas economias e seus possíveis desdobramentos sobre as principais economias maduras e emergentes impactaram negativamente as expectativas de empresários e consumidores. Nesse ambiente, em que importantes economias europeias registraram desaceleração da atividade, e a economia japonesa voltou a contrair-se, o aumento da percepção de risco se traduziu em acentuada volatilidade nos mercados financeiros.

A redução nas previsões de crescimento das maiores economias se intensificaram na segunda metade de 2011. Nesse cenário, embora nos EUA o consumo voltasse a dar sustentação ao crescimento, no Japão, as ações de reconstrução e a recuperação das linhas de produção pós-catástrofe favorecessem o ritmo da atividade, e, na China, o crescimento fosse impactado marginalmente, a economia da Área do Euro registrou contração importante, processo que, em ambiente de alta volatilidade nos mercados financeiros, manteve o viés desinflacionário para a economia mundial.

Atividade econômica

O PIB dos EUA registrou crescimento anualizado de 0,4% no primeiro trimestre de 2011. A desaceleração de 1,9 p.p. em relação ao trimestre encerrado em dezembro do ano

anterior refletiu, em grande parte, as contribuições negativas dos gastos governamentais, 1,2 p.p., e do setor externo, 0,3 p.p., esta evidenciando as expansões respectivas de 8,3% e 7,9% nas importações e nas exportações. O consumo das famílias, embora evidenciasse o impacto da elevação do preço do petróleo sobre a renda real, aumentou 2,1% no período, enquanto o investimento do setor privado, refletindo aumentos na formação de estoques e nos investimentos em equipamentos e *software*, cresceu 3,8%. Ressalte-se que a formação bruta de capital fixo das empresas aumentou 2,1%, e o investimento residencial recuou 2,4%. Nesse contexto, em que ocorreram 576 mil contratações líquidas, a taxa de desemprego recuou 0,5 p.p. no trimestre, totalizando 8,9% em março de 2011.

O aumento anualizado do PIB dos EUA atingiu 1,3% no trimestre encerrado em junho, ressaltando-se as contribuições da expansão de 10,3% da formação bruta de capital fixo das empresas, da menor contração dos gastos do governo e da redução, de 8,3% para 1,4%, no crescimento das importações. Os investimentos residenciais aumentaram 4,2%, e o consumo das famílias, 0,7%, arrefecimento relevante em relação ao trimestre anterior, condicionado pela deterioração do sentimento do consumidor, em ambiente de elevação de 0,2 p.p., para 9,1%, na taxa de desemprego.

O PIB dos EUA registrou crescimento anualizado de 1,8% no trimestre encerrado em setembro, com ênfase nas expansões no consumo das famílias, 1,7%, e na formação bruta de capital fixo empresarial, 15,7%. As exportações cresceram 4,7% e as importações, 1,2%, resultando em contribuição de 0,4 p.p. do setor externo para o crescimento do PIB no trimestre. Foram criados 383 mil postos de trabalho no período, contribuindo para que a renda pessoal disponível registrasse elevação trimestral anualizada de 0,7%.

A variação anualizada do PIB dos EUA atingiu 3,0% no trimestre encerrado em dezembro de 2011, com ênfase nas contribuições respectivas de 1,8 p.p. e 1,5 p.p. exercidas pelos aumentos nos estoques e no consumo privado. A formação bruta de capital fixo empresarial e o investimento fixo residencial registraram elevações anualizadas de 5,2% e 11,6%, respectivamente, no período. Em oposição, a retração de 4,2% nos gastos do governo e o desempenho do setor externo – as exportações cresceram 2,7%, e as importações, 3,7%, no período – resultaram em contribuições negativas respectivas de 0,8 p.p. e 0,3 p.p. do PIB. O mercado de trabalho privado registrou a criação de 551 mil postos no trimestre, ante eliminação de 59 mil empregos formais na esfera do governo, o que implicou recuo trimestral de 0,5 p.p. na taxa de desemprego, que atingiu 8,5% em dezembro. A renda pessoal disponível experimentou elevação trimestral anualizada de 1,6%, no período.

O PIB da Área do Euro apresentou elevação trimestral anualizada de 3% no primeiro trimestre de 2011, segunda maior variação desde o início de 2007, nesse tipo de comparação, com ênfase na expansão de 5,5% registrada na Alemanha. A aceleração de 1,7 p.p. em relação ao trimestre anterior foi resultado, principalmente, do aumento na formação bruta de capital fixo, que exerceu contribuição de 1,4 p.p. O consumo das

famílias recuou 0,4% no trimestre, enquanto as exportações e as importações registraram aumentos respectivos de 5,5% e 2,7%. Nesse cenário, a taxa de desemprego recuou para 9,9% no período, menor patamar desde agosto de 2009.

O crescimento anualizado do PIB da Área do Euro atingiu 0,6% no trimestre encerrado em junho, pior desempenho desde o segundo trimestre de 2009, ressaltando-se o impacto da desaceleração da atividade na Alemanha, onde o PIB aumentou 1,1%, ante 5,5% no trimestre anterior, e da retração de 0,2% na França. A trajetória do PIB da região refletiu, em especial, os recuos no consumo das famílias, 1,6%, e na formação bruta de capital fixo, 0,6%. No âmbito do setor externo, ocorreram aumentos de 5% nas exportações e de 1,6% nas importações.

O menor dinamismo da atividade econômica na Área do Euro se expressou na manutenção, em 0,6%, da taxa de crescimento anualizada do PIB no trimestre encerrado em setembro. Ocorreram recuos no consumo do governo, 0,7%, e na formação bruta de capital fixo, 1,2%, contrastando com a recuperação no consumo das famílias, que cresceu 1,2% no período. As exportações elevaram-se 5,9% e as importações, 2,9%. Ressalte-se que os produtos da Alemanha e da França aumentaram, na ordem, 2,3% e 1,1%, contrastando com recuos assinalados na Itália, 0,9%, e em Portugal, 2,5%.

O PIB da Área do Euro experimentou recuo anualizado de 1,3% no quarto trimestre de 2011, resultado de contrações em todos os componentes de demanda, ressaltando-se as contrações observadas na Itália, 2,7%; Espanha, 1,2%; e Alemanha, 0,7%, e o aumento de 0,3% na França. A deterioração da economia da região se traduziu no aumento da taxa de desemprego, que atingiu 10,7% em dezembro, maior patamar desde junho de 1997, e no índice de confiança do consumidor, que registrou -21,3 pontos em dezembro, nível mais reduzido desde agosto de 2009.

No Reino Unido, a variação anualizada do PIB totalizou 1,0% no primeiro trimestre do ano, com ênfase na contribuição de 4,0 p.p. do setor externo, decorrente de variações anualizadas de 5,8% nas exportações e de -6,7% nas importações. No âmbito da demanda doméstica, ocorreram retrações trimestrais anualizadas nos investimentos residenciais, 6,3%; na formação bruta de capital fixo, 3,7%; e no consumo das famílias, 3,5%, e expansão de 0,2% no consumo do governo. Nesse cenário, a taxa de desemprego atingiu 7,7%, recuando 0,2 p.p. no trimestre.

A variação anualizada do PIB do Reino Unido atingiu -0,2% no trimestre encerrado em junho. A reversão em relação ao resultado do trimestre anterior evidenciou, em especial, a contração de 8,5% nas exportações. O consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo registraram recuos trimestrais anualizados respectivos de 1,6% e 0,6% e, em sentido inverso, ocorreram aumentos trimestrais anualizados nos investimentos residenciais, 42,8%, e no consumo do governo, 0,7%. Nesse cenário, a taxa de desemprego aumentou 0,2 p.p. no período, para 7,9%.

Quadro 6.1 – Maiores economiasComponentes do PIB^{1/}

Discriminação	Taxa % trimestral anualizada							
	2010				2011			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
PIB								
Estados Unidos	3,9	3,8	2,5	2,3	0,4	1,3	1,8	3,0
Área do Euro	1,9	3,7	1,7	1,3	3,0	0,6	0,5	-1,3
Reino Unido	1,6	4,5	2,7	-2,0	1,0	-0,2	2,3	-1,2
Japão	5,3	4,8	3,1	-0,1	-7,7	-1,7	7,8	0,1
China ^{1/}	nd	nd	nd	10,0	9,1	9,5	10,0	7,8
Consumo das famílias								
Estados Unidos	2,7	2,9	2,6	3,6	2,1	0,7	1,7	2,1
Área do Euro	0,8	0,7	1,3	1,8	-0,4	-1,6	1,2	-1,9
Reino Unido	-0,2	3,4	0,2	-1,1	-3,5	-1,6	-1,1	1,7
Japão	2,3	1,3	1,8	0,9	-5,9	2,4	4,3	2,9
Formação Bruta de Capital Fixo das empresas								
Estados Unidos	6,0	18,6	11,3	8,7	2,1	10,3	15,7	5,2
Área do Euro ^{2/}	-0,1	8,6	0,5	-2,2	7,5	-0,6	-1,2	-1,6
Reino Unido ^{2/}	23,5	-10,9	3,6	-0,2	-3,7	-0,6	2,6	-2,2
Japão	-3,8	20,7	3,8	-7,6	-1,2	-1,0	0,6	22,3
Investimento residencial								
Estados Unidos	-15,3	22,8	-27,7	2,5	-2,5	4,2	1,2	11,5
Área do Euro ^{3/}	-3,7	7,3	-2,8	-7,4	11,2	-3,6	-2,5	-1,4
Reino Unido	-25,4	73,5	9,7	-11,0	-6,3	42,8	-14,7	3,6
Japão	12,6	3,3	1,0	19,3	6,7	-11,9	20,6	0,3
Exportações de bens e serviços								
Estados Unidos	7,3	10,0	10,0	7,8	7,9	3,6	4,7	2,7
Área do Euro	12,4	19,8	8,8	6,5	5,8	4,5	6,1	-2,7
Reino Unido	-0,2	19,5	2,6	17,3	5,8	-8,5	-0,2	6,4
Japão	27,2	23,8	6,1	-0,7	-1,8	-22,9	39,6	-14,1
Importações de bens e serviços								
Estados Unidos	12,6	21,6	12,3	-2,3	8,3	1,4	1,2	3,7
Área do Euro	14,4	18,2	6,1	6,0	3,1	2,4	2,7	-6,7
Reino Unido	9,3	12,2	12,6	5,0	-6,7	-2,4	0,8	3,6
Japão	10,3	25,9	7,4	0,7	4,8	0,6	14,8	3,8
Gastos do governo								
Estados Unidos	-1,2	3,7	1,0	-2,8	-5,9	-0,9	-0,1	-4,1
Área do Euro ^{4/}	-1,5	0,8	0,2	0,1	-0,6	-0,1	-1,2	-0,6
Reino Unido ^{4/}	1,7	2,7	-0,8	-0,3	0,2	0,7	-2,0	2,2
Japão	0,3	-0,5	1,0	-0,2	-2,1	8,0	0,2	0,6

Fontes: BEA, Thomson, Cabinet Office e Eurostat.

^{1/} Informações referentes à China disponíveis apenas para o PIB e somente a partir do último trimestre de 2010.^{2/} Formação Bruta de Capital Fixo total (inclui governo).^{3/} Formação Bruta de Capital Fixo.^{4/} Somente consumo do governo.

A expansão anualizada do PIB do Reino Unido atingiu 2,3% no trimestre encerrado em setembro, com ênfase na contribuição do setor de serviços, que, respondendo por 76% do PIB local, cresceu 3,2% no período. A taxa de desemprego, em trajetória crescente, atingiu 8,3% em setembro, pior resultado desde janeiro de 1996.

O PIB do Reino Unido registrou recuo anualizado de 1,2% no quarto trimestre de 2011, com ênfase na contração de 2,2% na formação bruta de capital fixo. Em sentido inverso, após quatro trimestres consecutivos em contração, o consumo das famílias aumentou 1,7%. O consumo do governo cresceu 2,2%, e o setor externo exerceu contribuição de 0,8 p.p. para a trajetória trimestral do PIB, resultado de elevação de 6,4% nas exportações e de 3,6% nas importações. O exame da evolução trimestral anualizada do PIB sob a ótica da oferta revela retrações de 0,8% no setor de construção e de 4,9% na produção industrial. A taxa de desemprego aumentou para 8,4% em dezembro.

A atividade econômica no Japão, após registrar indícios de recuperação, na margem, no início do ano – a produção industrial e o consumo privado experimentaram aumentos respectivos mensais de 1,1% e 0,6% em fevereiro – passou a refletir o impacto da catástrofe em Fukushima. Nesse ambiente, em que ocorreram corte na geração e transmissão de energia e expressiva redução no fornecimento de peças para a indústria automotiva, a contração da atividade se aprofundou, e a variação anualizada do PIB atingiu -7,7% no trimestre encerrado em março, ressaltando-se as contribuições negativas dos estoques privados, 2,9 p.p.; do consumo privado, 3,5 p.p.; e do setor externo, 0,9 p.p.

O PIB japonês registrou retração anualizada de 1,7% no segundo trimestre de 2011, terceira contração consecutiva nesse tipo de comparação, apesar da reação do consumo privado, que aumentou 2,4% no período e exerceu contribuição de 1,4 p.p. para o PIB. A formação bruta de capital fixo empresarial, os investimentos residenciais e as exportações experimentaram recuos trimestrais anualizados de 1%, 11,9% e 22,9%, respectivamente, e os investimentos e o consumo do governo, elevações respectivas de 32,6% e 2,7%. A indústria, fortemente apoiada na progressiva recuperação das linhas de montagem do setor automotivo, registrou crescimentos mensais de 5,8% em maio e de 3,8% em junho.

Depois de assinalar três recuos consecutivos, o PIB registrou crescimento anualizado de 7,8% no trimestre encerrado em setembro. O consumo privado e os investimentos residenciais, em trajetória de expansão, cresceram, na ordem, 4,3% e 20,6%, enquanto o consumo do governo e os investimentos públicos experimentaram variações respectivas de 0,9% e -3,8%. As exportações aumentaram 39,6% e as importações, 14,8%, determinando contribuição de 3,1 p.p. do setor externo para a expansão trimestral anualizada do PIB.

O PIB do Japão registrou expansão anualizada de 0,1% no trimestre encerrado em dezembro de 2011. Essa desaceleração decorreu, em especial, do menor dinamismo do consumo privado, do investimento residencial e dos gastos do governo, que aumentaram 2,9%, 0,3% e 1,6%, respectivamente, no período considerado, contrastando com a expansão de 22,3% na formação bruta de capital fixo empresarial. O setor externo,

evidenciando variações respectivas de -14,1% nas exportações e de 3,8% nas importações, exerceu contribuição negativa de 2,9 p.p., resultado associado à desaceleração econômica global, à valorização do iene e à interrupção em algumas cadeias de fornecimento em razão das inundações na Tailândia.

Na China, evidenciando o impacto das medidas restritivas de política monetária, a variação anualizada do PIB atingiu 9,1% no trimestre encerrado em março, ante 10% naquele finalizado em dezembro de 2010, enquanto, consideradas as comparações interanuais, o agregado registrou aumentos respectivos de 9,7% e 9,8%, nos trimestres mencionados. Nessa base de comparação, a produção industrial, as vendas no varejo e os investimentos em ativos fixos registraram aumentos respectivos de 14,4%, 16,3% e 25,4%. No primeiro trimestre do ano, o setor externo apresentou *deficit* comercial de US\$0,7 bilhão, resultado de aumentos interanuais respectivos de 32,8% e 26,4% nas importações e nas exportações.

Embora persistisse o cenário de política monetária restritiva, o PIB registrou variação anualizada de 9,5% no trimestre encerrado em junho, mesma taxa observada em base interanual. As vendas no varejo e a produção industrial aumentaram 17,7% e 15,1%, respectivamente, em junho, em relação a igual período de 2010. Destaque-se que, em junho, evidenciando o impacto de restrições administrativas impostas ao setor imobiliário, os investimentos em ativos fixos cresceram 1,6% na margem, ante variação de 2,5% em março.

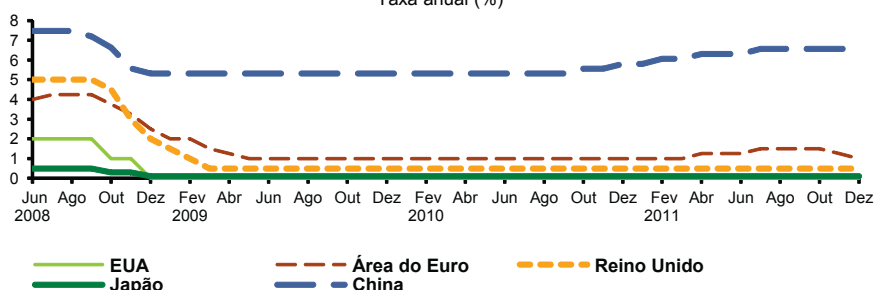
O PIB da China apresentou variação anualizada de 10% no trimestre encerrado em setembro. Consideradas variações interanuais, o crescimento do PIB atingiu 9,1% no trimestre, enquanto a produção industrial e os investimentos em ativos fixos aumentaram 14,2% e 24,9%, respectivamente.

Impactado pelo menor dinamismo do comércio externo, o PIB chinês registrou aumento anualizado de 7,8% no trimestre encerrado em dezembro de 2011. A variação interanual do agregado atingiu 8,9% no trimestre, ressaltando-se que a desaceleração em relação ao trimestre anterior refletiu, em especial, as reduções nas taxas de crescimento das exportações e das importações, que atingiram 14,3% e 20,6%, respectivamente. Ainda em termos interanuais, o valor agregado pela indústria, as vendas do varejo e os investimentos em ativos fixos aumentaram, na ordem, 13,9%, 17,1% e 23,8%.

Política monetária e inflação

A dinâmica da inflação mundial em 2011 esteve fortemente condicionada pelos preços das *commodities*, que, depois de continuarem em alta no início do ano, passaram a apresentar retração a partir de maio, favorecendo a desaceleração do processo inflacionário ao longo do segundo semestre. Nessa segunda metade do ano, o menor ritmo da atividade econômica global, o aumento da aversão ao risco e o empocamento da liquidez demandaram dos bancos centrais das economias maduras a manutenção dos juros básicos em níveis excepcionalmente baixos e a renovação de medidas de relaxamento monetário, enquanto, em parte importante das economias emergentes, verificou-se a interrupção do processo de normalização da política monetária.

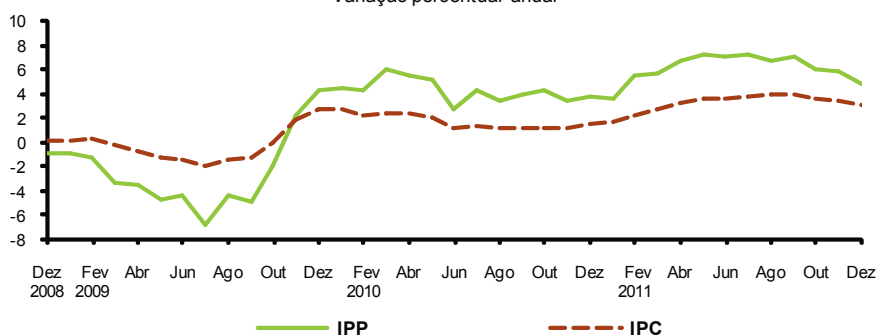
Gráfico 6.1
Taxas de juros oficiais^{1/}
Taxa anual (%)



Fonte: EUA – Fed, Área do Euro – BCE, Reino Unido – BoE, Japão – BoJ e China – BPC
1/ EUA – *Fed funds*, Área do Euro – Taxa mínima de referência, Reino Unido – *Securities repurchase*, Japão – *Overnight call rate* e China – Capital de giro de 1 ano.

Nos EUA, a despeito da elevada taxa de desemprego e do baixo nível de utilização da capacidade instalada, o IPC atingiu 3,9% em setembro, antes de desacelerar para 3,0% em dezembro, trajetória condicionada pelo comportamento do preço da energia. Ao longo do ano, a variação em doze meses do núcleo do IPC registrou trajetória ascendente, passando de 1%, logo em janeiro, para 2,2%, em dezembro.

Gráfico 6.2
EUA: Inflação^{1/}
Variação percentual anual



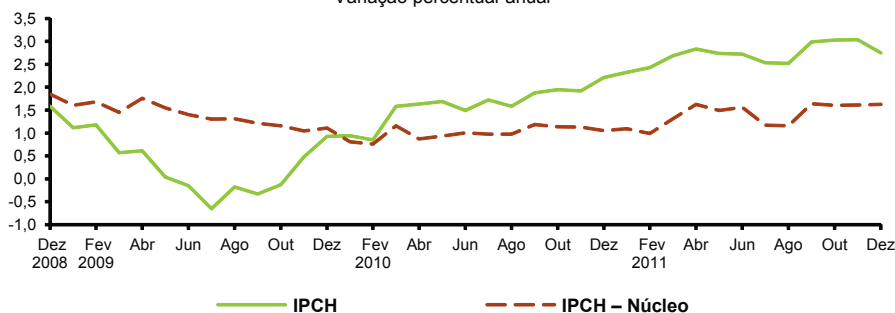
Fonte: *Bureau of Labor Statistics*
1/ Preços ao produtor e ao consumidor.

Confrontado com um ambiente de recuperação econômica que frustrou as expectativas dos agentes econômicos, o *Federal Reserve* (Fed) manteve os limites da banda de flutuação para os *Fed funds* em 0% e 0,25%, e o programa de afrouxamento quantitativo II – compra de mais de US\$600 bilhões em *treasuries* de longo prazo até o final do primeiro semestre. Em agosto, o Comitê Federal de Mercado Aberto do Fed anunciou a manutenção da política de reinversão dos pagamentos de principal oriundos da carteira de títulos da instituição em novos títulos e a provável permanência das taxas dos *Fed funds* em níveis excepcionalmente baixos até meados de 2013, o que significaria a manutenção de juros reais negativos, pelo menos, até o final de 2011. Adicionalmente, em setembro, para forçar a redução das taxas de juro de longo prazo, dar suporte à recuperação econômica e tornar as condições financeiras mais acomodáticas, o Fed anunciou a operação *Twist* – aquisição de US\$400 bilhões em títulos de longo prazo, em permuta com títulos de curto prazo, até junho de 2012 – e, visando melhorar as condições no mercado hipotecário, declarou intenção de reinvestir os vencimentos das dívidas de agências hipotecárias e dos títulos hipotecários por elas emitidos nesses mesmos títulos hipotecários e de rolar integralmente os títulos vencidos do Tesouro.

Destaque-se ainda que, em ação coordenada em 30 de novembro, objetivando elevar e diversificar a provisão de liquidez ao sistema financeiro global, o Fed, o Banco do Canadá (BoC), o Banco da Inglaterra (BoE), o Banco do Japão (BoJ), o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco Nacional da Suíça (BNS) criaram linhas bilaterais de *swap* entre as respectivas moedas, com validade até 1º de fevereiro de 2013, e acertaram reduzir em 50 p.b. as taxas de *swap* de liquidez em dólar entre o Fed e os referidos bancos centrais.

Na Área do Euro, a variação anual do Índice de Preço ao Consumidor Harmonizado (IPCH) aumentou de 2,3%, em janeiro, para 3%, em setembro, outubro e novembro, comportamento influenciado pela evolução dos preços dos alimentos e da energia, que registraram elevações anuais respectivas de 3,1% e 9,7% em dezembro, ante 1,9% e 12% em janeiro. Em trajetória similar, o núcleo do IPCH passou de 1,1% para 1,6%, no período. Nesse contexto, o BCE elevou em duas oportunidades a taxa básica de juros, situando-a em 1,5% a.a. em julho. No entanto, devido ao acirramento da crise

Gráfico 6.3
Área do Euro: inflação^{1/}
Variação percentual anual

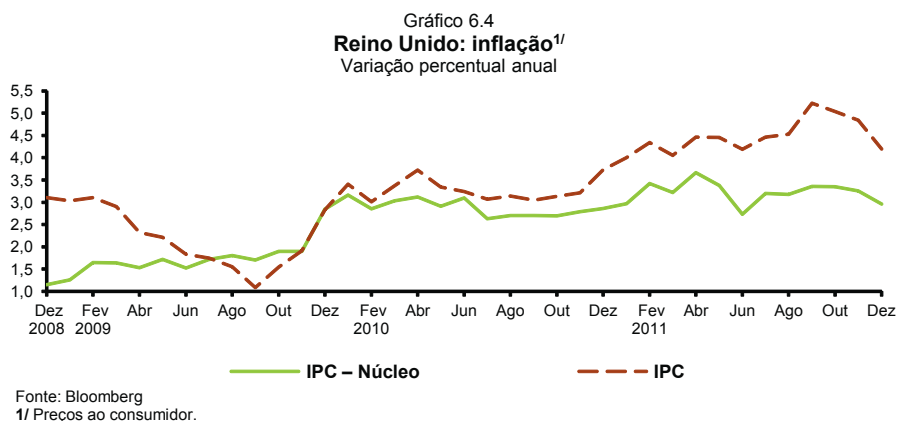


Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

fiscal e à deterioração das perspectivas de crescimento, o BCE reduziu a referida taxa, também duas vezes, situando-a em 1% em dezembro, quando as expectativas indicavam desaceleração inflacionária iminente.

Visando reestabelecer a funcionalidade do mercado de dívida soberana e garantir a eficácia dos mecanismos de transmissão da política monetária, o BCE retomou, a partir de agosto, seu programa de recompra de títulos soberanos no mercado secundário. Em outubro, a autoridade monetária anunciou a realização de operações de refinanciamento de longo prazo (*Long-Term Refinancing Operation – LTRO*), operações cuja maturidade foi ampliada para três anos no leilão de 21 de dezembro, quando, à taxa fixa e oferta ilimitada, foram alocados €489,2 bilhões para 523 bancos.

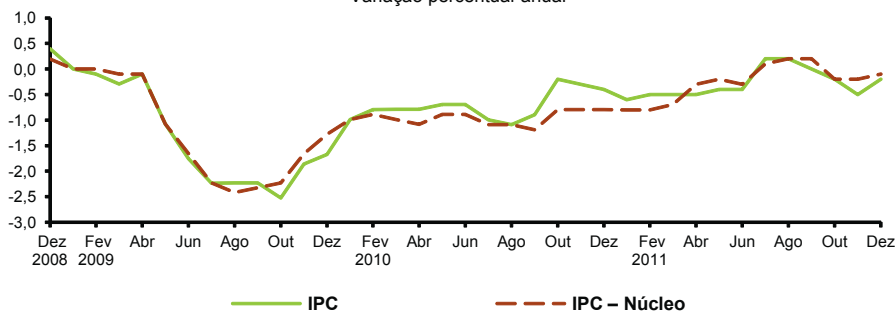
No Reino Unido, apesar dos elevados níveis de desemprego e da capacidade ociosa, a variação do IPC acumulada em doze meses manteve trajetória de alta, atingindo 5,2% em setembro, antes de recuar para 4,2% em dezembro, processo que refletiu o impacto do aumento do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) em janeiro, a depreciação da libra, além da alta nos preços de *commodities*. O núcleo de inflação, sistematicamente acima de 3,0% ao longo do ano, a exceção de junho, atingiu o valor máximo de 3,7% em abril.



Não obstante a escalada inflacionária, o BoE manteve a taxa básica de juros em 0,5% a.a. ao longo de 2011, patamar vigente desde março de 2009. Todavia, em função da expectativa de dissipação dos fatores responsáveis pela alta inflacionária e do reduzido dinamismo da atividade econômica, o BoE, em outubro, elevou em £75 bilhões o programa de compra de ativos, que passou a totalizar £275 bilhões.

No Japão, o comportamento do IPC replicou, ainda que em menor intensidade, o processo deflacionário verificado nos dois anos anteriores. Situando-se sempre acima de -0,6%, a variação anual do IPC atingiu -0,2% em dezembro. Ressalte-se que o indicador registrou expansão anual de 0,2% em agosto, resultado influenciado pelo aumento de 7% no preço da energia.

Gráfico 6.5
Japão: inflação^{1/}
Variação percentual anual

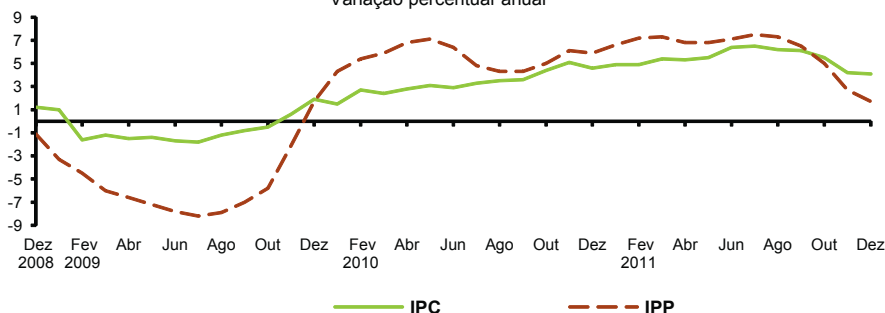


Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

O BoJ, em resposta às pressões deflacionárias e à valorização do iene, reforçou o compromisso com a política de taxa de juros entre 0% e 0,1% até que se alcance a meta de inflação anual de até 2%, centrada em 1%. Adicionalmente, para assegurar a estabilidade financeira, o BoJ injetou mais de ¥15 trilhões nos mercados locais, imediatamente após o terremoto de março. Em abril, aumentou, de ¥5 trilhões para ¥40 trilhões, o Programa de Aquisição de Ativos lançado em outubro de 2010 e instituiu, como parte dos esforços de reconstrução, mecanismo de provisão de fundos às instituições financeiras localizadas nas áreas atingidas. Em outubro, o programa atingiu ¥55 trilhões.

Na China, a variação anual do IPC passou de 4,6%, em dezembro de 2010, para 6,5%, em julho de 2011, período em que a inflação anual de alimentos elevou-se de 9,6% para 14,8%. No entanto, ao longo do segundo semestre, a desaceleração de preços no segmento alimentação foi intensa, com o respectivo índice registrando variação anual de 9,1% em dezembro de 2011, mês em que o IPC variou 4,1%, menor patamar desde setembro de 2010.

Gráfico 6.6
China: inflação^{1/}
Variação percentual anual



Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

Nesse contexto, ao início do ano, o Banco do Povo da China (BPC) adotou o controle inflacionário como prioridade da política macroeconômica. Visando não apenas conter a inflação em bens e serviços, mas também restringir a elevação de preços de ativos

imobiliários, ainda em janeiro, elevou de 50% para 60% a parcela inicial para a aquisição de um segundo imóvel residencial e introduziu restrições fiscais mais severas sobre sua revenda. Em fevereiro, abril e julho, elevou a taxa básica de juros para 6,06%, 6,31% e 6,56%, respectivamente. Adicionalmente, em seis ocasiões, majorou a taxa de recolhimento compulsório, que atingiu, em junho, 19,5% para pequenos bancos e 21,5% para grandes instituições. Em dezembro, dado o processo de desaceleração da economia local, o BPC deu início a nova flexibilização da política monetária. Mantendo inalterada a taxa básica de juro, cortou as taxas de recolhimento compulsório dos pequenos e grandes bancos para 19% e 21%, na ordem.

Mercado financeiro internacional

No início do ano, o otimismo quanto à sustentabilidade da recuperação econômica dos EUA impulsionou os mercados acionários. No entanto, em março, o agravamento das tensões geopolíticas no Oriente Médio e o terremoto no Japão geraram aumento da volatilidade nos mercados. Em maio, em meio ao agravamento da situação fiscal na Europa e aos sinais de arrefecimento do crescimento econômico nos EUA e Área do Euro, observou-se nova deterioração nos mercados financeiros.

De agosto ao início de dezembro, o recrudescimento da crise fiscal na Europa, as fragilidades no sistema bancário europeu, o impasse sobre o teto da dívida nos EUA, que acarretou o rebaixamento da nota de crédito do país por uma das agências de risco, e a ampliação dos receios quanto a novo período recessivo nos EUA e à intensidade da desaceleração na China mantiveram a volatilidade e a aversão ao risco em patamares elevados. A partir de então, a ampla injeção de liquidez pelo BCE no sistema bancário do continente e os sinais de recuperação nos EUA contribuíram para a recuperação dos mercados financeiros globais.

Os mercados acionários das principais economias maduras apresentaram perdas em 2011. Os índices *Nikkei*, do Japão; *Deutscher Aktienindex* (DAX), da Alemanha; e *Financial Times Securities Exchange Index* (FTSE 100), do Reino Unido, registraram recuos anuais respectivos de 17,3%, 14,7% e 5,6%, enquanto o índice *Standard & Poor's 500*, dos EUA, apresentou estabilidade. Ressalte-se que as ações do setor financeiro lideraram as perdas, refletindo as incertezas no mercado da dívida da Europa e a fragilidade da recuperação econômica nos EUA.

O índice *Chicago Board Options Exchange Volatility Index* (VIX), da *Chicago Board Options Exchange*, que expressa a volatilidade implícita de curto prazo do S&P500 e é considerado importante medida de aversão ao risco, após se situar em patamar inferior a 15 pontos ao final de abril, atingiu 48 pontos em 8 de agosto, em cenário de rebaixamento da nota de crédito soberano de longo prazo dos EUA. A média anual

do indicador aumentou 1,6 ponto em 2011, para 24,1 pontos, registrando valor médio mensal mais elevado, de 35 pontos, em agosto.

Gráfico 6.7
Bolsas – Reino Unido, Alemanha, Japão e EUA

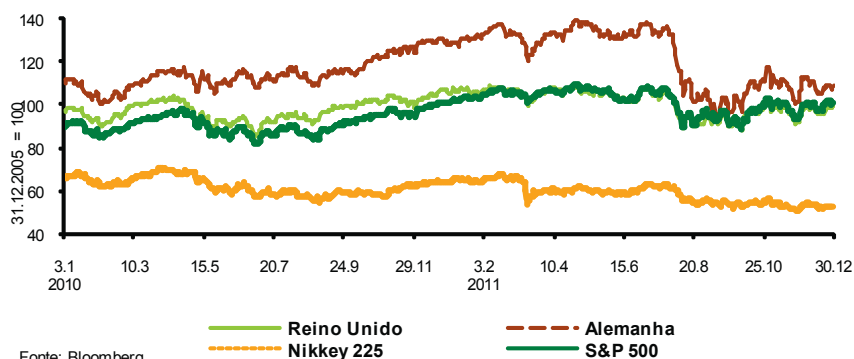
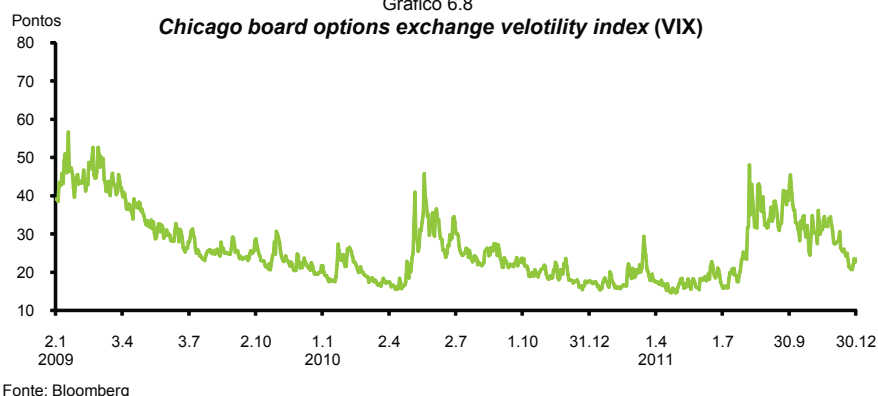
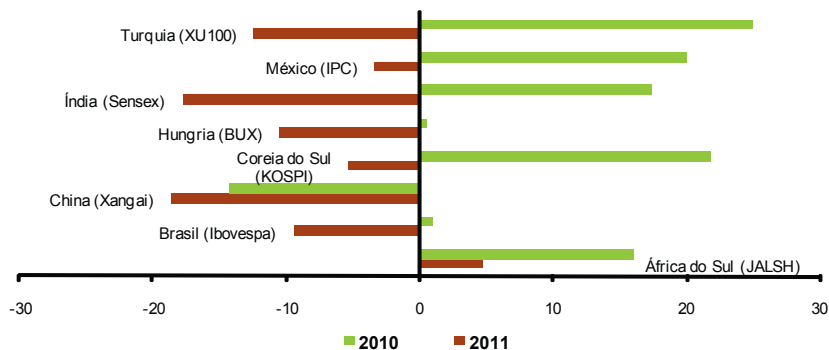


Gráfico 6.8
Chicago board options exchange volatility index (VIX)



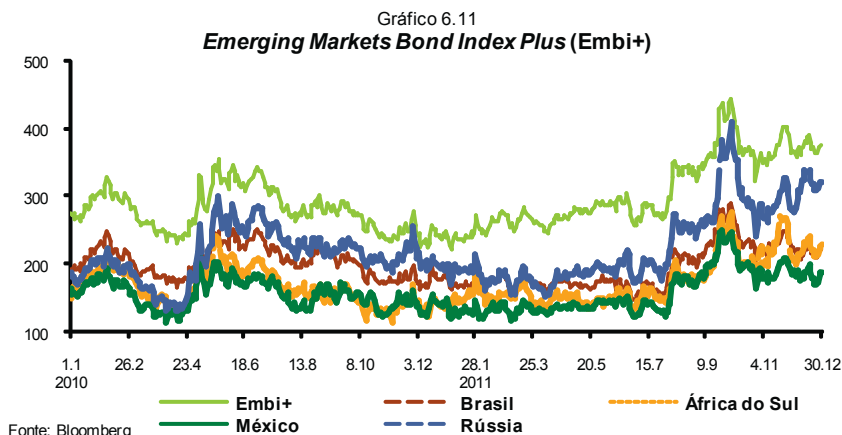
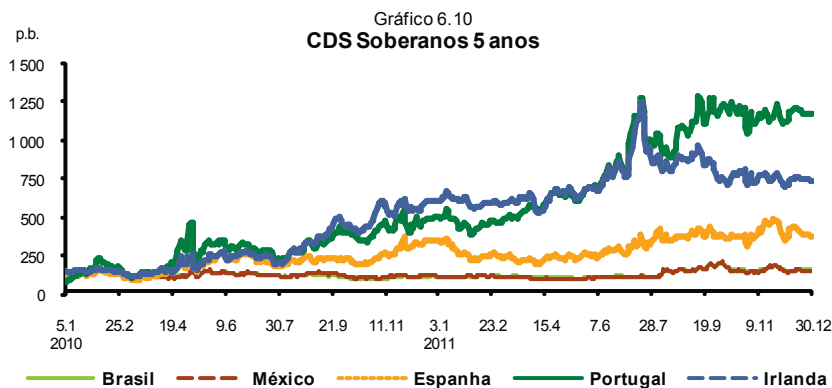
Os mercados acionários das maiores economias emergentes foram contaminados pela elevação da aversão ao risco nas economias maduras e pelos receios de pouso forçado da economia chinesa e adoção de políticas monetárias mais restritivas, visando conter

Gráfico 6.9
Bolsas de Valores – Mercados emergentes
Variação percentual em 2008 e 2009, em moeda local



pressões inflacionárias locais. Nesse ambiente, os índices Ibovespa, do Brasil; *Istanbul Stock Exchange National 100 Index* (XU100), da Turquia; *Bombay Stock Exchange Sensitive Index* (Sensex), da Índia; e *Shanghai Composite*, da China, registraram perdas respectivas de 9,4%, 12,4%, 17,8% e 18,6%, no ano.

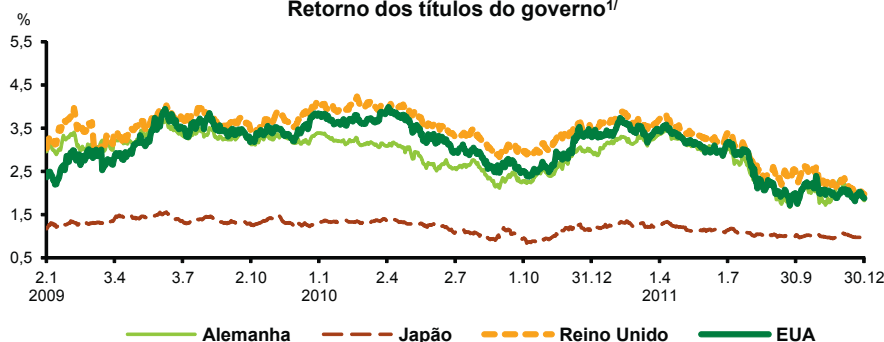
O rebaixamento da nota de crédito soberano dos EUA, os receios de *default* desordenado da dívida soberana da Grécia e o aumento de incertezas quanto à trajetória fiscal de economias maduras europeias passaram a contaminar, a partir de agosto, a dívida soberana italiana, cujos prêmios de risco superaram os da Espanha e pressionaram os mercados de dívida soberana do continente. A exposição de bancos franceses à dívida soberana italiana acarretou aumento dos prêmios de risco soberano da França. Nesse cenário, os prêmios de risco soberanos, medidos pelos *Credit Default Swaps* (CDS), de Grécia, Portugal, Itália, Espanha e França atingiram, em 2011, os maiores valores das séries históricas. Em dezembro, porém, com a injeção de liquidez de €480 bilhões pelo BCE, os CDS apresentaram algum recuo. Ao final de 2011, os CDS de Portugal, Irlanda, Itália, Espanha e França totalizaram, respectivamente, 1.170 p.b., 734 p.b., 485 p.b., 376 p.b. e 215 p.b., ante, na ordem, 499 p.b., 609 p.b., 233 p.b., 349 p.b. e 107 p.b., ao final de 2010.



O *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+), indicador de risco soberano associado a mercados emergentes, evidenciando o aumento da aversão ao risco no segundo semestre, aumentou 128 p.b. em 2011, para 377 p.b., enquanto o indicador associado ao Brasil cresceu 34 p.b., para 223 p.b.

Os rendimentos dos títulos de longo prazo das maiores economias maduras recuaram ao longo do ano. Esse movimento, em que pesem as incertezas sobre a trajetória fiscal de alguns destes países, decorreu da elevada liquidez nos mercados financeiros e da manutenção das políticas monetárias excepcionalmente acomodáticas. Nesse cenário, entre os finais de 2010 e 2011, os rendimentos anuais dos títulos de dez anos registraram recuos de 3,29% para 1,88% nos EUA; de 2,96% para 1,83% na Alemanha; de 3,40% para 1,98% no Reino Unido; e de 1,13% para 0,99% no Japão.

Gráfico 6.12
Retorno dos títulos do governo^{1/}

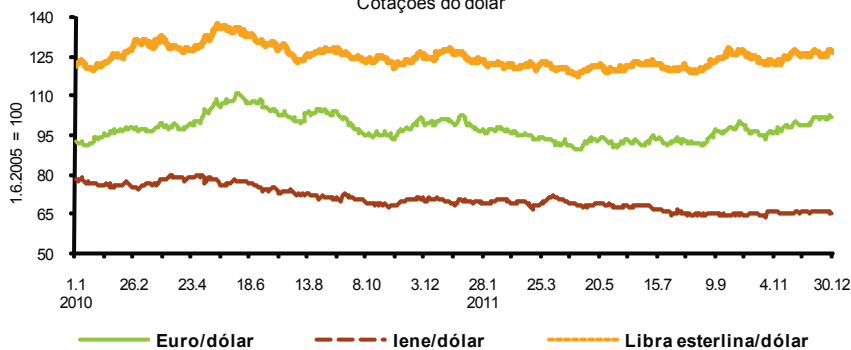


Fonte: Bloomberg

1/ Retorno nominal de títulos públicos de dez anos.

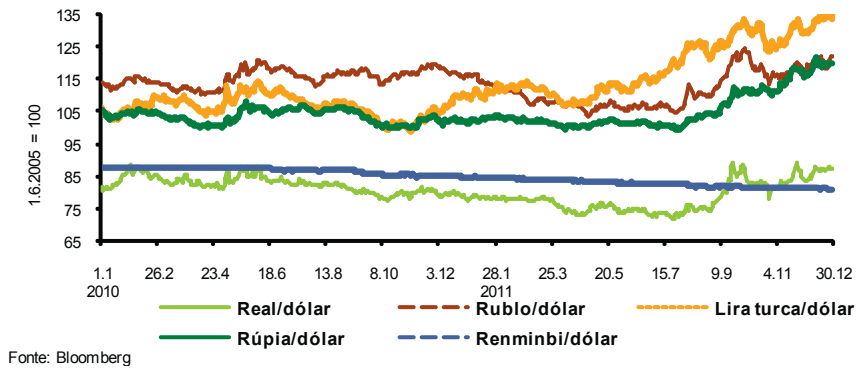
O dólar, refletindo o aumento da aversão ao risco e o impacto da crise da dívida na Europa, registrou apreciações anuais respectivas de 3,26% e 0,44% em relação ao euro e à libra esterlina. A moeda norte-americana experimentou depreciação de 5,19% ante o iene, moeda bastante demandada nos momentos de maior volatilidade. No âmbito das economias emergentes, o dólar registrou apreciação anual frente à rúpia indiana, 18,7%; ao real, 12,4%; e ao rublo russo, 5,2%, e depreciação de 4,7% em relação ao *renminbi* chinês.

Gráfico 6.13
Moeda de países desenvolvidos
Cotações do dólar



Fonte: Bloomberg

Gráfico 6.14
Moeda de países emergentes
Cotações do dólar

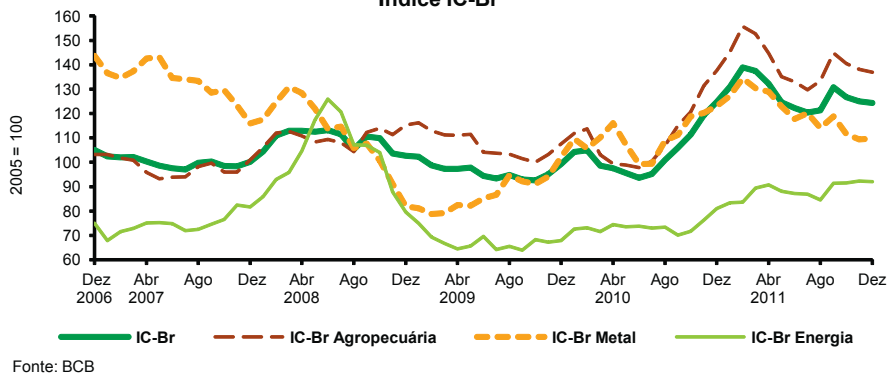


Commodities

As cotações internacionais das *commodities*, em continuidade ao movimento iniciado no segundo semestre de 2010, registraram aumentos acentuados no início de 2011. Essa trajetória, reflexo de significativos choques de oferta, em contexto de elevada liquidez internacional, foi interrompida a partir do segundo trimestre, em resposta ao ambiente de deterioração das perspectivas para a atividade econômica mundial, à crescente aversão ao risco nos mercados financeiros e à progressiva melhora das condições de oferta. Embora a tendência de retração nessas cotações persistisse até o final do ano, as cotações médias de 2011, refletindo a forte alta no princípio do ano, representaram recordes históricos para a maioria das *commodities*.

O Índice de *Commodities* – Brasil (IC-Br), calculado pelo Banco Central do Brasil, recuou 0,35% em 2011, retração atenuada pela depreciação do real no período, resultado de variações respectivas de -0,48%, -10,78% e 13,50% nos segmentos de *commodities* agropecuárias, metálicas e energéticas. Consideradas as médias anuais, o indicador registrou crescimento de 22,56% em 2011.

Gráfico 6.15
Índice IC-Br



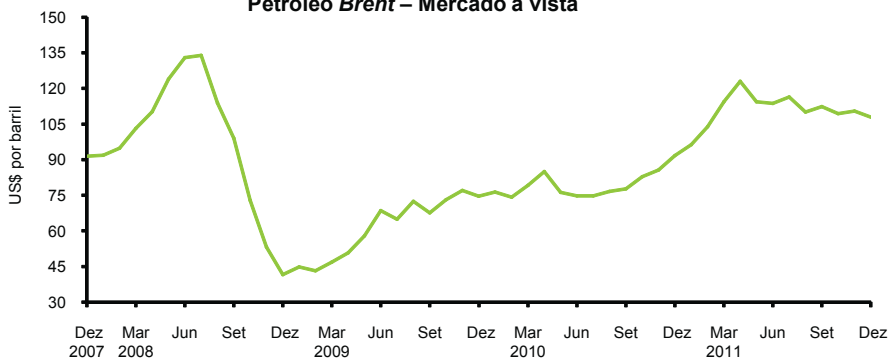
As *commodities* agropecuárias mantiveram, nos dois primeiros meses de 2011, a trajetória de intensa valorização iniciada no segundo semestre de 2010, reflexo de adversidades climáticas em importantes regiões produtoras e da vigorosa demanda em importantes mercados emergentes. A partir do segundo trimestre, a conjunção de perspectivas favoráveis para a safra 2011/2012, da desaceleração da atividade econômica global e do aumento da aversão ao risco provocou forte volatilidade e tendência de queda nos preços do segmento até o final do ano. Nesse cenário, os índices médios de dezembro de 2010 e de 2011 da *S&P Goldman Sachs* registraram altas, em dólares, nas cotações do milho, 2,4%; e do café, 1,8%, contrastando com os recuos nas relativas a algodão, 36,8%; açúcar, 24,7%; trigo, 21,1%; e soja, 13,2%.

As cotações das *commodities* metálicas também registraram viés de alta no início do ano, influenciadas pela forte demanda da China e pela interrupção da oferta de alguns metais. Ao longo do segundo semestre, evidenciando deterioração das perspectivas para o crescimento da economia mundial e aumento da aversão ao risco, esses mercados apresentaram menor dinamismo. Consideradas médias mensais, os índices *S&P Goldman Sachs* de dezembro de 2011 e do ano anterior registraram recuos nas cotações do níquel, 24,3%; cobre, 17,1%; zinco, 16,7%; chumbo, 15,9%; e alumínio, 14,2%.

O preço médio mensal do minério de ferro de teor 63,5% no mercado a vista chinês, divulgado pelo *Metal Bulletin*, recuou 17,4% em 2011, resultado do arrefecimento da demanda na China e da deterioração das perspectivas para a economia global. Ressalte-se que a cotação da *commodity* recuou 22,9% no quarto trimestre, reflexo do enfraquecimento da demanda das siderúrgicas chinesas que, devido a incertezas quanto ao desempenho da construção civil no país, reduziram a produção de aço e passaram a priorizar o emprego de seus estoques.

Em meio ao acirramento de tensões geopolíticas que resultaram na interrupção das exportações da Líbia no primeiro trimestre, as cotações médias dos barris de petróleo *Brent* e *WTI* iniciaram 2011 em alta, atingindo US\$123,04 e US\$109,96, respectivamente, em abril. A partir de maio, os preços passaram a refletir a desaceleração da economia mundial e, no segundo semestre, a retomada das exportações da Líbia. Nesse contexto, as cotações médias dos barris *Brent* e *WTI* atingiram US\$107,91 e US\$98,56 em dezembro, elevando-se, na ordem, 17,5% e 10,6% em relação a igual período de 2010.

Gráfico 6.16
Petróleo Brent – Mercado à vista



Fonte: Bloomberg

Organismos Financeiros Internacionais

Fundo Monetário Internacional

O FMI criado por ocasião da Conferência de *Bretton Woods*, em 22 de julho de 1944, iniciou suas atividades em 27 de dezembro de 1945, quando 29 países, inclusive o Brasil, subscreveram seu Convênio Constitutivo⁷. Ao final de 2011, o Fundo contava com 187 países membros.

Sua missão é assegurar o funcionamento adequado do sistema financeiro global, por intermédio da promoção da cooperação monetária internacional, da estabilidade cambial e do crescimento econômico. As atividades principais do Fundo são a concessão de empréstimos para países em dificuldades; o monitoramento das condições econômicas locais e globais (*surveillance*); e a prestação de assistência técnica e aconselhamento econômico.

O FMI é uma organização baseada em quotas, que representam a contribuição financeira de cada país e influenciam o poder de decisão de cada um deles na instituição. O total de quotas dos países no FMI atingia DES 238 bilhões ao final de 2011. A quota do Brasil totalizava DES 4,25 bilhões, representando 1,79% do total de quotas dos países no organismo⁸.

Para realizar suas atividades de financiamento, além dos recursos provenientes das quotas, o FMI capta recursos junto aos países membros. Durante 2011, o Brasil passou a colaborar de maneira mais efetiva nesse aspecto, ao contribuir para a ampliação do *New Arrangements to Borrow* (NAB)⁹. O NAB ampliado, que consolida uma série de acordos bilaterais de empréstimo ao Fundo e disponibiliza novos recursos, totaliza DES 367,5 bilhões (US\$575,5 bilhões). A contribuição do Brasil ao NAB atingia DES 750 milhões (US\$1,17 bilhão) ao final de 2011.

7/ O Convênio Constitutivo do FMI foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto-Lei nº 8.479, de 27 de dezembro de 1945.

8/ Espera-se que em 2012 entre em vigor a reforma de quotas de 2010, que elevará a participação do Brasil para 2,32%.

9/ Estabelecido em 1997, o NAB prevê que seus membros disponibilizem recursos ao Fundo (sob a forma de empréstimos ou notas) mediante solicitação pelo Diretor-Gerente do FMI e aprovação por 85% dos membros do acordo.

As linhas de empréstimo disponibilizadas pelo Fundo também foram revisadas em 2011. Avaliou-se a efetividade da *Flexible Credit Line* (FCL) e da *Precautionary Credit Line* (PCL), criadas respectivamente em 2009 e 2010, em disponibilizar recursos de maneira precaucionária e com menores condicionalidades a países com posições econômicas sólidas. Com isso, passou-se a discutir uma flexibilização dos prazos e critérios de acesso à PCL, o que a transformou na *Precautionary and Liquidity Line* (PLL), mecanismo mais amplo do que seu predecessor.

Em relação às atividades de monitoramento (*surveillance*), essas estão tradicionalmente centradas na avaliação anual da economia de cada país membro, estabelecida pelo Artigo IV do Convênio Constitutivo do organismo. Essa avaliação compreende aspectos fiscais, monetários, financeiros e cambiais e verifica se as políticas dos países contribuem para a estabilidade doméstica e externa. Para a execução dessa avaliação, o Banco Central, juntamente a outros órgãos da administração pública, participou, mais uma vez, ativamente no atendimento às missões avaliadoras do FMI. A mensagem final do FMI, emitida em julho de 2011, foi positiva em relação à gestão macroeconômica do país e à solidez do arcabouço de políticas, que melhoraram a capacidade de crescimento do país, a resistência a choques externos e a equidade social.

Outro instrumento de avaliação bilateral do FMI é o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), realizado em conjunto com o Banco Mundial, que verifica dois aspectos: grau de estabilidade financeira e o nível de desenvolvimento financeiro do país. Em 2011 iniciaram-se os trabalhos do novo FSAP brasileiro, tendo o Banco Central recebido, em setembro, uma missão introdutória com membros das duas instituições, que apresentaram os principais pontos do programa.

Como elemento de suporte ao FSAP, o país também se submeterá aos Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (ROSC), que avaliam o grau de aderência a padrões internacionais em diversas áreas. O Brasil optou por se submeter a sete ROSCs na edição atual do FSAP. Quatro ROSCs são de responsabilidade do Banco Mundial, e iniciaram sua avaliação no fim de 2011: Contabilidade e Auditoria; Governança Corporativa; Sistema de Pagamentos e Compensações; Insolvência e Direitos dos Credores. Os outros ROSCs são avaliados pelo FMI e serão realizados no início de 2012: Supervisão Bancária, Regulação de Valores Mobiliários, Supervisão de Seguros.

Adicionalmente ao monitoramento bilateral, o Fundo realiza monitoramento multilateral, consolidando as impressões recebidas em seus estudos e elaborando avaliações da economia mundial. Os estudos mais relevantes são as publicações *Perspectivas da Economia Mundial* (WEO), o *Relatório de Estabilidade Financeira Global* (GFSR), e o *Fiscal Monitor*, todas editadas semestralmente.

Em 2011, as atividades de monitoramento multilateral do Fundo foram alvo de importantes reformas, com a introdução de dois novos relatórios: os *Spillover Reports*

(relatórios de transbordamento) e o “*Consolidated Multilateral Surveillance Report*” (CMSR). O primeiro, que considerou as cinco regiões com maior influência sistêmica (EUA, China, Japão, Inglaterra e Zona do Euro), identificou os impactos de políticas domésticas desse grupo na economia de outros países. O segundo relatório conjuga as mensagens das diversas peças produzidas pelo FMI (WEO, GFSR, *Fiscal Monitor* etc.) em única mensagem. O CMSR foi divulgado no contexto da Reunião Anual do Fundo, em setembro de 2011.

Grupo dos 20 – G-20

O G-20 é um fórum informal que promove o debate entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global. O Grupo apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e de oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais e cooperação internacional.

Constituído em resposta às crises financeiras registradas no final dos anos 90, o G-20 reflete mais adequadamente a diversidade de interesses das economias industrializadas e emergentes, possuindo assim maior representatividade e legitimidade. É composto pelos ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais de dezenove países⁸, pela presidência rotativa do Conselho da União Europeia e pelo Banco Central Europeu. Ainda, para garantir o trabalho simultâneo com instituições internacionais, o Diretor-Gerente do FMI e o Presidente do Banco Mundial participam *ex-officio* das reuniões.

A presidência do Grupo é anual e rotativa entre os membros, sendo o país presidente responsável pelo estabelecimento de um secretariado provisório durante sua gestão.

Em 2011, o G-20 realizou uma Cúpula e quatro reuniões de ministros de Fazenda e presidentes de bancos centrais. O intenso debate sobre as origens da última crise fez com que o G-20 se aprofundasse nas grandes linhas de atuação: correção de desequilíbrios macroeconômicos; fortalecimento de aspectos regulatórios; e reforma do sistema monetário internacional. Além desses, a agenda do Grupo esteve permeada por temas conjunturais tais como a retomada do crescimento nas economias avançadas; volatilidade do preço das *commodities*; e o desacerto nos fluxos de capital às economias emergentes.

A redução dos desequilíbrios macroeconômicos é objetivo primordial do G-20, assunto tratado na trilha do Grupo de Trabalho do *Framework*. Além de focar em países que apresentam maiores desequilíbrios econômicos, o grupo tem solicitado maior compromisso por parte dos países em ações que redundarão em crescimento mais

8/ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

forte, sustentável e equilibrado. Assim, os países renovaram a submissão de uma lista de medidas detalhadas que estão adotando no intuito de assegurar tal crescimento. Em relação a essa atividade, o Brasil informou a adoção das seguintes diretrizes:

- a) manter o *superavit* primário do setor público consolidado em torno da meta de 3,1% do PIB no período 2012-2014, assegurando uma política fiscal que promova trajetória cadente para a relação dívida/PIB;
- b) evitar os riscos à estabilidade macroeconômica e financeira associados com o surto intenso de capitais voláteis e a expansão acelerada do crédito, recorrendo a medidas macroprudenciais e outras;
- c) melhorar a qualidade e ampliar diferentes segmentos da infraestrutura econômica e sociourbana, por meio do aumento no investimento público (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2);
- d) estimular a inclusão social, a erradicação da pobreza extrema e a melhoria nas oportunidades para segmentos vulneráveis da população (programa multissetorial Brasil sem Miséria); e
- e) realizar investimentos adicionais para viabilizar os eventos esportivos que serão realizados no país nos próximos anos (Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016).

O G-20 passou a tratar de maior número de questões por meio da composição de grupos de trabalho ou de estudo (GTs) que, apesar de possuírem participação voluntária, acabam agregando todos os países membros mais alguns importantes organismos internacionais.

Nesse aspecto, além dos eventos periódicos, o G-20 debateu em 2011 nos seus GTs, além do já citado *Framework*, instrumentos para melhorar o funcionamento do Sistema Monetário Internacional (IMS); um novo arcabouço regulatório; e a volatilidade e outros aspectos do mercado de *commodities*. O Brasil participou ativamente do IMS, sendo coordenador, em conjunto com a Alemanha, de um dos subgrupos de trabalho, denominado Gerenciamento de Fluxos de Capitais (CFM).

A pauta do CFM incluiu discussões sobre a combinação de políticas econômicas diante da volatilidade nos capitais internacionais, bem como o uso e a utilidade de medidas macroprudenciais e de controles de capitais. O Brasil organizou dois seminários, um deles realizado pelo Banco Central em colaboração com o Banco Mundial, sobre Política Monetária e Regulação Macropprudencial. Em termos de resultados, esse subgrupo elaborou um relatório com conclusões sobre as experiências dos países do G-20 na administração de fluxos de capitais e um plano de ação sobre a emissão de títulos em moeda local.

Efetivou-se, ainda, a composição do subgrupo de Gerenciamento da Liquidez Global (GLM), que abarcou a discussão sobre gerenciamento de reservas, as redes de proteção financeiras, a composição do papel do DES e as medidas de liquidez global.

Na Cúpula de Cannes, a presidência do Grupo foi passada ao México, que agregou a seu planejamento de trabalho para 2012 a priorização de discussões nas áreas de estabilização econômica; fortalecimento do sistema financeiro e inclusão financeira; arquitetura financeira internacional; segurança alimentar e volatilidade de *commodities*; e promoção do desenvolvimento sustentável e crescimento verde. Anunciou-se, também, que a Rússia exercerá a presidência do G-20 em 2013, assim como a Austrália, em 2014, e a Turquia, em 2015.

Banco de Compensações Internacionais

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), mais antiga organização financeira internacional, fundada em 1930, tem como missão auxiliar os bancos centrais e autoridades financeiras na manutenção da estabilidade monetária e financeira, fomentar a cooperação internacional nessas áreas e atuar como um banco para bancos centrais. O Banco Central é acionista do BIS desde 25 de março de 1997, com 3.000 ações subscritas no valor de DES15 milhões.

Em 2011, ratificou-se a adesão de mais quatro países ao BIS, dois deles da América Latina, configurando um esforço da instituição em diversificar um pouco sua composição. São eles: Colômbia, Peru, Emirados Árabes e Luxemburgo.

Em sua missão de promover a estabilidade financeira, o BIS coordena o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Compensações; o Comitê do Sistema Financeiro Global; e o Comitê de Mercado, concedendo a todos elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades.

No âmbito da função de banco dos bancos centrais, o BIS oferece larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Aproximadamente 140 instituições, entre elas bancos centrais, fazem uso desse serviço. Em média, ao longo dos últimos anos, cerca de 6% das reservas internacionais globais foram aplicadas por bancos centrais junto ao BIS.

Além da Assembleia Geral Anual, que ocorre tradicionalmente em junho, são realizadas, com periodicidade bimestral, reuniões técnicas de alto nível, restritas a presidentes de bancos centrais e, no máximo, a mais um assessor especial, nas quais se destacam a Reunião de Economia Global (GEM) e a Reunião de Presidentes de Bancos Centrais.

A principal função da GEM, que congrega trinta presidentes de bancos centrais acionistas do BIS (incluindo o do Brasil) como membros efetivos e quinze como observadores, é monitorar os desenvolvimentos econômicos e financeiros e avaliar

os riscos e oportunidades na economia mundial e no sistema financeiro global. Além disso, o GEM coordena as atividades do Comitê para Sistemas de Compensação e de Liquidação (CPSS), do Comitê sobre o Sistema Financeiro Global (CGFS) e do Comitê de Mercados. A fim de assessorar GEM, elaborando as propostas para discussão e decisão, há o Comitê Consultivo de Economia (ECC), órgão composto pelos quinze membros do Conselho Diretor, o gerente-geral do BIS e os presidentes dos bancos centrais do Brasil e da Índia.

O Comitê de Basileia de Supervisão Bancária direciona seus esforços às questões de supervisão ao nível de instituições individuais e sua relação com a supervisão macropprudencial. Ao longo de 2011, o Comitê de Basileia trabalhou intensamente nos princípios de Basileia III, com disposições mais rígidas ao sistema financeiro, em especial no tocante aos níveis de capital dos bancos. Houve divulgação de relatório sobre a implementação das novas regras em outubro de 2011.

O *Committee on Payment and Settlement Systems* (CPSS) trabalha em parceria com a Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco) e analisa e estabelece padrões para os sistemas de pagamentos, liquidações e compensações. Entre seus principais produtos destacam-se as publicações sobre os sistemas de pagamento e outras infraestruturas do mercado financeiro de vários países, conhecidas como “livros vermelhos”. Há intenção de se publicar novo livro vermelho em 2012, sendo o primeiro após a adesão de novos países ao CPSS (totalizando 24, atualmente, entre eles o Brasil).

O CGFS tem como função principal monitorar o desenvolvimento dos mercados financeiros para os principais bancos centrais. O objetivo do trabalho do Comitê é identificar e avaliar fontes potenciais de estresse nos mercados financeiros globais e, com isso, promover a estabilidade e o aperfeiçoamento dos mercados. Em 2011, o CGFS trabalhou no tema *Interactions of sovereign debt management with monetary conditions and financial stability*. Seu relatório conclui que a recente crise financeira alterou radicalmente o ambiente no qual os gestores de dívida soberana e os bancos centrais precisam operar. Uma de suas afirmações é que os bancos centrais podem se beneficiar quando estão a par das atividades de gestão da dívida soberana.

O Comitê de Mercados é um fórum de acompanhamento da evolução, do funcionamento e de possíveis tendências dos mercados financeiros. A finalidade é facilitar a troca de informações entre seus membros sobre as implicações de curto prazo de eventos recentes no funcionamento dos mercados e nas operações dos bancos centrais.

Já no Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), órgão secretariado pelo BIS, o Brasil continua participando ativamente das discussões para reformulação dos padrões de regulação prudencial no âmbito global e para a promoção da cooperação entre autoridades nacionais, organismos internacionais e órgãos reguladores. O FSB continuou em 2011 seu relacionamento próximo com o G-20, concentrando-se em questões como instituições

financeiras sistemicamente importantes e *shadow banking*, dentre outros. Ainda em 2011, o FSB expandiu suas atividades para além de seu quadro de membros como forma de melhor refletir a natureza global do sistema financeiro, por meio da criação de cinco grupos de consulta regionais, um dos quais nas Américas. Iniciou-se, ainda, a discussão para transformar o FSB em uma instituição formal, com *staff*, governança própria, orçamento e afins.

O Banco Central participa do Conselho Consultivo para as Américas, criado em 2008 e integrado pelos presidentes dos bancos centrais da região membros do BIS com objetivos de aprimorar a atuação do BIS na região e de melhor refletir as necessidades e os interesses das Américas em seu programa de trabalho. Por fim, o BCB também representa o Brasil no Comitê *Irving Fisher* sobre Estatísticas de Bancos Centrais.

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos

O Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio legal na Cidade do México, que tem como objetivos específicos promover melhor entendimento sobre assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe; prestar assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais e dos outros órgãos financeiros da região; realizar pesquisa e sistematização dos resultados nos campos acima mencionados; e divulgar informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional no âmbito das políticas monetária e financeira.

O Cemla é composto atualmente por 53 instituições, trinta das quais são bancos centrais associados, com poder de voto e voz. As demais instituições estão divididas entre membros colaboradores e assistentes, que possuem unicamente poder de voz.

A gerência do Centro ocorre por meio da Assembleia de Governadores e da Junta de Governo, assessoradas pelo Comitê de Alternos e pelo Comitê de Auditoria. O cargo eletivo de subdiretor geral, segundo maior na instituição, é ocupado tradicionalmente pelo Banco Central.

O Cemla passou por importante atualização administrativa em 2011: a criação do Comitê Editorial, responsável pelo projeto de impulsionar as publicações do Cemla aos mais altos níveis da região. Esse Comitê tem em sua estrutura os chefes da área de pesquisa dos principais bancos centrais membros do Cemla, entre eles o Brasil.

Ressalte-se, também, a conclusão do processo de revisão das contribuições financeiras anuais dos países ao Cemla. Os países membros ratificaram a proposta de 50% de

aumento das quotas, assim como a revisão destas a cada quatro anos. A contribuição anual do Brasil, junto ao México, o maior colaborador do Cemla, atinge US\$425 mil.

Durante o exercício de 2011, o Cemla ofereceu sessenta eventos e sete missões de assistência técnica, estas geralmente em conjunto com outros organizadores, dos quais cerca de 45% na área de capacitação. Em relação à distribuição temática dos eventos, o Cemla continuou em 2011 sua pauta em eventos com foco nas questões decorrentes da crise, principalmente sobre aspectos macroeconômicos e estabilidade financeira.

O Cemla organizou, em conjunto com o Banco Central, o seminário anual do Programa de Melhoria da Informação e Procedimentos dos Bancos Centrais na Área de Remessas. A temática específica do evento foi Remessas e Migração.

Principais Medidas de Política Econômica

Emenda Constitucional

68, de 21.12.2011 – Aprovou a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015. Por este mecanismo, R\$62,4 bilhões do Orçamento da União de 2012 foram convertidos em recursos de livre programação.

Lei Complementar

139, de 10.11.2011 – Elevou em 50% os limites de receita bruta anual para efeito de enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte no regime tributário diferenciado (Simples Nacional). Tais limites passaram para R\$360 mil e R\$3,6 milhões, respectivamente. Ademais, elevou de R\$36 mil para R\$60 mil o valor da receita bruta para efeito de enquadramento do trabalhador informal na categoria de microempreendedor individual.

Leis

12.380, de 10.1.2011 (conversão da MP nº 500, de 30.8.2010) – Autorizou a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único, a aquisição, a alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital, a cessão de alocação prioritária de ações em ofertas públicas ou a cessão ao direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de empresas em que possua participação acionária e adotou outras providências.

12.381, de 9.2.2011 – Estimou as receitas e fixou as despesas do Orçamento da União referente ao exercício financeiro de 2011.

12.382, de 25.2.2011 – Fixou em R\$545,00 o valor do salário mínimo que passou a vigorar em 1º de março de 2011 e estabeleceu normas para fixar o valor que irá vigorar de 2012 a 2015.

12.385, de 3.3.2011 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do país; modificou as condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o artigo 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e revogou dispositivos das Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, e 12.096, de 24 de novembro de 2009.

12.397, de 23.3.2011 (conversão da MP nº 505, de 24.9.2010) – Autorizou a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$30 bilhões, para viabilizar a participação do banco na oferta de ações da Petrobras.

12.402, de 2.5.2011 (conversão da MP nº 510, de 28.10.2010) – Regulou o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem a contratação, em nome próprio, de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício.

12.404, de 4.5.2011 (conversão da MP nº 511, de 5.11.2010) – Autorizou a União a criar a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. e a garantir o financiamento de até R\$20 bilhões entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o concessionário que irá explorar tal meio de transporte.

12.407, de 19.5.2011 (conversão da MP nº 512, de 25.11.2010) – Prorrogou até 2020 os incentivos fiscais concedidos às indústrias automotivas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

12.409, de 25.5.2011 (conversão da MP nº 513, de 26.11.2010) – Autorizou o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação; autorizou a União a emitir, em favor do Fundo Soberano do Brasil (FSB), títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.

12.431, de 24.6.2011 (conversão da MP nº 517, de 30.12.2010) – Dispôs sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, alterou as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear), dispôs sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, alterou a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), dispôs sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, entre outras providências.

12.453, de 21.7.2011 (conversão da MP nº 526, de 4.3.2011) – Ampliou de R\$134 bilhões para R\$209 bilhões o limite de operações de financiamento com subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

12.465, de 12.8.2011 – Dispôs sobre as diretrizes, as prioridades de gastos e as normas e parâmetros que devem orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual que será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011. Dispôs, ainda, sobre as prioridades e metas da Administração Pública Federal, a organização e as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos da União e as disposições relativas à dívida pública federal. A meta de *superavit* primário, para o setor público consolidado não financeiro, foi fixada em R\$139,8 bilhões (3,5% do Produto Interno Bruto – PIB), dos quais R\$97 bilhões deverão ser gerados pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$42,8 bilhões pelos governos regionais. A meta de *superavit* primário poderá ser reduzida até o montante de R\$40,6 bilhões relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

12.469, de 26.8.2011 (conversão da MP nº 528, de 25.3.2011) – Alterou os valores constantes da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física que irão vigorar no ano calendário de 2011, 2012, 2013 e 2014.

12.507, de 11.10.2011 – Alterou o artigo 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital *tablet* PC produzido no país, conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.

12.543, de 8.12.2011 – Autorizou o Conselho Monetário Nacional, para fins de política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos derivativos e deu outras providências.

12.545, de 14.12.2011 (conversão da MP nº 541, de 2.8.2011) – Autorizou a União a participar com R\$1 bilhão no Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), para formação de seu patrimônio.

12.546, de 14.12.2011 (conversão da MP nº 540, de 2.8.2011) – Instituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispôs sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às indústrias automotivas; reduziu para zero a alíquota da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento das indústrias de confecção, calçados, móveis e software; elevou para 300% a alíquota do IPI incidente sobre cigarros; elevou de 7,6% para 9,1% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – importação incidente sobre vestuários, calçados e artigos de couro, móveis de madeira, entre outros produtos.

Medidas Provisórias

523, de 20.1.2011 – Autorizou a União a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em operações de financiamento

destinadas a capital de giro e investimento de empresas e microempreendedores individuais localizados em municípios do estado do Rio de Janeiro.

526, de 4.3.2011 – Ampliou de R\$134 bilhões para R\$209 bilhões, o limite de operações de financiamento com subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

528, de 25.3.2011 – Reajustou, em 4,5%, a tabela progressiva mensal do Imposto de Renda, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2011. Determinou que nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, a tabela também será reajustada em 4,5%.

529, de 7.4.2011 – Reduziu de 11% para 5% do valor do salário mínimo mensal a alíquota da contribuição previdenciária a que está sujeito o Microempreendedor Individual (MEI) – empresário individual com receita bruta anual de até R\$36 mil.

532, de 28.4.2011 – Deu nova redação a dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, de forma que se reconheçam e incluam os biocombustíveis como um bem energético fundamental para o país. Até então, os biocombustíveis vinham sendo tratados como produto agrícola inserido na matriz energética. Com essa alteração, o Conselho Nacional de Política Energética passará a ter a atribuição para estabelecer diretrizes para importação e exportação de biocombustíveis, como já acontece em relação aos combustíveis derivados do petróleo.

534, de 20.5. 2011 – Alterou o artigo 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital *tablet* PC produzido no país, conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.

535, de 2.6.2011 – Instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com o objetivo de promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e instituiu o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com o objetivo de estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários.

539, de 26.7.2011 – Autorizou o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, independentemente da natureza do investidor; elevou para 25% a alíquota máxima do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente nas operações relativas a títulos e valores mobiliários que envolvem contratos de derivativos.

540, de 2.8.2011 – Instituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispôs sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às indústrias automotivas; reduziu para zero a alíquota da

contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento das indústrias de confecção, calçados, móveis e *software*; elevou para 300% a alíquota do IPI incidente sobre cigarros; elevou de 7,6% para 9,1% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – importação incidente sobre vestuários, calçados e artigos de couro, móveis de madeira entre outros produtos..

541, de 2.8.2011 – Autorizou a União a participar com R\$1 bilhão no Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX) para formação de seu patrimônio.

543, de 24.8.2011 – Autorizou a União a conceder subvenção econômica, limitada a R\$500 milhões por ano, a instituições financeiras sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

544, de 29.9.2011 – Estabeleceu normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispôs sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. O disposto nessa Medida Provisória não exclui o controle e as restrições à importação, à exportação, à fabricação, à comercialização e à utilização de produtos controlados.

545, de 29.9.2011 – Alterou a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM); alterou a incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na cadeia produtiva do café; instituiu o Programa Cinema Perto de Você; e revogou os dispositivos que menciona.

546, de 29.9.2011 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do país, e alterou a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011.

549, de 17.11.2011 – Reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação e sobre a receita de comercialização no mercado interno de determinados produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência.

551, de 22.11.2011 – Reduziu de 50% para 35,9% o adicional de tarifa aeroportuária incidente sobre as tarifas de embarque, pouso, permanência, armazenagem e capatazia, ao mesmo tempo em que eliminou sua incidência sobre as tarifas de uso das comunicações e auxílio à navegação aérea em rota, de modo que os valores correspondentes possam ser incorporados às tarifas sem que haja alteração do montante pago pelos usuários.

Essa recomposição tarifária deverá ocorrer concomitantemente com a entrada em vigor dessas disposições, em 10 de janeiro de 2012. A renúncia de receitas decorrente dessa medida foi estimada em R\$614,4 milhões em 2012; R\$701,5 milhões em 2013 e R\$801 milhões em 2014.

552, de 1.12.2011 – Elevou de R\$75 mil para o R\$85 mil, o teto de financiamento de imóveis amparados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para efeito de enquadramento no Regime Especial de Tributação (RET); reduziu de 9,25% para zero, até 30 de junho de 2012, as alíquotas da Programa de Integração Social (PIS)/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre massas alimentícias; e prorrogou de 31.12.2011 para 31.12.2012, a isenção total da PIS/Cofins incidente sobre farinha de trigo e pão comum.

556, de 23.12.2011 – Estabeleceu a não incidência da Contribuição Social do Servidor Público (CSSP) em relação aos seguintes benefícios: adicional de férias; adicional noturno; adicional por serviço extraordinário; parcela paga a título de assistência à saúde suplementar; parcela paga a título de assistência pré-escolar; e parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo.

Decretos Legislativos

126, de 17.3.2011 – Aprovou o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre Brasil e Estados Unidos, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

129, de 12.5.2011 – Aprovou o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.

159, de 14.7.2011 – Aprovou o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

304, de 4.10.2011 – Aprovou o texto do Acordo entre Brasil e Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.

Decretos

7.425, de 5.1.2011 – Dispôs sobre a execução orçamentária do Poder Executivo, até a publicação do Orçamento Geral da União.

7.439, de 16.2.2011 – Autorizou o aumento do capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$6.400 milhões, e o da Caixa Econômica Federal, no montante de R\$2.200 milhões.

7.444, de 25.2.2011 – Dispôs sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.961, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções contra a Libéria.

7.445, de 1.3.2011 – Dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e adotou outras providências.

7.446, de 1.3.2011 – Estabeleceu limites e procedimentos no âmbito do Poder Executivo, para emprenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011.

7.447, de 1.3.2011 – Deu nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Programa Bolsa Família. A alteração implicou reajuste médio de 19,4% nos benefícios amparados pelo Programa.

7.450, de 11.3.2011 – Dispôs sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.952, de 29 de novembro de 2010, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renovou o regime de sanções contra a República Democrática do Congo.

7.451, de 11.3.2011 – Regulamentou o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), instituído pelos artigos 29 a 33 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

7.454, de 25.3.2011 – Elevou de 2,38% para 6,38% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre compras de bens e serviços no exterior, com cartão de crédito.

7.455, de 25.3.2011 – Elevou as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre bebidas frias.

7.456, de 28.3.2011 – Fixou alíquota de 6% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 29 de março de 2011, para ingresso de recursos no país, por meio de operações simultâneas, referente a empréstimo externo, sujeito a registro no Banco Central do Brasil, contratado na forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio mínimo de até 360 dias.

7.457, de 6.4.2011 – Determinou que a alíquota de 6% incidente sobre as operações contratadas, a partir de 7 de abril de 2011, para ingresso de recursos no país, referente a empréstimo externo, abrangerá as operações com prazo médio mínimo de até 720 dias. De acordo com o Decreto nº 7.456, de 28 de março de 2011, somente as operações com prazo médio mínimo de até 360 dias estavam sujeitas a essa alíquota.

7.458, de 7.4.2011 – Elevou de 1,5% para 3%, para vigorar a partir de 9 de abril de 2011, a alíquota sobre operações de crédito com pessoas físicas (exceto financiamentos imobiliários).

7.460, de 14.4.2011 – Dispôs sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.970/2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabelece regime de sanções à Jamahiriya Árabe da Líbia e prevê, entre outras providências, o embargo de armas e a remessa da situação do país ao Tribunal Penal Internacional, além de determinar proibição de viagens e congelamento de fundos de indivíduos especificamente designados.

7.468, de 28.4.2011 – Manteve a validade, após 30 de abril de 2011, dos empenhos de restos a pagar não processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que atendam às condições explicitadas nesse Decreto.

7.477, de 10.5.2011 – Alterou os anexos do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira do Orçamento da União.

7.479, de 16.5.2011 – Dispôs sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.928, de 7 de junho de 2010, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que prorrogou o mandato do Painel de Peritos estabelecido para auxiliar o Comitê do Conselho de Segurança sobre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC).

7.487, de 23.5.2011 – Estendeu a alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) às operações com Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), com Letra de Crédito Agropecuário (LCA), com Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com Certificados de Recebíveis Imobiliários e com Letras Financeiras emitidas pelas instituições financeiras.

7.491, de 2.6.2011 – Promulgou o Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e Reino da Arábia Saudita, assinado em Riade, em 16 de maio de 2009.

7.492, de 2.6.2011 – Instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, a ser executado pela União em colaboração com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

7.494, de 2.6.2011 – Elevou, de três para cinco, o número de crianças com idade até quinze anos cuja presença na família dá ensejo ao recebimento de benefícios financeiros variáveis do Programa Bolsa Família.

7.502, de 24.6.2011 – Dispôs sobre a execução do Octogésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, de 18 de fevereiro de 2011.

7.506, de 27.6.2011 – Promulgou o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmado em 1º de setembro de 2009.

7.532, de 21.7.2011 – Promulgou a Quinta e a Sexta Emendas ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.

7.533, de 21.7.2011 – Dispôs sobre a antecipação, para o mês de agosto, do pagamento do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2011.

7.534, de 21.7.2011 – Atualizou a estimativa de receita para 2011 e estabeleceu novo cronograma de desembolso do Poder Executivo, ao amparo do Orçamento da União.

7.536, de 26.7.2011 – Estabeleceu a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), à alíquota de 6%, aos empréstimos contraídos no exterior com prazo superior a 720 dias e liquidados antecipadamente.

7.539, de 2.8.2011 – Alterou o Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, que dispôs sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica.

7.540, de 2.8.2011 – Instituiu o Plano Brasil Maior, que tem como objetivos centrais acelerar o crescimento do investimento produtivo e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, além de aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais.

7.541, de 2.8.2011 – Postergou, até 31 de dezembro de 2012, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre caminhões e veículos leves.

7.542, de 2.8.2011 – Postergou, até 31 de dezembro de 2012, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre materiais de construção.

7.543, de 2.8.2011 – Postergou, até 31 de dezembro de 2012, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de capital.

7.544, de 2.8.2011 – Dispôs sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.

7.545, de 2.8.2011 – Promulgou a Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas, o texto de seu Anexo A, com reserva, e de seus Anexos B.1, B.2, B.5 e B.6.

7.546, de 2.8.2011 – Instituiu a Comissão Interministerial de Compras Públicas.

7.555, de 19.8.2011 – Regulamentou os artigos 14 a 20 da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, que dispôs sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no mercado interno e na importação, relativo a cigarros.

7.563, de 15.9.2011 – Alterou o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

7.567, de 15.9.2011 – Elevou em 30 pontos percentuais as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre a importação de veículos, exceto os provenientes do México e do Mercosul.

7.568, de 16.9.2011 – Alterou o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispôs sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e adotou outras providências.

7.570, de 26.9.2011 – Reduziu de R\$230,00 para R\$192,60 a alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre o metro cúbico de gasolinas e suas correntes.

7.575, de 29.9.2011 – Alterou os anexos do Decreto nº 7.445, de 1 de março de 2011, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011.

7.591, de 28.10.2011 – Reduziu as alíquotas incidentes sobre o metro cúbico de gasolina (de R\$192,60 para R\$91,00) e diesel (de R\$70,00 para R\$47,00).

7.593, de 28.10.2011 – Postergou de 1º de dezembro de 2011 para 1º de maio de 2012 o reajuste do IPI incidente sobre os preços dos cigarros.

7.599, de 7.11.2011 – Promulgou o Acordo Internacional do Cacau, assinado pelo governo brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

7.604, de 10.11.2011 – Alterou o Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011, que regulamenta os artigos 5º e 6º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de

2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispôs sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; e alterou a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona.

7.619, de 21.11.2011 – Regulamentou a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de resíduos sólidos.

7.622, de 22.11.2011 – Alterou a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011.

7.623, de 22.11.2011 – Regulamentou a Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

7.624, de 22.11.2011 – Dispôs sobre as condições de exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão.

7.631, de 1º.12.2011 – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre os seguintes produtos: fogões de cozinha, de 4% para zero; refrigeradores, de 15% para 5%; lavadoras de roupa (automáticas e semiautomáticas), de 20% para 10%; lavadoras de roupas (tanquinhos), de 10% para zero; papel sintético destinado à impressão de livros e periódicos, de 15% para zero; e palha de aço, de 10% para 5%.

7.632, de 1º.12.2011 – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre as seguintes operações: operações de crédito com pessoas físicas, de 3% a. a. para 2,5% a.a.; investimento externo em ações, de 2% para zero; *venture capital* (capital de risco), de 2% para zero; cancelamento de recibos de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior, de 2% para zero; aplicação de não residentes em títulos privados de longo prazo, com duração acima de 4 anos, de 6% para zero.

7.633, de 1º.12.2011 – Regulamentou o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), instituído pela Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

7.653, de 23.12.2011 – Autorizou o aumento do capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.

7.655, de 23.12.2011 – Fixou em R\$622,00 o valor do salário mínimo que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2012.

7.658, de 23.12.2011 – Dispôs sobre a execução do Sexagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2 (69PA-ACE2), assinado entre Brasil e Uruguai, em 24 de agosto de 2011, relativo ao setor automotivo.

7.760, de 23.12.2011 – Aprovou a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ipi), produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, e revogou os normativos que menciona.

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

3.940, de 31.12.2010 – Excluiu da aplicação da Resolução nº 2.827, de 30.3.2001, as empresas do Grupo Eletrobras e suas subsidiárias e controladas.

3.941, de 17.1.2011 – Alterou o art. 1º da Resolução nº 3.912, de 7 de outubro de 2010.

3.942, de 21.1.2011 – Alterou a Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, para estabelecer condições para contratação de financiamentos destinados a capital de giro e investimento de empresas e microempreendedores individuais localizados em municípios do Estado do Rio de Janeiro que decretaram situação de emergência ou calamidade pública.

3.943, de 27.1.2011 – Dispôs sobre prazos de contratação de operações de comercialização lastreadas em recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e sobre financiamentos com recursos desse fundo destinados à recuperação de lavouras de café atingidas por chuvas de granizo.

3.944, de 27.1.2011 – Dispôs sobre as condições para efetivação das renegociações de que tratam os artigos 7º e 7º-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, com redação dada pela Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, e alterou as Resoluções nºs 3.575 e 3.578, ambas de 29 de maio de 2008.

3.945, de 27.1.2011 – Alterou disposições do Manual de Crédito Rural (MCR) afetas ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

3.946, de 27.1.2011 – Alterou o volume e a fonte de recursos da linha especial de crédito para apoio aos agricultores familiares do estado do Mato Grosso atingidos por queimadas sem controle.

3.947, de 27.1.2011 – Dispôs sobre a fórmula de cômputo do prazo médio ponderado e procedimento simplificado previstos no parágrafo 1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010.

3.948, de 11.2.2011 – Dispensou o pagamento de juros para efeito da renegociação de que trata a Seção 1 do Capítulo 13 do Manual de Crédito Rural (MCR), em favor dos agricultores atingidos pelo excesso de chuvas no estado do Rio de Janeiro.

3.949, de 11.2.2011 – Instituiu linha emergencial de crédito de custeio para financiamento das unidades familiares de produção enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), autorizou a contratação de operação de investimento ao amparo do Pronaf Mais Alimentos e dispensou o pagamento de juros para efeito da renegociação de que trata a Seção 5 do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), em favor dos agricultores familiares atingidos pelo excesso de chuvas no estado do Rio de Janeiro.

3.950, de 24.2.2011 – Dispôs sobre os prazos para efetivação do contido nos artigos 3º e 4º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

3.951, de 24.2.2011 – Estendeu os períodos de formalização das composições de dívidas de hortifruticultores, suas cooperativas e empresas de produção de hortifrutícolas, e o de contratação da linha emergencial de crédito destinada a agricultores familiares com empreendimentos afetados por seca na região do semiárido dos estados do Nordeste e de Minas Gerais.

3.952, de 24.2.2011 – Autorizou a prorrogação dos prazos de vencimento das operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF) de arroz.

3.953, de 24.2.2011 – Alterou condições do Programa de Intervenções Viárias (Provias) para aqueles municípios que declararam estado de calamidade pública de acordo com os Decretos Estaduais do Rio de Janeiro nºs 42.796, 42.797, 42.801, 42.802, 42.803, 42.804 e 42.805, todos de 14 de janeiro de 2011, e adotou outras providências.

3.954, de 24.2.2011 – Alterou e consolidou as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no país.

3.955, de 10.3.2011 – Ampliou o limite, alterou a distribuição de recursos e modificou condições para a concessão de financiamentos descritos na Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, que estabelece condições para a concessão de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União, destinados à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

3.956, de 29.3.2011 – Revogou a Resolução nº 1.857, de 15 de agosto de 1991.

3.957, de 30.3.2011 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2011.

3.958, de 31.3.2011 – Ampliou limites para a contratação de operações de crédito para execução de ações de saneamento ambiental e pavimentação, selecionados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3.959, de 31.3.2011 – Alterou a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no país.

3.960, de 31.3.2011 – Alterou o limite da faculdade de aplicação da exigibilidade dos recursos obrigatórios (Manual de Crédito Rural – MCR 6-2-9 “a”) para o período de cumprimento 2010/2011.

3.961, de 31.3.2011 – Dispôs sobre o estabelecimento de alíquota de adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para enquadramento de operações de custeio agrícola de abacaxi, de açaí e de pimenta do reino.

3.962, de 31.3.2011 – Alterou o fator de ponderação da exigibilidade da poupança rural (Manual de Crédito Rural – MCR 6-4) para o período de cumprimento 2010/2011.

3.963, de 31.3.2011 – Dispôs sobre a apuração do limite de expansão por cliente, de que trata a Resolução nº 2.844, de 29 de junho de 2001, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.964, de 31.3.2011 – Elevou o limite de crédito dos agricultores familiares nas operações ao amparo da linha de investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf).

3.965, de 31.3.2011 – Alterou a Resolução nº 2.524, de 30 de julho de 1998, que estabelece normas para declaração de porte e de transporte de moeda nacional e estrangeira.

3.966, de 31.3.2011 – Instituiu linha extraordinária de crédito com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada à composição de dívidas de produtores rurais decorrentes de financiamentos à produção de café.

3.967, de 4.4.2011 – Alterou a Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010, que dispõe sobre o capital estrangeiro no país e seu registro no Banco Central do Brasil.

3.968, de 28.4.2011 – Dispôs sobre direcionamento de recursos do Funcafé e prorrogou o prazo para unificação dos financiamentos de custeio e de colheita com recursos desse fundo.

3.969, de 28.4.2011 – Concedeu novo prazo para contratação da linha de crédito emergencial para os orizicultores do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de

Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), de que trata o Manual de Crédito Rural – MCR 13-8-3.

3.970, de 28.4.2011 – Excluiu a exigência de pagamento mínimo de 20% do saldo devedor do financiamento para a prorrogação do vencimento das operações de Empréstimo do Governo Federal (EGF) de arroz, da safra 2009/2010, contratadas nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

3.971, de 28.4.2011 – Alterou o inciso XI do art. 9º-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e estabeleceu novo prazo para concessão de empréstimos em moeda por instituições financeiras federais para os estados e Distrito Federal.

3.972, de 28.4.2011 – Dispôs sobre cheques, devolução e oposição ao seu pagamento.

3.973, de 26.5.2011 – Dispôs sobre procedimentos aplicáveis à contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período de referência das demonstrações contábeis.

3.974, de 27.5.2011 – Remanejou recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) para o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), para aplicação na safra 2010/2011.

3.975, de 27.5.2011 – Autorizou a concessão de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinado ao financiamento da recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo entre 1º de outubro de 2010 e 31 de maio de 2011, observadas as condições gerais de financiamento com recursos desse fundo.

3.976, de 27.5.2011 – Ampliou o montante de recursos autorizados para contratação de novas operações de crédito destinadas ao Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, no âmbito da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2011.

3.977, de 31.5.2011 – Alterou normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.978, de 31.5.2011 – Dispôs sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir da safra 2011/2012.

3.979, de 31.5.2011 – Dispôs sobre programas de investimento agropecuário ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.980, de 31.5.2011 – Vinculou a contratação das linhas de financiamento Procopa e Mobilidade Urbana para a Copa 2014 às ações listadas na Matriz de Responsabilidades.

3.981, de 1º.6.2011 – Determinou recolhimento de cédulas consideradas inadequadas à circulação em razão de dano supostamente provocado por dispositivo antifurto.

3.982, de 20.6.2011 – Alterou a alínea “b” do inciso III do artigo 8º da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, que regulamenta as condições e os procedimentos para formalização das operações de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

3.983, de 29.6.2011 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2011.

3.984, de 30.6.2011 – Alterou normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.985, de 30.6.2011 – Alterou condições para contratação de operações de crédito rural destinadas à pesca e aquicultura.

3.986, de 30.6.2011 – Alterou condições para contratação de custeio, comercialização, Empréstimo do Governo Federal (EGF), Linha Especial de Crédito (LEC), e dos programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) e do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

3.987, de 30.6.2011 – Consolidou as disposições afetas aos financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

3.988, de 30.6.2011 – Dispôs sobre a implementação de estrutura de gerenciamento de capital.

3.989, de 30.6.2011 – Estabeleceu critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações realizadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.990, de 30.6.2011 – Alterou as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) 10-15 para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

3.991, de 30.6.2011 – Fixou a meta de inflação e seu intervalo de tolerância para o a 2013.

3.992, de 14.7.2011 – Autorizou a renegociação de operações de investimento, de custeio e de Empréstimos do Governo Federal (EGF) contratadas por orizicultores e suinocultores, e a concessão da Linha Especial de Crédito (LEC) para suínos.

3.993, de 14.7.2011 – Autorizou a renegociação das operações de investimento rural, com vencimento em 2011, contratadas por orizicultores e suinocultores ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

3.994, de 14.7.2011 – Alterou as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.995, de 28.7.2011 – Dispôs sobre linhas de crédito destinadas aos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e instituiu a linha de financiamento de capital de giro para indústrias de café solúvel.

3.996, de 28.7.2011 – Definiu fatores de ponderação para fins de cumprimento da exigibilidade e das subexigibilidades com base nos depósitos a vista (Manual de Crédito Rural – MCR 6-2), alterou os percentuais de subexigibilidades e da faculdade de aplicação com recursos do MCR 6-2 e introduziu outros ajustes no MCR.

3.997, de 28.7.2011 – Alterou a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio, e adotou outras providências.

3.998, de 28.7.2011 – Dispôs sobre o registro de operações de cessão de créditos e de arrendamento mercantil em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

3.999, de 11.8.2011 – Autorizou a renegociação de operações de custeio e de investimento, com vencimento em 2011, contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

4.000, de 25.8.2011 – Alterou e consolidou as normas que dispõem sobre a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

4.001, de 25.8.2011 – Alterou condições para contratação de operações de crédito de custeio, de investimento e de comercialização e para renegociação das operações ao amparo da Resolução nº 3.992, de 14 de julho de 2011.

4.002, de 25.8.2011 – Autorizou o Banco Central do Brasil a realizar operação de Redesconto do Banco Central, na modalidade de compra com compromisso de revenda, intradia, com instituições financeiras titulares de Conta de Liquidação e adotou outras providências.

4.003, de 25.8.2011 – Alterou a Resolução nº 3.605, de 29 de agosto de 2008, no tocante à classificação contábil das reservas de capital por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

4.004, de 25.8.2011 – Atualizou o prazo para contratação das operações de crédito que forem incluídas nos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) para até 31 de dezembro de 2011.

4.005, de 25.8.2011 – Alterou o art. 9º-J da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, prorrogando o prazo para contratações de operações de crédito no âmbito do Programa Caminho da Escola.

4.006, de 25.8.2011 – Alterou as condições para apresentação da documentação comprobatória de regularidade fundiária de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR) 2-1-18.

4.007, de 25.8.2011 – Dispôs sobre o registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros.

4.008, de 14.9.2011 – Dispôs sobre financiamentos ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança Climática (FNMC).

4.009, de 14.9.2011 – Alterou a Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, para estender o prazo de contratação das operações, alocar os limites passíveis de subvenção econômica pela União em financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ampliar a relação de beneficiários dessas operações, entre outras alterações.

4.010, de 14.9.2011 – Estabeleceu condições para linha de crédito com subvenção econômica pela União, para financiamentos a empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, de têxteis, de confecção, inclusive linha lar, de móveis de madeira, fruta (*in natura* e processadas), cerâmicas, *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação, autopeças e bens de capital (exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviárias e metroviárias, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias).

4.011, de 21.9.2011 – Alterou a Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, para estabelecer condições para a concessão de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União, destinados a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em municípios de estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em atos do Poder Executivo Federal.

4.012, de 29.9.2011 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o quarto trimestre de 2011.

4.013, de 29.9.2011 – Ajustou Disposições Gerais (Manual de Crédito Rural – MCR 10-1) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos – Pronaf Mais Alimentos (MCR 10-18).

4.014, de 29.9.2011 – Alterou disposições das linhas de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé).

4.015, de 29.9.2011 – Acrescentou o art. 9º-X à Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, autorizando a contratação de novas operações de crédito destinadas à Modernização da Administração Geral e Patrimonial das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.

4.016, de 29.9.2011 – Atualizou dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR) relacionados ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

4.017, de 29.9.2011 – Atualizou o Manual de Crédito Rural (MCR) quanto a normas específicas do Proagro Mais.

4.018, de 29.9.2011 – Alterou a Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, que dispôs sobre os acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

4.019, de 29.9.2011 – Dispôs sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

4.020, de 30.9.2011 – Alterou a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que dispôs sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de créditos.

4.021, de 30.9.2011 – Disciplinou a cobrança de tarifas pela prestação de serviços vinculados a operações de câmbio manual para compra ou venda de moeda estrangeira

relacionada a viagens internacionais e instituiu a obrigatoriedade de informação do Valor Efetivo Total (VET) nas operações em espécie.

4.022, de 13.10.2011 – Alterou a Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, para redistribuir recursos e estabelecer condições para a concessão de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados a capital de giro e investimentos de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas e jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em municípios atingidos por desastres naturais que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal, nos termos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

4.023, de 27.10.2011 – Alterou a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, que dispôs sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

4.024, de 27.10.2011 – Ajustou as condições para contratação de operações de crédito rural de investimento.

4.025, de 27.10.2011 – Alterou as condições do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) e do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

4.026, de 27.10.2011 – Alterou o regulamento anexo à Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, que dispôs sobre a aplicação dos recursos das reservas das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

4.027, de 27.10.2011 – Alterou o art.9º-M da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que consolidou e redefiniu as regras para o contingenciamento do crédito do setor público.

4.028, de 18.11.2011 – Autorizou a composição de dívidas e a renegociação de operações de crédito rural, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

4.029, de 18.11.2011 – Autorizou a renegociação de operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147-BR.

4.030, de 18.11.2011 – Autorizou a renegociação das operações contratadas ao amparo da Linha de Crédito para o Grupo “B” (Microcrédito Produtivo Rural) no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

4.031, de 18.11.2011 – Autorizou a renegociação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito para os grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

4.032, de 30.11.2011 – Dispôs sobre ajustes nas condições dos financiamentos de comercialização de produtos agrícolas.

4.033, de 30.11.2011 – Dispôs sobre a aplicação no exterior das disponibilidades em moeda estrangeira dos bancos autorizados a operar no mercado de câmbio e sobre a captação de recursos externos para as finalidades que especifica.

4.034, de 30.11.2011 – Alterou a redação dos artigos 2º e 4º da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e 1º da Resolução nº 2.423, de 23 de setembro de 1997, entre outras providências.

4.035, de 30.11.2011 – Alterou a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispôs sobre a contratação de correspondentes no país.

4.036, de 30.11.2011 – Facultou o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida.

4.037, de 15.12.2011 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2012.

4.038, de 15.12.2011 – Dispôs sobre a remuneração das instituições financeiras e dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

4.039, de 15.12.2011 – Alterou o artigo 1º da Resolução nº 3.912, de 7 de outubro de 2010.

4.040, de 15.12.2011 – Alterou a Resolução nº 3.339, de 26 de janeiro de 2006, que disciplinou a realização de operações compromissadas envolvendo títulos de renda fixa.

4.041, de 16.12.2011 – Autorizou a renegociação das parcelas com vencimentos em 2011 das operações de investimento rural contratadas por orizicultores e suinocultores, com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento (PSI).

4.042, de 15.12.2011 – Alterou a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que dispôs sobre a contratação de correspondentes no país.

4.043, de 15.12.2011 – Alterou a redação do artigo 13 da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, e adotou outras providências.

4.044, de 15.12.2011 – Alterou condições para a concessão de crédito agroindustrial destinado à industrialização da cana-de-açúcar nos Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.

4.045, de 29.12.2011 – Alterou a redação do caput do art. 9º-K da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, o qual trata da contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Intervenções Viárias (Provias).

Resoluções da Câmara de Comércio Exterior

2, de 19.1.2011 – Excluiu o código Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2917.36.00, referente ao produto ácido tereftálico puro-PTA, da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) e concedeu redução temporária da alíquota do Imposto de Importação para o referido código, de acordo com a quota estabelecida por razões de desabastecimento – Resolução Grupo Mercado Comum (GMC) 69/2000.

3, de 16.2.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes do Sistema Integrado que menciona.

4, de 16.2.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modifica os ex-tarifários constantes das resoluções que menciona.

6, de 16.2.2011 – Instituiu, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Gecex), o Grupo de Coordenação Mercosul-União Europeia com o objetivo de examinar e recomendar o posicionamento brasileiro no processo negociador birregional.

7, de 16.2.2011 – Alterou a Lista Brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC).

8, de 28.2.2011 – Aplicou direito *antidumping* definitivo, sob a forma de alíquota específica fixa, às importações brasileiras de objetos de mesa, de vidro, originárias da Argentina, Indonésia e China, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7013.49.00, por até 5 anos, nos montantes que especifica: US\$0,18/kg para a empresa que menciona; US\$0,37/kg para os demais produtores argentinos; US\$0,15/kg para as importações da Indonésia e US\$1,70/kg para as importações originárias da China.

9, de 14.3.2011 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução Camex nº 43, de 22 de dezembro de 2006.

10, de 14.3.2011 – Instituiu, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Gecex), o Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução Grupo Mercado Comum (GMC) nº 8, de 30 de junho de 2008 (GTAR-08), com o objetivo de examinar propostas de redução temporária da Tarifa Externa Comum (TEC), em caráter excepcional, para garantir o abastecimento normal e fluido de produtos no Mercosul.

11, de 14.3.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona.

12, de 14.3.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modificou os ex-tarifários que menciona.

13, de 14.3.2011 – Alterou o parágrafo 2º do artigo 1º da Resolução nº 70, de 14 de setembro de 2010, dispondo sobre a distribuição de quota de algodão não cardado nem penteado (códigos Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 5201.00.20 e 5201.00.90) para as indústrias do segmento têxtil para utilização em seu processo industrial e para as empresas comerciais exportadoras, e modificou a redação do “Ex” 001 do código NCM 8716.40.00, constante da Resolução Camex nº 7, de 17 de fevereiro de 2011, para incluir semirreboques.

14, de 14.3.2011 – Elevou para 35%, até 31 de dezembro de 2011, as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2006, para os códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2008.70.10 e NCM 2008.70.90.

15, de 17.3.2011 – Determinou que o apoio oficial brasileiro à exportação de aeronaves civis, seja por meio de financiamento ou refinanciamento, seguro de crédito, equalização de taxas de juros ou qualquer combinação dessas modalidades, deverá observar os termos, condições e procedimentos estipulados no novo Entendimento Setorial sobre Créditos à Exportação para Aeronaves Civis (“Entendimento Setorial Aeronáutico”) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), acordado entre seus participantes em fevereiro de 2011.

16, de 17.3.2011 – Alterou os artigos 1º e 2º da Resolução nº 86, de 9 de dezembro de 2010, que aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de resina de polipropileno, homopolímero e copolímero, originárias dos Estados Unidos, comumente classificadas nos itens Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 3902.10.20 e 3902.30.00, respectivamente, a ser recolhido sob a forma de alíquota *ad valorem* conforme especifica.

18, de 21.3.2011 – Excluiu o código Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4810.13.90 da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo II da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2006, e criou o “Ex” 001 no referido código, com alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação de 2%, por um período de doze meses e conforme quota discriminada.

19, de 7.4.2011 – Aplicou direito *antidumping* provisório, por um prazo de até seis meses, às importações brasileiras de n-Butanol, originárias dos Estados Unidos da América, comumente classificado no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2905.13.00, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixa, no montante de US\$127,53/t para a empresa *Basf Corporation*; US\$125,74/t para a empresa *Oxea Corporation*; US\$236,93/t para a empresa *Eastman Chemical Company*; e US\$244,91/t para os demais produtores/exportadores.

20, de 7.4.2011 – Aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de malhas de viscose, com ou sem elastano, originárias da República Popular da China, comumente classificadas nos itens Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 6004.10.41, 6004.10.42, 6004.10.43, 6004.10.44, 6004.90.40, 6006.41.00, 6006.42.00, 6006.43.00 e 6006.44.00, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixa no valor de US\$ 4,10/kg.

21, de 7.4.2011 – Dispôs sobre Incoterms e estabeleceu que nas exportações e importações brasileiras sejam aceitas quaisquer condições de venda praticadas no comércio internacional, desde que compatíveis com o ordenamento jurídico nacional.

23, de 7.4.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que menciona; e alterou as resoluções que relaciona.

24, de 7.4.2011 – Aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de malhas de viscose, com ou sem elastano, originárias da República Popular da China, comumente classificadas nos itens Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 6004.10.41, 6004.10.42, 6004.10.43, 6004.10.44, 6004.90.40, 6006.41.00, 6006.42.00, 6006.43.00 e 6006.44.00, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixa no valor de US\$4,10/kg.

25, de 5.5.2011 – Revogou o inciso IV do art. 2º da Resolução nº 63, de 17 de agosto de 2010, referente às práticas que frustrem a efetividade da aplicação das medidas de defesa comercial em vigor, quando da constituição de prática elisiva.

26, de 5.5.2011 – Alterou o artigo 3º da Resolução nº 80, de 9 de novembro de 2010, que dispôs sobre regras de origem aplicadas em instrumentos não preferenciais de política comercial.

27, de 5.5.2011 – Alterou o § 1º do art. 1º da Resolução nº 70, de 14 de setembro de 2010, relativamente à redução de quota estabelecida para operações com algodão.

28, de 5.5.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários.

29, de 5.5.2011 – Alterou para 2%, até 30 de junho de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados especificados, e alterou as resoluções que menciona.

33, de 17.5.2011 – Suspende, pelo prazo de 60 dias, a vigência da Resolução nº 21, de 7 de abril de 2011, que dispôs sobre as condições de venda praticadas no comércio internacional aceitas nas exportações e importações brasileiras.

34, de 17.5.2011 – Alterou para 2%, para o período e quota discriminados, por razões de desabastecimento, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os produtos que especifica, classificados nos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2907.23.00 e NCM 7208.51.00.

35, de 1º.6.2011 – Alterou para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifários.

36, de 1º.6.2011 – Alterou para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de ex-tarifários.

37, de 1º.6.2011 – Aplicou direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 meses, às importações brasileiras de papel supercalandrado, classificadas no item 4806.40.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da República Francesa, República Italiana e República da Hungria.

38, de 1º.6.2011 – Aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até 5 anos, às importações brasileiras de borracha de estireno e butadieno das linhas 1502 e 1712, originárias da República da Coreia, comumente classificadas no item 4002.19.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

39, de 31.5.2011 – Alterou para 0% a alíquota do imposto de importação sobre vacinas contra raiva e contra hepatite B, por 12 meses e conforme quotas discriminadas e altera para 2% a alíquota do imposto de importação sobre óleo de palmiste, também por 12 meses e para 222.500 toneladas, por razões de abastecimento.

40, de 8.6.2011 – Instituiu, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão (Gecex), o Grupo de Coordenação sobre Consolidação da União Aduaneira do Mercosul (GC Mercosul) com o objetivo de examinar e recomendar o posicionamento brasileiro frente aos compromissos previstos na Decisão Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 56, de 16 de dezembro de 2010 (Programa de Consolidação da União Aduaneira), entre outras providências.

41, de 14.6.2011 – Alterou para 2% a alíquota do Imposto de Importação sobre o Ex 001 – Linear alquilbenzeno, por 3 meses e para 3.000 toneladas, por razões de abastecimento.

42, de 14.6.2011 – Instituiu, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Gecex), o Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução Grupo Mercado Comum (GMC) nº 08, de 20 de junho de 2008 (GTAR-08), que trata de modificação na tarifa externa por questão de desabastecimento.

43, de 21.6.2011 – Alterou para 2% a alíquota do imposto de importação sobre “óxidos de titânio tipo anatase”, por 12 meses e para 6.000 toneladas, por razões de abastecimento.

44, de 11.7.2011 – Instituiu, no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex), o Grupo Técnico Interministerial com a atribuição de elaborar proposta de modernização e consolidação da legislação interna sobre comércio exterior, com vistas a sua harmonização, racionalização e simplificação.

45, de 11.7.2011 – Aplicou direito *antidumping* provisório, por um prazo de até seis meses, às importações brasileiras de diisocianato de tolueno, originárias da Argentina e dos Estados Unidos, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2929.10.21, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas fixadas em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes que especifica.

46, de 11.7.2011 – Prorrogou o direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de garrafas térmicas originárias da China, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 9617.00.10, mantendo o direito em vigor na forma de alíquota *ad valorem* de 47%.

47, de 11.7.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre Bem de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifário, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona.

48, de 11.7.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona

e para 0% as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os componentes do Sistema Integrado (SI-844), constante da Resolução nº 36, de 1º de junho de 2011. Modifica os ex-tarifários das resoluções que menciona.

50, de 15.7.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o Bem de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifário, classificado no código Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 9030.82.10.

51, de 15.7.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de ex-tarifários.

54, de 9.8.2011 – Prorrogou o direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (*line pipe*), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas, originárias da Romênia, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7304.19.00, a ser recolhido sob a forma de alíquota *ad valorem* de 14,3%, entrando em vigor em 7 de outubro de 2011.

55, de 9.8.2011 – Alterou os artigos 1º e 6º da Resolução nº 35, de 22 de novembro de 2006, que disciplina a redução da alíquota do Imposto de Importação de bens de capital, de informática e de telecomunicações, bem como de suas partes, peças e componentes, sem produção nacional, e define que a redução não é aplicável para bens usados.

56, de 9.8.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de ex-tarifários.

57, de 9.8.2011 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital que menciona, na condição de ex-tarifários.

58, de 12.8.2011 – Alterou para 0%, até 31 de dezembro de 2011, a alíquota do Imposto de Importação da mercadoria “Ácido Tereftálico e seus sais” Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2917.36.00 cuja quota é de 135.000 toneladas, ao amparo da Resolução Grupo Mercado Comum (GMC) nº 8, de 20 de junho de 2008.

59, de 29.8.2011 – Alterou para 2%, por um período de seis meses e conforme quotas discriminadas, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4810.13.90 papel couchê e 7307.91.00, flanges e, até 31 de dezembro de 2011, da mercadoria classificada no código NCM 7208.51.00, ao amparo da Resolução Grupo Mercado Comum (GMC) nº 8, de 20 de junho de 2008.

60, de 6.9.2011 – Alterou na Resolução nº 38, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre a aplicação de direito *antidumping* definitivo às importações brasileiras de borracha de estireno e butadieno das linhas 1502 e 1712, originárias da Coreia, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4002.19.19, tendo em vista o pedido de reconsideração apresentado pelas empresas *Kumho Petrochemical Co., Ltd. (KKPC)* e *Lanxess Elastômeros do Brasil S.A.*

61, de 6.9.2011 – Dispôs sobre a aplicação de direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, originárias da República do Chile e homologa compromisso de preço.

63, de 6.9.2011 – Dispôs sobre a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de tubos de aço carbono originárias da República Popular da China.

64, de 9.9.2011 – Disciplinou a cobrança retroativa de direitos *antidumping* e compensatórios.

65, de 14.9.2011 – Alterou a Lista Brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC).

66, de 6.9.2011 – Alterou a forma de aplicação do direito *antidumping* definitivo aplicado às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila, de que trata a Resolução nº 85, de 8 de dezembro de 2010.

67, de 20.9.2011 – Incluiu novos tipos de “reboques e semirreboques” na Lista Brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC).

68, de 20.9.2011, retificação publicada em 27.9.2011 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de ex-tarifários.

69, de 20.9.2011, retificação publicada em 30.9.2011 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC) e a Lista Brasileira de Exceção à TEC.

70, de 20.9.2011 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de ex-tarifários.

71, de 20.9.2011 – Prorrogou o direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de Fosfato Monocálcico Mono-hidratado Grau Alimentício (MCP), originárias da República Argentina.

72, de 5.10.2011 – Alterou para 2%, pelos períodos indicados e conforme quota discriminada, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que relaciona.

73, de 5.10.2011 – Alterou o art. 6º da Resolução nº 35, de 22 de novembro de 2006, que estabelece que a redução da alíquota do Imposto de Importação de bens de capital, de informática e de telecomunicações, bem como de suas partes, peças e componentes, sem produção nacional, assinalados na Tarifa Externa Comum (TEC) como BK ou BIT, poderá ser concedida na condição de ex-tarifário.

74, de 5.10.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes do Sistema Integrado que especifica e modifica os ex-tarifários das resoluções que menciona.

75, de 5.10.2011 – Encerrou a investigação com a aplicação de direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de papel supercalandrado, exportadas pela França, Itália e Hungria, comumente classificado no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4806.40.00, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes especificados.

76, de 5.10.2011 – Encerrou a investigação com a aplicação de direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de n-Butanol, exportadas pelos Estados Unidos, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2905.13.00, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes que especifica.

77, de 5.10.2011 – Extinguiu o direito *antidumping* definitivo aplicado às importações brasileiras de carbonato de bário, exportadas pela China, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2836.60.00, de que trata a Resolução nº 48, de 30 de junho de 2010.

78, de 5.10.2011 – Dispôs que se considera cumprida a exigência de autorização de que trata o item 2 do Anexo da Resolução nº 55, de 5 de agosto de 2010, quando a importação não estiver sujeita à exigência, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), de licença de importação e for realizada, direta ou indiretamente, por pessoa jurídica na forma que menciona e revoga a Resolução nº 83, de 7 de dezembro de 2010.

79, de 5.10.2011 – Alterou a Lista Brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC).

82, de 5.10.2011 – Instituiu o Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com o objetivo de examinar as propostas

de fixação de direitos *antidumping* e compensatórios, provisórios ou definitivos, de salvaguardas, de homologação do compromisso de preço e de extensão da aplicação de medidas *antidumping* e compensatória de que trata o art. 10-A da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 e revoga a Resolução nº 30, de 26 de setembro de 2006.

83, de 31.10.2011 – Alterou, pelos períodos que menciona e conforme quotas discriminadas, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que especifica e revoga a Resolução nº 80, de 5 de outubro de 2011.

84, de 9.11.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifários.

85, de 9.11.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona.

86, de 9.11.2011 – Aplicou direito *antidumping* provisório, por um prazo de até seis meses, às importações brasileiras de papel couchê leve (*Light Weight Coated* – LWC), revestido em ambas as faces, de peso total entre 50g/m e 72g/m, em que o peso do revestimento não exceda a 152g/m² por face, para impressão em *offset*, com alvura (*brightness*) entre 60% e 95%, devendo ainda a composição fibrosa do papel-suporte ser constituída por, pelo menos, 50%, em peso, de fibras de madeira obtidas por processo mecânico, originárias dos Estados Unidos, Finlândia, Suécia, Bélgica, Canadá e Alemanha, comumente classificadas no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4810.22.90, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas fixadas em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes especificados.

87, de 9.11.2011 – Revogou alteração de alíquotas do Imposto de Importação do código que menciona ao amparo da Resolução nº 8, de 20 de junho de 2008, do Grupo Mercado Comum do Mercosul (GMC), constantes nas Resoluções Camex nº 72 e 83, de, respectivamente, 5 e 31 de outubro de 2011, que alteraram as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação de mercadorias classificadas nos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7326.90.90.

88, de 11.11.2011 – Prorrogou o prazo para apresentação do primeiro projeto de modernização e consolidação da legislação relativa ao comércio exterior, de que trata a Resolução nº 44, de 11 de julho de 2011.

92, de 17.11.2011 – Aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de diisocianato de tolueno (TDI-80/20), originárias dos Estados Unidos da América (EUA) e da Argentina.

94, de 8.12.2011 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC), bem como as Listas de Exceções à Tarifa Externa Comum e de Bens de Informática e de Telecomunicações (BIT), para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado 2012. Esta Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

95, de 13.12.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifários que menciona.

96, de 13.12.2011 – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados (SI) que relaciona. As alíquotas do SI-882 ficam alteradas para 0%.

97, de 23.12.2011 – Alterou para 2%, por um período de 12 meses e conforme quota discriminada, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 3206.11.19 e 3904.10.20.

98, de 29.12.2011 – Prorrogou, até 31 de dezembro de 2012, o prazo de vigência da alíquota do Imposto de Importação de 35%, de que trata a Resolução Camex nº 92, de 27 de dezembro de 2010, para os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) discriminados, que constam do Anexo I da Resolução nº 94, de 8 de dezembro de 2011, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2012.

99, de 29.12.2011 – Prorrogou, até 31 de dezembro de 2012, o prazo de vigência da alíquota do Imposto de Importação de 35%, de que trata a Resolução nº 14/2011, para os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) discriminados, que constam do Anexo I da Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2012.

100, de 29.12.2011 – Atualizou o enquadramento tarifário e as numerações de ex-tarifários de Bens de Capital vigentes, em adequação à Resolução nº 94, de 8 de dezembro de 2011, que internalizou a V Emenda ao Sistema Harmonizado, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Circulares do Banco Central do Brasil

3.520, de 6.1.2011 – Instituiu recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre posição vendida de câmbio.

3.521, de 12.1.2011 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa de Referência (TR).

3.522, de 14.1.2011 – Vedou às instituições financeiras a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições.

3.523, de 14.1.2011 – Estabeleceu período de entrega de declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) referente à data-base de 31 de dezembro de 2010.

3.524, de 3.2.2011 – Dispôs sobre os limites de alavancagem e de mobilização para as administradoras de consórcio e adotou outras providências.

3.525, de 10.2.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e de Capitais Internacionais (RMCCI).

3.526, de 23.2.2011 – Prorrogou o termo final do prazo de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) referente à data-base de 31 de dezembro de 2010.

3.527, de 3.3.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.528, de 23.3.2011 – Alterou a Circular nº 3.091, de 1º de março de 2002, e a Circular nº 3.144, de 14 de agosto de 2002, que tratam do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo e da exigibilidade adicional sobre depósitos, e a Circular nº 3.520, de 6 de janeiro de 2011, que trata do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre a posição vendida de câmbio.

3.529, de 29.3.2011 – Dispôs sobre o recolhimento compulsório sobre recursos captados pela Caixa Econômica Federal.

3.530, de 7.4.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.531, de 13.4.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.532, de 25.4.2011 – Instituiu a truncagem como procedimento padrão no âmbito da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), alterou e consolidou a pertinente regulamentação.

3.533, de 25.4.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.534, de 6.5.2011 – Alterou o dispositivo da regulamentação sobre Transferência Eletrônica Disponível (TED).

3.535, de 16.5.2011 – Criou motivo de devolução de cheques, alterou descrições e especificações de utilização de motivos já existentes e alterou a Circular nº 3.532, de 25 de abril de 2011.

3.536, de 19.5.2011 – Alterou o regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom), anexo à Circular nº 3.297, de 31 de outubro de 2005.

3.537, de 25.5.2011 – Alterou a Circular nº 3.506, de 23 de setembro de 2010, que dispõe sobre a metodologia de apuração da taxa de câmbio real/dólar pelo Banco Central do Brasil (PTAX).

3.538, de 1º.6.2011 – Dispõe sobre os procedimentos para a retirada de circulação de cédulas danificadas em decorrência de suposto acionamento de dispositivos antifurto.

3.539, de 2.6.2011 – Alterou os artigos 8º e 9º do Regulamento anexo à Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2011.

3.540, de 9.6.2011 – Alterou a Circular nº 3.538, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre os procedimentos para a retirada de circulação de cédulas suspeitas de terem sido danificadas pelo acionamento de dispositivos antifurto.

3.541, de 24.6.2011 – Alterou a Circular nº 3.298, de 1º de novembro de 2005, e o seu anexo Regulamento de Custódia de Numerário do Banco Central do Brasil.

3.542, de 24.6.2011 – Alterou a Circular nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008, prorrogando o prazo para a aquisição de ativos e a realização de depósitos interfinanceiros passíveis de dedução de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo.

3.543, de 24.6.2011 – Estabeleceu período de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) referente às datas-bases de 31 de março de 2011, de 30 de junho de 2011 e de 30 de setembro de 2011.

3.544, de 28.6.2011 – Alterou o Regulamento anexo à Circular nº 3.406, de 26 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da Argentina.

3.545, de 4.7.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) e adotou outras providências.

3.546, de 4.7.2011 – Alterou o anexo ao Regulamento do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen) divulgado pela Circular nº 3.232, de 6 de abril de 2004.

3.547, de 7.7.2011 – Estabeleceu procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

3.548, de 8.7.2011 – Redefiniu e consolidou as regras do recolhimento compulsório sobre posição vendida em câmbio.

3.549, de 18.7.2011 – Alterou a Circular nº 3.512, de 25 de novembro de 2010, e a Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, para dispor sobre assuntos relativos a contratos de cartão de crédito que prevejam pagamento das faturas por meio de consignação em folha.

3.550, de 21.7.2011 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica de Juros (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

3.551, de 21.7.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e de Capitais Internacionais (RMCCI).

3.552, de 26.7.2011 – Alterou a data a partir da qual deverão ser submetidas à liquidação em sistema operado pelo Banco Central do Brasil, as Transferências Eletrônicas Disponíveis (TEDs) realizadas a favor ou por ordem de instituição titular de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, sempre que envolverem aplicação nos mercados financeiro e de capitais.

3.553, de 3.8.2011 – Dispôs sobre as condições para registro de operações de cessão de créditos em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

3.554, de 3.8.2011 – Alterou o Regimento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.555, de 10.8.2011 – Regulamentou a troca eletrônica de informações por meio da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN).

3.556, de 17.8.2011 – Alterou o Regimento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.557, de 1.9.2011 – Alterou dispositivos relativos ao Redesconto do Banco Central presentes no regulamento anexo à Circular nº 3.105, de 5 de abril de 2002.

3.558, de 16.9.2011 – Dispôs sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte das administradoras de consórcio, e adotou outras providências.

3.559, de 19.9.2011 – Divulgou a realização do Censo de Capitais Estrangeiros no País 2011.

3.560, de 17.10.2011 – Dispensou o envio de documentos contábeis por parte das administradoras de consórcio.

3.561, de 26.10.2011 – Dispôs sobre a autorização para as instituições financeiras participarem das operações de subvenção econômica no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

3.562, de 31.10.2011 – Prorrogou o termo final do prazo para entrega da declaração do Censo de Capitais Estrangeiros no País 2011, referente à data-base de 31 de dezembro de 2010.

3.563, de 11.11.2011 – Alterou a Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, que estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR), e a Circular nº 3.512, de 25 de novembro de 2010, que dispôs sobre o pagamento do valor mínimo da fatura de cartão de crédito.

3.564, de 16.11.2011 – Alterou o anexo ao Regulamento do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen) divulgado pela Circular nº 3.232, de 6 de abril de 2004.

3.565, de 8.12.2011 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.566, de 8.12.2011 – Definiu critérios para aferição do cumprimento de exigibilidade de aplicação dos depósitos à vista em operações de microcrédito e estabeleceu procedimentos para remessas de informações relativas a essas operações.

3.567, de 12.12.2011 – Dispôs sobre o fornecimento de informações relativas a operações de crédito do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que trata a Resolução nº 3.568, de 17 de dezembro de 2008.

3.568, de 21.12.2011 – Alterou dispositivos das Circulares nºs 3.361, de 12 de setembro de 2007, 3.388, de 4 de junho de 2008, 3.478, de 24 de dezembro de 2009, e 3.498, de

28 de junho de 2010, que estabeleceram os procedimentos para o cálculo das parcelas PJUR, PACS, PCOM e PCAM do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007.

3.569, de 21.12.2011 – Redefiniu e consolidou as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo.

3.570, de 23.12.2011 – Estabeleceu a obrigatoriedade de prestação de informações relacionadas às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, promoveu alterações no regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) e adotou outras providências.

Circulares da Secretaria de Comércio Exterior

1, de 6.1.2011 – Abriu, a contar de 7 de janeiro de 2011, o prazo de 40 dias para que sejam apresentadas propostas de melhora de oferta para as negociações no âmbito do futuro Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia. Para indicação de novas ofertas, deverá ser observada a planilha disponível no endereço: <http://www.mdic.gov.br/sito/interna/interna.php?area=5&menu=2635&ref=1893>, que representa a consolidação de ofertas do Mercosul em setembro de 2004. A partir desse arquivo, o interessado apresentará eventuais melhoras nas cestas então consolidadas. As manifestações de interesse poderão ser formuladas exclusivamente por associações ou entidades de classe, devendo ser encaminhadas por meio de documento escrito, endereçado ao Departamento de Negociações Internacionais (Deint), localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 8º andar, sala 814, além de cópia digital dirigida aos endereços: deint@mdic.gov.br e andre.ponzo@mdic.gov.br.

3, de 18.1.2011 – Prorrogou, para até o dia 4 de fevereiro de 2011, o prazo final estipulado na Circular nº 54/2010, para que sejam apresentadas manifestações sobre a proposta europeia de requisitos específicos de origem para os produtos classificados nos Capítulos 25 a 97 do Sistema Harmonizado para as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia. O referido prazo termina às 17 horas, horário de Brasília, DF, de 4 de fevereiro de 2011.

23, de 19.5.2011 – Encerrou a investigação, para averiguar a existência de dumping nas exportações de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo (Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM 7208.51.00 e 7208.52.00) originárias da Turquia, Coreia do Norte, de Taipei Chinês e do México.

25, de 27.5.2011 – Prorrogou por até seis meses, a partir de 1º de junho de 2011, o prazo de encerramento da investigação de *dumping* nas exportações de borracha de estireno e

butadieno E-SBR 1502 e 1712 da Coreia para o Brasil, e de dano à indústria doméstica resultante de tal prática, iniciada por meio da Circular nº 20, de 31 de maio de 2010.

63, de 30.11.2011 – Tornou público que o Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos, do qual o Brasil é beneficiário, foi renovado até o dia 31 de julho de 2013, mediante a sanção presidencial ao projeto do Congresso norte-americano “*H.R. 2832: To extend the Generalized System of Preferences, and for other purposes*”, ocorrida em 21 de outubro de 2011.

Portarias da Secretaria da Receita Federal do Brasil

257, de 20.5.2011 – Dispôs sobre o reajuste da Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior, administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

464, de 22.9.2011 – Prorrogou até 29 de dezembro de 2011 o prazo para recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações com derivativos e revogou a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 370, de 29 de julho de 2011.

560, de 23.12.2011 – Prorrogou o prazo para recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações com derivativos e revogou a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 464, de 22 de setembro de 2011.

Portarias da Secretaria de Comércio Exterior

2, de 7.1.2011 – Determinou que, partir do dia 1º de fevereiro de 2011, os Registros de Exportação passarão a ser registrados somente no Siscomex Exportação, em ambiente web, sendo o acesso realizado pela página eletrônica do MDIC (www.mdic.gov.br).

23, de 11.7.2011 – Consolidou as normas e procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior e revogou, entre outras, a Portaria nº 10, de 24 de maio de 2010.

41, de 5.12.2011 – Determinou que os lápis de grafite e lápis de cor caracterizados como lápis de madeira com diâmetro de 7 a 8 mm, classificados na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 9609.10.00, exportados pela empresa que menciona, não cumprem as condições necessárias para serem considerados originários de Taipé Chinês.

Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional

65, de 27.1.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$22.711.845,33 (vinte e dois milhões, setecentos e onze mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos), referenciadas a 15 de janeiro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

66, de 27.1.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$20.580.873,61 (vinte milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos), referenciadas a 15 de janeiro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

188, de 28.3.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$2.945.697,32, referenciadas a 15 de março de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

189, de 28.3.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$43.375.075,40, referenciadas a 15 de março de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

190, de 28.3.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$2.859,11, referenciadas a 15 de março de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

268, de 27.4.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$14.204.036,20 (quatorze milhões, duzentos e quatro mil, trinta e seis reais e vinte centavos), referenciadas a 15 de abril de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

269, de 27.4.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$593.985,44 (quinhentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), referenciadas a 15 de abril de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos

à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

270, de 27.4.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$2.247.293,85 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), referenciadas a 15 de abril de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

439, de 5.7.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$2.594.554,50 (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), referenciadas a 15 de junho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

440, de 5.7.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$20.170.450,74 (vinte milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos), referenciadas a 15 de junho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

441, de 5.7.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$35.603.586,06 (trinta e cinco milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e seis centavos), referenciadas a 15 de junho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

526, de 1º.8.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$1.089.225,47 (um milhão, oitenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos), referenciadas a 15 de julho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

527, de 1º.8.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$4.592.132,80 (quatro milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos), referenciadas a 15 de julho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

528, de 1º.8.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$16.952.636,51 (dezesseis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos), referenciadas a 15 de julho de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

669, de 30.9.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$3.525.509,95 (três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quinhentos e nove reais e noventa e cinco centavos), referenciadas a 15 de setembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

670, de 30.9.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$35.020.361,02 (trinta e cinco milhões, vinte mil, trezentos e sessenta e um reais e dois centavos), referenciadas a 15 de setembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

671, de 30.9.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$60.010.291,76 (sessenta milhões, dez mil, duzentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos), referenciadas a 15 de setembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

726, de 28.10.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$229.204,35 (duzentos e vinte e nove mil, duzentos e quatro reais e trinta e cinco centavos), referenciadas a 15 de outubro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

727, de 28.10.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$1.582.245,29 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos), referenciadas a 15 de outubro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

728, de 28.10.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$21.008.442,64 (vinte e um milhões, oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), referenciadas a 15 de outubro de 2011,

a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

794, de 30.11.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$700.952,94 (setecentos mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos), referenciadas a 15 de novembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

795, de 30.11.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$2.381.552,03 (dois milhões, trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e três centavos), referenciadas a 15 de novembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

796, de 30.11.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$26.472.037,40 (vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, trinta e sete reais e quarenta centavos), referenciadas a 15 de novembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

811, de 7.12.2011 – Estabeleceu que os recursos referentes aos Fundos de Participação dos estados, Distrito Federal e municípios e ao Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados (IPI-EXP) serão creditados aos beneficiários em 2012, de acordo com o cronograma que menciona.

850, de 27.12.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$385.301,78 (trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e um reais e setenta e oito centavos), referenciadas a 15 de dezembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

851, de 27.12.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$4.877.009,30 (quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, nove reais e trinta centavos), referenciadas a 15 de dezembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

852, de 27.12.2011 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$27.550.023,28 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta mil, vinte e três reais e vinte e oito centavos), referenciadas a 15 de dezembro de 2011, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.124, de 2.1.2011 – Dispôs sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas, para o ano-calendário de 2010.

1.169, de 29.6.2011 – Estabeleceu procedimentos especiais de controle, na importação ou na exportação de bens e mercadorias, diante de suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento, e revogou as Instruções Normativas SRF nºs 52, de 8 de maio de 2001, e 206, de 25 de setembro de 2002.

1.186, de 29.8.2011 – Dispôs sobre o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero).

1.202, de 19.10.2011 – Aprovou a V Emenda à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

1.207, de 3.11.2011 – Dispôs sobre a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações com derivativos.

Atos Declaratórios Interpretativos da Secretaria da Receita Federal

40, de 1º.8.2011 – Esclareceu que a utilização do cartão de crédito para pagamento de contas na função crédito, referida na Resolução nº 3.919, de 25 de novembro de 2010, fica sujeita à incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), à alíquota de 3% (três por cento).

41, de 1º.8.2011 – Esclareceu que as liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, inclusive por meio de operações simultâneas, referente a empréstimo externo contratado de forma direta ou mediante emissão de títulos de

mercado internacional com prazo médio mínimo de até 720 dias, nos termos do inciso XXII do art. 15-A do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 7.457, de 6 de abril de 2011, sujeitam-se à incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), à alíquota de 6% (seis por cento).

Comunicados do Banco Central do Brasil

20.503, de 18.1.2011 – Dispensou a vinculação de contratos de câmbio a Declarações de Despachos de Exportação (DDE) e a Declarações de Importação (DI), entre outras providências.

21.124, de 31.5.2011 – Divulgou a celebração de Acordo bilateral entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da República Argentina autorizando o curso, no âmbito do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-americana de Integração (Aladi), de operações de comércio internacional de serviços necessários à execução de obras de engenharia civil destinadas à construção de infraestrutura e de plantas.

Cartas-Circulares do Banco Central do Brasil

3.512, de 24.6.2011 – Divulgou critérios para credenciamento e descredenciamento de instituições ‘dealers’ que operarão com o Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin) – Circular nº 3.083, de 30 de janeiro de 2002 e revogou a Carta-Circular nº 3.395, de 23 de abril de 2009.

3.523, de 18.10.2011 – Divulgou procedimentos relativos ao recolhimento compulsório sobre posição vendida de câmbio.



Apêndice

Membros do Conselho Monetário Nacional

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil

Unidades regionais do Banco Central do Brasil

Siglas

Membros do Conselho Monetário Nacional (31 de dezembro de 2011)

Guido Mantega

Ministro da Fazenda – Presidente

Paulo Bernardo

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Alexandre Antonio Tombini

Presidente do Banco Central do Brasil

Administração do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011)

Diretoria Colegiada

Alexandre Antonio Tombini

Presidente

Aldo Luiz Mendes

Diretor

Altamir Lopes

Diretor

Anthero de Moraes Meirelles

Diretor

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Diretor

Luiz Awazu Pereira da Silva

Diretor

Sidnei Corrêa Marques

Diretor

Secretaria-Executiva da Diretoria

Secretário-Executivo:

Luiz Edson Feltrim

*Secretário da Diretoria e do
Conselho Monetário Nacional:*

Henrique Balduino Machado Moreira

Secretário de Relações Institucionais:

José Linaldo Gomes de Aguiar

Consultores da Diretoria

Aloísio Tupinambá Gomes Neto

Andréia Laís de Melo Silva Vargas

Carolina de Assis Barros

Emanuel Di Stefano Bezerra Freire

Katherine Hennings

Maurício Costa de Moura

Wagner Thomaz de Aquino Guerra Júnior

Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011)

Assessoria Parlamentar – Aspar

Chefe: *Luiz do Couto Neto*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

Auditoria Interna do Banco Central do Brasil – Audit

Corregedor-Geral: *Osmane Bonincontro*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 5º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil – Coger

Corregedor-Geral: *Jaime Alves de Freitas*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 12º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Contabilidade e Execução Financeira – Deafi

Chefe: *Eduardo de Lima Rocha*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 16º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro – Decic

Chefe: *Ricardo Lião*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 7º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos – Decap

Chefe: *Claudio Jaloretto*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 7º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Controle de Gestão e de Planejamento da Supervisão – Decop

Chefe: *Harold Paquete Espinola Filho*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 6º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais – Derin

Chefe: *Bruno Walter Coelho Saraiva*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 14º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento Econômico – Depec

Chefe: *Tulio José Lenti Maciel*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 10º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Estudos e Pesquisas – Depep

Chefe: *Adriana Soares Sales*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 13º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Gestão de Pessoas e Organização – Depes

Chefe: *Nilvanete Ferreira da Costa*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 17º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Liquidações Extrajudiciais – Deliq

Chefe: *Dawilson Sacramento*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 13º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento do Meio Circulante – Mecir

Chefe: *João Sidney de Figueiredo Filho*

Av. Rio Branco, 30 – Centro

20090-001 Rio de Janeiro – RJ

Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Denor

Chefe: *Sergio Odilon dos Anjos*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 5º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – Deban

Chefe: *Daso Maranhão Coimbra*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 18º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Operações de Mercado Aberto – Demab

Chefe: *João Henrique de Paula Freitas Simão*

Av. Presidente Vargas, 730 – 6º andar

20071-001 Rio de Janeiro – RJ

Departamento de Operações das Reservas Internacionais – Depin

Chefe: *Márcio Barreira de Ayrosa Moreira*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 5º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf

Chefe: *Adalberto Gomes da Rocha*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão (Depog)

Chefe: *Adalberto Felinto da Cruz Júnior*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 9º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Infraestrutura e Gestão Patrimonial – Demap

Chefe: *Antonio Carlos Mendes Oliveira*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Segurança – Deseg

Chefe: *Gontron Magalhães Júnior*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários – Desup

Chefe: *Carlos Donizeti Macedo Maia*

Av. Paulista, 1.804 – 14º andar – Bela Vista

01310-922 São Paulo – SP

Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias – Desuc

Chefe: *José Angelo Mazzillo Júnior*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 6º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – Desig

Chefe: *Lucio Rodrigues Capelletto*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 4º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Tecnologia da Informação – Deinf

Chefe: *Marcelo José Oliveira Yared*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 2º andar

70074-900 Brasília – DF

Ouvidoria do Banco Central do Brasil – Ouvid

Ouvidor: *Hélio José Ferreira*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 21º andar

70074-900 Brasília – DF

Procuradoria-Geral do Banco Central – PGBC

Procurador-Geral: *Isaac Sidney Menezes Ferreira*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 11º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerências-Executivas

Gerência-Executiva de Apoio Administrativo e Tecnológico – Geate

Gerente-Executivo: *José Augusto Varanda*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 21º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence)

Gerente-Executivo: *Geraldo Magela Siqueira*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 3º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Aplicações Obrigatórias em Crédito Rural e do Proagro – Gerop

Gerente-Executivo: *Deoclécio Pereira de Souza*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores – Gerin

Gerente-Executivo: *Renato Jansson Rosek*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Riscos Corporativos e Referências Operacionais – Geris

Gerente-Executivo: *Isabela Ribeiro Damaso Maia*

SBS – Quadra 3 – Edifício-Sede – 17º andar

70074-900 Brasília – DF

Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011)

1ª Região – Gerência-Administrativa em Belém – ADBEL

Gerente-Administrativo: *Antônio Cardoso da Silva*
Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima
Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 Belém – PA

2ª Região – Gerência-Administrativa em Fortaleza – ADFOR

Gerente-Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*
Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí
Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 Fortaleza – CE

3ª Região – Gerência-Administrativa em Recife – ADREC

Gerente-Administrativo: *Cleber Pinto dos Santos*
Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte
Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1445
50040-090 Recife – PE

4ª Região – Gerência-Administrativa em Salvador – ADSAL

Gerente-Administrativo: *Genival Silva Coutinho*
Jurisdição: Bahia e Sergipe
Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 Salvador – BA

5ª Região – Gerência-Administrativa em Belo Horizonte – ADBHO

Gerente-Administrativo: *Luiz Cláudio Portela Ferreira*
Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins
Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte – MG

6ª Região – Gerência-Administrativa no Rio de Janeiro – ADRJA

Gerente-Administrativo: *Felipe Beer Frenkel*
Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 Rio de Janeiro – RJ

7ª Região – Gerência-Administrativa em São Paulo – ADSPA

Gerente-Administrativo: *David Falcão*
Jurisdição: São Paulo
Av. Paulista, 1.804 – Bela Vista
Caixa Postal 894
01310-922 São Paulo – SP

8ª Região – Gerência-Administrativa em Curitiba – ADCUR

Gerente-Administrativo: *Roberto Siqueira Filho*
Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 Curitiba – PR

9ª Região – Gerência-Administrativa em Porto Alegre – ADPAL

Gerente-Administrativo: *Danilo Trademar Acosta*

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Rua Sete de Setembro, 586 – Centro

Caixa Postal 919

90010-190 Porto Alegre (RS)

Siglas

a.a.	ao ano
Abras	Associação Brasileira de Supermercados
ACC	Adiantamento de Contratos de Câmbio
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
BCE	Banco Central Europeu
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BIT	Bens de informática e telecomunicações
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações S.A.
BNDES PSI	Programa BNDES de Sustentação do Investimento
BNS	Banco Nacional da Suíça
BoC	Banco do Canadá
BoE	Banco da Inglaterra
BoJ	Banco do Japão
BPC	Banco do Povo da China
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CBE	Capitais Brasileiros no Exterior
CCR	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
CDCA	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CDS	<i>Credit Default Swap</i>
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos
CFM	Gerenciamento de Fluxos de Capitais
CGFS	Comitê sobre o Sistema Financeiro Global
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMC	Conselho do Mercado Comum
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMSR	<i>Consolidated Multilateral Surveillance Report</i>
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Compe	Centralizadora de Compensação de Cheques e Outros Papéis
Copom	Comitê de Política Monetária
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS	Comitê para Sistemas de Compensação e de Liquidação
CRA	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSSP	Contribuição Social do Servidor Público
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAX	<i>Deutscher Aktienindex</i>

DDE	Declarações de Despachos de Exportação
Deint	Departamento de Negociações Internacionais
Depin	Departamento de Operações das Reservas Internacionais
DES	Direitos Especiais de Saque
DI	Declaração de Importação
DI	Depósitos Interbancários
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DR	<i>Depositary Receipts</i>
DRU	Desvinculação de Receitas da União
DSE	Declaração Simplificada de Exportação
ECC	Comitê Consultivo de Economia
EGF	Empréstimos do Governo Federal
Embi+	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i>
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBC	Formação Bruta de Capital
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCL	<i>Flexible Credit Line</i>
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fed	<i>Federal Reserve</i>
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FFEX	Fundo de Financiamento à Exportação
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FGV	Fundação Getulio Vargas
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FNMC	Fundo Nacional sobre Mudança Climática
FSAP	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
FSB	Fundo Soberano do Brasil
FSB	Conselho de Estabilidade Financeira
FTSE 100	<i>Financial Times Securities Exchange Index</i>
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Funcex	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GC Mercosul	Grupo de Coordenação sobre Consolidação da União Aduaneira do Mercosul
Gecex	Comitê Executivo de Gestão
GEM	Reunião de Economia Global
GFSR	Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global
GI-CEX	Grupo de Inteligência de Comércio Exterior
GLM	Gerenciamento da Liquidez Global
GMC	Grupo Mercado Comum

GTDC	Grupo Técnico de Defesa Comercial
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo/Índice da Bovespa
Icaap	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital
IC-Br	Índice de <i>Commodities</i> – Brasil
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icea	Índice de Condições Econômicas Atuais
ICI	Índice de Confiança da Indústria
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICS	Índice de Confiança de Serviços
IE	Índice de Expectativas
IEC	Índice de Expectativas do Consumidor
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
II	Imposto sobre a Importação
IMS	Sistema Monetário Internacional
INC	Índice Nacional de Confiança
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IOSCO	Organização Internacional das Comissões de Valores
IPA	Índice de Preços ao Produtor Amplo
IPA-DI	Índice de Preços ao Produtor Amplo – Disponibilidade Interna
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCH	Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI-EXP	Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados
IPO	Oferta Pública Inicial
IR	Imposto de Renda
ISA	Índice da Situação Atual
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
LCA	Letra de Crédito Agropecuário
LEC	Linha Especial de Crédito
LGN	líquidos de gás natural
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
LTRO	<i>Long Term Refinancing Operation</i>
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
mbd	milhões de barris/dia
MCP	Fosfato Monocálcico Mono-hidratado Grau Alimentício
MCR	Manual de Crédito Rural
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI	Microempreendedor Individual
Mercosul	Mercado Comum do Sul

MF	Ministério da Fazenda
MME	Ministério de Minas e Energia
Moderagro	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAB	<i>New Arrangements to Borrow</i>
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NTN-I	Nota do Tesouro Nacional – Série I
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
p.b.	pontos base
p.p.	pontos percentuais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACS	Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações
PAF	Plano Anual de Financiamento
PAF	Programas de Ajuste Fiscal dos Estados
Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PBM	Plano Brasil Maior
PCAM	Parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial
PCL	<i>Precautionary Credit Line</i>
PCOM	Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (<i>commodities</i>)
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEPR	Parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente às exposições ponderadas por fator de risco
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Posição Internacional de Investimento
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PIS	Programa de Integração Social
PJUR	Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros
PLL	<i>Precautionary and Liquidity Line</i>
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMI	Índice Gerente de Compras
PR	Patrimônio de Referência
PRE	Patrimônio de Referência Exigido
PR-I	Patrimônio de Referência de Nível I
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Procap-Agro	Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Produsa	Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Programa ABC	Programa de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronamp	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
Propflora	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
Provias	Programa de Intervenções Viárias
Ptax	Sistema de Controle e Informações das Taxas de Câmbio
RC	Registro de Crédito
RE	Registro de Exportação
Reintegra	Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras
Renuclear	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares
RET	Regime Especial de Tributação
Retaero	Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMCCI	Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RMV	Renda Mensal Vitalícia
ROSC	Relatórios de Observância a Códigos e Padrões
RPDC	República Popular Democrática da Coreia
RSFN	Rede do Sistema Financeiro Nacional
SCR	Sistema de Informações de Crédito
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sensex	<i>Bombay Stock Exchange Sensitive Index</i>
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sest	Serviço Social do Transporte
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGP	Sistema Geral de Preferências
Simples Nacional	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Sisbacen	Sistema de Informações Banco Central
Siscomex	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SRF	Secretaria da Receita Federal
VSR	Valores Sujeitos a Recolhimento
TBF	Taxa Básica Financeira

TEC	Tarifa Externa Comum
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TN	Tesouro Nacional
TR	Taxa Referencial
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
VET	Valor Efetivo Total
VIX	<i>Chicago Board Options Exchange Volatility Index</i>
WEO	Perspectivas da Economia Mundial
WTI	<i>West Texas Intermediate</i>
XU100	<i>Istanbul Stock Exchange National 100 Index</i>